

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MICHELE TUPICH BARBOSA

**LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA (LBA): O PROTAGONISMO
FEMININO NAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA EM TEMPOS DE GUERRA
(1942-1946)**

CURITIBA

2017

MICHELE TUPICH BARBOSA

**LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA (LBA): O PROTAGONISMO
FEMININO NAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA EM TEMPOS DE GUERRA
(1942-1946)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em História.

Linha de pesquisa “Intersubjetividade e Pluralidade: Reflexão e Sentimento na História”

Orientadora Prof^a. Dr^a. Ana Paula Vosne Martins

CURITIBA

2017

Catálogo na publicação
Mariluci Zanela – CRB 9/1233
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Barbosa, Michele Tupich

Legião Brasileira de Assistência (LBA): o protagonismo feminino
nas políticas de assistência em tempos de guerra (1942-1946) /
Michele Tupich Barbosa – Curitiba, 2017.

244 f.; 29 cm.

Orientadora: Ana Paula Vosne Martins

Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas
da Universidade Federal do Paraná.

1. Assistência social - Sociedades, etc. 2. Legião Brasileira de
Assistência. 3. Gênero. 4. Mulheres – História - Aspectos sociais. I.
Título.

CDD 305.4



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Setor CIÊNCIAS HUMANAS
Programa de Pós Graduação em HISTÓRIA
Código CAPES: 40001016009P0

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Tese de Doutorado de **MICHELE TUPICH BARBOSA**, intitulada: "**Legião Brasileira de Assistência (LBA): o protagonismo feminino nas políticas de assistência em tempo de guerra. (1942-1946)**", após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO.

CURITIBA, 23 de Junho de 2017.

Ana Paula Vosne Martins

ANA PAULA VOSNE MARTINS
Presidente da Banca Examinadora (UFPR)

Ismael Gonçalves Alves

ISMAEL GONÇALVES ALVES
Avaliador Externo (UNESC)

p/ *Ana Paula Vosne Martins*

MARIA MARTHA DE LUNA FREIRE
Avaliador Externo (UFF)

Marionilde Dias Brepoehl de Magalhães

MARIONILDE DIAS BREPOHL DE MAGALHÃES
Avaliador Interno (UFPR)

Marlene Tamanini

MARLENE TAMANINI
Avaliador Externo (UFPR)



*Para Mariana,
Que bagunça meus dias
Muda minhas perspectivas
Colore minha vida
Transforma minha rotina
E me enche de alegrias*

AGRADECIMENTOS

Gratidão, uma das virtudes que mais admiro e que me esmero para demonstrar. Nesses 4 anos de jornada acadêmica, em que me dediquei intensivamente ao processo de doutoramento, exercitei muito minha habilidade de demonstrar gratidão. Apesar da jornada, em parte, ser bastante solitária, ela tornou-se mais prazerosa e satisfatória com o afeto e companheirismo de muitas pessoas, com as quais aprendi muito e talvez ensinei um pouco.

Durante esses 4 anos me transformei, amadureci como historiadora, e para isso contei com a incrível presença de intelectuais que admiro muito. Também me aperfeiçoei como professora, graças aos colegas de profissão que me ensinam e as minhas alunas e alunos que me permitem ensiná-l@s e aprender com el@s. Nesses anos, fiz novas amizades, que levarei para toda a vida, e fortaleci antigos elos que apenas testificam que tenho bons e velh@s amig@s. Encontrei conforto nos abraços dos familiares. Mantive o equilíbrio graças aos conselhos amorosos do meu marido, e com ele escolhi o nome da nossa filha Mariana, que nasceu em meio a tudo isso, mudando minha vida completamente. E assim, batizei uma criança e escolhi o título de uma tese. E todas essas conquistas evidenciam que eu não estou sozinha, e a essas pessoas incríveis devo minha gratidão!

Primeiramente agradeço à minha sensacional orientadora Ana Paula Vosne Martins. Meu primeiro contato com a Ana Paula foi por um e-mail, quando ela foi muito solícita e gentil. Já a admirava desde a leitura de seus textos. Após aprovação na seleção de mestrado, estreitamos nossos laços e pude conhecê-la de perto. E, durante o doutorado, só admirei ainda mais sua postura como historiadora. Ela nunca facilitou as coisas, e sempre a admirei por isso, conduz com rigor e habilidade as orientações, mas nunca perde a leveza e maestria, qualidades que sempre geraram em mim segurança e confiança. Ao todo foram 6 anos de orientações, entre mestrado e doutorado, mas, certamente sempre encontrarei em você, Ana Paula, o meu referencial intelectual, pessoal e profissional. Esta tese nasceu primeiro em sua sala de orientações, em conversas informais e sonhos de uma pequena historiadora diante de sua mestra. Por isso, este trabalho foi possível, pois tive a orientação de uma das mais brilhantes

historiadoras brasileiras. A você, Ana Paula, minha eterna gratidão!

Se a Ana Paula foi meu alicerce intelectual, também mantive o equilíbrio com meu alicerce sentimental, meu forte companheiro de anos, Cleber. Esses anos foram muito intensos para nós. Vivemos muitas transformações e tivemos a grata surpresa de gerar, amar e cuidar de uma pequena garotinha. Escrever uma tese com um bebê não é tarefa fácil, mas você assumiu de forma corajosa seu papel, e sempre que eu parecia surtar, você me trazia de volta. Obrigada por não me deixar enlouquecer, por me manter na rota, e por aprender comigo a difícil tarefa de ter um bebê. Quando lembro do seu companheirismo nesses anos, lembro de uma canção de que gosto muito, quem dera eu tivesse a sorte de tê-la escrito para você, mas como não tenho habilidades para tal, empresto os versos do poeta e dedico a você: *“sempre que eu preciso me desconectar, todos os caminhos levam ao mesmo lugar, é o meu esconderijo, meu altar, quando todo mundo quer me crucificar, eu só quero estar com você [...] tenho muito mais dúvidas do que certezas e hoje com certeza eu só quero estar com você”*. Amo-o e sou grata pelo seu amor!

E dos nossos 21 anos de namoro, tivemos uma menina linda, inteligente e importante, como ela mesma diz. Mariana, minha pequena, você nasceu num momento especial da minha vida e só tornou as coisas mais especiais. Com você aprendi muito mais que ensinei, tive que cuidá-la, amá-la e organizar minha vida com você sendo o centro. Te amamenteei lendo meus referenciais, você aprendeu a engatinhar em meio aos meus livros, você rabiscou minhas anotações, desenhou nos meus livros. Tive que ter disciplina, para não me perder em nossas brincadeiras, mas hoje, percebo que desenvolvi um estudo, produzi uma tese, e lhe apresentei meu mundo e você faz parte dele, com toda sua curiosidade, criatividade e alegria. *You are my sunshine, baby!!!* Amo você!!!

A dupla Mariana e tese teve a habilidade de mobilizar muitas pessoas, as quais trouxeram paz aos meus dias de escrita, por cuidarem com tanta devoção da minha pequena, enquanto eu estudava e escrevia. Minha mamãe querida, você nunca cursou ensino superior, mas me inspirou e me impulsionou a ir além. Quando eu era criança você dizia: nunca pare de estudar! Levei seu conselho a sério! Minha gratidão, mãe, por todo incentivo, e por toda sua devoção comigo e com a Mariana durante todo esse tempo. Você cuidou de nós, e nos dedicou sua

vida nesses últimos três anos. Cada palavra escrita neste trabalho foi possível graças ao seu amor e companheirismo. Esta conquista é sua também, minha fortaleza, amo você! Meu pai, Guedes, você também fez toda diferença, embalando a Mariana desde o dia em que ela nasceu, se preocupando conosco e fazendo todas as nossas vontades, amo você! Minha mãe, Miriam, minha gratidão por todo amor, você que cuida de mim há tantos anos, tem amado e cuidado da nossa pequena também. Obrigada por não ser sogra, mas mãe. Obrigada por me respeitar, por me orientar e sobretudo, por me ensinar durante anos os sentidos da força feminina, meu exemplo de guerreira, amo você! Meu pai Vanderley, minha gratidão pelo afeto, por cuidar do meu dia a dia, por cuidar da minha casa, por organizar minhas coisas quando eu não tinha tempo, por nos amar tanto, amo você! A vocês devo minha gratidão, minha devoção, meu afeto eterno, vocês foram imprescindíveis nessa jornada, e sempre serão imprescindíveis nas nossas vidas!!!

Agradeço aos meus pais curitibanos Cris e Timóteo, a casa de vocês sempre será meu esconderijo e a amizade de vocês sempre será um presente, amo vocês! A minha tia Lúcia pelos conselhos sempre tão adoráveis e pontuais, amo você! Agradeço às minhas vovós Maria e Dulce pelo amor e pela compreensão nas minhas ausências. Ao meu irmão Vinícius e meus irmãos de coração, Alex, Michelle e Márcia, por toda compreensão e carinho nos dias difíceis. Ao meu sobrinho Léo e minhas sobrinhas Júlia, Maria Clara e Maria Lívia, pela alegria permanente. Minha família querida, a vocês, minha gratidão!

Às minhas amigas maravilhosas, Priscila, Gigi e Bia, vocês são demais, mantiveram minha lucidez, corrigiram meus devaneios e mantiveram minha alegria durante nossas intermináveis conversas. Bia, eu e você temos a satisfação de descobrir a maternidade ao mesmo tempo, isso fortalece nosso elo. Sou grata, minha amiga, por sua presença permanente na minha vida. Amo vocês, meninas. Grata aos amigos Fábio, Cleverson e Denise pelas gargalhadas que sempre aliviaram as tensões.

Agradeço aos colegas e amigos da turma de doutorado de 2013, da linha Intersubjetividades e pluralidades: reflexões e sentimentos na História. A fase em que estive com vocês amadureceu minha pesquisa, nossas discussões e desabafos geraram bons frutos e produziram em determinados momentos, alívio.

Desejo a vocês todo sucesso do mundo!

Agradeço imensamente à professora Marion Brepohl de Magalhães, por quem tenho profunda admiração. Ter sido sua aluna foi uma experiência muito satisfatória, aprendi muito com suas aulas e suas orientações, assim como com as suas sugestões e indicações na banca de qualificação de tese e de defesa de tese. Suas contribuições foram muito significativas. Levarei esse aprendizado para toda vida. Agradeço também à professora Maria Martha de Luna Freira, a qual sempre foi um referencial e tive a grata satisfação em tê-la em minha banca de qualificação de tese e defesa de tese. Sua leitura pontual trouxe novas perspectivas ao meu trabalho. E sempre terei você como referencial. Agradeço as considerações do professor e colega Ismael Alves como membro da banca de defesa de tese e a professora Marlene Tamanini também integrante da banca de defesa e profissional que muito admiro.

Agradeço aos professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, sobretudo da linha Intersubjetividades e pluralidades: reflexões e sentimentos na História, por todas as conversas, debates e discussões de textos. Agradeço à Maria Cristina Parzowski, por toda gentileza e competência com que conduz seus trabalhos na Secretaria do CPGHIS. Sua precisão e eficiência tornam nossas atividades acadêmicas mais organizadas e bem-sucedidas.

Agradeço aos colegas do Departamento de História da UNICENTRO, por todo aprendizado e companheirismo. Agradeço a tod@s os meus alunos e minhas alunas, que durante esses anos de qualificação compartilharam das minhas satisfações e dúvidas, e foram os primeir@s ouvintes dos resultados da pesquisa. Obrigada pelo respeito e carinho de vocês.

Agradeço à equipe de funcionários do Arquivo do Ministério de Desenvolvimento Social de Brasília, sobretudo ao Jorge Cosme de Paiva Santos, que me acompanhou nas pesquisas ao acervo da LBA em Brasília, e que se mostrou sempre muito preocupado com a preservação dessas fontes. Desejo também que todo esse acervo histórico tenha o tratamento que merece e, principalmente, que muitos pesquisadores e pesquisadoras tenham acesso a esse material e produzam belos trabalhos a respeito da LBA.

Agradeço à CAPES pelo investimento que tornou meu trabalho possível.

[...] um sentido agudo do real, mas que jamais se imobiliza diante dele; uma prontidão para achar estranho e singular o que existe a nossa volta; uma certa obstinação em nos desfazermos de nossas familiaridades e de olhar de maneira diferente as mesmas coisas; uma paixão de aprender o que se passa e aquilo que passa; uma desenvoltura em relação às hierarquias tradicionais, entre o importante e o essencial. Sonho com uma nova era de curiosidades.

Michel Foucault

RESUMO

Esta tese analisa a implantação da rede de assistência social promovida pela Legião Brasileira de Assistência durante seus primeiros anos de atuação, de 1942 a 1946. Conhecida por sua sigla, a LBA foi fundada em 28 de agosto de 1942 por Darcy Vargas, esposa de Getúlio Vargas, com a finalidade de "amparar os soldados brasileiros e seus familiares" por parte dos "brasileiros de boa vontade" durante os anos em que o Brasil participou da 2ª Guerra Mundial. A Legião Brasileira de Assistência foi criada em parceria com o Estado e com o empresariado brasileiro e se fixou como instituição fortemente marcada pelo trabalho voluntário feminino. Contudo, foi além de seu objetivo inicial e organizou, desde os primeiros meses de atuação, uma rede de assistência que, por intermédio do voluntariado, abrangeu todo o território nacional. Em alguns casos específicos, a LBA prestou assistência social a grupos sociais que nunca haviam sido alcançados pelo poder público no Brasil. A problemática desta pesquisa gira em torno do efeito do gênero nas relações institucionais estabelecidas entre os diferentes agentes formuladores e beneficiários da assistência social promovida pela LBA, na qual o protagonismo feminino, através do voluntariado foi fortemente destacado.

Palavras chave: Assistência social. Gênero. Legião Brasileira de Assistência. Protagonismo feminino.

RÉSUMÉ

Cette thèse analyse la mise en œuvre du réseau d'assistance sociale promue par la Légion brésilienne d'aide (*Legião Brasileira de Assistência*) au cours de ses premières années en jeu, de 1942 à 1946. Connu sous son acronyme, le *LBA* a été fondée le 28 Août 1942 par Darcy Vargas, la femme de Getúlio Vargas, afin de « protéger les soldats brésiliens et leurs familiers » de la part des « brésiliens de bonne volonté » au cours des années où le Brésil a participé à la 2ème guerre mondiale. La Légion brésilienne d'aide a été créée en partenariat avec l'État et avec l'entreprise brésilienne et se sont installés comme une institution fortement dominée par des volontaires féminins. Cependant, il était au-delà de leur objectif initial et organisé, depuis les premiers mois de fonctionnement, un réseau de soutien par le bénévolat qui ont couvert l'ensemble du territoire national. Dans certains cas particuliers, la *LBA* a fourni une assistance sociale aux groupes sociaux qui n'a jamais été atteint par le gouvernement dans le Brésil. La difficulté de cette recherche tourne autour de l'effet du genre dans les relations institutionnelles établies entre les différents agents responsables et des bénéficiaires de l'aide sociale promues par *LBA*, dans lequel le rôle féminin travers le bénévolat a été fortement souligné.

Mots-clés: L'aide sociale. Genre. *Legião Brasileira de Assistência*. Le protagonisme féminin.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: PROPAGANDA DE CONVOCAÇÃO PARA QUE AS MULHERES ADERISSEM VOLUNTARIAMENTE AO SERVIÇO DA PÁTRIA. _____	75
FIGURA 2: RELATÓRIO BIENAL DA LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA (1942/1944). ____	86
FIGURA 3 - REPRODUÇÃO DO RELATÓRIO DA COMISSÃO ESTADUAL DA LBA DE SÃO PAULO. _____	128
FIGURA 4 - REPRODUÇÃO DO RELATÓRIO DA COMISSÃO ESTADUAL DA LBA DE SÃO PAULO. _____	129
FIGURA 5 – REPRODUÇÃO DO RELATÓRIO DA COMISSÃO ESTADUAL DA LBA DE SÃO PAULO. _____	130
FIGURA 6 – REPRODUÇÃO DO RELATÓRIO DA COMISSÃO ESTADUAL DA LBA DE SÃO PAULO. _____	131
FIGURA 7 – REPRODUÇÃO DO RELATÓRIO DA COMISSÃO ESTADUAL DA LBA DE SÃO PAULO. _____	134
FIGURA 8 – REPRODUÇÃO DO RELATÓRIO DA COMISSÃO ESTADUAL DA LBA DE SÃO PAULO. _____	135
FIGURA 9 – REPRODUÇÃO DO RELATÓRIO DA COMISSÃO ESTADUAL DA LBA DE SÃO PAULO. _____	136
FIGURA 10 – REPRODUÇÃO DO RELATÓRIO DA COMISSÃO ESTADUAL DA LBA DE SÃO PAULO. _____	137
FIGURA 11 – REPRODUÇÃO DO JORNAL CORREIO DA MANHÃ, 27/09/1942. - CONHECIMENTOS INDISPENSÁVEIS A TODOS OS CIDADÃOS. _____	146
FIGURA 12 - REPRODUÇÃO DA 1ª EDIÇÃO DOS BOLETINS INFORMATIVOS DA LBA, COM FOTOGRAFIA DE GETÚLIO VARGAS PUBLICADA. _____	175
FIGURA 13: REPRODUÇÃO DA 1ª EDIÇÃO DOS BOLETINS INFORMATIVOS DA LBA, COM FOTOGRAFIA DO GENERAL MASCARENHAS DE MORAIS PUBLICADA. _____	176
FIGURA 14 – REPRODUÇÃO DO BOLETIM DA LBA, COM FOTOGRAFIA DE ALZIRA VARGAS DO AMARAL PEIXOTO CUMPRIMENTANDO EXPEDICIONÁRIOS. _____	178
FIGURA 15 – REPRODUÇÃO DE TRECHO DO BOLETIM INFORMATIVO Nº 1. _____	179
FIGURA 16 – REPRODUÇÃO DO CARTAZ DA CAMPANHA DA MADRINHA DO COMBATENTE. _____	181
FIGURA 17 – REPRODUÇÃO DE TRECHO DO BOLETIM INFORMATIVO Nº 1. _____	182
FIGURA 18 – REPRODUÇÃO DE TRECHO DO BOLETIM INFORMATIVO Nº 2. _____	183
FIGURA 19 – REPRODUÇÃO DE TRECHO DO BOLETIM INFORMATIVO Nº 2. _____	184
FIGURA 20- REPRODUÇÃO DE TRECHO DO BOLETIM INFORMATIVO Nº 2 _____	185

FIGURA 21 – REPRODUÇÃO DE TRECHO DO BOLETIM INFORMATIVO Nº 2.	186
FIGURA 22 -REPRODUÇÃO DE TRECHO DO BOLETIM INFORMATIVO Nº 2.	187
FIGURA 23 – REPRODUÇÃO DE TRECHO DO BOLETIM INFORMATIVO Nº 8.	189
FIGURA 24 – REPRODUÇÃO DE TRECHO DO BOLETIM INFORMATIVO Nº 7.	190
FIGURA 25 – REPRODUÇÃO DE TRECHO DO BOLETIM INFORMATIVO Nº 1.	191
FIGURA 26 – REPRODUÇÃO DE TRECHO DO BOLETIM INFORMATIVO Nº 3.	192
FIGURA 27 – REPRODUÇÃO DE TRECHO DO BOLETIM INFORMATIVO Nº 1.	193
FIGURA 28 – REPRODUÇÃO DE TRECHO DO BOLETIM INFORMATIVO Nº 1.	194
FIGURA 29 – REPRODUÇÃO DE TRECHO DO BOLETIM INFORMATIVO Nº 1.	194
FIGURA 30 – REPRODUÇÃO DE TRECHOS DO BOLETIM INFORMATIVO Nº 1.	195
FIGURA 31 – REPRODUÇÃO DE TRECHO DO BOLETIM INFORMATIVO Nº 3.	196
FIGURA 32 – REPRODUÇÃO DE TRECHO DO BOLETIM INFORMATIVO Nº 16.	198
FIGURA 33 – REPRODUÇÃO DE TRECHO DO BOLETIM INFORMATIVO Nº 1.	200
FIGURA 34 – REPRODUÇÃO DE TRECHO DO BOLETIM INFORMATIVO Nº 7.	201
FIGURA 35 – REPRODUÇÃO DE TRECHO DO BOLETIM INFORMATIVO Nº 16.	203
FIGURA 36 – REPRODUÇÃO DE TRECHO DO BOLETIM INFORMATIVO Nº 16.	204
FIGURA 37- REPRODUÇÃO DE TRECHO DO BOLETIM INFORMATIVO Nº 16.	205
FIGURA 38 – REPRODUÇÃO DE TRECHO DO BOLETIM INFORMATIVO Nº 16.	206
FIGURA 39 – REPRODUÇÃO DE TRECHO DO BOLETIM INFORMATIVO Nº 9.	207
FIGURA 40 – REPRODUÇÃO DE TRECHO DO BOLETIM INFORMATIVO Nº 1.	208
FIGURA 41 – REPRODUÇÃO DE TRECHO DO BOLETIM INFORMATIVO Nº 7.	210
FIGURA 42 – REPRODUÇÃO DE TRECHO DO BOLETIM INFORMATIVO Nº 7.	211
FIGURA 43 – REPRODUÇÃO DE TRECHO DO BOLETIM INFORMATIVO Nº 7.	212
FIGURA 44 – REPRODUÇÃO DE TRECHO DO BOLETIM INFORMATIVO Nº 8.	213
FIGURA 45 – REPRODUÇÃO DE TRECHO DO BOLETIM INFORMATIVO Nº 12.	214
FIGURA 46 - NA REPRODUÇÃO, IMAGEM DE ALZIRA VARGAS DO AMARAL CUMPRIMENTANDO UM DOS MARINHEIROS DO NAVIO NORTE-AMERICANO.	215
FIGURA 47 – REPRODUÇÃO DE TRECHO DO BOLETIM INFORMATIVO Nº 16.	216

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1- FOTOGRAFIA DA INAUGURAÇÃO DA CASA DO PEQUENO JORNALEIRO EM 1940. _____	54
IMAGEM 2- FOTOGRAFIA DO JANTAR DANÇANTE NA QUINTA DA BOA VISTA EM PROL DA CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. NA IMAGEM DARCY VARGAS DE VESTIDO ESTAMPADO TENDO À SUA FRENTE, DE SMOKING, HENRIQUE DODSWORTH (LENÇO NO BOLSO). ____	54
IMAGEM 3 – FOTOGRAFIA DE DARCY VARGAS E OS PEQUENOS JORNALEIROS. _____	55
IMAGEM 4 - FOTOGRAFIA DA SEDE DA LBA EM 1942. _____	62
IMAGEM 5: FOTOGRAFIA DE LEGIONÁRIAS TRABALHANDO NA SEDE DA LBA EM 1942. ____	78
IMAGEM 6: FOTOGRAFIA DE LEGIONÁRIA DA LBA PRESTANDO INSTRUÇÕES EM HORTA COLETIVA, 1942. _____	80
IMAGEM 7 - FOTOGRAFIA DE DARCI VARGAS ENVIADA AOS CENTROS MUNICIPAIS. _____	91
IMAGEM 8 – FOTOGRAFIA DA CERIMÔNIA DE INSTITUIÇÃO DO CURSO DE VOLUNTÁRIAS DA DEFESA PASSIVA ANTIAÉREA DA LBA. REPRESENTANDO A LBA ESTÃO DARCY VARGAS E AO SEU LADO RODRIGO OCTÁVIO FILHO. _____	144
IMAGEM 9 – FOTOGRAFIA DA FORMATURA DA PRIMEIRA TURMA DE VOLUNTÁRIAS DA DEFESA PASSIVA ANTIAÉREA DA LBA. _____	149
IMAGEM 10 – FOTOGRAFIA DA FORMATURA DA PRIMEIRA TURMA DE VOLUNTÁRIAS DA DEFESA PASSIVA ANTIAÉREA DA LBA. _____	149
IMAGEM 11 – FOTOGRAFIA DA FORMATURA DAS LEGIONÁRIAS DA ALIMENTAÇÃO NO RIO DE JANEIRO. TODAS UNIFORMIZADAS. _____	169
IMAGEM 12 – UNIFORME USADO PELAS LEGIONÁRIAS DA VISITAÇÃO SOCIAL NO RIO DE JANEIRO. _____	169
IMAGEM 13 - VOLUNTÁRIA DA LBA DESENVOLVENDO TRABALHOS COM CRIANÇAS PORTADORAS DE SÍNDROME DE DOWN. _____	236
IMAGEM 14 - VOLUNTÁRIA DA LBA TRABALHANDO EM CAMPANHA DE VACINAÇÃO INFANTIL. _____	236
IMAGEM 15 - GAROTO EM CURSO PROFISSIONALIZANTE. _____	237
IMAGEM 16 - GAROTOS EM CURSO PROFISSIONALIZANTE. _____	237
IMAGEM 17 - TRABALHO DESENVOLVIDO POR VOLUNTÁRIAS COM GRUPO DE IDOSOS. _____	238
IMAGEM 18 - BOLETIM INFORMATIVO DA LBA. _____	238
IMAGEM 19 - BOLETIM INFORMATIVO DA LBA _____	239
IMAGEM 20 - CAMPANHA NACIONAL DA LBA. _____	239
IMAGEM 21 - CAMPANHA NACIONAL DA LBA. _____	240

IMAGEM 22 - CAMPANHA NACIONAL DA LBA. _____ 240

IMAGEM 23 - CAMPANHA NACIONAL DA LBA. _____ 241

IMAGEM 24 - CAMPANHA NACIONAL DA LBA. _____ 241

Lista de Quadros

QUADRO 1: DADOS DOS CADASTROS DE COLOCAÇÕES DA LBA (1942-1944). _____ 122

QUADRO 2: DADOS DE CADASTROS DE COLOCAÇÕES SUSPENSOS (1942 -1944) _____ 122

QUADRO 3: QUANTIDADE DE PRODUTOS FORNECIDOS PELA LBA EM SÃO PAULO (1942-1944). _____ 126

LISTA DE SIGLAS

CC	-	Comissão Central da LBA
CEAS	-	Centro de Estudos e Ação Social
CNSS	-	Conselho Nacional de Serviço Social
CREAS	-	Centro de Referência da Assistência Social
DIE	-	Divisão de Infantaria Expedicionária.
DIP	-	Departamento de Imprensa e Propaganda
DNCr	-	Departamento Nacional da Criança
DNSP	-	Departamento Nacional de Saúde Pública
DOP	-	Departamento Oficial de Publicidade
DPMI	-	Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância
FEB	-	Força Expedicionária Brasileira
IPAI	-	Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro
LBA	-	Legião Brasileira de Assistência

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 ASSISTÊNCIA, CORPORATIVISMO E PROTAGONISMO FEMININO: A FUNDAÇÃO DA LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA	31
1.1 Mulheres benemerentes: a inserção feminina nas obras assistenciais no Brasil	32
1.2. A Assistência como esforço de guerra: a fundação da LBA	45
1.3. Mulher brasileira, uni-vos à convocação da Primeira-dama!	68
2. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA: A ESTRUTURA DA LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA	81
2.1. O Estatuto da Legião Brasileira de Assistência	82
2.2. Casos de família: a assistência às famílias no Estado de São Paulo	117
3. COOPERATIVISMO E VOLUNTARIADO: A PROFISSIONALIZAÇÃO FEMININA NA LBA	141
3.1 Os primeiros cursos preparatórios: de voluntárias a legionárias	142
3.2 Cursos preparatórios e a formação feminina	163
4. A INVENÇÃO DA LBA NOS BOLETINS INFORMATIVOS	171
4.1. Representações de gênero: as voluntárias nas páginas dos Boletins	172
4.2. A assistência social da LBA noticiada nos Boletins	197
4.3 A consolidação da LBA após a guerra	209
CONSIDERAÇÕES FINAIS	219
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	224
FONTES	230
ANEXOS	231

INTRODUÇÃO

“LBA: mãe da pobreza, lar do carente, socorro dos aflitos”.
(SPOSATI & FALCÃO, 1989, p. 9)

Em 2012, após defender minha dissertação de mestrado com o título *Sobre mães e filhos: as políticas públicas de proteção à maternidade e à infância no Paraná*, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal do Paraná, percebi que uma importante questão relativa ao tema ainda precisava ser enfrentada. Minha inquietação girava em torno da atuação da Legião Brasileira de Assistência e seu trabalho cooperativo com o Departamento Nacional da Criança, que havia sido objeto de minha pesquisa de mestrado. Apesar do minucioso trabalho desenvolvido por Ivana Guilherme Similli a respeito da trajetória política de Darcy Vargas, a fundadora da LBA, questões referentes à institucionalização da assistência prestada pela LBA, assim como o cooperativismo por ela desenvolvido, ainda estavam sem respostas.

Naquele mesmo ano eu iniciei minha jornada em busca da documentação acerca da atuação e funcionamento da instituição, criada em 1942 no Brasil. Com o auxílio da professora Ana Paula Vosne Martins, descobri que a documentação da LBA estava arquivada no Ministério do Desenvolvimento Social em Brasília, e para lá parti em busca de minhas pistas. Contei com a colaboração prestativa dos funcionários do Arquivo do Ministério do Desenvolvimento Social, que me conduziram a um depósito localizado fora do Plano Piloto. Lá, sem estrutura alguma, estavam depositadas milhares de caixas de arquivo morto. As caixas estavam sem catalogação, sem identificação de data ou tipo de documento. Segundo o funcionário que me acompanhou, apesar do interesse em montar um projeto para organizar o arquivo da LBA, o projeto foi inviabilizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e, desse modo, toda a documentação produzida em âmbito nacional pela LBA se encontra arquivada naquele local, sem critério algum.

Foram dias de buscas meio que a esmo, até que consegui selecionar uma rica documentação. Tive dificuldades em manter meu foco inicial, que era a documentação sobre a fundação da LBA, pois a diversidade de documentos que

há naquele depósito possibilita material para muitos e diferentes trabalhos científicos a respeito da história da assistência social no Brasil. Assim, as fontes primárias selecionadas foram a Ata de Fundação da Legião Brasileira de Assistência, o 1º Estatuto da Legião Brasileira de Assistência (1942), os Relatórios Bienais de Atividades da Legião Brasileira de Assistência (1942/1944 e 1944/1946), tanto da sede, no Rio de Janeiro, como do estado de São Paulo. Além desse material, também foram analisadas algumas reportagens sobre a LBA publicadas no jornal carioca *Correio da Manhã*.

Os Boletins Informativos tinham como público alvo os soldados brasileiros. Entretanto, além de serem enviados aos soldados, tais periódicos tiveram tiragem ampliada para que pudessem ser distribuídos em todo território nacional, sendo amplamente difundidos para a população brasileira por meio dos Centros Municipais da LBA. Os Boletins Informativos da LBA eram produzidos no Boletim da LBA – órgão oficial de imprensa da LBA – dirigido por Lobivar Matos, localizado na Sede da LBA no Rio de Janeiro. Publicados entre 1945 e 1946, foram 31 edições, e devido ao seu sucesso, os Boletins foram mantidos como instrumentos oficiais de imprensa da LBA. Após o término da Guerra, o periódico sofreu uma série de transformações, mas se manteve como veículo para a informação popular acerca dos trabalhos prestados pela LBA, tais como campanhas nacionais de arrecadações, campanhas de saúde e informativos gerais.

Enquanto estava escrevendo minha tese, soube que o Arquivo da LBA começou a ser organizado. Assim, ressalto que as fontes analisadas nesta tese são inéditas, assim como o objetivo deste trabalho, que trata da Legião Brasileira de Assistência, abreviadamente LBA, fundada em 28 de agosto de 1942 pela Primeira-dama Darcy Vargas. Com o ideário de "[...] amparar os soldados brasileiros e seus familiares" pelos "[...] brasileiros de boa vontade", a Legião Brasileira de Assistência teve, desde o início, parceria com o Estado e com o empresariado brasileiro e se fixou como instituição fortemente marcada pelo trabalho voluntário feminino.

A LBA permaneceu ativa até 1995, quando foi extinta pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, dando lugar ao Programa Federal Comunidade Solidária. Foram 53 anos de atuação. A instituição teve vários Presidentes e

alterou sua estrutura administrativa ao longo desse tempo. O que permaneceu foi o objetivo central da Legião: o combate aos males relacionados à pobreza. Durante seus primeiros anos de atuação, a LBA foi intensamente marcada pela filantropia e pelo apoio voluntário de milhares de mulheres em todo o território brasileiro. A participação feminina se deu por meio do engajamento de esposas de políticos, mulheres já atuantes nas práticas filantrópicas, jovens estudantes e donas de casa, as quais marcaram uma geração de mulheres envolvidas pela instituição como protagonistas na promoção da assistência social ou, ainda, como beneficiárias das várias redes de assistência que a instituição manteve.

Assim, o objetivo principal desta tese é analisar as relações de gênero na formulação e implantação da rede de assistência promovida pela Legião Brasileira de Assistência (LBA) durante seus primeiros anos de atuação, de 1942 a 1946. Criada para amparar as famílias dos soldados brasileiros, a instituição foi além de seu objetivo inicial e promoveu, desde o início, uma rede de assistência que, por meio do voluntariado, compreendeu todo o território nacional. Em alguns casos específicos, a LBA prestou assistência social a grupos sociais que nunca haviam sido alcançados pelo poder público no Brasil.

Os caminhos da assistência social brasileira foram marcados por práticas e experiências voluntárias que antecederam as ações públicas e estabeleceram modelos para a implantação de políticas públicas de proteção social. As práticas de homens e mulheres em favor dos desfavorecidos foram marcadas pelos ideários morais da caridade e da filantropia. Faces de uma mesma moeda, a caridade e a filantropia foram os primeiros caminhos que levaram assistência aos pobres, doentes e desfavorecidos no Brasil.

A filantropia, reconhecida desde meados do século XVIII como virtude social, apresentava-se como eficaz resposta à questão social, mas também como condutora a uma nova ordem, capaz de amenizar os problemas decorrentes da geração de riqueza e pobreza nas sociedades capitalistas. Com motivação racional e sentimental, a filantropia conduziu homens e mulheres a desenvolver práticas assistenciais a grupos menos favorecidos. Já a caridade, prática bastante antiga, relaciona-se com a moral cristã. A inspiração cristã de amor ao próximo não deveria ser praticada por interesses de promoção pessoal, mas por amor ao próximo e a Deus, afinal tratava-se de um dever moral cristão que conduziria à

salvação.

As práticas de caridade católicas remontam nas sociedades capitalistas às obras de benemerência como ato de fé e devoção. Contudo, foi com a ascensão do capitalismo industrial que as obras de assistência religiosa ganharam notoriedade devido à pauperização das massas de trabalhadores e de pessoas à margem do trabalho assalariado nas cidades. Esse fenômeno agravou ainda mais as péssimas condições de existência das pessoas, especialmente de alguns grupos sociais, como idosos, doentes, crianças e mulheres. Tais problemas não estavam nas pautas e preocupações dos estados liberais, ocasionando, assim, uma demanda de desempregados e necessitados. Para esses grupos, a caridade levou à assistência.

As ações de assistência brasileira promovidas pela caridade foram definidas, sobretudo, pela atuação das Santas Casas de Misericórdia, que, advindas da experiência portuguesa, surgiram no Brasil com as fundações dos primeiros núcleos urbanos. Naquele momento, foi conferido às Santas Casas o papel de garantir alguma assistência às pequenas e frágeis povoações, carentes de instituições e de auxílio. Duas localidades disputam, ainda hoje, o título de primeira Santa Casa de Misericórdia do Brasil: Pernambuco e São Vicente. Ainda no século XVI, foram fundadas congêneres no Rio de Janeiro, Olinda, Santos, Espírito Santo, Bahia e São Paulo. No final do século XVIII, as Santas Casas de Misericórdia brasileiras reafirmaram o modelo de assistência que se resumia ao amparo com benevolência a determinados grupos, como órfãs, viúvas, enfermos e idosos (FREITAS, 2014).

As Misericórdias eram instituições leigas, com apoio das Câmaras Municipais e auxílio da Igreja Católica. No Brasil, a tradição da Misericórdia contou com a atuação de homens da elite local, cristãos de sangue limpo, remediados, maiores de 25 anos e que não trabalhassem com as mãos (FREITAS, 2014). Em decorrência das exigências para ser um irmão das Confrarias, Freitas afirma:

[...] o modelo, mesmo com apropriações, reivindicava o caráter claramente masculino e aristocrático do exercício da caridade institucional [...] Por isso, as Misericórdias podiam ser consideradas um espaço identitário das elites, ser um irmão de uma Misericórdia era um sinal de respaldo social, e por extensão, do virtual cumprimento dos critérios de riqueza e de sangue. Esse seleto grupo de poucos e bons

poderia ser atestado ainda por um limite máximo de participantes, vigente em algumas irmandades do Império. (FREITAS, 2014, p. 25).

A atuação consistia na manutenção e administração de instituições que prestavam algum tipo de assistência, sobretudo relacionada à saúde¹. Os serviços prestados diretamente aos grupos assistidos eram desenvolvidos por ordens religiosas. As Santas Casas contavam ainda com a atuação de médicos reinóis ou nascidos na Colônia e que retornaram dos seus estudos em Portugal.

Mais tarde, nos primeiros anos da República, as Santas Casas ainda permaneciam a única assistência à saúde disponível às populações pobres em diversas cidades brasileiras.

A caridade permanecia sendo o fio condutor da assistência prestada pelas Misericórdias, contudo novos elementos foram integrados à administração desses trabalhos e alguns deles, além de incorporar o conhecimento científico em suas práticas, também possibilitaram a inserção de poderes públicos na administração de Hospitais, Asilos e Orfanatos. No período republicano, era comum que políticos ocupassem cargos administrativos nas Santas Casas, servindo como provedores ou irmãos de Confrarias. Essa participação política permitiu que as Santas Casas recebessem verbas municipais específicas para seu funcionamento, o que possibilitou a ampliação dos serviços prestados, atingindo maior número de pessoas (MELLO, 1997). Dessa forma, durante décadas, homens e mulheres dedicaram parte de seu tempo ao auxílio às pessoas necessitadas.

A filantropia também foi motivação determinante para a organização da assistência social no Brasil. Em 1922, Ataulfo de Paiva, jurista brasileiro, organizou e publicou, a pedido do prefeito do Distrito Federal, a obra *Assistência pública e privada no país e exterior*. Naquele ano comemorava-se o Centenário da Independência. A obra, com descrições exaustivas e metódicas, traz informações

¹ O tema da caridade e da Santa Casa da Misericórdia tem sido abordado pela historiografia em diversos contextos como ABREU, Laurinda. Memórias da alma e do corpo – a Misericórdia de Setúbal na Modernidade. Viseu: Palimage Editores, 1999; SÁ, Isabel dos Guimarães. Quando o rico se faz pobre: misericórdias, caridade e poder no império português, 1500-1800. Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, 1997; MELO, Mariana de. Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro – assistencialismo, solidariedade e poder (1780-1822). Dissertação de mestrado, PUC, Rio de Janeiro, 1997; RUSSEL-WOOD, A. J. R. Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981; MESGRAVIS, Laima. A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo (1599-1884). São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1976.

e dados sobre a assistência social que vinha sendo praticada no Brasil desde as primeiras décadas da República. O objetivo de Paiva era demonstrar de que maneira os médicos, a sociedade civil e os legisladores do país estavam enfrentando os problemas relacionados à pobreza da população brasileira.

A assistência mal praticada e a caridade irrefletida, sendo de duração efêmera e de efeitos inteiramente nulos, só conseguem multiplicar o número de indigentes. A verdadeira beneficência é a que promove [...] o trabalho, a economia, o progresso moral e físico das gerações. (ASSISTÊNCIA, 1922, p. 50).

Por meio do relatório de Paiva é possível compreender as bases da assistência pública e privada que vinham sendo postas em prática especificamente no Rio de Janeiro e que serviriam de modelo para outras cidades do Brasil. O texto aborda também o que se entendia por assistência social no Brasil, algo que transitava entre a caridade e a filantropia.

Naquele contexto, a pauperização era um fenômeno desafiador para as autoridades e para o modelo liberal de República que se implantara. O padrão de assistência estudado por Paiva tinha suas bases na filantropia e contava com uma diversificada proposta de atuação, por ser formulada por profissionais de várias áreas, como sanitaristas, médicos, engenheiros, entre outros agentes. A maior preocupação dos filantropos era justamente a pauperização e a crescente massa de pessoas desassistidas que conviviam no cotidiano das cidades. Para muitos dos formuladores da assistência filantrópica, o problema da pobreza consistia na falta de oportunidades e, sobretudo, de emprego.

Desde as décadas de 1850 e 1860, a preocupação com a pauperização social aparece nos estudos elaborados por médicos sobre as chamadas ondas imigratórias e, após 1888, com a abolição da escravatura, o início das favelas e a aglomeração das pessoas pobres nos espaços urbanos. Sidney Chalhoub, ao tratar da pauperização social no Brasil dos últimos anos do Império e nos primeiros anos da Primeira República, considera que a pobreza de fato chamou a atenção da ação pública e da sociedade quando os problemas deixaram de afetar apenas a classe pobre, mas começaram a afetar também as elites. (CHALHOUB, 2004).

Os centros urbanos brasileiros sofreram um crescimento acelerado no final do século XIX e início do século XX. As mudanças advindas do capitalismo,

ocorridas de maneira mais decisiva na Europa, tiveram reflexos diretos na América Latina. Esse momento de valorização exacerbada da cultura europeia suscitou, de acordo com Chalhoub, o ideário de modernidade e as elites brasileiras buscaram desenvolver padrões de comportamentos que incluíssem o Brasil entre os países civilizados. Para Chalhoub, o crescimento acelerado e a ascensão do capitalismo pressionaram o crescente contingente de pessoas que chegavam aos centros urbanos em busca de novas oportunidades de vida e, em decorrência, os problemas urbanos mais específicos como as más condições de moradia, péssimas condições de saneamento, saúde e alimentação se tornaram mais visíveis e urgentes (CHALHOUB, 2004).

Mediante a crescente pobreza, Chalhoub alerta para o surgimento de uma ideologia que unificou “classe pobre e classe perigosa”, para as representações e significações dos sujeitos pobres e perigosos que comprometiam a imagem do Brasil diante dos países europeus (CHALHOUB, 2004).

Classe pobre e classe perigosa eram representações que compreendiam indivíduos “desajustados”, que não estavam inseridos no mercado de trabalho e que não geravam lucros, não produziam seus próprios meios de sobrevivência. A esses indivíduos eram atribuídos os problemas sociais advindos da pobreza, abrangendo a violência urbana – que preocupava os legisladores – e a saúde pública, que preocupava os higienistas. Os problemas sociais, assim como a utilização e proliferação dos termos pobre e perigoso, chamaram a atenção de grupos específicos da sociedade que passaram a atuar de maneira efetiva para o seu controle, durante a Primeira República.

Nesse contexto, profissionais se mobilizaram pela causa social e atrelaram recursos e conhecimento a fim de amenizar os problemas advindos da pobreza. Esses profissionais estavam ligados à prática da filantropia, pois eram escassos os recursos e faltava interesse aos poderes públicos para solucionar a questão social. Para Sanglard, o governo na época incentivou de maneira efetiva as práticas de assistência filantrópica, sendo que muitos desses modelos de atuação assistencial foram mais tarde institucionalizados e resultaram em políticas públicas (SANGLARD, 2004)

A assistência social brasileira foi, assim, organizada por meio de uma série de ações ao longo dos anos no enfrentamento à pobreza crescente, questão que

foi deliberadamente atribuída à filantropia, conduzida por setores das classes mais privilegiadas que destinaram recursos para cuidar da classe trabalhadora e dos mais pobres. A institucionalização da assistência social por órgãos públicos controlados pelo Estado faz parte de uma história mais recente, pois a assistência, das mais variadas formas, foi conduzida por ações de homens e mulheres ligados à caridade e filantropia. Muitas dessas ações foram depois incorporadas pelo Estado e passaram a fazer parte das políticas sociais vigentes no Brasil, sendo que algumas formas de organização das instituições mantidas pela caridade e pela filantropia serviram de modelo para as instituições públicas de assistência social.

Na historiografia brasileira, a assistência social tem recebido pouca atenção. De modo geral o termo é utilizado nas produções sobre a organização de uma política social que atendesse aos trabalhadores autônomos não assalariados, aos idosos, aos doentes e incapacitados, às mães pobres e seus filhos, ou seja, àqueles que não faziam parte do pacto social entre Estado e classe trabalhadora, ou, como foram até recentemente chamados, os excluídos. Até então a caridade e a filantropia se dedicavam a atender às necessidades desses indivíduos, mas com a politização da questão social, o Estado passou a atuar diretamente na assistência social, ou por meio de uma parceria com o setor privado.

A plataforma de trabalho e de atuação da LBA foi formulada através de um esquema político que vinha sendo efetivado no Brasil. De acordo com Ana Paula Vosne Martins, essa assistência aos necessitados se efetivou num deslizamento do gênero dos cuidados para políticas sociais.

A organização da LBA e a sua especialização na assistência social indicam como o Estado Novo propiciou as condições para o exercício do que poderíamos chamar de uma 'cidadania feminina' baseada na utilidade social das mulheres por meio da extensão moral da maternidade para a sociedade. Essa cidadania, de perfil bastante conservador, também se fez presente em outros contextos políticos, como o Estado Novo salazarista, a Itália fascista e a Espanha franquista. Esses regimes tiveram apoio considerável das mulheres organizadas em associações muito semelhantes à LBA, que se sustentaram na ideia da participação política das mulheres a partir daquilo que as habilitava para a intervenção social: a capacidade de cuidar com a qual a natureza as dotou. (MARTINS, 2011, p. 16).

A transição da assistência da esfera do privado para o público-privado tem

sido mais estudada pelas assistentes sociais. Mestriner explica que, no Brasil, o Estado é o último a responder pelas atenções sociais, transferindo:

[...] para a sociedade as responsabilidades maiores, restringindo-se à execução de ações emergenciais, criando subsídios e os distribuindo através de convênios: O Estado fez com que a assistência social transitasse sempre no campo da solidariedade, filantropia e benemerência, princípios que nem sempre representavam direitos sociais, mas apenas benevolência paliativa. (MESTRINER, 2005, p.21).

Inicialmente voltada a congregar organizações assistenciais de boa vontade e nucleada por todo o país para atendimento às famílias dos pracinhas, a LBA passou, após 1946, a se dedicar à maternidade e à infância, implantando postos de serviços de acordo com interesses, apoios e conveniências, no intuito de legitimar o Estado junto aos pobres (FALEIROS, 2000, p. 85).

A LBA representou de acordo com Sposati “[...] a simbiose entre a iniciativa privada e a pública, a presença da classe dominante enquanto poder civil e a relação benefício/caridade x beneficiário/ pedinte, conformando a relação entre Estado e classes subalternas.” (SPOSATI, 2003, p. 46).

A LBA foi primeira grande instituição de assistência social a atuar no Brasil, e tem sua gênese marcada pela presença das mulheres e pelo patriotismo. Segundo Sposati:

A relação da assistência social com o sentimento patriótico foi exponenciada quando Darcy Vargas, a esposa do presidente, reúne as senhoras da sociedade para acarinhar pracinhas brasileiros da FEB – Força Expedicionária Brasileira – combatentes da II Guerra Mundial, com cigarros e chocolates e instala a Legião Brasileira de Assistência – LBA. A ideia de legião era a de um corpo de luta em campo, ação. (SPOSATI, 2004, p.19).

Sposati compreende que o intuito inicial da LBA era atuar como uma legião, como um corpo em ação numa luta em campo.

Em Outubro de 1942 a L.B.A. se torna uma sociedade civil de finalidades não econômicas, voltadas para congregar as organizações de boa vontade. Aqui a assistência social como ação social é ato de vontade e não direito de cidadania. (SPOSATI, 2004 p.20).

Assim, as ações da LBA trouxeram para a assistência social o vínculo emergencial e assistencial, marco que predominou na trajetória da assistência social (SPOSATI, 2004).

De acordo com Mestriner, as campanhas de impacto realizadas junto aos convocados de guerra colocaram a Legião Brasileira de Assistência numa posição de instituição de assistência social, e sua ação assistencial foi implementada no sentido de dar apoio político ao governo (MESTRINER, 2001).

Após concluir seus objetivos como esforços de guerra, a LBA buscou auxílio junto às escolas de serviço social especializadas. Dessa forma, há uma aproximação de interesse mútuo entre a LBA e o serviço social, pois a LBA precisava de serviço técnico, de pesquisas e trabalhos na área social e o serviço social estava se firmando e precisava se legitimar enquanto profissão.

Assim, a Legião Brasileira de Assistência foi uma das instituições criadas a partir do ideário filantrópico, que, após cumprir a sua função regimental de amparar as famílias dos soldados brasileiros, tornou-se uma instituição que atuou em parceria com o governo federal na promoção da assistência social até sua extinção, em 1995. Outra característica marcante e diferencial foi a participação voluntária feminina. Incorporadas como legionárias da LBA, durante décadas milhares de mulheres atuaram no corpo voluntário, nos cargos administrativos e nas funções técnicas.

A problemática desta pesquisa gira em torno do efeito do gênero nas relações institucionais estabelecidas entre os diferentes agentes formuladores e beneficiários da assistência social promovida pela LBA, na qual as mulheres foram voluntárias e técnicas, embora se pudesse contar igualmente com a participação masculina na organização e manutenção da LBA.

Portanto, esta tese fundamenta-se na perspectiva dos estudos de gênero e sua relação com a formulação da assistência social. Desde os anos de 1970, nos Estados Unidos e na Europa, o termo gênero foi utilizado pelas teóricas feministas, sendo introduzido no meio acadêmico para abordar temas intensamente relacionados aos conceitos de classe e raça. Esse entendimento resultou de uma evolução do próprio movimento feminista, que construía uma nova compreensão para o termo gênero, aceito como uma construção social da diferença sexual.

Assim, compreende-se o conceito de gênero como uma categoria de análise das relações entre o masculino e o feminino. É uma construção social,

histórica e cultural elaborada sobre as diferenças sexuais, que se desdobra entre as relações sociais e as relações de poder. Portanto, o conceito de gênero não se refere especificamente a um ou outro sexo, mas às relações que são socialmente construídas (SCOTT, 1995).

Esta pesquisa está pautada, pois, na perspectiva dos estudos de gênero, estabelecida para refletir sobre as questões relacionadas à criação da LBA e à atuação das legionárias, assim como a influência do poder público nas formulações das práticas de assistência. A categoria gênero também foi utilizada para investigar a institucionalização da assistência social no Brasil. Recompondo essa abordagem como um dos elementos construtores dos discursos e das práticas sociais do Estado, recorreremos à definição de Scott quando diz que o gênero é “[...] uma primeira maneira de dar significado às relações de poder, ou, um primeiro campo no seio do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado.” (SCOTT, 1990, p. 16).

Certamente o poder não está num lugar fixo, centralizado e unificado - como tradicionalmente era definido o poder do Estado - mas disperso, ramificado em várias instituições e práticas sociais, sendo o Estado uma das suas formas modernas. O que aqui nos interessa é entender como o gênero é uma das categorias que organizam e dão sentido para os discursos, valores e para as práticas políticas do Estado e de seus agentes.

Entende-se que gênero é a categoria acionada pelos agentes do Estado para definir as políticas da assistência, pois estas estão ligadas a uma visão de mundo na qual os cuidados são marcados pelo sentimento, pela compaixão e por representações de feminilidade, portanto restritas e limitadas. Nosso objetivo é entender de que maneira esses discursos e tal visão de mundo passam a integrar o escopo político, ou de que maneira as relações de gênero migram da esfera privada para significar decisões e ações da esfera pública e política.

Assim, recorre-se a uma análise comparativa entre as relações de gênero e abordagem dos cuidados. De acordo com Joan Tronto, o conceito de cuidado define uma atividade humana, que inclui tudo o que fazemos para manter, continuar e reparar na sociedade, a fim de que possamos viver melhor. Essa sociedade inclui nossos corpos e o meio em que vivemos, e portanto, nesse processo, todos devem se entrelaçar numa complexa teia de sustentação da vida

(TRONTO, 1995).

O cuidado é relacional, por isso devemos partir do pensamento de que todos estão envolvidos em atividades assistenciais, como receptores de cuidados ou como prestadores de cuidados. A partir dessa perspectiva, devemos levar em consideração dois tipos de cuidados, o *cuidado com* e o *cuidar de*. O *cuidado com* reflete um envolvimento distante do objetivo do cuidado. Em geral, esse tipo de cuidado está relacionado às legislações que beneficiam determinados grupos. Já o *cuidar de* imprime um caráter mais próximo e são os agentes que se envolvem, na prática, com os receptores do cuidado.

A autora parte do pressuposto de que até que nos preocupemos com algo, o processo de cuidar não começa. As sociedades somente se preocupam com fatores sociais que evidenciam problemas. Além disso, para Tronto, os agentes que realmente necessitam de proteção e cuidado dificilmente são ouvidos pelos formuladores das políticas de proteção, ou seja, as vozes dos que necessitam de algum tipo de cuidado não são ouvidas.

No caso da LBA é notável a presença do gênero na institucionalização da assistência, fato que consiste na atuação das legionárias, organizadas na experiência dos cuidados, historicamente marcados pela definição da feminilidade. Essa experiência é racionalizada no processo de profissionalização, pois a própria profissão de assistente social atraiu mulheres e a construção da identidade profissional esteve profundamente marcada pelas representações e pelos valores de gênero.

No entanto, na divisão hierárquica das instituições de assistência, o gênero atua fortalecendo as dicotomias e as oposições entre homens e mulheres. Essa oposição evidencia-se ao enfatizar as práticas das mulheres como cuidadoras dos mais necessitados, enquanto os homens permanecem majoritariamente nos cargos políticos, de planejamento e de administração. Vê-se, assim, que mesmo com a racionalização da assistência, permanecem as hierarquias e os estereótipos do gênero na questão dos cuidados.

A tese está dividida em quatro capítulos. No primeiro analisa o processo de criação e fundação da Legião Brasileira de Assistência como parte importante do esforço de guerra e como projeto para a promoção da assistência social no Brasil durante o Estado Novo. A instituição também se caracterizou pela assistência

voluntária com forte apelo para a participação feminina. Dessa forma, abordo, também, a crescente participação feminina em associações caritativas filantrópicas no Brasil.

No segundo capítulo enfoco a inserção das mulheres nas práticas de assistência social da LBA por meio do voluntariado, observando o modo como foram convocadas pela Primeira-Dama Darcy Vargas a fim de que se tornassem legionárias. Enfatizo, também, o processo burocrático e sistemático do funcionamento da LBA, considerando seu Estatuto e os Relatórios Bienais. A perspectiva dessa análise baseia-se na noção do triângulo do bem-estar social, que definia a instituição como uma organização corporativa com papéis de atuação definidos, desenvolvendo uma rede de serviços que contemplava o território nacional.

No terceiro capítulo trato dos primeiros cursos preparatórios ofertados pela Legião Brasileira de Assistência, os quais, além de incorporar um grande número de mulheres no voluntariado, também foram responsáveis pela profissionalização e preparação das mulheres para o mercado de trabalho.

No quarto e último capítulo estudo a atuação da LBA por meio das matérias publicadas nos Boletins Informativos, destacando, sobretudo, a participação feminina e a visibilidade dada para as voluntárias nesse meio de comunicação especializado na assistência, provavelmente o primeiro desse gênero no Brasil.

Como mencionei anteriormente, para o desenvolvimento desta tese foram utilizadas fontes inéditas como os Boletins Informativos da LBA, a Ata de fundação da LBA, o 1º Estatuto da LBA, os primeiros Relatórios Bienais das Comissões Estaduais da LBA, assim como fontes já abordadas em outros trabalhos, como reportagens do Jornal Paulistano e Correio da Manhã que tratam da LBA entre os anos de 1942 e 1946, e também reportagens da revista *O Cruzeiro*, com notícias publicadas sobre a LBA no mesmo período.

O trabalho com essas fontes foi desafiador, tanto na sua busca como na seleção dos documentos localizados. Encontrá-las em Brasília e selecioná-las numa imensidão de caixas ainda não exploradas foi um verdadeiro trabalho de garimpo. Adentrar em arquivos originais e selecionar as fontes utilizadas na escrita desta tese me fez repensar várias vezes o meu ofício de historiadora, sobretudo na tentativa de não negligenciar as fontes e de certa forma ter que abrir

mão de outras, por não contemplarem a conjuntura analisada, embora sejam tão relevantes e interessantes para a história da assistência social no Brasil. Assim, desenvolver este trabalho foi um desafio e uma satisfação, que espero venha a contribuir para a história da assistência social brasileira numa perspectiva teórica dos estudos de gênero. Ao contemplar o trabalho finalizado, não há como não lembrar das palavras de Foucault: “Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou refletir.” (FOUCAULT, 2014).

1 ASSISTÊNCIA, CORPORATIVISMO E PROTAGONISMO FEMININO: A FUNDAÇÃO DA LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA

Em agosto de 1942, o Presidente da República Getúlio Vargas anunciava à nação o ingresso do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Esse fato representou uma série de mudanças no cenário político, econômico, social e assistencial do Brasil. Naquele mesmo ano, Darcy Vargas, a esposa do presidente, fundou a Legião Brasileira de Assistência, com o objetivo “[...] amparar os soldados convocados para a guerra e seus familiares”. Esse foi o início de um modelo de assistência que se manteve por muitas décadas após o término da guerra e que se tornou o primeiro órgão estatal de abrangência nacional para o enfrentamento da pobreza.

A história da Legião Brasileira de Assistência está ligada à história contemporânea do Brasil, desde sua fundação, em 1942, até 1995, quando foi extinta pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, dando lugar ao Programa Federal Comunidade Solidária. Foram 53 anos de atuação, em que instituição teve vários Presidentes e alterou, ao longo do tempo, sua estrutura administrativa. O que permaneceu foi o objetivo central da Legião: o combate aos males relacionados à pobreza. Para que se possa compreender o papel desempenhado pela LBA na organização da assistência social no Brasil, vamos tratar de sua atuação em três momentos. O primeiro foi a fundação da LBA, o segundo foi a institucionalização da LBA e o terceiro refere-se à consolidação da LBA.

Neste capítulo analiso o processo de criação e fundação da Legião Brasileira de Assistência como parte importante do esforço de guerra e como projeto para a promoção da assistência social no Brasil durante o Estado Novo¹. A instituição também se caracterizou pela assistência voluntária, que fazia um forte apelo para a participação feminina, tendo em vista a crescente participação feminina em associações caritativas e filantrópicas no Brasil por meio do associativismo e do voluntariado.

¹ O Estado Novo compreende o período entre 1937 e 1945, durante o qual Getúlio Vargas governou o Brasil ditatorialmente.

1.1 Mulheres benemerentes: a inserção feminina nas obras assistenciais no Brasil

*“Quando, um dia, ao escrevermos a história do esforço de guerra do Brasil, iremos fazer justiça a uma mulher. Trata-se da Sra. Darcy Vargas.”
Boletim Informativo da LBA, nº 7, 15.05.1945, p. 3*

O Boletim Informativo da LBA de 15 de maio de 1945 trazia como destaque de sua reportagem principal intitulada *Conforto Moral da LBA*, uma menção honrosa a Darcy Vargas, Primeira-dama do Brasil e Presidente da Legião Brasileira de Assistência. Aclamada como mãe da nação e representante das mulheres brasileiras engajadas nas práticas de assistência, que visavam amparar as famílias dos soldados brasileiros, e no seu desdobramento em redes de assistência que percorreram todo o país, Darcy Vargas não inaugurou esse tipo de prática e tampouco foi a única a enveredar pelos caminhos da assistência.

Muitas mulheres antes dela estiveram ligadas às associações caritativo-filantrópicas no Brasil. Religiosas, pertencentes à elite, donas de casa, feministas, jovens estudantes, muitas são as classificações das mulheres que estiveram envolvidas em práticas de assistência brasileira, contribuindo de forma significativa para as discussões e formulações de políticas sociais por parte do Estado. A LBA foi uma instituição que se baseou nas experiências de associações femininas já existentes e, a fim de que seu projeto fosse consolidado, as dirigentes e participantes das associações já existentes foram convidadas a desenvolver trabalhos cooperativos com a recém-fundada instituição.

Analisar a crescente participação feminina em associações caritativas filantrópicas no Brasil por meio de atividades voluntárias é relevante. Essas mulheres “[...] vestidas como donas de casa”², tiveram papel fundamental nas instituições assistenciais como a Legião Brasileira de Assistência, profundamente marcada pelo trabalho voluntário realizado por mulheres de diversas faixas etárias, com diferentes graus de instrução, oriundas das classes média e alta, mas todas supostamente unidas pelos laços de solidariedade e pela experiência feminina com os cuidados.

² Aqui faço menção ao texto *Estudos biográficos e filantropia: uma reflexão a partir da trajetória de vida de Pérola Byington*. In: MOTT, Maria Lúcia. Estudos biográficos e filantropia: uma reflexão a partir da trajetória de vida de Pérola Byington. *Gênero*, Niterói, v. 3, p. 21-41, 2003.

O apelo sentimental intensamente permeado pela ideologia da domesticidade serviu como estímulo para a inserção das mulheres nas obras de assistência. Historicamente, esse processo foi construído a partir das profundas transformações sociais, econômicas e culturais provocadas pelo capitalismo industrial e pela urbanização, os quais fizeram emergir na sociedade burguesa moderna noções de privacidade, intimidade e sensibilidades. No discurso ideológico de promoção da domesticidade, a família passou a ser o refúgio contra as adversidades do mundo público, e foi no espaço familiar que papéis de gênero foram reafirmados nessa contraposição moral entre o público e o privado. A ideologia da domesticidade promoveu o lar como esfera feminina e separada do mundo público hostil em que atuavam os homens.

Esse ideário burguês revelou uma concepção de gênero marcada pela dicotomia dos papéis sexuais, os quais fortaleciam a ação e a autoridade masculina por um lado e a passividade e subordinação feminina por outro. Aos homens cabiam as atividades públicas, como o trabalho, os negócios, a cultura e a política, enquanto às mulheres cabiam as funções associadas ao privado, como afazeres domésticos e a educação dos filhos. O espaço privado passou a ser visto como um espaço moralmente restabelecedor e superior, no qual prevalecia a segurança e a ordem moral, em oposição ao espaço público, ameaçador e competitivo (MARTINS, 2016).

Ao serem educadas para viver e “reinar” na esfera privada, as mulheres passaram a ser associadas a qualidades ou virtudes morais como a bondade, a solidariedade, a generosidade, dedicadas à família e benevolentes com os pobres e necessitados. Por isso, elas se tornaram responsáveis pela manutenção do espaço privado e, como guardiãs familiares, deveriam ser virtuosas e portadoras de qualidades morais.

As experiências femininas ligadas à domesticidade foram, assim, definindo-se e as mulheres pertencentes às classes privilegiadas foram progressivamente sendo isoladas na esfera privada. Já as mulheres operárias e provenientes das camadas populares não podiam ficar reclusas nessa esfera moral feminina, pois muitas tinham que trabalhar para se sustentar e às suas famílias (MARTINS, 2016).

As transformações econômicas e sociais ocorridas na Europa do século XIX,

ao mesmo tempo em que excluía as mulheres do espaço público, também as integravam em atividades que estavam intimamente relacionadas às suas funções maternas, tais como a enfermagem, o serviço social e o magistério. Essas atribuições eram consideradas próprias do universo feminino, relacionadas à natureza do cuidado com os outros, fortalecendo os fundamentos deterministas e essencialistas da ideologia da domesticidade.

Tal ideologia valorizava, sobretudo, a maternidade, não só como função feminina, mas como responsabilidade, uma devoção familiar. Desse modo, as crianças passaram a possuir maior destaque, pois representavam o futuro, conferindo às mães o sucesso pela criação dos filhos. Na Europa e nos Estados Unidos, na primeira metade do século XX, foram difundidas organizações de mulheres que tiveram papel essencial na elaboração de leis e políticas de proteção à maternidade e à infância (MARTINS, 2015).

As práticas de assistência desenvolvidas pelas mulheres a partir do século XIX, sobretudo as de caridade, advêm da urgência da questão social, quando as mulheres das classes privilegiadas foram incentivadas a se envolver com as obras de assistência, levando alguma espécie de consolo aos menos favorecidos. Com o empobrecimento da população em geral e o aburguesamento das elites, as diferenças se tornaram mais visíveis e a pobreza mais perceptível, sendo cada vez mais comum observar homens, mulheres e crianças pobres perambulando e mendigando pelas ruas. Para estes, a caridade poderia ser o único alívio para seus sofrimentos e, para as mulheres das classes privilegiadas, essa foi uma forma de protagonismo social e adequação à ordem social e à religião, “[...] foi o apelo sentimental e moral que mobilizou mulheres ricas e das classes médias a se envolver na filantropia.” (MARTINS, 2015, p. 19).

O envolvimento das mulheres com a caridade dava-se por meio de campanhas, arrecadação e distribuição de donativos, bem como de doações em dinheiro a instituições de caridade. Esse sistema organizado de caridade permitia que as mulheres transitassem por outros espaços além do espaço doméstico, tornando possível a organização de associações de mulheres e o seu envolvimento, inclusive, no cenário político, atuando como intermediadoras entre os políticos e as instituições de caridade, a fim de angariar apoio e recursos.

Para Martins:

Foi por meio da questão social que as mulheres das classes privilegiadas participaram da esfera pública e, para muitas delas, o discurso do poder feminino parecia atraente, afinal, nem todas as mulheres reinavam soberanas em seus lares, felizes e dedicadas aos cuidados domésticos. Sair de seus lares, mesmo que fosse por algumas horas na semana para se dedicar às causas benemerentes, encontrar outras mulheres, dar parte de seu tempo para organizar e dispensar a assistência aos necessitados foi um movimento que envolveu mulheres no Ocidente, movimento este que carece de análises mais pormenorizadas que não se limitem à crítica elaborada às mulheres ricas, burguesas e ociosas, crítica presente até hoje. (MARTINS, 2015, p. 22).

Para Maria Lucia Mott, o envolvimento das mulheres das classes privilegiadas em atividades exercidas por associações caritativas e filantrópicas foi considerado, durante muito tempo, como algo muito apropriado, pois assim poderiam exercitar seus talentos e dedicar parte de seu tempo e de suas energias à assistência aos desfavorecidos (MOTT, 2011).

Mott aponta que tanto a historiografia tradicional quanto os movimentos feministas abordaram a participação feminina em associações caritativas e filantrópicas como algo secundário, importante apenas para angariar fundos por meio de festas e cerimônias, desenvolvendo ações assistenciais complementares aos interesses masculinos. Entretanto, mesmo que respaldadas nos papéis tradicionais de gênero, as associações de mulheres foram espaços de atuação que alargaram os padrões e normas de comportamentos femininos considerados condizentes com seu sexo e classe social (MOTT, 2011).

Foi por meio das atividades voluntárias de assistência que as mulheres construíram espaços de sociabilidade e, ao interagirem com o poder político e masculino, as mulheres benemerentes puderam participar de discussões sobre assuntos de interesse feminino como a proteção à maternidade. Ao estabelecerem as mães e as crianças como principais grupos de suas ações assistenciais, as beneméritas partiram de dois princípios: a afinidade de gênero a partir da maternidade, que supostamente aproximava todas as mulheres e, decorrentes desse primeiro, os trabalhos filantrópicos direcionados às mães e às crianças pobres eram considerados um imperativo social, pois a participação das mulheres em atividades caritativo-filantrópicas era muito bem vista.

Em alguns países europeus, a participação feminina na filantropia e nas

obras caritativas contribuiu para inserir os problemas sociais nas pautas políticas. De acordo com Brush, muitas mulheres se envolveram com a filantropia e com a caridade motivadas pela possibilidade de maior participação pública, ganhando assim espaço para discutir politicamente as questões decorrentes da pobreza extrema em que viviam as famílias. A partir dessas práticas benevolentes, algumas mulheres se tornaram ativistas pelas reformas sociais e, por meio de suas ações voluntárias, passaram a ocupar espaços de poder junto aos grupos a que prestavam assistência. Em virtude das variadas ações de assistência proporcionadas, as associações femininas atendiam a grupos diversificados de pessoas, oferecendo serviços de atendimento médico especializado a crianças e idosos, além de distribuição de alimentos e medicamentos, ações que tornavam possível o convívio cotidiano com os grupos de assistidos e uma ampla rede de relacionamento (BRUSH, 1996).

Baseada numa perspectiva de gênero na investigação da assistência social, a socióloga Theda Skocpol sustenta a hipótese de que, para garantir direitos sociais, as mulheres reformadoras partiam dos pressupostos sobre a condição biológica feminina como estratégia política utilizada para proporcionar proteção social responsável para a mulher-mãe. Essas definições referem-se às políticas maternalistas que tratam de uma legislação social promulgada entre o final do século XIX e início do XX nos EUA (SKOCPOL, 1992).

Segundo Ana Paula Vosne Martins, o maternalismo é um desdobramento político e ideológico cuja influência foi bastante significativa na formulação das políticas de gênero conduzidas pelos Estados liberais a partir da segunda metade do século XIX e especialmente no começo do século XX (MARTINS, 2011).

O termo maternalismo é usado pelas historiadoras que estudam a participação social e política das mulheres a partir da defesa moral e social da maternidade e da exaltação das qualidades maternas relacionadas ao cuidado com os outros e à assistência:

O maternalismo atua em dois níveis: enaltece as virtudes privadas da domesticidade enquanto simultaneamente legitima a participação feminina na vida pública, seja na política, no Estado, seja na comunidade, no mundo do trabalho ou no mercado. Na prática a ideologia maternalista frequentemente desafiou as fronteiras entre o público e o privado, entre homens e mulheres, entre o Estado e a sociedade civil (KOVEN e MICHEL, 1990, p.108).

As lutas das mulheres por direitos da maternidade, assim como por direitos políticos e sociais, estiveram atreladas desde o final do século XIX, quando foram tomadas as primeiras ações governamentais. A primeira onda dos movimentos feministas nos países europeus e nos Estados Unidos defendia a maternidade como uma condição unificadora do sexo feminino, independente de outras variáveis como classe ou raça. As líderes feministas insistiam em ressaltar que a maternidade era uma função social e não uma questão meramente privada, individual ou familiar. Para as feministas, enquanto função social, a maternidade gerava direitos para as mães, os quais deveriam ser garantidos pelo Estado (BOCK e THANE, 1996, p 34).

Apesar da existência de diferenças ideológicas entre as correntes feministas em relação à maternidade, era unânime o fato de que a criação dos filhos seria tarefa das mulheres - ainda que nem todas exercessem tal função -, argumentação que justifica a centralidade do papel da maternidade no pensamento e nas práticas reivindicatórias dos movimentos feministas da primeira onda.

O ativismo feminino em favor da maternidade partiu de uma concepção de que as mulheres deveriam exercer seus direitos como cidadãs tendo suas particularidades respeitadas, como no caso da maternidade. Ao longo do tempo, essas reivindicações do movimento feminista pretendiam definir a cidadania das mulheres com base numa natureza ou contribuição específica feminina, própria da sociedade na qual exigiam igualdade de direitos com os homens por considerarem que as atividades de reprodução social, envolvidas na maternidade, também são trabalho que deveria ser remunerado (BOCK e THANE, 1996, p 44).

Pat Thane explica que a busca por tais direitos foi mais contundente à medida que as mulheres foram participando da esfera pública e se engajaram num discurso a respeito da maternidade como um dever nacional, coincidindo esse discurso com a constituição dos estados de bem-estar. Segundo Thane,

[...] os argumentos feministas encontraram respaldo e foram fundamentais nos debates que levaram os legisladores a aprovarem dispositivos legais de assistência, como também para conseguirem benefícios concretos através de políticas públicas de proteção à maternidade e à infância. (BOCK e THANE, 1996, p 177).

Contudo, o maternalismo tornou-se um movimento político que convergia ao interesse por parte do Estado em proteger a maternidade e a infância. Foi a partir do conjunto de visões ideológicas sobre a maternidade, aliado à participação política feminina em defesa das mães e das crianças, que se desenvolveram as políticas de proteção social para a maternidade. Esse aspecto revela como o gênero é fundamental nas relações sociais e institucionais, nas definições de maternidade e paternidade e também nos discursos e práticas dos diferentes agentes formuladores das políticas públicas, resultando em relações de poder nas práticas assistenciais.

A Igreja Católica também valorizou a função social da mulher através da maternidade por meio do discurso ultramontano, como uma forma de aproximar a família da Igreja e afastar a influência dos protestantes e da modernização daquele período. Nessa conjuntura, as ações benemerentes foram utilizadas como uma maneira de ensinar as mulheres a se portarem como verdadeiras mães católicas e também a estenderem o seu papel doméstico para os necessitados (GUARIZA, 2008).

A valorização materna, nesse período, se constituiu como uma das estratégias da Igreja para reconquistar a sociedade, apostando num discurso que pretendia conquistar corações por intermédio das lembranças da infância e da relação mãe e filho, o que mobilizava os fiéis emocionalmente. A Igreja, como vimos, apoiada na ideia de que a família seria a célula mater da sociedade, acreditava que ao estimular o poder materno cristão no lar poderia reconquistar o poder do catolicismo. A intervenção materna agiria de acordo com a teoria dos círculos concêntricos, ou seja, a mãe catequizaria o filho e conquistaria o marido para o catolicismo e estes fariam repercutir as ideias maternas católicas na sociedade. Dessa forma, quanto maior o número de mães cristãs, maior o número de famílias cristãs, levando a uma sociedade recristianizada. Porém, essa ação feminina no lar e na sociedade deveria obedecer aos limites do seu gênero, ou seja, respeitando a hierarquia entre homem e mulher (GUARIZA, 2008, p. 49).

Assim, a ideologia da domesticidade definiu as mulheres como esposas e mães, portadoras de generosidade, compaixão e piedade. A associação de mulheres com essas qualidades foi o que supostamente justificou o cuidado com os pobres e desafortunados. A natureza feminina, que legitimou a permanência das mulheres no reduto doméstico, ganhou nova forma e passou a ser empregada num sentido contrário (GUARIZA, 2008).

As aptidões maternas passaram, então, a ser expandidas para fora do lar em

virtude da autoridade moral das mulheres. As mulheres de classes privilegiadas passaram a atuar em associações filantrópicas como uma extensão natural dos afazeres domésticos, o que ajudou a diluir algumas das limitações que as divisões de gênero impuseram às mulheres.

Para mulheres solteiras, a filantropia era a resposta à ideologia da domesticidade, uma vez que elas não tinham deveres e responsabilidades familiares da mesma forma que as casadas. A filantropia era considerada uma atividade que não exigia que a mulher fosse casada e que permitiria que ela executasse atividades úteis, oferecendo às solteiras uma alternativa ao casamento. Na metade do século XIX, na Inglaterra, a participação das mulheres de classe média e alta em associações filantrópicas era comumente vista como uma natural extensão de suas funções domésticas e acreditava-se que as mulheres deveriam se envolver em trabalhos filantrópicos, os quais eram considerados louváveis (ELLIOT, 2002).

No Brasil, a partir de meados do século XIX, a participação feminina na assistência promovida pela caridade e a filantropia foi incorporada pelas práticas médicas ligadas à assistência, à maternidade e à infância. As mulheres foram chamadas pelos médicos filantropos a se unir em prol das mães e filhos desfavorecidos. De acordo com Freire e Cosati,

[...] a proteção à maternidade e à infância constituiu o eixo privilegiado em torno do qual se desenvolveu a filantropia feminina no Brasil desde o final do século XIX. Tal prioridade seguia, no mínimo, uma dupla orientação. De um lado, atendia aos pressupostos que guiavam as relações sociais de gênero, uma vez que tal ocupação era considerada como extensão da função maternal inerente à natureza das mulheres. De outro, mostrava-se em sintonia com o ideário nacionalista que depositava nas crianças a esperança de progresso e construção da nação. (FREIRE e COSATI, 2015, p. 35).

Isso pode ser evidenciado, segundo as autoras, pelo Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (IPAI). O Instituto foi criado em 1899 pelo pediatra Arthur Moncorvo de Figueiredo Filho, com o objetivo de amparar e proteger a infância. Em poucos anos de atuação, o IPAI tornou-se modelo de atuação para demais instituições. As metas de Moncorvo eram ambiciosas: objetivavam inspecionar e regular as amas de leite; estudar as condições de vida das crianças pobres; inspecionar as escolas; organizar campanhas de vacinação;

fiscalizar o trabalho feminino e de menores; difundir conhecimento sobre doenças infantis, entre outras atribuições.

Preocupado com a infância, Moncorvo aliou o conhecimento científico à filantropia e fundou o Departamento da Criança, em 1919, instituição responsável por sistematizar dados, elaborar relatórios e concentrar informações sobre a infância brasileira. Moncorvo pretendia chamar a atenção da sociedade e das autoridades para o futuro da nação por meio da saúde das crianças e, para tal, recorreu aos ideais patrióticos. Para o funcionamento do IPAI, Moncorvo contava com o auxílio financeiro de empresários, industriais e de famílias abastadas do Rio de Janeiro. Foi pela filantropia que Moncorvo teve o apoio e a colaboração feminina, tendo destaque a associação Damas da Assistência à Infância.

O modelo da Associação das Damas da Assistência à Infância é um bom exemplo da participação feminina na filantropia. Maria Martha de Luna Freire desenvolveu um minucioso trabalho acerca dessa associação, por meio do qual podemos constatar que houve um incentivo à atuação feminina junto a determinados grupos que abrangiam os necessitados de diferentes tipos. A atuação feminina era direcionada, sobretudo, aos problemas referentes à maternidade e infância pobres, pois parecia natural às mulheres lidar com as particularidades comuns da natureza feminina e da maternidade (FREIRE, 2015).

No caso da Associação das Damas da Assistência à Infância, a atuação começou com sua fundação, em 05 de setembro de 1906, com o objetivo de arrecadar fundos que viabilizassem os programas de assistência disponibilizados pelo IPAI. Assim, a diretoria da Associação mantinha contato permanente com a Direção do IPAI, tornando, segundo Moncorvo Filho, reconhecida a importância e necessidade da existência e permanência da Associação (FREIRE, 2015).

A Associação era constituída por damas da sociedade carioca e suas sócias eram divididas em quatro categorias: instaladoras, contribuintes, protetoras e beneméritas. Todas pagavam mensalidade e tinham funções definidas a fim de atingir seus objetivos, os quais eram direcionados pelos relatórios do Instituto de Proteção e Assistência à Infância. A Associação era conduzida por uma Diretoria eleita bienalmente e por comissões que tinham responsabilidades que abrangiam desde a assistência às crianças doentes até a previdência, cujo objetivo era promover junto aos poderes públicos a interdição de crianças que estivessem em

situações de risco, ou que os pais fossem tidos como incapazes. Além de angariar fundos, a Associação organizava a festa de Natal, de Bom Ano e de Reis para as crianças e famílias pobres, realizava campanhas de vacinação e organizava bailes beneficentes para famílias que tinham representação social a fim de arrecadar fundos.

Todos os donativos arrecadados pela Associação eram destinados ao IPAI. Não há como mensurar o impacto da atuação da Associação no funcionamento e permanência do IPAI, mas é possível constatar que a atuação feminina foi determinante na articulação do movimento filantrópico científico. Nessa articulação, os médicos e higienistas se responsabilizavam pelo desenvolvimento de estudos e práticas clínicas que reduzissem os problemas referentes à pobreza, e às mulheres cabia o papel de angariar fundos para manter os programas de assistência e atuar diretamente no atendimento às mães e crianças pobres (FREIRE, 2015).

Ao longo do século XX, houve uma crescente participação feminina em associações filantrópicas, aumentando significativamente o número de associações pelo Brasil. Algumas instituições que se empenharam em campanhas filantrópicas foram a Liga das Senhoras Católicas da Bahia e de São Paulo, a Cruz Vermelha, a Aliança Cívica das Brasileiras, entre tantas outras³.

Ana Paula Vosne Martins, ao analisar a trajetória de duas filantropas brasileiras, Stella de Faro e Eugenia Hamann, que além de ativistas nas práticas assistenciais também integraram o Conselho Nacional de Serviço Social, destaca que a participação das mulheres de elite nas obras assistenciais foi marcada pelo conservadorismo, o qual foi negligenciado pela história das mulheres por distanciar-se de uma leitura feminista e da história social. Segundo Martins, a história das mulheres de orientação política e teórica feminista não teve interesse pelo que fizeram, pensaram e escreveram as mulheres ditas conservadoras e de elite (MARTINS, 2016).

O programa político e investigativo da história feminista das mulheres precisava abrir espaço para as vozes silenciadas de mulheres comuns,

³ Exemplos de associações femininas não filantrópicas que apoiavam as ações assistenciais são a Associação das Senhoras Brasileiras, criada em 1920, que tinha atuação educativa, e a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, a principal organização feminista do Brasil na década de 1920, que não tinha orientação filantrópica, embora apoiasse as campanhas.

operárias, rebeldes e subversivas à ordem social e de gênero. Esse programa foi e ainda é política e epistemologicamente importante e relevante, contudo a lição de que as mulheres não são todas iguais deveria ser radicalizada do ponto de vista teórico e metodológico. Se não há um sujeito Mulher na história, da mesma forma a história das mulheres não foi somente de opressão e resistências, havendo muito conformismo, adequação e adesão a ideologias conservadoras e a regimes de poder. Ao investigar o protagonismo das mulheres de elite brasileiras na assistência social pude verificar que o conservadorismo não foi uma ideologia ou um estilo de pensamento linear para aquelas mulheres, como se fosse um vestido cortado do mesmo tecido, da mesma cor e no mesmo molde a vestir todas elas. Esse modelo foi realmente idealizado e mais ou menos inculcado por meio da educação, da religião e do poder patriarcal, mas, ao contrário do dito popular, as mulheres não são todas iguais e mesmo compartilhando experiências de classe social de elite, as trajetórias de vida acabaram por levá-las a viver certas experiências e a ter acesso a conhecimentos e ideias questionadores da ordem que as levaram a ensaiar outros papéis para além daquela caricatura da 'dama de sociedade' insensível, arrogante e obediente às normas. (MARTINS, 2016, p. 3).

Nesse sentido, o conservadorismo das mulheres de elite não foi uniforme. O discurso que afirmava noções de domesticidade colocando as mulheres no lugar privilegiado de esposa e mãe, também partia em defesa do protagonismo feminino pela família, sem, contudo, tocar nos seus fundamentos hierárquicos e nas relações de poder como fizeram as feministas. Assim, a atuação das mulheres de elite nas práticas assistenciais partia de uma visão orgânica e hierárquica de sociedade, em que o conflito é considerado uma anomalia. Ou seja, as desigualdades de classe eram percebidas como um mal

[...] que poderia ser sanado pela colaboração, pela solidariedade e pela adesão dos trabalhadores e dos necessitados à noção liberal e cristã de bem comum, ou seja, ricos e pobres, patrões e empregados, afortunados e desgraçados deveriam colaborar, cada qual em seu papel e nas suas possibilidades, a fim de superar as distâncias e diminuir a miséria, mas mantendo intocada a ordem social e o respeito às autoridades instituídas. Assim, as mulheres de elite justificavam a sua participação na ação social, fosse por meio das obras de caridade, fosse pelas associações e instituições filantrópicas. (MARTINS, 2016, p. 5).

Assim, as mulheres de elite com perspectivas consideradas conservadoras, agiam de maneira calculada ao formularem críticas à sociedade, mas preservavam sua posição social e política de elite, defendendo a ordem de gênero que as colocava em situações de inferioridade, mas que, ao mesmo tempo, conferia a respeitabilidade e o prestígio que lhes concedia benefícios como apoio político e financeiro para suas ações assistenciais e suas campanhas feministas.

Stella de Faro e Eugenia Hamann foram atuantes nas obras filantrópicas no Rio de Janeiro e, mediante suas obras assistenciais, marcaram fortemente o voluntariado carioca ao colaborar com instituições por meio de campanhas de arrecadação de recursos para construção de instituições assistenciais, assim como para promoção e manutenção de ações já existentes.

Outra experiência bastante significativa para a compreensão da participação feminina na assistência através das associações filantrópicas na primeira metade do século XX, é a Cruzada Pró-Infância, fundada na cidade de São Paulo, em 1930, por Pérola Byington, em parceria com a educadora sanitária Maria Antonieta de Castro e médicos sanitaristas, além de outras mulheres da elite paulistana. A Cruzada foi majoritariamente organizada por mulheres, sendo pioneira em face da amplitude das ações de proteção e cuidado com a maternidade e a infância que conseguiu desenvolver.

A Cruzada iniciou suas atividades com uma campanha de combate à mortalidade infantil, a qual contou com a participação efetiva de mulheres da elite paulista, com o objetivo de angariar recursos que fossem suficientes para atender ao maior número de crianças que viviam em famílias em condição de miséria.

De acordo com Maria Lúcia Mott:

A mortalidade infantil era uma questão que preocupava as elites brasileiras. Se por um lado o desenvolvimento agrícola e industrial fez com que o país conhecesse um surto de desenvolvimento, em especial nas cidades, o progresso não significou benefício para grande parte dos habitantes. Ao contrário, as desigualdades se acentuaram no período. Devido às péssimas condições sanitárias e de trabalho, as taxas, sobretudo de mortalidade infantil, permaneciam altíssimas. Homens e mulheres educados das camadas médias e das elites passaram a denunciar esse 'desperdício' de vidas para a nação. Dentro de um espírito populacionista da época, acreditavam que o Brasil precisava preencher os espaços vazios, que o número de habitantes significava maior número de trabalhadores, que o governo deveria investir mais na saúde da população que na imigração e que o futuro da nação dependia da quantidade, como também da qualidade física, moral e educacional de sua população. A Cruzada Pró Infância surgiu justamente nesse contexto. (MOTT, 2003, p. 25).

Os principais objetivos da Cruzada Pró-Infância eram a criação de um dispensário central para encaminhar remédios, alimentos e roupas às crianças e mães pobres, além da construção de um abrigo maternal para filhos de mães doentes. Como a maioria das associações filantrópicas, possuía um grande número de participantes mulheres, especialmente voluntárias, que

majoritariamente financiavam as ações por meio da arrecadação de recursos junto à elite paulistana. Em poucos meses de atuação agruparam 100 associadas, transformando-se numa entidade dirigida exclusivamente por mulheres. Dessas, destaca-se a atuação de Pérola Byington e Maria Antonieta de Castro. Conforme Mott:

Pérola Byington foi diretora-presidente da Cruzada por mais de 30 anos, até 1963, quando morreu, e Maria Antonieta de Castro foi diretora-secretária pelo mesmo período. As duas podem ser consideradas as vigas mestras da entidade. Pérola Byington era descendente de imigrantes norte-americanos que vieram para o Brasil depois da Guerra de Secessão. Tinha então 50 anos, era casada com um importante empresário da área de eletrificação e do comércio de importação e desfrutava de um bom trânsito entre as elites com a qual vinha convivendo nos últimos quinze anos. Seu relacionamento de classe certamente não foi o único motivo e, talvez, nem mesmo o principal, do convite para formar a entidade. Ela era uma educadora com um projeto de reforma social e uma larga experiência em trabalho voluntário, realizado junto à Cruz Vermelha norte-americana e brasileira. Maria Antonieta tinha nascido no interior de São Paulo, era solteira, possuía uma trajetória importante como professora, educadora sanitária e escritora infantil. (MOTT, 2003, p. 23).

Desde o início de suas atividades, a Cruzada contou com trabalho voluntário de suas associadas. Não tinha sede fixa, as reuniões eram realizadas em diferentes lugares e os serviços prestados foram no sentido de ajudar individualmente algumas entidades, famílias e pessoas, com roupas, gêneros alimentícios, remédios, conselhos morais e até mesmo complementar os serviços de saúde e educação governamentais. A partir de 1930, a entidade se profissionalizou.

As atividades e serviços se diversificaram e abrangeram um número maior de pessoas foi construída uma sede, dispensários (com serviços de clínica geral, higiene infantil, pré-natal, fisioterapia, dietética, odontologia, dentre outros), uma Casa Maternal para acolher mães antes e depois do parto, foram organizados parques infantis com serviços de psicologia, criado um banco de leite, organizadas campanhas e cursos no sentido de divulgar os princípios de puericultura e, nos anos 40, fundadas creches. A entidade publicou uma revista própria, teve uma ativa participação em congressos e seminários que reuniam especialistas de diferentes áreas, apresentou trabalhos, fez e discutiu projetos, produzindo uma importante literatura sobre a proteção à infância e à maternidade. (MOTT, 2003, p. 31).

Hoje poucas pessoas sabem quem foram essas mulheres. Algumas delas tiveram seus nomes atrelados à filantropia, como Stella de Faro, Eugenia

Hamann, Pérola Byington e Maria Antonieta de Castro. Mas, a maioria permaneceu no anonimato. Essas mulheres tiveram um papel fundamental na criação, organização e manutenção de entidades filantrópicas, e ao atuarem de forma voluntária em obras de assistência no Brasil, tornaram possível a manutenção de milhares de pessoas que viviam na mais absoluta miséria. Não seria possível enumerar a quantidade de Anas, Marias, Joanas e Clarices que atuaram como voluntárias. Também não é possível saber com exatidão a relevância de cada atuação, classificando-as como mais ou menos importantes. Algumas contribuíram com quantias significativas de dinheiro, outras doaram seu tempo para levar alguma forma de assistência para as famílias pobres, outras atuaram com seus conhecimentos profissionais, educando, curando e tratando crianças pobres, outras levaram mais do que recursos materiais, levaram esperança e afeto. Todos esses exemplos, específicos do voluntariado, foram manifestados e retratados na atuação voluntária feminina da Legião Brasileira de Assistência. Muitas voluntárias permaneceram no anonimato e algumas delas tiveram um protagonismo importante para o desenvolvimento da assistência prestada pela instituição, sobretudo no que tange aos primeiros anos de atuação, momento em que seus trabalhos foram consolidados.

1.2. A Assistência como esforço de guerra: a fundação da LBA

Até 1942 o Brasil acompanhou, mesmo que à distância, os flagelos e males advindos da Segunda Guerra Mundial. O conflito, que inicialmente compreendia uma guerra entre países europeus, atingiu o Brasil em 1942. Com o envio de soldados para lutar na guerra, coube às mulheres das elites brasileiras proteger as famílias dos soldados. Essa é uma definição de papéis bastante importante para a compreensão do processo e fundação de políticas sociais promovidas pelo governo federal naquele contexto. O objetivo de Vargas com a entrada do Brasil na Segunda Guerra era dar apoio, sem restrições, aos países aliados. A justificativa para a entrada do Brasil na Guerra foi o bombardeio ocorrido contra navios brasileiros por parte da Alemanha. Assim, o apelo nacionalista foi respaldado pelo discurso inflamado de justiça, mas que dependia do alistamento

de soldados que estivessem dispostos a lutar e derrotar os inimigos.

Apesar do enfoque central dessa discussão não serem os soldados, compreender quem foram e por que passaram a ser o alvo da assistência social organizada pela LBA é um fator relevante no contexto. Os primeiros soldados enviados para o *front*, na Itália, partiram em 1944. O processo de envio das tropas foi demorado, se comparado à urgência que a guerra demandava. Inicialmente, em 15 de março de 1943, Vargas aprovou o envio de tropas brasileiras para combater na Europa. Em 13 de agosto criou a Força Expedicionária Brasileira (FEB) por meio da Portaria Ministerial 47-44 e regulamentou a criação da 1ª DIE - Divisão de Infantaria Expedicionária.

Um dos grandes problemas enfrentado pela FEB foi o modo de seleção dos militares, ocorrido, sobretudo pela própria inexperiência e falta de critérios: “[...] as juntas de Inspeção de Saúde não tinham critérios uniformes. Não estavam mesmo adestradas para tal atividade, nem dispunham de material especializado.” (ROSA, 2010, p. 32).

Em decorrência, grande parte do efetivo chegava ao *front* sem condições, inclusive físicas, de desempenhar as funções militares. O grande efetivo da FEB era composto por jovens pobres, advindos do meio urbano ou que trabalhavam em pequenas propriedades de terra para subsistência, geralmente colonos. A maioria do efetivo de expedicionários era composta por analfabetos e, da parcela jovem do efetivo, a maioria era voluntária.

Os demais seguiam a Lei do Serviço Militar de 1939, preconizado como um ato de cidadania a que estavam sujeitos os jovens alistados no Exército Brasileiro. Esse serviço condicionava os direitos políticos e sociais a prestação de serviço obrigatório. Contudo, mesmo tratando-se uma obrigação de todos os homens brasileiros, não havia um nivelamento nesse cumprimento do dever, pois aqueles que eram de famílias mais abastadas, acabavam utilizando de artifícios para realizar suas fugas desse compromisso com a pátria, ocorrendo que a grande maioria atingida por esse ato de cidadania, eram os pobres e analfabetos. (ROSA, 2010, p. 41).

Assim, enquanto a grande massa recrutada era composta por jovens voluntários, pobres e analfabetos que nunca receberam treinamento de guerra, os que seguiam a carreira militar e estavam habilitados para enfrentar tal situação não foram para o *front*.

Isso ocorreu porque há indícios de que militares da ativa recorreram a conhecidos políticos para não compor o efetivo febiano e combater em solo italiano. Buscaram pessoas influentes que pudessem apadrinhá-los, de forma que pudessem ser dispensados de combater na guerra. Outro problema era referente aqueles que não queriam ir para o Teatro de Operações. Essa situação acabou ocorrendo com grande incidência dentro da caserna. Até mesmo doenças, diagnósticos e outros mecanismos eram inventados, forjados para que determinado militar não participasse. (ROSA, 2010, p. 45).

Quando conclamou os brasileiros para se unirem no esforço de guerra, Getúlio Vargas também contou com a colaboração de sua esposa, Darcy Vargas, para a criação de um órgão de assistência e amparo às famílias dos soldados alistados. Esse projeto resultou na Legião Brasileira de Assistência, instituição que foi responsável por uma série de serviços de assistência social no Brasil e que atrelou cooperativismo e voluntariado em suas ações a partir de 1942, ano de sua fundação.

O cooperativismo é um conceito comum aos estudos econômicos, relativo aos mecanismos associativos de indivíduos ligados a uma mesma atividade econômica e que partilham lucros e resultados obtidos mediante um produto comercializado. Nesta tese, empregamos o conceito para a assistência social, na qual o termo cooperativismo compreende a adoção de uma série de aparatos organizacionais aliados ao sistema do trabalho colaborativo, em que empresas ou indivíduos são provedores de recursos e também indivíduos de diversas esferas profissionais desenvolvem atividades fins (CBCISS, 1984). O cooperativismo social não visa retorno financeiro, mas sim, o desenvolvimento de instituições que promovam assistência social e possibilitem o amparo e o desenvolvimento social de grupos que vivem em situações de risco.

Para o desenvolvimento de seus projetos, a LBA contou com o cooperativismo social e atrelou ao projeto de assistência, o trabalho voluntário. O voluntariado sintetiza-se como uma atividade não remunerada, por motivação pessoal, de forma estruturada e durante o período que as pessoas voluntárias desejarem ou se dispuserem a trabalhar. Os voluntários agem de acordo com suas próprias escolhas e motivações, não visando obter lucro financeiro. O voluntariado está ligado ao valor da solidariedade e se institui como um meio dos indivíduos e das associações identificarem necessidades e problemas humanos, sociais ou ambientais e lhes darem respostas (LANDIN, 2000).

Nesta tese o voluntariado está intrinsicamente ligado ao apelo filantrópico/caritativo da instituição e às mulheres brasileiras para doar seu tempo e trabalho. Antes de realizar a análise do desenvolvimento, tanto do cooperativismo como do voluntariado pela LBA, recorreremos à historiografia a respeito da instituição.

Os trabalhos historiográficos acerca da assistência social no Brasil são crescentes e a Legião Brasileira de Assistência já foi objeto de estudos. Entretanto, nenhum desses trabalhos teve como objetivo analisar a fundação e consolidação da instituição como um sistema organizado pelo corporativismo, com estrutura e organograma delineados desde seu primeiro dia de atuação. Em sua origem, a LBA apresentou uma estrutura burocrática que definiu evidentemente núcleos de ações estabelecidos hierarquicamente e a implantação de uma abordagem técnica de assistência social.

Os trabalhos que abordam a LBA como condutora de políticas sociais expressivas no Brasil estão nos campos do serviço social e da educação. Dentre eles, destacam-se os de Aldaíza Sposati (1987) e os de Fúlvia Rosemberg (2002). Aldaíza Sposati afirma que a LBA se constituiu como instituição central, capaz de formular e implantar políticas e programas sociais assistencialistas graças aos programas que desenvolvia. Para a autora, a representatividade da LBA na história da assistência social brasileira é hegemonicamente caracterizada pela irrestrita prestação direta de serviços de assistência social. A LBA representou “[...] a simbiose entre a iniciativa privada e a pública”, atuando por meio de subvenções e convênios, desenvolvendo programas socioassistenciais e de serviços de infraestrutura social. A autora analisa, principalmente, a participação da LBA na organização de creches, asilos e centros de reabilitação, privilegiando o período da Ditadura Militar iniciada em 1964, quando houve uma grande expansão de instituições que firmaram convênios com a LBA. Foi naquele período também que ocorreu a transformação da LBA em Fundação, vinculada ao Ministério do Trabalho. Na perspectiva de Sposati, as ações da LBA foram marcadas pela flutuação entre a concessão de benefícios e o puro assistencialismo (SPOSATI, 1987).

Fúlvia Rosemberg discute a influência da LBA na educação infantil na década de 1970. A autora fez uma análise do processo de expansão da educação

coletiva de crianças de zero a seis anos no Brasil por meio do Projeto Casulo. Inaugurado em 1977, o projeto atingiu rapidamente a meta prefixada pela LBA em atender 70 mil crianças em todo território nacional. Atuando nas práticas de educação infantil, o Projeto visava combater a pobreza, entendida como uma séria ameaça à segurança nacional.

Responsável pela coordenação do Projeto Casulo, a LBA repassava os recursos às instituições por meio das Prefeituras. Para Rosemberg, a inserção da LBA nas práticas da educação infantil pode ser entendida como um dos mecanismos de doutrinação capazes de manter uma certa ordem moral. Para a autora, esse mecanismo manteve as famílias pobres numa relação de dependência do Estado durante muitos anos, pois a manutenção econômica das famílias por conta dos donativos recebidos contribuía também para a doutrinação social (ROSEMBERG, 1997).

Sérgio César da Fonseca e Elmir de Almeida desenvolveram também estudos acerca da LBA e a interiorização de políticas de assistência infantil no município de Ribeirão Preto. O objetivo dos autores foi demonstrar como as políticas assistenciais promovidas pela LBA foram impactantes no município e a maneira como elas foram incorporadas nas práticas de educação infantil por meio dos programas pedagógicos desenvolvidos especialmente para as crianças. Os autores analisaram os programas Sopa Escolar e Caixa Escolar como caminhos para interiorização de ações da LBA. Essa análise possibilita compreender o modo de operação dos programas, a apresentação dos locais de execução, e as parcerias institucionais estabelecidas a fim de indicar traços da interiorização dessas ações (FONSECA e ALMEIDA, 2016).

Esses estudos tratam da representatividade da LBA em práticas de assistência específicas e pontuais, como as campanhas desenvolvidas pela LBA. Apesar da precisão de tais estudos, nenhum deles contempla efetivamente os processos de institucionalização da LBA, de criação de suas normas, Estatuto e organogramas, fatores determinantes para a consolidação de seus projetos e para a amplitude dos serviços prestados no território nacional posteriormente. Para compreender tais questões, é relevante a análise do momento de criação da LBA e a liderança exercida por Darcy Vargas.

Ivana Guilherme Simili, ao fazer um minucioso estudo sobre a trajetória e o

protagonismo de Darcy Vargas na vida pública, afirma que sua vida é permeada pelo silêncio. Para ela, Darcy Vargas era uma mulher silenciosa que se deixou captar somente pelos outros, pelo que o marido Getúlio Vargas escreveu no seu Diário, pelo que a filha Alzira Vargas disse no livro “Getúlio, Meu Pai”, pelo que a imprensa publicou a seu respeito, pelo que as construções biográficas falam sobre ela, pelo que as imagens fotográficas mostram.

O silêncio de uma mulher e as vozes que sobre ela incidem tentando mostrar e dizer algo sobre quem ela foi e o que fez, foram usados como materiais na construção de uma trajetória para a personagem Darcy Vargas, para a mulher, a esposa, a mãe e a primeira-dama que ela foi. (SIMILI, 2006, p. 01).

Darcy Sarmanho Vargas nasceu em 1895, em São Borja, no Rio Grande do Sul, numa família de elite - o pai era estancieiro e comerciante. Em 1911, quando tinha 15 anos, casou-se com Getúlio Vargas, que era da mesma cidade. No ano seguinte tem início a maternidade com o nascimento dos (as) filhos (as) – Lutero (1912), Jandira (1913), Alzira (1914), Manuel Antônio (1916) e Getúlio Filho (1917). Darcy Sarmanho Vargas, como uma menina de seu tempo e cultura, foi criada e educada para o casamento e, como várias meninas da época, interrompeu a vida escolar para casar-se aos 15 anos, com Getúlio Vargas. Após o casamento, teve sucessivas gestações (em seis anos era mãe dos cinco filhos que o casal teve), Darcy reproduzia e reforçava, em sua trajetória, o modelo de feminilidade predominante no início do século XX, que transformava em “missão e destino da mulher na terra” o casamento e a maternidade. Casando-se e procriando, cumpria-se para ela o destino traçado para as mulheres pela cultura da época e começava aquilo que parecia predestinado como sua missão na terra: ser esposa e mãe (SIMILI, 2006).

No entanto, o casamento de Darcy e depois a maternidade se deram a partir de um vínculo com um homem que tinha iniciado a carreira política e que a ela daria continuidade, conduzindo-o à presidência da República, em 1930. Este foi um diferencial na trajetória da esposa e mãe Darcy, porque ela acompanhou seu marido e criou um itinerário marcado por formas de conhecimento e de participação na política. Ela foi a esposa do advogado e deputado estadual Getúlio Vargas (1909-1913; 1917-1921), do deputado federal pelo Rio Grande do

Sul (1922-1926), do Ministro da Fazenda no governo Washington Luís (1926-1927), do Governador do Estado do Rio Grande do Sul (1928-1930), do Chefe do Governo Provisório instalado em 1930 e do Presidente da República (1934-1945 e 1951-1954). Como esposa e mãe, Darcy esteve ao lado de Getúlio, atuando e participando dos seus jogos políticos.

Foi no desempenho das funções de esposa e mãe, que Darcy Vargas desenvolveu formas de atuação e de participação na política, inclusive, mediante a criação de obras sociais e assistenciais. Os relatos da filha, Alzira, mostram que em 1930, no Rio Grande do Sul, ela criou a Legião da Caridade, uma associação composta por mulheres da elite gaúcha que se organizaram para produzir roupas, angariar e distribuir alimentos para as famílias cujos homens – pais, maridos e filhos que seguiram acompanhando Getúlio Vargas na sua aventura política. (SIMILI, 2006, p. 02)

Sua participação na Legião da Caridade evidencia como as ações de Darcy Vargas foram guiadas, desde o início de sua trajetória pública, pela caridade e pela filantropia, afinal era o que se esperava de uma boa católica. Isso pode ser evidenciado por ocasião da criação da Fundação Darcy Vargas, em 1938, no Rio de Janeiro, que tinha como objetivo

[...] curar, amparar e educar a infância desvalida da cidade do Rio de Janeiro, como também promover a difusão do ensino profissionalizante de menores de ambos os sexos, com o propósito de prepará-los moral e fisicamente para uma vida útil, modesta e feliz. (ATA de reunião da Fundação Darcy Vargas de 12/12/1939).

A Fundação Darcy Vargas foi uma associação filantrópica que contou com a participação de senhoras da elite carioca na proteção à infância pobre. Fruto do trabalho filantrópico dessa Fundação foi a Casa do Pequeno Jornaleiro, criada em 1939, que estimulou a ligação entre a filantropia e o corporativismo, mais tarde replicada na criação da Legião Brasileira de Assistência. A Fundação atrelou as suas práticas assistenciais à participação de mulheres envolvidas com a filantropia e o voluntariado, em ação conjunta com o Estado, visando combater o abandono e a moralizar o trabalho infantil. O empresariado atuava como patrocinador das práticas de assistência à infância desvalida.

O corporativismo é

[...] uma forma de representação de interesses em que o Estado possui papel fundamental, havendo sempre assimetria e caráter bifronte nos arranjos institucionalizados. Tais arranjos podem envolver não só classes

sociais, como igualmente os chamados *policy takers* (receptores de políticas públicas), sendo sempre fundamental observar o tipo de regime político onde ocorrem e o grau de liberdade/competitividade entre os interesses organizados. (GOMES, 2005, p. 114).

Alguns elementos corporativos estiveram presentes na criação e regulamentação das práticas de assistência promovidas pela Fundação. Em 12 de dezembro de 1939 foi aprovado, pelo Conselho Deliberativo, o Estatuto da Fundação Darcy Vargas - Casa do Pequeno Jornaleiro, composto por 28 artigos, divididos em dois capítulos. De acordo com o Artigo 4º de seu Estatuto, a Fundação se destinava a:

[...] amparar, educar e encaminhar os vendedores de jornais e outros menores de até 18 anos de idade, cuja ocupação se exercita nas ruas, será construída e mantida pela Fundação, para morada dos beneficiários necessitados desse auxílio, proporcionando gratuitamente a estes, como aos demais menores, nela matriculados, assistência médica, educação pátria, religiosa, moral, básica e ensino profissional e assistência nos seus empregos, em colaboração com os Sindicatos Profissionais. (Estatuto da Fundação Darcy Vargas – Casa do Pequeno Jornaleiro, artigo 4º, 1939).

Os meninos e adolescentes jornaleiros eram definidos como menor trabalhador, dado que em sua atividade permaneciam nas ruas correndo o risco de pender para a marginalidade. Para evitar esse desvio que futuramente poderia ocasionar problemas sociais mais amplos relacionados à criminalidade, a Fundação foi instituída visando cumprir seus propósitos de amparar, educar e encaminhar os menores. A Casa do Pequeno Jornaleiro deveria dar suporte para que esses menores não permanecessem perambulando pelas ruas e, para conseguir atingir seus objetivos, a Casa deveria ter

[...] um restaurante para uso exclusivo de seus beneficiários, nela matriculados para fornecer-lhes alimentação, higiene e preços ínfimos, bem como fornecerá, da mesma maneira, peças de vestuário e calçados, roupa lavada e outras utilidades, incluindo-lhes hábitos de poupança, de economia e amor ao trabalho. (Estatuto da Fundação Darcy Vargas – Casa do Pequeno Jornaleiro, artigo 5º, 1939)

A Fundação Darcy Vargas articulou medidas da esfera estatal com a iniciativa privada para construir um espaço que pudesse amparar os meninos, atendendo ao que ordenava o Decreto nº 22.024, ou seja, impedir o trabalho para menores de 14 anos. Em novembro de 1939, a Fundação Darcy Vargas promoveu um jantar dançante na Quinta da Boa Vista em prol da Casa do

Pequeno Jornaleiro. Na ocasião compareceram membros da elite e a arrecadação de verbas possibilitou o início das obras da Casa. No ano seguinte a Fundação, mediante parceria com a filantropia e o Governo Federal, construiu uma casa com capacidade para 200 meninos, a qual ficou denominada Casa do Pequeno Jornaleiro. Estruturas semelhantes foram criadas em diversas cidades brasileiras, sendo que o modelo implantado por Darcy Vargas por meio de sua Fundação serviu de base constitutiva para as demais (SIMILI, 2008).

A atuação de Darcy Vargas no projeto Casa do Pequeno Jornaleiro teve repercussão nacional e, a partir da experiência no Rio de Janeiro, instituições semelhantes foram criadas em diversas capitais brasileiras. Esse foi o primeiro projeto assistencial criado por Darcy Vargas que ganhou visibilidade nacional. Alguns fatores implantados na fundação da Casa do Pequeno Jornaleiro também serviram como modelo para a instituição da LBA, como o corporativismo e o cooperativismo, pois a participação de proprietários e representantes da imprensa como conselheiros na Casa do Pequeno Jornaleiro do Rio de Janeiro e de suas obrigações financeiras previstos no Estatuto indica que esse segmento era o principal financiador das obras sociais criadas por Darcy Vargas. Dessa forma,

[...] são reconhecidas as ligações do Governo Vargas com as empresas de jornais na época, como a subvenção ao jornalismo, a censura, o controle da informação e, principalmente, a utilização da imprensa para a propaganda política do governo. Neste sentido, havia um interesse comum entre Vargas e a imprensa, a veiculação da notícia em jornais. Portanto, os empresários de jornais, ao financiarem e apoiarem a Casa do Pequeno Jornaleiro, investiriam na venda de jornais. (PEREIRA, 2009, p. 49).

Assim, Darcy Vargas tornou-se responsável por um modelo de assistência conduzido por parâmetros e características semelhantes que, ao mesmo tempo em que teve um público de assistidos específico, também levou em consideração as particularidades regionais, inserindo na discussão empresários e políticos, que foram mantenedores e articuladores na promoção de assistência.

IMAGEM 1- FOTOGRAFIA DA INAUGURAÇÃO DA CASA DO PEQUENO JORNALEIRO EM 1940.



Fonte: Revista Nação Brasileira, 1940.

IMAGEM 2- FOTOGRAFIA DO JANTAR DANÇANTE NA QUINTA DA BOA VISTA EM PROL DA CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. NA IMAGEM DARCY VARGAS DE VESTIDO ESTAMPADO TENDO À SUA FRENTE, DE SMOKING, HENRIQUE DODSWORTH (LENÇO NO BOLSO).



Fonte: Arquivo CPDOC, 1939.

IMAGEM 3 – FOTOGRAFIA DE DARCY VARGAS E OS PEQUENOS JORNALEIROS.



Fonte: Revista Nação Brasileira, 1940.

A fotografia de Darcy Vargas ladeada por pequenos jornaleiros, todos negros, revela-nos a dimensão racial do problema da infância abandonada. De acordo com Kossoy, as fotografias são resíduos do passado, fragmentos de uma determinada realidade registrada fotograficamente. Esses fragmentos nos oferecem indícios quanto aos elementos constitutivos (assunto, fotógrafo, tecnologia) e registra visualmente um fragmento de espaço/tempo retratado.

A imagem do real retida pela fotografia (quando preservada ou reproduzida) fornece o testemunho visual e material dos fatos aos espectadores ausentes da cena. A imagem fotográfica é o que resta do acontecido, fragmento congelado de uma realidade passada, informação maior de vida e morte, além de ser o produto final que caracteriza a intromissão de um ser fotógrafo num instante dos tempos. (KOSSOY, 2001 p. 36 e 37).

Kossoy (2001) reitera que, apesar da singularidade fotográfica, ela é um registro fragmentado de uma realidade maior, pois a imagem capturada não fala por si só, ela reúne informações que são necessárias para a compreensão de um

todo que não foi registrado. Desse modo, a fotografia não pode ser analisada isoladamente, ela precisa ser posta num plano maior e, nesse sentido, contexto e conhecimento histórico são indispensáveis.

Assim, na imagem observada de Darcy Vargas com os pequenos jornaleiros negros, a questão racial ganha relevo. Dados da Casa do Pequeno Jornaleiro atestam que a maioria dos meninos atendidos na Capital Federal eram negros. Os problemas raciais estavam ligados diretamente à questão da eugenia, que no Brasil ganhou visibilidade e legitimidade nas primeiras décadas do século XX, e seus pressupostos forneciam uma explicação para a situação de “atraso do país” e, ao mesmo tempo, indicavam o caminho para a sua superação. Divulgada especialmente pelo médico Renato Kehl a partir de 1918 e pela Sociedade Eugênica de São Paulo, a eugenia no Brasil “[...] conferia modernidade ao meio científico e intelectual das primeiras décadas do século XX”, sendo que “[...] médicos, higienistas, juristas e educadores podem ser considerados os principais interessados nessa discussão.” (KOBAYASHI, FARIA, COSTA, 2009, p. 320).

A eugenia foi conceituada pelo médico sanitarista J. P. Fontenelle como sendo “[...] a parte da higiene que utiliza todos os conhecimentos científicos que concorrem para melhoramento físico e mental das gerações futuras”. O termo tem sua origem do grego *eugenés*, que significa bem-nascido, fazendo da eugenia uma técnica de poder, um instrumento científico por excelência:

[...] os eugenistas incorporavam ‘ao conceber a vida’ controles reguladores que se constituíram como verdadeiros agenciadores do sexo, a definir a constituição das famílias; os modos de viver e trabalhar; as formas de educar os filhos; a sexualidade normal e as condutas desviantes; os imigrantes que o país suportaria; enfim, os meios de existir, para atingir o progresso biológico e então desfrutar do progresso social. (MARQUES, 1994, p. 20).

Assim, amparar os pequenos jornaleiros extrapolava os pressupostos básicos de caridade, intervindo numa questão direta de higiene da raça e ruptura dos descontroles sociais que poderiam resultar em marginalidade, violência urbana e doenças. Os meninos pobres e negros precisavam ser cuidados e moralizados para que não representassem uma futura ameaça ao país, e Darcy Vargas tinha um importante papel nessa ação, por meio da assistência social.

Ivana Simili, ao analisar a participação de Darcy Vargas na assistência social no Rio de Janeiro, afirma que “[...] a importância conquistada pela Fundação

Darcy Vargas pode ser interpretada como efeitos do poder de Vargas sobre os trabalhos assistenciais da esposa.” (SIMILI, 2008, p. 95). Mediante a criação da Fundação Darcy Vargas e da Casa do Pequeno Jornaleiro é possível observar o modelo de assistência empregado pela Primeira-dama, que atrelava o corporativismo do Estado e o patrocínio da iniciativa privada para promover assistência social⁴.

O protagonismo das primeiras damas é abordado na historiografia como um papel secundário, um percurso permitido às mulheres em decorrência do papel principal dos Presidentes, Governadores e Prefeitos. O primeiro-damismo refere-se à atuação de muitas mulheres, que em virtude do casamento, ligaram-se ao universo político através dos mandatos de seus cônjuges e, por consequência desse elo, foram-lhes designadas funções femininas. A função de primeira-dama no Brasil, desde Mary Sayão Pessoa e Darcy Vargas, está atrelada ao desempenho de atividades benemerentes que visam o amparo e proteção de grupos sociais que vivem em situação de risco.

Contudo, pouco se sabe sobre a atuação dessas mulheres. Encontramos em algumas publicações menções a elas, mas o que aparece em primeiro plano é a atuação política dos homens, seus maridos. As primeiras-damas aparecem como colaboradoras das atividades políticas dos cônjuges e como lideranças de obras benemerentes.

O trabalho como de Ivana Simili (2008) se diferencia por abordar o protagonismo da Primeira-dama Darcy Vargas que, além do desempenho de tarefas particulares restritas à sua família, também se envolveu com a assistência social. Por meio de experiências como de Darcy Vargas, as primeiras-damas passaram a ter mais inserção, liderança e visibilidade a partir do terreno da assistência social.

Em 1942, Darcy Vargas empenhou-se em estabelecer um novo projeto de assistência, solicitado por seu marido, o Presidente da República. De acordo com Sposati e Falcão, os esforços de guerra estavam em pleno desenvolvimento nos países envolvidos na Segunda Guerra, compreendendo a atuação feminina e filantrópica no auxílio e assistência aos soldados combatentes e às suas famílias

⁴ Darcy Vargas não foi a primeira esposa de um Presidente da República a atuar em obras assistenciais. Outras como Mary Sayão Pessoa, esposa de Epitácio Pessoa, também se destacaram na filantropia antes dela, mas sem o mesmo apelo e propaganda.

desamparadas.

De acordo com Françoise Thébaud, desde a Primeira Guerra as mulheres foram convocadas para atuar diretamente no *front* como enfermeiras, cozinheiras e secretárias, ou então, como voluntárias em associações e campanhas filantrópicas.

O modelo de atuação feminina em esforços de guerra se estabeleceu mais intensamente durante a Segunda Guerra. Alguns trabalhos⁵ mostram a inserção das mulheres durante aquele período em cenários antes ocupados somente por homens para produzir bens básicos de consumo nas fábricas, indústrias e mesmo nos aparatos bélicos, ou então, exercendo funções de secretárias e telefonistas. Destaca-se também a atuação feminina no trabalho filantrópico, atuando como enfermeiras das famílias pobres, como educadoras, ou angariando donativos como remédios, alimentos e calçados, confeccionando roupas e cobertores de lã, tanto para as famílias, como para os próprios soldados. A atuação feminina manifesta-se efetivamente através da filantropia na doação das suas horas de serviço e também na organização de comitês que buscavam, junto às famílias abastadas, os donativos necessários.

Thébaud ressalta que algumas famílias aristocráticas inglesas estabeleceram, em suas casas de veraneio ou em suas propriedades rurais, pequenos hospitais para receber os combatentes feridos. Para tanto, contavam com o auxílio de jovens mulheres que atuavam como enfermeiras e cuidadoras dos soldados feridos. Como indagou Thébaud, onde estavam as mulheres durante a guerra? Em todos os lugares onde elas pudessem estar, ocupando todos os espaços que lhes foram permitidos (THEBAUD, 1995).

Com a entrada do Brasil na guerra, era necessário que os homens se alistassem, pois Exército, Marinha e Aeronáutica não tinham contingente suficiente para o conflito. Para isso, algumas garantias foram apresentadas que encorajassem os brasileiros a se alistar. Por consequência, suas famílias pobres

⁵ Sobre isso ver: WEITZ, Margaret Collins. *Behind the lines: Gender and the Two World Wars*, New Haven, Yale University Press, 1987. THEBAUD, Françoise. *A Grande Guerra: o triunfo da divisão sexual*, in DUBY, Georges e PERROT, Michelle (org). *História das Mulheres no Ocidente*, Porto, Afrontamento, 1995. GRAYZEL, Susan R. *Women's Identities at War: Gender, Motherhood and Politics in Britain and France during the First World War*, Chapel Hill, University of North Carolina Press, 1999. COVA, Anne Cova (org). *História comparada das mulheres. Novas abordagens*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008.

se tornaram o alvo da rede de proteção. Com a promessa aos soldados de que os familiares receberiam provisão de alimentos, tratamentos de saúde, remédios e inclusive uma moradia, Vargas garantiu aos combatentes que suas famílias não ficariam desamparadas pelo Estado.

De acordo com Cytrynowicz, a entrada do Brasil na guerra serviu como uma estratégia política, pois foi possível retirar componentes ideológicos e promover ajustes políticos e militares. Os ideais de povo unido mobilizaram a nação, estabelecendo um inimigo comum e promovendo a unidade ideológica amplamente defendida durante o Estado Novo (CYTRYNOWICS, 2000).

Assim, a LBA desempenhou um papel político que facilitou a entrada de homens brasileiros voluntariamente na guerra e o fortalecimento da ideologia nacionalista pelo amparo às suas famílias. Portanto, coube à Primeira-dama um dos mais elaborados projetos de assistência já implantados no Brasil, pois sua abrangência visava atingir todo o território nacional. Nada mais apropriado para o momento político e ideológico que uma mulher cuidasse das famílias dos bravos combatentes, ainda mais uma mulher como Darcy, a esposa do presidente.

Com intenção de cumprir o ambicioso projeto, no dia 28 de agosto de 1942 a Primeira-dama anunciou a criação da Legião Brasileira de Assistência, abreviadamente LBA. Porém, a instituição foi reconhecida somente em 15 de outubro de 1942, por meio do Decreto-Lei nº 4830⁶, sendo promulgado seu primeiro Estatuto⁷.

O primeiro Estatuto da LBA tinha características centralizadoras, com a intenção de criar uma rede de voluntárias que fosse capaz de conduzir seus trabalhos de forma independente, mas que respeitasse a hierarquia e a interdependência à Comissão Central da LBA. O governo colaborou efetivamente com a Primeira-dama na elaboração do Estatuto da LBA, ao incorporar nas práticas da instituição a colaboração entre ações públicas e privadas.

Ao analisar o Estatuto é possível destacar três questões acerca do funcionamento da LBA.

Art. 1º – A Legião Brasileira de Assistência – LBA – criada em 28 de agosto de 1942, sob a inspiração da Exma. Senhora Darcy Sarmanho

⁶ Decreto arquivado no Arquivo Geral do Ministério de Desenvolvimento Social em Brasília.

⁷ O Primeiro Estatuto da Legião Brasileira de Assistência está arquivado no Arquivo Geral do Ministério de Desenvolvimento Social em Brasília.

Vargas e por iniciativa da Federação das Associações Comerciais do Brasil e da Confederação Nacional da Indústria, é uma sociedade civil, de intuítos não econômicos, de duração ilimitada, e reger-se-á pelos presentes estatutos, pelo regimento interno e pelas instruções, deliberações dos órgãos diretores, no âmbito da sua competência.

Art. 2º – A LBA tem por finalidade congregar os brasileiros de boa vontade e serviços de assistência social, prestados diretamente ou em colaboração com o poder público e as Instituições privadas, tendo em vista principalmente o seguinte:

- proteger a maternidade e a infância;
- amparar os velhos e desvalidos;
- prestar assistência médica, em todas as suas modalidades às pessoas necessitadas;
- favorecer o reajustamento das pessoas, moral ou economicamente desajustadas;
- contribuir para a melhoria da saúde do povo brasileiro, atendendo particularmente ao problema alimentar e da habitação;
- incentivar a educação popular, inclusive cooperando na criação e no desenvolvimento de escolas, bibliotecas e outras instituições educativas;
- desenvolver esforços em favor do levantamento do nível de vida dos trabalhadores e promover o aproveitamento racional dos lares do povo, principalmente estimulando a organização de centros de recreação e cultura;
- auxiliar sempre que possível as instituições especializadas, cujos objetivos tenham afinidades com a LBA;
- realizar inquéritos, pesquisas e estudos sobre matérias do serviço social, particularmente as relacionadas com as atividades da LBA;
- organizar cursos e promover todas as formas de propaganda e divulgação em favor do progresso do serviço social no Brasil:

Parágrafo 1º – para a realização de seu programa a LBA deverá criar serviços próprios e entrar em entendimento com as autoridades federais, estaduais e municipais e com as diretorias das organizações paraestatais e das instituições privadas, visando a conjugação de esforços, inclusive quanto à utilização em comum de instalações e serviços;

Parágrafo 2º – na atual emergência do estado de Guerra, em que se encontra o país, a LBA desenvolverá a sua ação precipuamente no sentido de:

- a) prestar integral apoio e decidido concurso ao Governo, inclusive apelando para a consciência cívica do povo brasileiro, visando arregimentar e aproveitar as atividades das pessoas não mobilizadas, habilitando-as e encaminhando-as, quando for solicitado, às autoridades civis e militares, ou aplicando-as nos serviços a serem organizados pela LBA;
- b) prover sob a forma de serviço social básico às famílias cujos chefes hajam sido mobilizados;
- c) organizar serviços e promover todas as formas de atividades concernentes ao programa relativo a atual emergência;

Art. 3º – a sede e o fôro da LBA serão no Distrito Federal, mas a sua ação se estenderá por todo território nacional.⁸

⁸ Optou-se por manter, nos textos históricos, a grafia original.

A primeira questão a se destacar é que a LBA entrou em funcionamento após seu reconhecimento em 15 de outubro de 1942, apesar de sua criação ocorrer no mesmo momento em que o Presidente anunciava a entrada do Brasil na guerra. Ou seja, foram dois meses para organizar e sistematizar suas ações e suas formas de parceria. Como mencionado anteriormente, a filantropia no Brasil até aquele momento, contava com colaborações individuais de filantropos, de grupos de industriais que destinavam parte de seus lucros para instituições que promoviam obras assistenciais, além da participação efetiva das associações caritativo/filantrópicas femininas. No caso da LBA, foi estabelecido um convênio com a Confederação Nacional da Indústria e a Associação Comercial do Brasil, ato previsto no Art. 1º da LBA. Nesse arranjo corporativo, coube à Confederação Nacional da Indústria e à Federação das Associações Comerciais do Brasil boa parte dos recursos financeiros que possibilitaram o funcionamento da LBA e a prestação dos serviços. Outra parcela financeira ficou a cargo do Estado, que por meio do Decreto-Lei nº 4830⁹ passou a destinar para a LBA 1% dos salários recebidos e 2% da folha de pagamentos do Conselho Nacional do Trabalho.

Esses arranjos políticos e corporativos permitiram o funcionamento da LBA como instituição filantrópica e estabeleceram normas operacionais que inseriram órgãos corporativos no funcionamento da instituição. Ocorre que, concomitante com o Art. 1º que solidificou a parceria entre a Legião Brasileira de Assistência, a Confederação Nacional da Indústria e a Federação das Associações Comerciais do Brasil, o Art. 6º do Estatuto consolidou a participação do empresariado na estrutura da instituição. Tal artigo estabelecia a Comissão Central (CC) da LBA, que deveria ser composta por “[...] um presidente, um secretário geral e um tesoureiro geral”, todos homens, exceto pelo fato de um parágrafo que determina que a “[...] Presidência será exercida pela esposa do Presidente da República, e na sua falta, por pessoa de relevo social”. Os próprios arranjos corporativos delimitaram a participação feminina atrelada ao direcionamento financeiro e administrativo de cargos masculinos representantes dos órgãos corporativos aliados à LBA. O artigo Art. 5º garante a participação masculina em cargos de chefia, ou seja, “[...] o tesoureiro geral e o diretor técnico serão indicados pelas diretorias da Federação das Associações Comerciais do Brasil e da Confederação

⁹ Decreto arquivado no Arquivo Geral do Ministério de Desenvolvimento Social em Brasília.

Nacional da Indústrias”, fato que realmente foi posto em prática, pois durante o período em que esse Estatuto esteve vigente, apenas homens ocuparam esses cargos.

Mediante o Art. 6º, a composição da primeira Comissão Central da LBA teve como Presidente Geral da LBA, Darcy Sarmanho Vargas; como Secretário Geral, Rodrigo Octávio Filho (indicado pela Confederação Nacional da Indústria); e como Tesoureiro Geral, João Daudt de Oliveira (indicado pela Federação das Associações Comerciais do Brasil) e Diretor Técnico, Euvaldo Lodi. Seguindo o Art. 3º, a sede da LBA funcionou no Rio de Janeiro, numa sala cedida pela Associação Comercial do Rio de Janeiro, na Rua da Candelária, nº 9, mudando-se para a sede permanente no período de duração da guerra na Rua México, nº 158¹⁰.

IMAGEM 4 - FOTOGRAFIA DA SEDE DA LBA EM 1942.



Fonte: Arquivo CBCISS, 2016.

¹⁰ Informações constantes no Primeiro Relatório Bienal da LBA, arquivado no Arquivo Geral do Ministério de Desenvolvimento Social em Brasília.

A segunda questão a ser destacada refere-se ao Art. 2º, que trata dos seguintes quesitos:

- realizar inquéritos, pesquisas e estudos sobre matérias do serviço social, particularmente as relacionadas com as atividades da LBA;
- organizar cursos e promover todas as formas de propaganda e divulgação em favor do progresso do serviço social no Brasil:

Parágrafo 1º – para a realização de seu programa a LBA deverá criar serviços próprios e entrar em entendimento com as autoridades federais, estaduais e municipais e com as diretorias das organizações paraestatais e das instituições privadas, visando a conjugação de esforços, inclusive quanto à utilização em comum de instalações e serviços;

O fato da LBA objetivar promover inquéritos, pesquisas e estudos sobre a matéria de serviço social e promover cursos, propagandas e campanhas em favor do serviço social no Brasil coincidem com a organização de escolas de serviço social no Brasil, na década de 1930, e com a institucionalização da assistência social por meio da criação do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) em 1938.

O CNSS foi criado em 01 de julho de 1938 através do Decreto-lei nº 525, e representa a primeira ação governamental de regulamentação da assistência social no país. Um de seus idealizadores foi o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Ataulfo de Paiva, e sua militância a favor de uma legislação que regulamentasse a assistência social vinha de mais tempo, desde sua participação em 1889 no Congresso Internacional de Assistência Pública e Privada, que ocorreu em Paris. Paiva era a favor da criação de um órgão nacional de controle das ações de assistência social que associasse iniciativas públicas e privadas. Para ele “[...] o Estado deveria manter posição supletiva à iniciativa privada na atenção àqueles, temporária ou definitivamente impossibilitados de pelo trabalho ou pelo apoio familiar, promover as necessidades de existência.” (SPOSATI, 1988, p. 108).

Contudo, os ideais defendidos por Paiva e pelo grupo que defendia as práticas de assistência promovidas pelo poder público só foram levados a cabo em 1938, com a criação do CNSS. O Conselho ficou sob a presidência de Ataulfo de Paiva, sendo criado como um órgão para atuar junto ao Ministério da Educação e Saúde, cujo ministro à época era Gustavo Capanema. O CNSS era formado por um Conselho Consultivo, que na sua primeira composição contou

com a colaboração de homens e mulheres que eram conhecidos por promover obras filantrópicas de assistência social. Além de Ataulfo de Paiva, foram nomeados Augusto de Sabóia, juiz de menores; Olinto de Oliveira, primeiro diretor da Assistência à Maternidade e à Infância; Eugenia Hamann, pertencente à Associação Cristã Feminina do Distrito Federal; Raphael Levy, importante filantropo católico e Ernani Agrícola, médico e filantropo, ambos funcionários do Banco do Brasil; e Stella de Faro, fundadora da Associação de Senhoras Brasileiras e do Instituto de Educação Familiar, primeira escola católica de educadoras familiares e de assistentes sociais do Distrito Federal.

O objetivo do Conselho Nacional de Serviço Social era avaliar as solicitações de subvenção ordinárias e extraordinárias submetidas ao órgão e encaminhar aquelas que julgasse pertinentes ao Ministério da Educação e Saúde para aprovação e designação dos recursos solicitados. O CNSS constituía-se de fato:

[...] num conselho de auxílio e subvenções, cumprindo, na época, o papel do Estado, de subsidiar a ação das instituições privadas. Não se refere à assistência social tratada como política social, mas da função de amparo social (...) O amparo nesse início, aparece travestido de serviço social, enquanto manifestações da sociedade civil, sendo apenas posteriormente assumido pelo Estado. (MESTRINER, 2008, p. 63).

Nos primeiros meses de atuação, o CNSS recebeu cerca de 1288 processos de solicitação de subvenções, advindos em maior número de Hospitais das Santas Casas de Misericórdia, dos Asilos de Menores e das Associações das Damas de Caridade, aspecto revelador no que tange à carência de instituições de assistência no Brasil, assim como a necessidade de investimentos nas mais variadas áreas de assistência social. O CNSS, como órgão público, não tinha como objetivo promover ações de assistência social, mas sim, julgar e encaminhar as solicitações de subvenção apresentadas por instituição mantidas por grupos caritativos e filantrópicos, religiosos e laicos. Assim, apesar da amplitude e inovação que representou a criação do CNSS, sua implantação criou, na verdade, um incentivo de promoção da assistência social através da benemerência privada. Consequentemente, as práticas de assistência eram delimitadas em virtude das necessidades locais e mantidas por associações e entidades locais.

De acordo com Mestriner, as primeiras práticas assistenciais promovidas em

âmbito nacional foram desenvolvidas pela Legião Brasileira de Assistência, que após 1942 se tornou responsável por coordenar as ações voluntárias de assistência e, alguns anos após sua institucionalização, tornou-se o órgão responsável por catalisar a assistência profissionalizada, mediante a inserção de assistentes sociais com formação técnica (MESTRINER, 2008).

A profissionalização do serviço social ocorreu na mesma década da fundação do CNSS e se desenvolveu por meio da criação de instituições profissionalizantes de Serviço Social em São Paulo e no Rio de Janeiro. É o caso do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), criado em 1932 em São Paulo, considerado a primeira instituição profissional do serviço social no Brasil. De acordo com Iamamoto e Carvalho, o Centro de Estudos e Ação Social, “[...] aparece como condensação da necessidade sentida por setores da Ação Social e da Ação Católica de tornar mais efetiva e dar maior rendimento às iniciativas e obras promovidas pela filantropia.” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2005, p. 168).

Um dos primeiros cursos ofertados pelo CEAS foi ministrado pela professora Adèle Loneaux, professora da École Catholique de Service Social de Bruxelas. O Centro é considerado fruto da chamada Restauração Católica, um movimento voltado para a mobilização do apostolado laico e social. Alguns religiosos ligados a esse movimento chamavam a atenção para a importância da atuação da religião na chamada questão social.

O objetivo central do CEAS era:

[...] promover a formação de seus membros pelo estudo da doutrina social da igreja e fundamentar sua ação nessa formação doutrinária e no conhecimento aprofundado dos problemas sociais, visando tornar mais eficiente a atuação das trabalhadoras sociais e adotar uma orientação definida em relação aos problemas a resolver, favorecendo a coordenação de esforços dispersos nas diferentes atividades e obras de caráter social (Estatuto do CEAS, 1932. Arquivo do CBCISS).

As atividades do CEAS se orientavam para a formação técnica especializada para promoção da ação social e a difusão da doutrina católica. Ao assumir essa orientação, o CEAS “[...] passa a atuar como dinamizador do apostolado laico através da organização de associações para moças católicas [...] São promovidos diversos cursos de filosofia, moral, legislação do trabalho, doutrina social, enfermagem emergencial.” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2005, p. 175).

Em 1936 foi fundada a Escola de Serviço Social de São Paulo, e em 1940 foi

criado o Instituto de Serviço Social como desdobramento da Escola de Serviço Social, tendo o objetivo de formar trabalhadoras sociais especializadas em Serviço Social.

A experiência da profissionalização do serviço social no Rio de Janeiro foi marcada pela Primeira Semana de Serviço Social, em 1936. O encontro foi promovido por Dom Sebastião Leme e contou com a participação de ativistas de movimentos da ação social, representantes de instituições de assistência caritativo/filantrópicas, representantes do movimento católico laico e de intelectuais. O objetivo central do Encontro era dinamizar a ação social e o apostolado laico. Ressalta-se que a patrocinadora da Comissão de Honra do Encontro foi Darcy Vargas. Sua participação no encontro não se limitou à atuação solene, mas foi decisiva para impulsionar iniciativas como a criação do Lar Proletário e do Instituto de Educação Familiar e Social.

Por ocasião da Primeira Semana de Serviço Social também foram amplamente discutidas as necessidades decorrentes da formação técnica especializada para a prática de assistência. Naquele momento, a prática de assistência era vista não apenas como uma necessidade particular do movimento católico, “[...] mas como uma necessidade que não apenas envolve aparatos religiosos, mas também o Estado e o empresariado.” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2005, p. 184).

A necessidade da profissionalização acionava a noção de apostolado social, daí a importância dos colaboradores que atuassem em obras particulares e atendessem também à demanda permanente das instituições oficiais e patronais. A Primeira Semana de Serviço Social impulsionou as iniciativas de formação técnica especializada e, como exemplo disso, deu-se a fundação, em 1936, da Escola Técnica de Serviço Social pelo Juizado de Menores. O objetivo da Escola Técnica era ofertar cursos de formação para assistentes sociais a fim de que elas auxiliassem nos serviços do Juizado de Menores.

O primeiro curso teve duração de 3 meses e foram ministrados ciclos de palestra sobre temas sociais, legais, educacionais e médicos, dando ênfase para o problema da infância abandonada. Em 1938, foram ofertados os primeiros cursos e, em 1940, iniciou-se a oferta de cursos de Preparação em Trabalho Social na Escola de Enfermagem Ana Nery, dando origem à Escola de Serviço

Social da Universidade do Brasil. Em 1944, como desdobramento masculino do serviço social, surge a Escola de Serviço Social.

No decorrer da década de 1940 surgem diversas escolas de serviço social nas capitais dos Estados, sendo que quatorze enviam representantes ao I Congresso Brasileiro de Serviço Social, realizado em 1947. A maioria se formará sob a influência das duas primeiras de origem católica, tendo em sua direção ex-alunas dessas escolas formadas sob o regime de bolsas de estudos. A implantação das mesmas obedecerá a processo semelhante ao de suas antecessoras de São Paulo e Rio de Janeiro, contando com o apoio financeiro da Legião Brasileira de Assistência [...] A existência de assistentes sociais diplomadas se limitará por um longo período quase apenas ao Rio de Janeiro e São Paulo, sendo que mesmo aí seu número é pouco significativo. Até 1947, as escolas católicas de serviço social do Rio de Janeiro (masculina e feminina) haviam diplomado 40 assistentes sociais. As duas escolas de São Paulo, 196 formadas, e o curso de Trabalho Social da Escola de Enfermagem Ana Nery, 9 formadas [...] Até o fim da década, o número de assistentes sociais diplomados será pouco superior a 300, concentrando-se em São Paulo e no Distrito Federal, com esmagadora maioria feminina. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2005, p. 186).

Apesar da criação do CNSS e das escolas profissionalizantes de serviço social, a atuação na assistência social continuou a ser desenvolvida durante algumas décadas por voluntárias. Contudo, desde sua fundação, a LBA contemplou a articulação entre a instituição e a profissionalização do serviço social. Essa articulação será avaliada posteriormente, quando analisarmos as práticas da LBA e sua atuação durante o período da Segunda Guerra. Tal articulação pode ser atribuída ao efetivo envolvimento de Darcy Vargas nas discussões a respeito da profissionalização do serviço social, desde a criação da Fundação Darcy Vargas e por ocasião de sua participação na Primeira Semana de Serviço Social do Rio de Janeiro e na criação do Lar Proletário. Apesar disso, Darcy Vargas teve que contar como a participação voluntária não profissionalizada, e para isso fez um forte apelo para que a Nação se unisse a ela na assistência, que num primeiro momento tinha como objetivo “[...] amparar as famílias dos corajosos soldados brasileiros”.

Neste momento, há que se ressaltar a relação da LBA com o esforço de guerra. Em seu comunicado de 30 de agosto de 1942, publicado no *Correio da Manhã*¹¹, Darcy Vargas anunciou a criação, no Rio de Janeiro, da Legião

¹¹ Jornal carioca diário e matutino fundado em 15 de junho de 1901 por Edmundo Bittencourt e

Brasileira de Assistência, com a missão de proteger as famílias dos bravos soldados. Com esse pronunciamento, Darcy Vargas difundiu a ideia inicial da LBA como parte do esforço de guerra. Contudo, a partir da promulgação do seu Estatuto, a LBA contempla, desde seu Art. 1º, os objetivos de atuação e os grupos de apoio, que incluem maternidade, infância, idosos, desfavorecidos, doentes, e apenas no 2º parágrafo do 1º Artigo faz menção aos esforços de guerra. Percebe-se, então, que apesar do pronunciamento de criação da LBA caracterizá-la como parte do esforço de guerra, seu Estatuto revela aspirações bem mais amplas e orientava a organização do serviço social em todo território nacional. Assim, apesar do objetivo inicial condicionar sua fundação ao momento da guerra, o resultado de dois meses de sistematização dos serviços da LBA aspirava um trabalho mais amplo e permanente.

As bases de assistência propostas pela LBA articularam em sua formação os modelos de assistência que vinham sendo praticados no Brasil pelas instituições caritativo/filantrópicas. Ao fundar a Legião, Darcy Vargas e o grupo de idealizadores que a acompanhou, incorporaram ao projeto a atuação de médicos, enfermeiras e professoras, assim como conclamaram a participação de mulheres das classes privilegiadas ligadas às associações filantrópicas e de voluntárias que pudessem cumprir os objetivos de assistência idealizados para a LBA. Ainda no contexto de sua fundação, havia o incentivo à inserção de profissionais especializadas, oriundas das Escolas de Serviço Social.

Além disso, o projeto da LBA contemplou a parceria com outras instituições existentes no Brasil, a fim de promover campanhas de assistência que atingissem todo o território nacional. Para promover os projetos idealizados pela Darcy Vargas conclamou “pessoas de boa vontade” para atuar de forma voluntária na assistência social.

1.3. Mulher brasileira, uni-vos à convocação da Primeira-dama!

As primeiras notícias que circularam no Rio de Janeiro a respeito da

extinto em 8 de julho de 1974. Foi durante grande parte de sua existência um dos principais órgãos da imprensa brasileira, tendo-se sempre destacado como um jornal de opinião e resistente às formas de censura (CPDOC, 2017).

fundação da Legião Brasileira de Assistência foram divulgadas pelo jornal Correio da Manhã, no dia 30 de agosto de 1942, por meio do telegrama abaixo:

Visto grande dificuldades atravessa nosso país, mulher brasileira será chamada cumprir missão na proteção famílias bravos soldados e execução todos os deveres civis forem necessários. Com esse objetivo foi fundada nesta capital sob égide Federação das Associações Comerciais do Brasil a Legião Brasileira de Assistência. Desejando estender todo país benefício esta organização sugerimos assuma nesse Estado a direção do movimento em conjunto Associação Comercial que a procurará imediatamente. Muito grata por sua colaboração. Saúde cordialmente – Darcy Vargas (Correio da Manhã, 30/08/1942).

Essa notícia tinha como objetivo informar a população da Capital Federal a respeito da criação e organização das atividades da Legião Brasileira de Assistência, e também foi o texto utilizado no primeiro telegrama enviado aos municípios brasileiros tendo como destinatárias as primeiras damas municipais. Trata-se da convocação da Primeira-dama da nação, conclamando as demais a se unirem a ela em prol da proteção das famílias dos soldados brasileiros.

Temos aqui dois pontos importantes de análise, os quais se tornaram uma tradição na condução dos trabalhos da LBA. Um deles trata do uso da imprensa para difundir e fazer propaganda da Legião Brasileira de Assistência; o outro refere-se à inserção das primeiras-damas na atuação da Legião Brasileira de Assistência.

O uso da imprensa durante o Período Vargas, sobretudo no Estado Novo, tem sido ponto de atenção especial para historiadores. Para Maria Helena Capelato, o papel da imprensa naquele período histórico é reconhecido como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção social. Vargas utilizava a imprensa como importante veículo na produção e veiculação de imagens e representações sobre o governo e, principalmente, sobre o governante, enaltecendo suas ações e qualidades como homem público (CAPELATO & PRADO, 1980).

De acordo com Capelato, Vargas considerou a imprensa como um importante recurso para manter as massas populares controladas, a fim de evitar motins e revoltas contra seu regime. As notícias vinculadas nos jornais, revistas e estações de rádio traziam informações sobre as ações governamentais e os benefícios que essas ações efetivamente traziam para a população. Tendo um

forte apelo moral e cívico, as informações inseriam a população no cotidiano do país, como parte fundamental para o funcionamento da Nação (CAPELATO & PRADO, 1980).

Para Tânia Regina de Luca, os meios de comunicação de massa da época se constituíam em veículos privilegiados para a difusão da informação, legitimando um projeto cultural e político que teve no Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP - 1939) um de seus pilares. Durante o Estado Novo, houve um significativo esforço no sentido de justificar o regime e difundir uma imagem positiva junto às camadas populares, fato que ganhou atenção desde 1931, com o surgimento do Departamento Oficial de Publicidade (DOP). O órgão passou por diversas mudanças até que em 1939 foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), diretamente subordinado à Presidência da República (LUCA, 2008).

O DIP era composto por setores de divulgação, imprensa, radiodifusão, turismo, teatro e cinema. Ao Departamento competia a propaganda e publicidade de todos os Ministérios e repartições públicas, assim como a promoção e organização de atos comemorativos oficiais e de festas cívicas. Era de responsabilidade do DIP a censura prévia aos jornais, revistas, cinemas, teatros, livros e diversões públicas, tais como festas populares, circos, bailes, bilhares, esportes, espetáculos e exposições. Para Capelato, nisso consiste o papel estratégico ocupado pelo DIP, que exercia dupla função, ora como máquina de coerção, ora como responsável pela propaganda do Estado Novo. A censura exercida pelo DIP era rigorosa, pois os meios de comunicação eram cuidadosamente controlados, muitos jornais e revistas não conseguiram obter a autorização para funcionamento e os que conseguiram dependiam de autorização prévia dos censores para publicar suas matérias. Assim, o regime mantinha estrito controle sobre a vida cultural do país e determinava seus rumos ao dominar os meios de comunicação, fundamentais tanto para proibir a divulgação de ideologias e notícias que não interessassem o poder político, quanto para enfatizar as realizações do regime e promover a figura de Vargas (CAPELATO, 1998).

Os idealizadores do DIP não mediram esforços para construir uma imagem positiva de Getúlio Vargas. Entre suas ações, algumas se destacaram, como a

distribuição da fotografia oficial do Presidente às repartições públicas, escolas, estações ferroviárias, aeroportos, bancos e casas comerciais. A data do aniversário de Vargas, 19 de abril, passou a integrar o calendário festivo do Estado Novo, assim como o 1º de Maio, dia do trabalhador, 07 de setembro, dia da Independência, o Natal e o Ano Novo. No Dia do Trabalho, grandes multidões reuniam-se no Estádio do Vasco da Gama para ouvir o pronunciamento do Presidente. De acordo com Nelson Jahr Garcia, no sentido da memória coletiva o DIP atingiu seus objetivos, pois Vargas passou a ser identificado como pai dos pobres, e esse título foi levado até sua morte, em 1954. Esse é um indício da eficácia do projeto político-pedagógico da ditadura do Estado Novo, que manteve o regime por um longo período de tempo e teve sua reafirmação com o retorno de Vargas em 1951 como presidente eleito pelo povo (GARCIA, 1982).

Todo o aparato e estratégia aplicados pelo DIP para divulgar a figura de Vargas e do Estado Novo foram utilizados também para divulgar os trabalhos realizados pela Legião Brasileira de Assistência. Da mesma forma, os jornais também serviram para difundir a imagem da Primeira-dama Darcy Vargas, ou seja, se a imprensa foi utilizada como recurso para manter as massas populares controladas e para construir uma imagem positiva do Presidente Vargas como líder político, também enalteceu a imagem de Darcy Vargas pela função estratégica que passou a ter no governo Vargas no período em que o Brasil entrou na Segunda Guerra. Darcy Vargas passou a ser a responsável pela assistência, que pela primeira vez unificava as ações num único órgão e pretendia atingir todo o país.

Ao escrever sobre a Primeira-dama, Ivana Simili aborda a função estratégica que Darcy Vargas assumiu durante o Estado Novo, ocupando uma posição de destaque que a colocou como mãe da nação pela primeira vez. Para Simili, a imprensa foi responsável por fazer a Primeira-dama conhecida entre as classes populares e difundir sua imagem no território nacional.

Na Segunda Guerra Mundial, quando os objetivos governamentais se voltaram para a Legião Brasileira de Assistência e para Darcy Vargas, instituição e personagem tornaram-se elementos de propaganda política pela qual se desenvolveu o processo de intervenção na vida social, com o objetivo de mobilizar as mulheres para o front feminino da LBA. (SIMILI, 2008, p. 139).

O envolvimento de Darcy Vargas com ações de assistência social já era conhecido devido a suas ações na Fundação Darcy Vargas e na Casa do Pequeno Jornaleiro, amplamente noticiadas pela imprensa. De acordo com Simili, as estratégias para manter a sociedade informada acerca das ações assistenciais promovidas pela Primeira-dama faziam parte do esquema político de Vargas, que tinha o objetivo de manter-se por um longo período de tempo no poder. Assim, noticiar as ações promovidas em prol dos necessitados era uma forma de manter o controle social e demonstrar que os mais necessitados estavam sendo amparados pelo Estado Novo.

No caso da atuação da Legião Brasileira de Assistência na Capital Federal, foi desenvolvido um padrão de divulgação e promoção das realizações da instituição, que permaneceu até o término da guerra. Por meio da imprensa, Darcy Vargas informava a população da Capital Federal acerca das realizações da LBA. Os jornais noticiaram as primeiras ações da LBA, desde sua criação até a parceria com a Federação das Associações Comerciais do Brasil. Foi através dos jornais, também, que as mulheres brasileiras foram convocadas a cumprir com sua missão: “[...] mulher brasileira chamada a cumprir sua missão na proteção das famílias dos bravos soldados.” (Correio da Manhã, 30/08/1942).

Dois dias após a notícia da fundação da LBA, foi divulgada no Correio da Manhã a primeira formação do Conselho Consultivo da LBA do Rio de Janeiro, composto por esposas de ministros, pela esposa do Diretor dos Correios e a esposa do Diretor da Central do Brasil. O Conselho foi dividido em setores de ação, sendo:

Seção I – Convocados e suas famílias:

- a) Exército – Senhora Gaspar Dutra;
- b) Marinha – Senhora Aristides Guilhem;
- c) Aeronáutica – Senhora Salgado Filho;

Seção II e III – Convocados e suas famílias:

Defesa Passiva - Senhoras Oswaldo Aranha, Marcondes Filho e Henrique Dodsworth;

Seção IV - Convocados e suas famílias:

Defesa das Necessidades das famílias dos pequenos agricultores - Senhora Apolônio Sales

Seção V - Convocados e suas famílias:

Educação do consumidor e do produtor, campanha da borracha, metal e níqueis - Senhora Souza Costa;

Seção VI - Convocados e suas famílias:

Estudantes e crianças necessitadas – Senhora Gustavo Capanema;

Seção VII - Convocados e suas famílias:

Organização de Cursos para comunicação – Senhoras Mendonça Lima

e Alcides Etchegoyen;
 Seção IX - Convocados e suas famílias:
 Colaboradores para seção de propaganda – Senhora Coelho e Reis;
 Seção X - Convocados e suas famílias:
 Organização de cursos de transporte – Senhora Napoleão Alencastro
 Guimarães (Correio da Manhã, 01/09/1942).

É possível observar que as tarefas foram divididas em seções de atuação correspondentes aos cargos políticos dos cônjuges das convocadas. Há que se destacar, também, que os nomes dessas mulheres não foram divulgados, mas sim dos seus cônjuges, porém a convocação era para elas, denotando que a importância dessas mulheres dava-se em decorrência da importância política e das atribuições ministeriais de seus maridos, em uma demonstração pública de que os homens e mulheres casados estavam unidos no enfrentamento às adversidades advindas da guerra, cooperando com o Presidente e a Primeira-dama.

Essas propagandas podem ser abordadas pela perspectiva de representações de gênero. Para Teresa de Lauretis, o cinema, as propagandas, a imprensa, o vestuário são representações de gênero que podem ser concebidas como tecnologias de gênero. Esses modelos de representação feminina e masculina têm como finalidade regular e formar homens e mulheres. Segundo Lauretis:

[...] se as representações de gênero são posições sociais que trazem consigo significados diferenciais, então o fato de alguém ser representado ou se representar como masculino e feminino subentende a totalidade daqueles atributos sociais. Assim, a proposição de que a representação do gênero é a sua construção, sendo a um tempo produto e o processo do outro, pode ser reexpressa com exatidão: a construção de gênero é tanto o produto quanto o processo de representação. (LAURETIS, 1994, p.212).

Gênero é um conjunto de efeitos produzidos nos corpos por meio de comportamentos e relações sociais. Esses efeitos podem ser configurados mediante as relações sociais, ou seja, “[...] uma configuração variável de posicionalidades sexuais discursivas [...] onde os homens e as mulheres não só se posicionam diferentemente, mas as mulheres são diferentemente afetadas nos diferentes conjuntos.” (LAURETIS, 1994, p. 215).

Por consequência, as possibilidades de representação são determinadas pelas posicionalidades sexuais discursivas, que afetam as relações de gênero

num grau coletivo, mas não negam o nível subjetivo e individual. É nessa perspectiva que surgem as definições do “sujeito do feminino”, “[...] uma construção teórica, uma forma de conceitualizar, de entender, de explicar certos processos e não as mulheres.” (LAURETIS, 1994, p.217).

É nesse esquema engendrado que a LBA cristalizou padrões de comportamento para sujeitos femininos, já reforçados em outras experiências históricas com a intenção de que estes fossem reproduzidos e assim gerassem continuidade. Ao estabelecer o cenário de atuação feminina na LBA, que tinha na condução dos trabalhos a Primeira-dama e, subsequentemente, as esposas dos ministros de Vargas, são definidos os modelos de atuação que atribuem aos homens os assuntos da guerra e às mulheres os cuidados das famílias, crianças e dos pobres. Nesse modelo, todas as mulheres brasileiras são convocadas para atuar, tendo como exemplo as mulheres dos políticos.

No dia 04/09/1924 o Correio da Manhã noticiou a conclamação para que as mulheres aderissem ao trabalho voluntário, alistando-se na LBA:

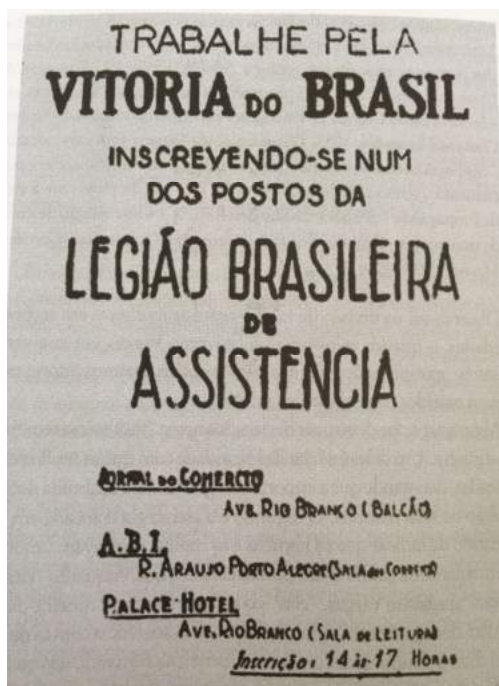
Na hora da Pátria, há lugar para todas. Mesmo aquelas senhoras que além das atribuições de dona de casa tenham obrigações de trabalho podem cooperar com a Legião. Temos lugar e trabalho para as que possam dispor de todo um dia como temos lugar para aquelas que possam dedicar um pouco de seu tempo apenas, e assim mesmo, no seu próprio domicílio. Assim uma moça que trabalhe fora o dia todo e que à noite queira fazer em casa alguma coisa para o Brasil, se inscreverá no setor de costuras, tricô, etc. Anotando que trabalhará em domicílio; outra que possa dispor de uma hora por dia, na sede ou nos centros dos bairros. Cooperará da mesma forma (Correio da Manhã, 04/09/1942).

A mensagem apresenta com clareza a convocação para que todas, independentemente de suas atribuições pessoais, fizessem parte do exército de mulheres brasileiras na prestação de assistência aos soldados e suas famílias. A convocatória não faz distinção de classe, raça ou idade: o único requisito era que as mulheres estivessem disponíveis para contribuir com suas aptidões e com seu tempo. A contribuição dependeria daquilo que as mulheres podiam ou sabiam fazer.

No mesmo dia, uma propaganda foi publicada no Correio da Manhã com a convocação para que as mulheres cariocas se unissem em prol da “Vitória do Brasil”. É possível observar na propaganda a abertura de postos de alistamento das mulheres que gostariam de servir à Pátria como voluntárias, inaugurando

assim o papel da voluntária da LBA a serviço da Pátria.

FIGURA 1: PROPAGANDA DE CONVOCAÇÃO PARA QUE AS MULHERES ADERISSEM VOLUNTARIAMENTE AO SERVIÇO DA PÁTRIA.



Fonte: Jornal Correio da Manhã, 04/09/1942

Os Postos de Alistamento no Rio de Janeiro estavam localizados em três pontos: no Jornal do Comércio, na Associação Brasileira das Indústrias e no Palace Hotel. Os alistamentos podiam ocorrer das 14 horas às 17 horas. No ato do alistamento, a voluntária deveria informar os horários de disponibilidade, suas aptidões e a escolaridade. Além disso as fichas de inscrições solicitavam nome, endereço, ocupação, e setores de atuação.

Se a convocação na Capital Federal ocorreu através das notícias divulgadas no Correio da Manhã, a convocação da LBA no restante do território nacional partiu das correspondências assinadas pela Primeira-dama Darcy Vargas. Inicialmente as correspondências foram emitidas para todas as Prefeituras dos Municípios brasileiros contendo as mesmas informações da notícia publicada no Correio da Manhã no dia 30 de agosto de 1942.

No dia 04 de setembro de 1942 foram enviadas correspondências às Prefeituras dos Municípios brasileiros, que tinham como remetente a Primeira-dama Darcy Vargas e as destinatárias eram as primeiras-damas municipais. A

correspondência tinha como objetivo informar que uma sede da Legião Brasileira de Assistência seria implantada no município e que, para organizar os trabalhos, era necessário que uma dama da sociedade municipal fosse nomeada diretora da LBA, preferencialmente a Primeira-dama do Município. Inaugura-se assim uma tradição na assistência social brasileira: as primeiras-damas como tutoras legais das obras de assistência promovidas no âmbito municipal, estadual e federal. Em resposta ao chamado de Darcy Vargas, os municípios nomearam as primeiras-damas como Diretoras locais da LBA e, nos casos em que os Prefeitos eram solteiros ou viúvos, suas mães assumiriam o cargo.

Assim, as mulheres começaram a participar efetivamente como voluntárias em defesa das famílias dos soldados brasileiros. Para Simili:

Na guerra, aos atributos naturais das mulheres prescrevia-se que deviam associar-se aqueles exigidos pelo estado de beligerância. Os sentimentos de obediência, altruísmo, caridade, bondade, abnegação, pureza, docilidade e amor que eram concebidos pelos homens como inerentes ao feminino e atrelados ao lar e a família, as mulheres deviam alocar para a nação, usando-os para ajudar a Pátria-família em que a nação é transformada. [...] na Segunda Guerra Mundial, a mulher brasileira teria, mais uma vez, sua oportunidade para trabalhar pelo engrandecimento da Pátria [...] as mulheres teriam a oportunidade de demonstrar seu espírito filantrópico e as virtudes das brasileiras e o caminho a ser seguido era o mesmo de Darcy Vargas. A imagem criada para a personagem era de amor ao próximo e disposição para trabalhar pela vitória do país. (SIMILI, 2008, p. 145 e 146).

Para as mulheres estava reservado o espaço da assistência aos necessitados como modelo de dever moral e patriótico, tendo como exemplo Darcy Vargas. Para elas, os trabalhos na LBA seriam a demonstração de feminilidade e bondade e, ainda, de disponibilidade para trabalhar onde fosse possível e necessário. Esse era um dos objetivos da LBA, “[...] prestar integral apoio e decidido concurso ao Governo, inclusive apelando para a consciência cívica do brasileiro.” (Estatuto da LBA, 1942, p. 8). Desta forma, estabelecer padrões comportamentais tanto para atender ao apelo de Darcy Vargas para servir a Nação, como para atuar no voluntariado, era o que se esperava das mulheres naquele momento.

Para que o maior número de voluntárias respondesse ao chamado, além das mensagens de Darcy Vargas publicadas na imprensa, foram utilizadas também matérias e propagandas em revistas de circulação nacional. De acordo com Simili:

‘Trabalhe pela vitória do Brasil, inscrevendo-se como voluntária’ foi um dos motes criados e divulgados na imprensa, principalmente nos jornais, aos quais se juntaram chamados para a inscrição das mulheres nos cursos preparatórios que surgiram para formar os quadros femininos. (SIMILI, 2012, p. 127).

Entre as estratégias utilizadas para conclamar as voluntárias, a propaganda foi uma delas, sobretudo as publicações nas páginas da revista *O Cruzeiro*, de ampla circulação nacional naquele contexto. Das mais variadas formas, foi divulgado o ideal de voluntariado da LBA, incluindo a moda. No caso da revista *O Cruzeiro*, foram publicadas em suas páginas reportagens que enalteciam o sentido do voluntariado na LBA naquele momento de Guerra e, ao mesmo tempo, produziam elementos de identificação por meio do vestuário, acessórios e produtos de beleza.

Em 17 de outubro de 1942 *O Cruzeiro* publica a reportagem “Garotas a postos”, na qual o artista gráfico de grande prestígio na época, Alceu Penna, conclama as mulheres a se alistarem na Legião Brasileira de Assistência. Com o mote das “garotas do Alceu”, a mensagem clamava: “Assim, leitora, você deve procurar imediatamente postos da Liga Brasileira de Assistência e matricular-se num de seus inúmeros cursos, especializando-se numa das muitas formas de trabalhar pela causa da liberdade.” (*O Cruzeiro*, 17 out. 1942).

As primeiras imagens divulgadas a respeito da LBA, apresentavam suas voluntárias uniformizadas e bem posicionadas. Para Simili:

O chamado ganha vestimentas e comportamentos para a atuação feminina: as mulheres apareciam vestindo *tailleurs*, conjunto formado por saia e casaco, com crianças no colo, na máquina de costura, e posicionadas ao lado dos homens, imagem que comunicava nitidamente quais atividades e causas deviam ser abraçadas pelas mulheres: cuidar das crianças, dos homens e de suas roupas. (SIMILI, 2012, p. 127).

IMAGEM 5: FOTOGRAFIA DE LEGIONÁRIAS TRABALHANDO NA SEDE DA LBA EM 1942.



Fonte: Arquivo do Ministério de Desenvolvimento Social, 2016.

Para Kathia Castilho “[...] são os investimentos de valores (trajes e acessórios) que a pessoa passa a vestir que a configuram como um sujeito transformado, dando-lhe outra aparência capaz de, com seus novos efeitos de sentido, qualificá-lo, particularizá-lo, distingui-lo entre os demais pelas escolhas expostas, vestidas em seu próprio corpo.” (CASTILHO, 2002, p. 70). Vestidas com os uniformes, as voluntárias ostentavam os signos de pertencimento à Legião Brasileira de Assistência e os tipos e estilos das roupas as identificavam com os segmentos voluntários aos quais pertenciam. Para Crane, “[...] os uniformes constituem-se em instrumento de distinção social e diferenciação.” (CRANE, 2006, p.55). No caso da LBA, ao serem incorporados aos corpos das voluntárias, distinguem e diferenciam as mulheres, conferindo-lhes o *status* de pertencimento ao segmento social das voluntárias da LBA. De acordo com Simili:

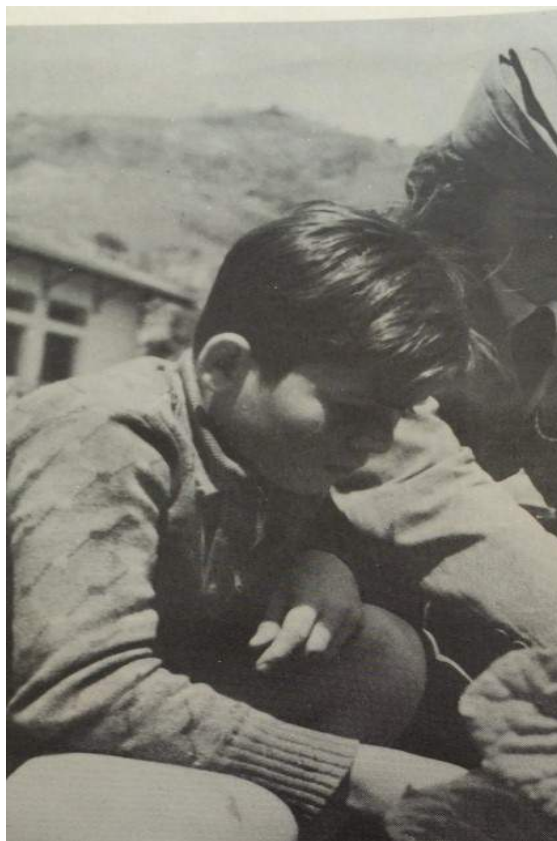
Os conjuntos de saia-calça, dólmã (um tipo de jaqueta) e cinto para as voluntárias da defesa passiva antiaérea, acompanhados pelos quepes na cabeça, dão conta das mudanças inseridas nos universos das representações femininas sobre os papéis sociais trazidos pelos novos tempos, em que ‘cuidar’ dos soldados e da população é o verbo que passou a comandar as ações e as aparências das mulheres. Não há como deixar de perceber e articular as mudanças nos comportamentos e visuais das mulheres promovidas pela LBA, um dos projetos para a educação defendidos pelas Forças Armadas desde o ano 1930, que se intensificou a partir de 1937 com o Estado Novo de militarização da

educação, mediante a inculcação da disciplina, da obediência, da organização, do respeito à ordem e às instituições, do respeito à hierarquia e o amor à pátria. Sem dúvida essas concepções encontraram na Legião Brasileira de Assistência um mecanismo para a sua concretização, que foi o de educar as mulheres para a guerra, por intermédio dos cursos preparatórios e de atividades de costura, escrita de cartas, programas radiofônicos para os soldados, a biblioteca dos soldados etc. O ‘amor à pátria’ passa, assim, a vestir os corpos e as representações das voluntárias. (SIMILI, 2012, p. 128).

Na interlocução com as mulheres, as propagandas dos produtos de beleza – esmaltes, batons e sabonetes – cumprem um papel fundamental. As estrelas de cinema dialogam com as mulheres, apresentando-se como legionárias da LBA e usando um dos uniformes que se transformaram em símbolo da mobilização e do trabalho feminino. Silvinha Mello, estrela de cinema, do rádio e legionária da LBA é mobilizada na propaganda do sabonete Palmolive; o “V” da vitória é usado na propaganda dos esmaltes Fátima; a campanha da “horta da vitória”¹² inspira Penna na idealização dos “jardins da vitória”, em que as “garotas do Alceu” comunicam os trajes adequados aos afazeres de plantação de legumes e hortaliças nos quintais de suas casas com “[...] vestidinhos, aventais e jardineiras”. Diz o encarte: “Uma horta em cada quintal é o lema para as donas de casa, que também devemos adotar.” (SIMILI, 2012).

¹² A Horta da Vitória consistiu no incentivo à plantação e cultivo de vegetais e hortaliças nos quintais das casas, nas escolas, hospitais, a fim de que estes fossem utilizados diretamente para a alimentação familiar. Essa campanha associa-se diretamente às campanhas desenvolvidas no Reino Unido no combate à fome no período de guerra, mais especificamente ao lema “dig for victory” ou “cultive pela vitória” (CYTRYNOWICZ, 2000).

IMAGEM 6: FOTOGRAFIA DE LEGIONÁRIA DA LBA PRESTANDO INSTRUÇÕES EM HORTA COLETIVA, 1942.



Fonte: Arquivo do Ministério de Desenvolvimento Social, 2016.

Aos poucos a convocação da Primeira-dama articulou um discurso com forte apelo moral cristão e benemérito, e práticas subjetivas de feminilidade que mobilizavam aspectos do cotidiano feminino, como usos de produtos de beleza e até o apelo visual de uniformes foram usados por estrelas do cinema. Não foram medidos esforços para que as mulheres aderissem ao voluntariado da LBA, haja vista que delas dependia na prática o desenvolvimento dos seus projetos. Observaremos que a participação feminina estava contemplada nos aparatos burocráticos da LBA e na formação de suas primeiras frentes de trabalho. Assim, a LBA foi idealizada para o trabalho feminino, sobretudo o voluntário, questões que verificaremos nos capítulos seguintes.

2. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA: A ESTRUTURA DA LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA

“Congregar brasileiros de boa vontade”

Em setembro de 1942, após a instalação de sua sede na cidade do Rio de Janeiro, a LBA passou a organizar seus serviços para atender às famílias dos pracinhas brasileiros. Ao mesmo tempo em que os homens eram conclamados a prestar seus serviços patrióticos, as mulheres eram chamadas ao serviço voluntário na assistência às famílias dos soldados.

Vargas contou, assim, com o apoio irrestrito da mulher, pois enquanto ele e os homens eram responsáveis, naquele momento, por combater os inimigos externos que ameaçavam a segurança nacional, competia à Darcy e às mulheres combater as mazelas internas que assolavam os brasileiros: a pobreza e a mortalidade infantil, por meio das ações da LBA, desde sua implantação. A partir de sua projeção até a elaboração de seu Estatuto, a LBA propôs uma atuação efetiva junto às famílias pobres brasileiras e, para isso, adotou ideologias e modos de operação que estavam em sintonia com o regime político do Estado Novo.

Analisando-se o Estatuto, verifica-se como os meios de atuação da LBA iam além do esforço de guerra, envolvendo ações paralelas ao atendimento das famílias dos soldados, pois se afirmava como uma instituição permanente no combate à pobreza e uma parceira do governo federal na assistência social brasileira. Assim, ao organizar suas atividades, a LBA incorporou na elaboração do seu Estatuto, Organograma e Contabilidade, aparatos burocráticos e corporativos indicados pelo Governo Federal. No entanto, ao mesmo tempo em que atuou com aparatos do Estado, a LBA também inaugurou uma forma de assistência baseada no cooperativismo e voluntariado, fator determinante para sua fundação e consolidação.

A fim de aprofundar essa discussão, o objetivo deste capítulo é analisar o processo de inserção das mulheres nas práticas de assistência social da LBA através do voluntariado, considerando o modo como foram convocadas pela Primeira-dama para se tornarem legionárias. Intenta-se também enfatizar o processo burocrático e sistemático do funcionamento da LBA, analisando seu

Estatuto e os Relatórios Bienais. A perspectiva deste estudo baseia-se na noção do triângulo do bem-estar social, que definia a instituição como uma organização corporativa, que mantinha papéis de atuação definidos, e que desenvolveu uma rede de serviços que contemplava o território nacional.

2.1. O Estatuto da Legião Brasileira de Assistência

Após convocatória de Darcy Vargas para que as mulheres brasileiras se unissem em favor da assistência às famílias dos soldados brasileiros, a próxima estratégia de ação foi a instalação das estruturas físicas dos postos de atendimento da LBA, para o que foram utilizados aparatos do Estado a fim de que o atendimento fosse prestado com eficiência.

Um forte esquema corporativo foi desenvolvido para atingir os objetivos da LBA. Uma vez que a sede no Rio de Janeiro já havia sido instalada, as decisões e ações eram definidas em Assembleia realizada pela Comissão Central da LBA, composta pela Presidente Geral da LBA, Darcy Sarmanho Vargas, pelo Secretário Geral, Rodrigo Octávio Filho (indicado pela Confederação Nacional da Indústria) e pelo Tesoureiro Geral, João Daudt de Oliveira (indicado pela Federação das Associações Comerciais do Brasil), conforme Artigo 6º do Estatuto da LBA (Relatórios da LBA, Biênio 1942/1944).

A Comissão Central da LBA estava autorizada a criar comissões e órgãos técnicos que prestassem auxílio nas decisões e na implantação dos serviços planejados. Eram atribuições da Comissão Central:

- estabelecer o plano de organização geral e elaborar os programas de trabalho;
- organizar o regimento interno, baixar instruções e tomar as resoluções necessárias para o regular funcionamento de todos os setores da instituição;
- promover os trabalhos da LBA no Distrito Federal;
- submeter anualmente à apreciação do Conselho Deliberativo a proposta de orçamento e quando seja necessário, as alterações e os acréscimos das dotações previstas;
- dispôr dos recursos da LBA, autorizando despesas dentro das verbas orçamentárias;
- submeter as contas à apreciação do Conselho Deliberativo no fim de cada exercício;
- examinar e decidir sobre os orçamentos, as contas e os relatórios apresentados pelas Comissões Estaduais;
- aprovar o quadro de empregados para os serviços de esfera da

Comissão Central, fixando respectivos vencimentos;
- praticar quaisquer atos que não sejam reservados à competência de outros órgãos da administração;
- resolver os casos omissos;
- As deliberações da competência da Comissão Central serão tomadas pelo presidente, secretário geral, tesoureiro geral e diretor técnico. (ESTATUTO DA LBA, 1942, p. 11).

É possível observar que um arranjo corporativo foi desenvolvido a fim de organizar e sistematizar as ações previstas para a Comissão Central. Tal sistematização e organização são minuciosamente detalhadas e atestam terem sido técnicos que detinham conhecimento da área que elaboraram o Estatuto da LBA, planejando ações e estratégias de condução dos serviços. A estrutura da LBA, assim como suas ações, foi conduzida de acordo com o que o Estatuto definia. De acordo com Relatório de Ações Bienal (1942/1944) da LBA, a 1ª Comissão Central reuniu-se com técnicos de áreas específicas e juntos elaboraram as formas de condução e execução dos trabalhos.

A Comissão Central era composta por Darcy Vargas e outros dois homens, ambos de carreiras corporativas e que exerciam funções públicas bastante reconhecidas na época. Um deles era membro do Conselho Executivo da Federação das Associações Comerciais do Brasil e o outro era um dos diretores da Confederação Nacional da Indústria. Mais uma vez, observa-se as representações de gênero na concepção da LBA e no desenho corporativo que ela possuía. Isso pode ser analisado a partir do Parágrafo 1º da Comissão Central, que designa o cargo da presidência da LBA à esposa do Presidente da República e, na sua ausência, a uma pessoa reconhecida por notória dedicação cívica. Entretanto, os cargos de secretário geral e tesoureiro geral deveriam ser ocupados pelas diretorias da Federação das Associações Comerciais do Brasil e da Confederação Nacional de Indústria, agentes competentes para tal.

Entende-se que as definições das categorias acionadas pelos agentes do Estado para definir os cargos e atribuições na execução dos trabalhos da LBA contemplava os espaços que podiam ser ocupados por mulheres e os espaços que deveriam ser ocupados por homens. Essas definições estão ligadas a uma visão de mundo na qual os cuidados são marcados pelo sentimento, pela compaixão e por representações de feminilidade e de masculinidade, portanto opostas, restritas e limitadas. A mulher ocupa um lugar de destaque, como líder

de uma legião de mulheres dispostas a trabalhar em favor dos que necessitavam de cuidado. Porém, as funções legislativas, técnicas e administrativas deveriam permanecer nas mãos dos homens, por serem aqueles que entendem de questões operacionais e burocráticas.

As mulheres foram inseridas numa estrutura política pelo dom natural da feminilidade, por uma suposta experiência naturalizada com os cuidados. É do que trata Joan Tronto, ao falar sobre as relações de gênero nos cuidados. Ela propõe uma abordagem do cuidado como um quadro reflexivo para formar um julgamento moral e político da sociedade. Para Tronto, o conceito de cuidado define uma atividade humana, que inclui tudo o que fazemos para manter, continuar e reparar na sociedade, a fim de que possamos viver melhor. Essa sociedade inclui nossos corpos e o meio em que vivemos e, portanto, nesse processo, todos devem se entrelaçar numa complexa teia de sustentação da vida (TRONTO, 1995).

O que difere as relações de gênero na teoria dos cuidados é a perspectiva de análise que deve levar em consideração dois tipos de cuidados: o *cuidado com* e o *cuidar de*. O *cuidado com* reflete um envolvimento distante do objetivo do cuidado. Em geral esse tipo de cuidado está relacionado às legislações que beneficiam determinados grupos. Já o *cuidar de* imprime um caráter mais próximo do objetivo do cuidado, e são os agentes que se envolvem na prática com os receptores do cuidado. O cuidado deve ser analisado através da lente conceitual do pensamento político, em que, ao invés do indivíduo agir por interesses próprios, ele age por interesses coletivos. Tronto acredita que o conceito de cuidado possibilita captar a realidade humana e as experiências de grupos (TRONTO, 1995).

No caso da LBA, evidenciam-se as configurações de gênero através dos cuidados e das definições de atuação. Os cargos de técnicos especializados e representantes de departamentos na Comissão Central eram ocupados por homens, a maioria deles com seus nomes e funções designados no Relatório Bienal das Atividades da LBA. Suas atribuições são burocráticas, específicas. A eles estavam atribuídos os pareceres técnicos a respeito das decisões para a implantação das estruturas da LBA em todo país. Eram eles que estabeleciam as diretrizes de atuação, planejavam as ações, designavam verbas e faziam o

controle do orçamento da LBA. Para os homens, o cuidado era distante dos necessitados, e não era esperado que eles atuassem na prática cotidiana, ou no amparo relacional às famílias dos soldados e às famílias pobres. Sua função era propositiva e de coordenação.

As verbas destinadas à LBA eram controladas pela Comissão Central, sendo administradas por homens que ocupavam funções diretivas. O secretário e tesoureiro geral da Comissão Central eram responsáveis por convocar suas equipes especializadas em orçamento. Os recursos da LBA advinham da contribuição compulsória recolhida dos salários e caixas de pensões e aposentadorias, sendo 1% para empregados e 2% para empregadores, além das doações das indústrias e do comércio, bem como das doações particulares realizadas por filantropos, questão que analisaremos adiante. Os relatórios e pareceres sobre a operacionalização e implantação das estruturas denominadas Comissões Estaduais e Centros Municipais, previstos no Estatuto da LBA, foram todos elaborados por homens.

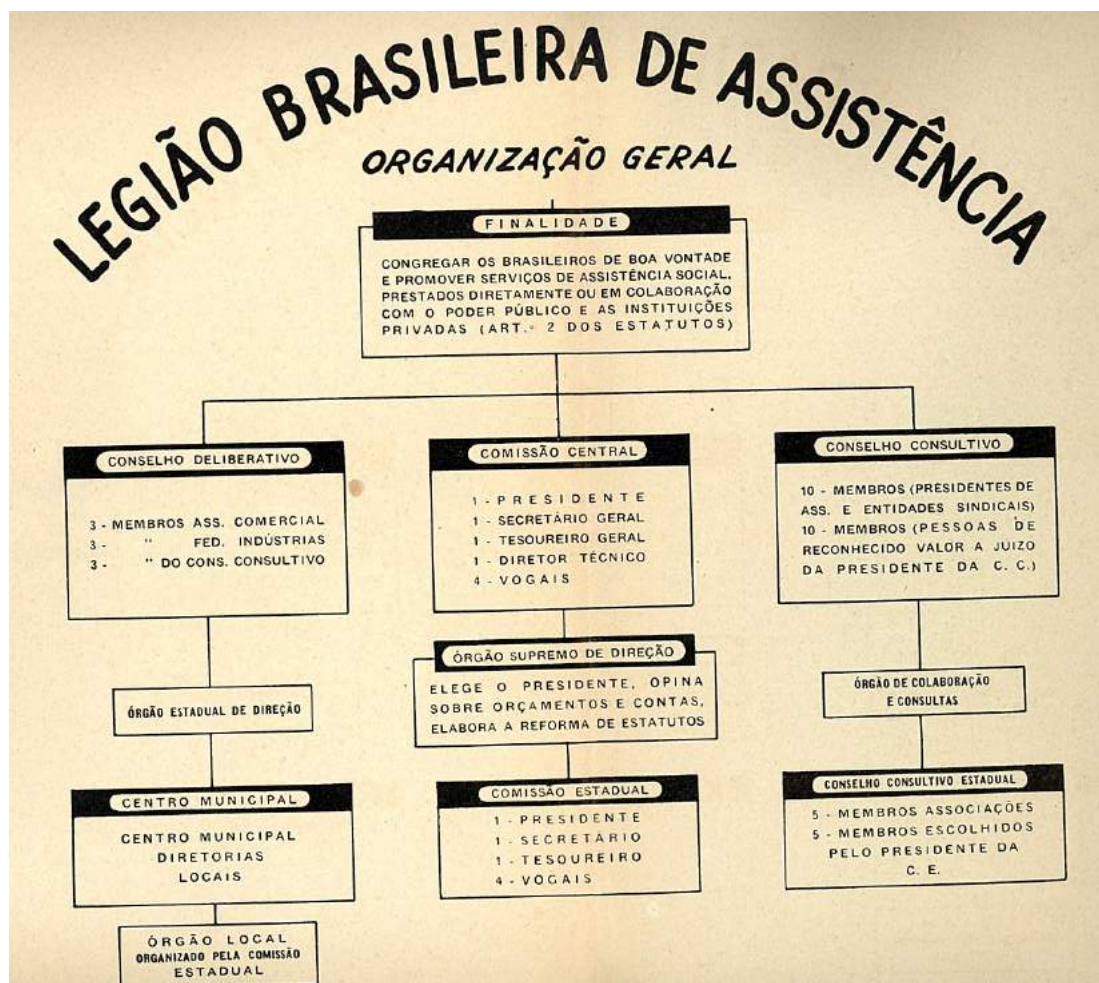
O envolvimento relacional implícito no *cuidado com* foi uma obrigação feminina. Esperava-se que o atendimento direto às famílias pobres e aos soldados fosse incumbência das mulheres, de maneira voluntária e sem distinções de classe, raça ou idade. Elas deviam atuar em diversas frentes de trabalho, como visitadoras das famílias, atendentes dos postos de atendimento, nos Centros Municipais, organizando campanhas para arrecadar donativos, atendendo aos necessitados que buscavam donativos e atuando no atendimento especializado, nesses casos, acompanhando os médicos que, na maioria das vezes, eram contratados, ou seja, não prestavam serviço voluntário como as mulheres.

Algumas atividades podiam ser remuneradas, como educadoras, enfermeiras e secretárias, mas a maioria do trabalho feminino era voluntário. Na impossibilidade de participar ativamente nos postos ou fazendo as visitas familiares, as mulheres podiam atuar em suas casas, fazendo roupas, cobertores e tricôs, ou então, escrevendo cartas aos combatentes. Essa divisão de tarefas e visão de mundo passaram a integrar o escopo político, de maneira que o gênero migra de uma esfera privada para significar decisões e ações da esfera pública e política, num esquema em que as formas de cuidado definem padrões de

conduta.

Esses padrões são reproduzidos na organização das demais estruturas da LBA. Para compreender o *modus operandi* da LBA observamos, a seguir, o Organograma Geral definido no Relatório Bienal (1942/1944):

FIGURA 2: RELATÓRIO BIENAL DA LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA (1942/1944).



Fonte: Relatório Bienal da Legião Brasileira de Assistência (1942/1944, p. 10).

De acordo com o Organograma e com os dados obtidos no Relatório, após a fundação e implantação da Comissão Central da LBA, estruturas semelhantes foram organizadas nos estados brasileiros, sendo denominadas de Comissões Estaduais, que foram criadas mediante arranjo corporativo firmado entre Governo Federal, Governos Estaduais, Federação das Associações Comerciais, e das Indústrias e Prefeituras Municipais. As partes manifestavam apoio ao Governo

Central e se comprometiam com a LBA através de correspondências destinadas à Presidente Darcy Vargas, comprometendo-se a “[...] colaborar inteiramente com os serviços da Legião Brasileira de Assistência¹.

Ainda em 1942 foram organizadas nos estados brasileiros as Comissões Estaduais da LBA, que tinham como objetivo colaborar com a Comissão Central, organizando os serviços da LBA em seu território e operando de acordo com as diretrizes da Comissão Central. O Estatuto da LBA previa as Comissões Estaduais:

Art. 12º – As Comissões Estaduais – C.E. - serão organizadas nos mesmos moldes da Comissão Central, com atividades dentro de cada Estado ou Território;

Art. 13º – As C.E. compor-se-ão de sete membros: um presidente, um secretário, um tesoureiro e quatro vogais.

Parágrafo 1º - o presidente será designado pelo presidente da C.C. dentre os elementos femininos da Capital do Estado, ouvido o chefe do governo estadual.

Parágrafo 2º – o secretário e o tesoureiro serão indicados pelas Federações das Associações Comerciais e Federações das Indústrias dos Estados. Os vogais serão indicados, dois pela Associação Comercial da Capital do Estado, os outros pela Federação da Indústria do estado, na falta desta, substitui-la-á a entidade indicada pela Confederação Nacional das Indústrias.

Art. 14º – As C.E. exercerão a sua atividade diretamente na Capital do respectivo Estado ou Território, onde terão a sua sede, e nos demais municípios, por intermédio dos Centros Municipais por elas organizados.

Art. 15º – Como delegações, as C.E. ficam sujeitas as normas e instruções emanadas da C.C.

Parágrafo único - as C.E. poderão propôr à C.C. as medidas que julgarem necessárias, inclusive, para assisti-las, a criação de comissões ou outros órgãos técnicos auxiliares.

Art. 16º – o orçamento das despesas não será cumprido sem a prévia aprovação da C.C., a quem as C.E. nas épocas determinadas deverão prestar contas e em qualquer momento, os esclarecimentos que forem pedidos (ESTATUTO DA LBA, 1942, p. 13).

Observa-se que o padrão nas atribuições dos cargos da Comissão Central, que tinha Darcy Vargas como Presidente foi reproduzido nos estados. Da mesma forma, o padrão de gênero dos cuidados também era reproduzido nas Comissões Estaduais e nos Centros Municipais. Era função da presidente das Comissões Estaduais “[...] representar as mulheres brasileiras no âmbito das atribuições

¹ Essa análise foi desenvolvida mediante pesquisa realizada em Correspondências da LBA arquivadas no Arquivo do Ministério de Desenvolvimento Social em Brasília. Tais correspondências não estão organizadas nem sistematizadas, armazenadas em caixas sem referências.

relativas ao amparo das famílias necessitadas”. A atribuição seguia o modelo central e mantinha a representação das mulheres como aquelas que eram capazes de servir em virtude da característica tida como feminina de cuidar, e reconhecer as necessidades dos desfavorecidos. Contudo, para auxiliá-las, outros dois cargos foram nomeados pelos interventores dos estados, sendo tesoureiros e secretários, ambos exercidos por homens que tinham atribuições “[...] deliberativas e de planejamento”, e para auxiliá-los mais quatro homens eram nomeados com funções vogais que tinham atribuições “[...] propriamente de fundo burocrático, como sejam: protocolo, expedição, arquivo; e esta, com aqueles encargos normalmente confiados a tais dependências, vale dizer pagadoria, recebedoria, contabilidade e almoxarifado.” (Relatório Bienal 1942/1944, p. 11).

Novamente, as mulheres tinham uma representante, que ocupava posição de destaque, mas sem autonomia para administrar e gerenciar os serviços prestados pela LBA, exceto no que diz respeito ao voluntariado. As demais questões operacionais e gerenciais ficavam sob a responsabilidade dos técnicos, como a gestão das finanças, das questões burocráticas e deliberativas. Mais uma vez, elas eram responsáveis pelo cuidado com os necessitados enquanto eles cuidavam de organizar e operacionalizar esse trabalho.

Os cargos masculinos eram indicados pelas Federações das Associações Comerciais e Indústrias nos Estados, sinalizando novamente o arranjo corporativo desenvolvido pelo Governo Central. As Comissões Estaduais organizavam seus trabalhos por meio do funcionamento de 11 Departamentos, que eram:

- Departamento de Matrícula e Pesquisa;
- Departamento de Assistência Econômica;
- Departamento de Distribuição de Voluntários;
- Departamento de Soldados;
- Departamento de Registro Civil;
- Departamento de Assistência de Alimentação e Habitação;
- Departamento de Costuras e Transporte;
- Departamento de Cursos Próprios e Assistência Sanitária;
- Departamento de Cooperação com Instituições Existentes;
- Departamento de Coordenação dos Municípios;
- Casa Maternal e da Infância (RELATÓRIO BIENAL 1942/1944, p. 14).

Esses Departamentos estavam previstos no Estatuto da LBA e tinham como objetivo prestar apoio ao desenvolvimento dos trabalhos nos estados, e auxiliar na implantação dos Centros Municipais sediados nos municípios de cada estado e na

condução dos trabalhos nesses Centros. Competia às Comissões Estaduais nomear os Diretores responsáveis para os Departamentos. Nos 11 Departamentos estavam alocados funcionários que desenvolviam trabalhos técnicos e que eram remunerados, assim como agentes voluntários que desenvolviam uma variedade de serviços não remunerados e mulheres, na sua grande maioria (ESTATUTO DA LBA, 1942, p. 61).

As Comissões Estaduais receberam de Darcy Vargas, como suas primeiras missões, após instalar sedes nas capitais, auxiliar as prefeituras municipais de seus estados na implantação de estruturas denominadas Centros Municipais. Essas estruturas eram as que de fato estabeleciam contato com as famílias dos soldados no período de guerra e que prestariam assistência aos necessitados.

Os Centros Municipais mantinham os moldes de organização da Comissão Central e das Comissões Estaduais. Eram compostos por uma Diretora, preferencialmente a Primeira-dama do município, e no caso de impossibilidade ou de sua ausência, deveria ser nomeada uma “[...] senhora de prestígio na sociedade local”, um secretário e um tesoureiro, sendo o primeiro indicado pela Associação Comercial local e o segundo, por um representante da indústria local. Ainda eram nomeados quatro vogais, sendo um indicado pela Associação Comercial local, outro por um representante da indústria local e outros dois nomeados pela Diretora local. Nos municípios em que não havia associações comerciais ou industriais, os representantes deveriam ser indicados por representantes do setor agropecuário local.

Os Centros Municipais deviam seguir o esquema burocrático de funcionamento organizacional proposto pelo Organograma apresentado na página 87, ou seja, os Centros Municipais deveriam enviar seus relatórios, problemas e dúvidas às Comissões Estaduais, que tratariam das questões pertinentes de seus estados com a Comissão Central, criando-se, assim um circuito fechado da burocracia assistencial.

Após ser nomeada a Diretoria, os Centros Municipais seriam instalados em sedes disponibilizadas pelas Prefeituras Municipais. As instalações teriam que ser independentes das Prefeituras e, nas suas fachadas, instaladas placas com os dizeres: “LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA”. Uma fotografia de Darcy Vargas foi enviada para cada Centro Municipal para ser colocada em local de

destaque. O uso da fotografia como recurso para construção de uma imagem positiva já havia sido utilizado pelo DIP na promoção da imagem de Getúlio Vargas. Sua fotografia oficial foi distribuída às repartições públicas, escolas, estações ferroviárias, aeroportos, bancos, casas comerciais por todo o país, estratégia repetida pela LBA colocando a Primeira-dama como mãe da Nação e principalmente dos necessitados, aproximando-a do povo por meio da fotografia.

Edgar Morin adverte-nos que a imagem fotográfica possui dimensão simbólica e poder afetivo e sua apropriação e utilização geram reações coletivas, ou seja, a fotografia tem o poder de tocar, comover e gerar sentidos individuais, mas, ao ser exposta gera também sentidos coletivos. Além disso, as fotografias podem ser utilizadas para criar vínculos, mesmo com pessoas que não se conhecem pessoalmente, pois elas possibilitam a interação entre elas, materializando suas imagens e gerando sentido de intimidade (MORIN, 1970).

Darcy Vargas foi a primeira mulher representada como autoridade no Brasil. Suas fotografias nas repartições da LBA perpassam os ideais simbólicos de identidade e autoridade, pois davam visibilidade e personificavam a imagem da líder que unia e representava as ações femininas no cenário hostil de guerra, além de amparar os necessitados. Enaltecer Darcy Vargas com as fotografias nas sedes da LBA, além de representativo, era também um ato simbólico para criar um elo de afeto e intimidade com a Primeira-dama.

IMAGEM 7 - FOTOGRAFIA DE DARCI VARGAS ENVIADA AOS CENTROS MUNICIPAIS.



Fonte: Relatórios LBA, 1942 (p. 01).

Junto com as fotografias de Darcy Vargas, foram enviados pelas Comissões Estaduais Estatutos da LBA, modelos de formulários e cronogramas de funcionamento da administração da assistência (RELATÓRIO BIENAL 1942/1944). A Comissão Central definiu também, mediante Estatuto, que o funcionamento dos Centros Municipais seria diário, em horários estabelecidos pela Diretoria local. Os funcionários permanentes dos Centros Municipais poderiam ser contratados ou comissionados, sendo que os contratados exerceriam funções especializadas, tais como médicos, enfermeiras, educadoras, secretárias. Os comissionados seriam funcionários públicos cedidos pela Prefeitura Municipal para exercer funções técnicas e burocráticas, tais como contabilidade, elaboração de relatórios,

emissão de documentos e de formulários.

A respeito dos recursos orçamentários, observa-se, através do Estatuto da LBA, que os Centros Municipais tinham certa autonomia de administração, porém com rigorosa prestação de contas. Os recursos orçamentais dos Centros Municipais provinham de duas fontes financiadoras: a primeira era a verba destinada pela Comissão Estadual, e a segunda e não menos importante, da filantropia local.

O processo de gestão financeira da LBA foi um modelo de operacionalização de recursos difundido pelos serviços públicos durante o Estado Novo. Era uma modelo triangular de assistência, que incluía três esferas de operacionalização, sendo o Governo Central e Estadual, as municipalidades e a iniciativa privada – sendo esta motivada pela filantropia individual ou em parceria com empresas. Em virtude da pluralidade de setores e atores envolvidos no cenário de atuação da LBA, e a fim de compreender como se deu essa articulação, recorreremos à noção de interação do "triângulo do bem-estar social"². Essa é uma proposição analítica desenvolvida por algumas historiadoras, com o objetivo de analisar o desenvolvimento e a criação de políticas sociais de bem-estar no contexto da formação do *welfare state* na Europa.

Tal conceito foi inicialmente proposto pela historiadora norueguesa Anne-Lise Seip e pode ser entendido como a interação entre organizações sociais, tais como as instituições filantrópicas e de caridade, o governo central nas instâncias federais e estaduais, e as municipalidades. A representação triangular do Estado de bem-estar social também revela como o gênero foi fundamental na organização das relações sociais e institucionais, nas definições de discursos e práticas dos diferentes agentes formuladores das políticas sociais e assistenciais. Ao definir o gênero como uma construção social e cultural, válido para tanto para mulheres quanto para homens, é possível destacar a interação entre gênero e outras categorias analíticas, como classe e raça (LARSEN, 1996, p 46).

No caso da LBA, a interação triangular do bem-estar se dá pelo modelo orçamentário e administrativo pelo qual, inicialmente, o Governo Central destinava para a LBA recursos advindos da contribuição compulsória recolhida dos salários e caixas de pensões e aposentadorias. Esses recursos eram depositados na

² Essa menção não se refere à representação triangular liberal.

conta bancária da LBA na Caixa Econômica Federal, devendo ser administrados pelo Tesoureiro da Comissão Central da LBA e sua equipe técnica. Uma parcela dos recursos era enviada às Comissões Estaduais, e os valores eram determinados nas especificações indicadas nos Relatórios Bimestrais das Comissões Estaduais enviados à Comissão Central. Os recursos das Comissões Estaduais eram administrados pelos Tesoureiros e suas equipes técnicas, que deveriam suprir as demandas das Comissões Estaduais e das municipalidades.

Para que pudessem operacionalizar as verbas específicas de cada município, as Comissões Estaduais recebiam dos Centros Municipais os Relatórios de Matrícula e Pesquisa com informações detalhadas, elaborados pelos Departamentos de Matrícula e Pesquisa – veremos as especificações de cada Departamento posteriormente. As Comissões Estaduais destinavam a cada Centro Municipal, por meio de conta bancária na Caixa Econômica Federal denominada Legião Brasileira de Assistência do Centro Municipal de..., a quantia orçamentária prevista para suprir as demandas indicadas nos Relatórios. Esse esquema de gestão orçamentária previa um eixo central, que articulava a interação dos governos Central, Estaduais e Municipalidades no auxílio efetivo aos Centros Municipais para administração das verbas recebidas do poder público para a LBA. Competia ainda às Prefeituras Municipais a responsabilidade pelas instalações das Sedes dos Centros Municipais, assim como a manutenção da estrutura e os suprimentos de limpeza. As Prefeituras nomeariam funcionários dos seus quadros permanentes, preferencialmente que desenvolvessem serviços técnicos, tais como contadores, enfermeiras e secretárias, para atuarem efetivamente na LBA, permanecendo responsáveis por seus suprimentos.

A respeito das questões orçamentárias administradas por Comissão Central, Comissões Estaduais e Centros Municipais, existem milhares de documentos, planilhas, relatórios detalhados, todos mantidos no Arquivo do Ministério de Desenvolvimento Social. Devido à especificidade desses documentos, não nos deteremos numa análise detalhada, mas cabe destacar que por meio dessa documentação foi possível perceber o funcionamento da interação triangular do bem-estar na administração em circuito fechado da LBA nas suas primeiras décadas de atuação. Essa interação se modificará apenas a partir de 1969, quando a LBA foi transformada em Fundação Legião Brasileira de Assistência.

Além das duas partes públicas do triângulo do bem-estar, havia uma terceira representação. Trata-se da iniciativa privada, representada pelas Associações das Indústrias e Comércio e pela filantropia. A esse respeito, o Estatuto da LBA compreendia que a instituição era responsável pelos serviços assistenciais “[...] prestados diretamente ou em colaboração com o poder público e as instituições privadas.” (ESTATUTO DA LBA, 1942, p. 27).

Desde sua formação e fundação, a LBA firmou-se pela colaboração entre Estado, iniciativa privada e voluntariado. Nessa representação triangular do bem-estar, a iniciativa privada estava contemplada inicialmente nos cargos que compunham as Diretorias da Comissão Central, as Comissões Estaduais e os Centros Municipais, por meio das Associações das Indústrias e do Comércio, assim como no acordo colaborativo de doações de alimentos, roupas, suprimentos médicos e farmacêuticos e no auxílio prestado nas organizações de festas que marcavam datas comemorativas.

Conforme os Relatórios Orçamentários da Comissão Central da LBA, observa-se que a colaboração ocorria de maneira regular e ativa em diversos municípios brasileiros. Não é possível afirmar que esse modelo era uniforme e ocorria em todos os municípios, mas é plausível que tenha sido peça fundamental nas implantações dos Centros Municipais e na consolidação da LBA enquanto instituição de assistência social no Brasil. Posteriormente, vamos analisar o impacto do modelo de colaboração e parcerias na atuação da LBA a partir das campanhas realizadas pela instituição em parceria com diversas instituições brasileiras.

Para compreender a diversidade de serviços prestados pela LBA nos municípios é importante analisar a atuação de cada Departamento que compunha os Centros Municipais. Tais Departamentos eram subdivisões que tinham como objetivo “[...] cumprir e fazer cumprir as resoluções da diretoria e presidência dos Centros Municipais, tendo um Diretor, função na maioria das vezes desempenhada por homens, capazes de “[...] apresentar mensalmente relatórios das atividades do departamento respectivo” além de “[...] comparecer às reuniões mensais da diretoria.” (ESTATUTO DA LBA, 1942, p. 57).

Eram funções técnicas, que compreendiam áreas específicas de atuação. Novamente evidencia-se a divisão sexual do trabalho na formulação dos

Departamentos e na nomeação de seus Diretores. Os seis Departamentos eram:

- Departamento de Matrícula e Pesquisa;
- Departamento de Assistência Moral e Educacional;
- Departamento de Assistência Sanitária;
- Departamento de Assistência Alimentar;
- Departamento de Costuras;
- Departamento Jurídico;

Desses seis Departamentos, dois eram dirigidos por mulheres, sendo eles, Departamentos de Assistência Moral e Educacional e de Costuras, funções que eram consideradas femininas e, portanto, que as mulheres supostamente detinham conhecimento para administrar. Os outros quatro Departamentos eram ocupados por homens que, na maioria das vezes, tinham conhecimento ou formação técnica específica de cada área.

O primeiro Departamento a atender as famílias em busca de assistência era o Departamento de Matrícula e Pesquisa, cujo objetivo “[...] por intermédio de um corpo de legionários especializados, [era] proceder a pesquisa junto à família interessada, a fim de conhecer-lhe as reais necessidades (...) apontá-lo aos Departamentos especializados, conforme for o caso, para que êstes apliquem então o remédio específico.” (ESTATUTO DA LBA, 1942, p. 62).

No Estatuto da LBA constam 25 competências específicas para o Departamento de Matrícula e Pesquisa – Artigo 66 do Estatuto. Dentre essas competências, estavam a responsabilidade de arquivar as matrículas das famílias cadastradas para receber assistência, elaborar os relatórios e formulários emitidos pelos Centros Municipais e enviados às Comissões Estaduais, organizar relatórios permanentes e enviá-los à Comissão Central.

O Departamento de Matrícula e Pesquisa era responsável pela triagem das famílias e dos serviços que demandavam. O procedimento de matrícula ocorria a partir da procura das famílias aos Centros Municipais, sendo cadastradas e encaminhadas para o setor de visita técnica responsável. O Departamento encaminhava as solicitações aos agentes visitantes para que eles, após visita, emitissem um parecer das reais necessidades dos visitados. Somente após esses procedimentos, suas solicitações poderiam ser atendidas ou negadas. Era por meio do relatório dos agentes visitantes que as famílias eram

consideradas aptas para assistência, não aptas ou não encontradas.

É interessante o disposto no Art. 67, incisos 6 e 7, que tratam da figura do visitador. De acordo com o Estatuto, os visitantes deveriam ter aptidões para gerar relatórios precisos, com o máximo de informações possíveis e que estivessem atreladas às problemáticas da chamada questão social. Era o parecer do visitador que indicava se as solicitações eram verdadeiras ou não. Era o visitador que mantinha o contato direto com as famílias e que podia observar a realidade em que viviam, sendo uma das funções que demandava mais tempo e trabalho. Desse modo, o Estatuto da LBA, sugere que os visitantes façam parte do quadro de voluntários da LBA, sendo funções ocupadas por pessoas minimamente treinadas, preferencialmente mulheres, e na ausência dessa possibilidade, era competência das Comissões Estaduais estabelecer alianças com associações religiosas ou estabelecimentos de ensino habilitados (ESTATUTO DA LBA, 1942, p. 62).

Por intermédio da análise do Artigo 66 e do inciso 7 do Artigo 67 da LBA, são evidenciadas duas questões pontuais. A primeira refere-se às representações de gênero, que atribua papéis femininos e masculinos. De acordo com os documentos, as funções administrativas, técnicas e burocráticas, deveriam ser desempenhadas por “[...] um chefe apto para tal”, “[...] ou designado pelo chefe executivo local” (ESTATUTO DA LBA, 1942, p 58).

Em pesquisa realizada nos Relatórios Bienais das Comissões Estaduais de 1942/1944 e 1945/1946 observa-se que os Relatórios dos Departamentos de Matrícula e Pesquisa dos Centros Municipais eram assinados por diretores. A função preferencialmente desenvolvida por mulheres era de visitadora, pois para desempenhar essa função era necessário “[...] empenhar-se e demonstrar confiança e simpatia” e “[...] compreender a natureza das necessidades”, atribuições consideradas femininas. De acordo com a teoria dos cuidados de Joan Tronto, as sensibilidades femininas em reconhecer as diversas formas de cuidado e através dessas reconhecer em que consiste a necessidade particular de cada caso, insere as mulheres num patamar de atuação que as atrai diretamente ao contato com os indivíduos. Nesse esquema, as mulheres estão mais voltadas para o contato pessoal com os grupos necessitados, e os homens mais ligados à formulação de leis e aparatos legais que possibilitam as formas de cuidados. Isso

testificada as representações de gênero no desenvolvimento efetivo da LBA, em que o masculino responsabiliza-se por assuntos burocráticos e o feminino atua no contato direto com os assistidos (TRONTO, 1995).

Outra questão pontual se refere à inserção de agentes voluntários religiosos ou estudantes de escolas técnicas de serviço social. Conforme observamos no Capítulo I, os serviços de assistência social no Brasil contaram com a intensa participação de indivíduos ligados às práticas da caridade ou por obras filantrópicas. Esses modelos estão presentes na LBA, sobretudo ao convocar pessoas ligadas à caridade e à filantropia para participar dos trabalhos específicos como visitadores. Não podemos mensurar a participação de organizações religiosas na LBA no momento de inauguração dos seus serviços, mas destacamos o interesse do Governo Federal em estabelecer critérios de atuação para esses grupos, algo manifestado sobretudo no Estatuto da LBA.

No caso do Departamento de Matrícula e Pesquisa destacam-se as representações de gênero e o voluntariado para o desenvolvimento dos serviços da LBA. Esperava-se que as mulheres do Brasil inteiro se tornassem legionárias. Bom número delas atendeu ao chamado da Primeira-dama do país e se alistou na LBA, sendo que a maioria dessas legionárias atuava como visitadora. Apesar dos esforços em inserir as alunas das Escolas de Serviço Social, a demanda de serviços ainda precisava contar com as voluntárias em quase todo o território nacional, pois apenas nos grandes centros urbanos existiam escolas de formação específica no serviço social naquele período.

As atividades de visitadoras sociais como prática de intervenção também foram exercidas regularmente junto às famílias residentes na vila operária Cidade Jardim Nova América, no Rio de Janeiro. De acordo com Ana Lúcia Vieira, as moradias da Vila Operária eram padronizadas e de custos baixos, sendo ocupadas por trabalhadores previamente selecionados pela administração da Companhia Têxtil Nova América. As atribuições das visitadoras domiciliares da vila Jardim Nova América abrangiam a manutenção e permanência dessas famílias nas moradias operárias precedendo entrevistas que visavam conhecer os hábitos de higiene e as regras de conduta (VIEIRA, 2012).

Assim, a visitação domiciliar pode ser compreendida como

[...] uma prática basilar da assistência social e pode ser identificada na

formação do trabalhador social, no final do século XIX em meio às mudanças, demandas e conflitos do desenvolvimento capitalista industrial e expansão urbana. As visitadoras, zelando pelo bem-estar físico e mental dos trabalhadores, promoviam uma rede de proteção sanitária e social visando à integração e adaptação desses trabalhadores à nova ordem político-econômica. (VIEIRA, 2012, p.34).

As orientações sobre saúde, higiene, alimentação, organização do lar e ordenamento das relações intrafamiliares eram atribuições das visitadoras domiciliares da vila operária, sendo pré-determinadas pelos médicos, higienistas e pedagogos, que definiam os modos de intervenção e os tratamentos adequados. Essas intervenções eram invariavelmente acompanhadas de entrevistas, arguições sobre questões relacionadas à vida familiar e às condições de trabalho. Mais importante que as respostas dadas era o uso dessas “confissões” na constituição de um saber sobre essas pessoas, que determinava a permanência delas nas moradias operárias. As visitadoras familiares da Cia. Têxtil desenvolviam atividade remunerada e compunham o quadro de funcionários da fábrica.

No caso da LBA, as legionárias desempenhavam função semelhante às visitadoras familiares da Cia. Têxtil, mas apenas em casos específicos eram remuneradas. Os serviços foram exercidos por mulheres voluntárias e sem formação específica na área de serviço social. É razoável afirmar, a partir dos Relatórios, que antes de exercer a função de visitadora, as legionárias frequentavam cursos curtos de formação para aprender o preenchimento correto dos cadastros, elaborar relatórios e conhecer quais eram os serviços que a LBA prestava e como as famílias necessitadas poderiam ser assistidas. Através do trabalho dessas legionárias foi que a LBA consolidou o voluntariado e foi também pela função de visitadora que a profissionalização de assistente social difundiu-se no Brasil. Essa função estava presente nos demais departamentos, dando uma espécie de aval para a assistência às famílias. Atuando como vigilantes atentas do cotidiano das famílias, essas mulheres procuravam padronizar os comportamento das famílias pobres. Para Foucault:

A vigilância do cotidiano, a observação do tempo e do espaço possuíam poder disciplinador, regido pelo ‘olhar esmiuçante das inspeções, o controle das mínimas parcelas da vida e do corpo [...] um conteúdo laicizado, uma racionalidade econômica ou técnica a esse cálculo místico do ínfimo e do infinito’. (FOUCAULT, 2002, p. 121).

Foucault problematizou a vigilância do cotidiano como uma microfísica do poder, ou seja, são mecanismos em pequena escala que esquadrinham corpos e mentes, de forma repetida, sutil e inofensiva, mas que exercem uma coerção contínua e difusa em tudo e nos mínimos detalhes, visando normalizar as condutas. Esses mecanismos microfísicos de poder geram intervenções, tornam perceptíveis os desvios e estabelecem a utilização de sanções condicionantes aos infratores.

Na LBA esses mecanismos de vigilância cotidiana eram atribuídos às visitadoras, principalmente àquelas ligadas ao Departamento de Assistência Moral e Educacional, responsável por “[...] atender às famílias desajustadas sob o ponto de vista moral e educacional” (ESTATUTO DA LBA, 1942, p. 67). O grupo atendido por esse Departamento eram as famílias não só dos soldados, mas também as famílias pobres ou aquelas que necessitavam de algum tipo de auxílio material e “moral”.

É preciso compreender os motivos que tornaram as famílias alvo específico de atendimento da LBA e, sobretudo, os sentidos que compreendiam o termo “famílias desajustadas”.

Durante a década de 1940, grande parte da população brasileira vivia na pobreza, senão na miséria. Residindo longe dos centros urbanos ou aglomerando-se precariamente nos bairros mais distantes das cidades maiores, homens, mulheres e crianças viviam em condições instáveis e num nível mínimo de subsistência. A migração crescente de cidades do interior, do campo e dos estados nordestinos para os centros urbanos da região sudeste era uma face visível e problemática daquela realidade social. Em geral, aquelas pessoas de camadas populares prestavam serviços mal remunerados que não garantiam o sustento das famílias que, na maioria das vezes, eram numerosas. Esses trabalhadores não tinham os direitos promovidos pela cidadania regulada³.

O Presidente Vargas apesar de ser conhecido como “pai dos pobres”,

³ Wanderlei Guilherme dos Santos caracteriza a política social durante o Estado Novo como uma cidadania regulada que estava limitada por restrições políticas: [No] conceito de cidadania cujas raízes encontram-se não em um código de valores positivos, mas em um sistema de estratificação ocupacional [...] definido por norma legal [...] são cidadãos todos os membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei [...] Tornam-se pré-cidadãos, assim, cuja ocupação a lei desconhece (SANTOS, 1987, p.75).

manteve certa distância física daqueles que chamava de populares. Na realidade, a aproximação entre o líder e a população era encenada através dos pronunciamentos feitos por Vargas nos programas de rádio e pelo mecanismo da comunicação com o poder criado pela Secretaria da Presidência da República, que recebia as cartas escritas por milhares de brasileiros endereçadas ao presidente da República⁴.

A maioria das famílias brasileiras sobrevivia de diárias e com remuneração abaixo do valor estabelecido pelo salário mínimo, valor insuficiente para custear as necessidades básicas de sobrevivência. A taxa de mortalidade infantil estava entre as mais altas do mundo nas décadas de 1930 e 1940, consequência da má alimentação, das endemias e das infecções parasitárias que assolavam a população. Frente a essas mazelas, o Estado procurava despolitizar as questões sociais, transformando-as em questões científicas, jurídicas e médicas, as quais poderiam ser tratadas por técnicos e especialistas.

O controle social aproximava-se cada vez mais de formas científicas e de noções de civilidade e de persuasão moral. Dessa forma, o Estado intervinha cada vez mais em espaços tradicionalmente privados, invadindo o que sempre fora a mais exclusiva e intocada instituição do Brasil: a família.

Os órgãos estatais se apoiavam no discurso da classe ascendente de profissionais liberais que serviam ao Estado, tais como profissionais da saúde, legisladores e juristas. Esses profissionais defendiam um modelo de casamento moderno e higiênico, origem das famílias e das relações estáveis, saudáveis e felizes. Para isso foram promovidos meios sutis de controle e persuasão a partir das escolas, dos serviços médicos e, principalmente, da assistência social. O Estado procurava promover e legitimar o casamento e a família nuclear como instituições naturais e socialmente necessárias para todas as classes (BESSE, 1999).

As ações sociais do Estado Novo para as famílias não garantiram direitos de cidadania propriamente dita. O que houve foi uma projeção dos papéis baseada numa demarcação definida de gênero. Os homens deveriam ter capacidade física

⁴ Ana Paula Vosne Martins aborda as correspondências enviadas pelos populares ao presidente Getúlio Vargas, no artigo: *"Dos pais pobres ao pai dos pobres: cartas de pais e mães ao presidente Vargas e à política familiar no Estado Novo"*. Diálogos, vol. 12, n2/3, 2008, 209-235. Citamos também o livro de FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil. O imaginário popular. 1930-1945*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

e moral de manter suas famílias, promovendo junto aos seus filhos o ideal de Nação, família e religião, mantendo sempre uma postura de provedores e protetores de suas proles. As mulheres eram importantes para a continuidade física e moral de uma unidade maior, sobretudo como mães, educadoras e cuidadoras das crianças, tidas como futuros cidadãos da nação. As mulheres deveriam ser enaltecidas não pela sua participação política ou profissional, mas sim como responsáveis pela continuidade das famílias e da família maior da nação (BESSE, 1999).

Isso se justifica como uma estratégia política do programa modernizador e centralizador proposto por Vargas e seu grupo político. A fim de consolidarem os ideais promotores do Estado Novo, que poderiam impedir possíveis revoltas populares, foi difundida a ideia gradativa de que o interesse público deveria intervir em esferas antes tidas como particulares, como a família. Com o interesse cada vez maior de controlar as relações privadas e domésticas, os profissionais e as autoridades políticas aliadas ao Estado Novo defenderam com veemência a família nuclear enquanto base da sociedade e da organização política (BESSE, 1999).

No Brasil, no início do século XX, o núcleo familiar era concebido pelos especialistas como uma instituição orgânica, na qual as mulheres eram merecedoras de cuidados e proteção, assim como as crianças, enquanto os maridos/pais deveriam protegê-las, exercendo o papel de provedores. A família nuclear estava voltada para si mesma e configurava numa importante estratégia para a história política das sociedades industriais (RAGO, 1985).

Desse modo, entende-se que o interesse do Estado Novo pelas famílias fazia parte do projeto de controle social sobre as massas urbanas trabalhadoras em ascensão e as famílias de classe média. A família passou a ser tratada como assunto político e não mais privado, pois em 1940 o governo difundiu a ideia de que:

A família é o fundamento, a base constitutiva e orgânica do próprio Estado, e assim, a perfeição e a organização do Estado dependem fundamentalmente das condições morais e legais de cada uma das famílias que o constituem. (BESSE, 1999, p. 04).

Assim, a redefinição da família tornou-se parte importante dos conflitos políticos mais amplos da época. Credo na possibilidade de reformar o caráter humano, os profissionais aliados ao projeto modernizador do Estado Novo viam nas famílias a possibilidade de projetar um novo cidadão. Nas famílias urbanas de classe média, por conta do declínio econômico e com base nas suas necessidades, tanto homens como mulheres precisavam trabalhar, algo que era justificável, desde que não maculasse a reputação das famílias e não compromettesse os cuidados com o esposo e os filhos, para o caso do trabalho das mulheres (RAGO, 1985).

Em contraposição, nas famílias operárias o trabalho feminino era mal visto (ainda que necessário), pois segundo o discurso científico e idealizador do Estado Novo, o trabalho feminino punha em risco a estabilidade familiar e a ordem social. Assim, as mulheres pobres que haviam participado da mão de obra até as primeiras décadas do século XX, enfrentaram a hostilidade por sua participação no mercado de trabalho. Enquanto os operários sindicalizados recebiam crescentes benefícios, as mulheres foram segregadas das fábricas e vinculadas a trabalhos que fossem compatíveis às suas ditas habilidades femininas, como os cuidados com a casa e com as crianças. O trabalho feminino passou, pois, a ser justificado a partir da necessidade econômica das famílias, em que permanecia sublimado o projeto de família nuclear, mantido pela figura masculina provedora de sustento. O trabalho feminino foi compreendido, a muito custo, como um complemento da renda familiar (RAGO, 1985).

A maioria das mulheres foi estimulada a permanecer no reduto doméstico e para isso foram promovidos modelos de feminilidade⁵. A esposa dona de casa, mãe de família, guardiã da nação, foi uma figura estratégica na promoção do enaltecimento do lar e da família. Essa estratégia tinha como principal objetivo manter as mulheres distantes dos espaços tidos como masculinos, sobretudo no que se refere ao trabalho:

Frágil e soberana, abnegada e vigilante, um novo modelo normativo de mulher, desde meados do século XIX, prega novas formas de comportamento e de etiqueta, inicialmente às moças das famílias mais

⁵ Não se intenta, neste trabalho, avaliar o impacto desses modelos de feminilidade naquele contexto. Para tal aponta-se o trabalho: NAHES, Semiramis. *Revista FON-FON: a imagem da mulher no Estado Novo (1937-1945)*. São Paulo: Arte & Ciência, 2007.

abastadas e, paulatinamente, às das classes trabalhadoras, exaltando as virtudes burguesas da laboriosidade, de castidade e de esforço individual. (RAGO, 1985, p. 62).

Para promover suas bases ideológicas durante aquele período, o Estado brasileiro desempenhou um papel cada vez mais ativo na tentativa de modelar a família, redefinindo dessa maneira o sistema de gênero:

Prescrevendo currículos educacionais, gerando oportunidades de empregos masculinos, responsabilizando as famílias como agentes sociais, redefinindo os comportamentos sexuais e os traços de caráter adequados a homens e mulheres. A importância desse projeto ideológico está no fato de ser central no projeto político mais amplo de promover controle econômico e mantendo a estabilidade social, utilizando as mulheres e a família como maneira mais segura de garantir a reprodução social. (BESSE, 1999, p. 44).

As mulheres, guardiãs das famílias, da moral e dos bons costumes, deveriam ter assegurados pelo Estado os direitos garantidos pelo papel unificador destinado a elas, isto é, a maternidade. Somente as mulheres poderiam gerar filhos e dar continuidade à família nuclear. Dessa maneira, as famílias não adequadas à norma do casamento e às hierarquias de gênero eram rotuladas como “famílias desajustadas”.

Foi a partir dessa visão de família e dos papéis de gênero que se delinearam as bases intervencionistas do projeto de assistência da LBA para as famílias beneficiadas. Competia ao Departamento de Assistência Moral e Educacional classificar, auxiliar e ajustar as famílias que apresentavam problemas morais, cívicos e sociais. O desenvolvimento dos trabalhos do Departamento dava-se por intermédio da visita e do acompanhamento às famílias que eram classificadas como desajustadas pelo Departamento de Matrícula e Pesquisa, ou seja, as visitadoras que realizavam o cadastro e a primeira visita às famílias necessitadas indicavam se aquela família era considerada desajustada ou não.

Primeiramente precisamos compreender que indicativos apontavam as famílias como desajustadas. De acordo com Vieira:

Foi partir de uma visão organicista e determinista da sociedade, que nomeia-se os desvios dos padrões estabelecidos, denominados de desajustamentos sociais, e que, segundo essa matriz discursiva, podem resultar da própria formação somático-psíquica dos indivíduos, conjugada às condições do meio em que vivem. Uma série de discursos e práticas forma um dispositivo de saber-poder que institui e naturaliza o ‘real’, que anuncia o ‘verdadeiro’ e destitui e silencia outras enunciações.

Os conflitos sociais não são negados, mas transformam-se em 'problema social' e matéria prima da assistência. (VIEIRA, 2012, p. 37).

Donzelot afirma a emergência de um modelo de beneficência pautado pela intervenção de tutela das famílias, ou seja:

[...] [a] caridade consagrava a perda de autonomia de um indivíduo ou o mantinha aquém da mendicância em função de critérios que eram os sinais exteriores de pertinência e de honorabilidade da família, inclusive a prática religiosa. A nova beneficência traça uma linha no interior da vida familiar, fazendo a distinção, a partir de critérios internos ao seu agenciamento, entre a possibilidade da autonomia através da poupança e de uma assistência associada a uma tutela ciosa. A automatização da família em relação às antigas fidelidades e às redes de solidariedade acompanha-se de um deslocamento da moralidade, do nível das relações públicas para uma relação privada com a economia. Isto é, a instauração de uma tecnologia das necessidades que faz da família a pedra angular da autonomia a partir da seguinte alternativa: controlar suas necessidades ou ser controladas por elas. (DONZELOT, 1986, p. 86).

Portanto, os fatores relacionados à pobreza são deslocados da conjuntura social e econômica para os próprios indivíduos e famílias, considerados como responsáveis pela sua condição de precariedade. As famílias desajustadas apresentavam problemas como a perda de valores morais, abuso do álcool e aumento da tuberculose, como também pareciam ser mais predispostos às ideologias perigosas, como o comunismo. Era necessário, então, estabelecer um sistema de vigilância que resguardasse e normatizasse as pessoas por meio da inculcação de tradições e valores saudáveis que governavam a sociedade e aos quais as pessoas “desajustadas” deveriam se ajustar ou se integrar.

Ao analisar o Estatuto da LBA, observa-se que alguns critérios de avaliação das famílias eram preestabelecidos e podiam ser preenchidos no cadastro da família durante a primeira visitação, os quais serviam de mecanismos de enquadramento dessas famílias. As famílias eram divididas em famílias de soldados e famílias assistidas. O primeiro caso refere-se às famílias dos soldados alistados para a guerra e, para esse grupo, a concessão dos benefícios dava-se imediatamente, devido ao compromisso firmado entre a LBA e o Governo Federal no apoio às famílias dos soldados, sem restrições.

O segundo caso refere-se às famílias brasileiras que encontravam na LBA a possibilidade de ter suas necessidades básicas e mais imediatas supridas. Nesse caso, os benefícios poderiam ser concedidos ou negados. Por isso se justifica a

presença das visitadoras ligadas ao Departamento de Matrícula e Pesquisa, pois elas eram responsáveis pelas triagens e pela classificação das famílias como aptas ou não aptas para receber os benefícios. No caso de ter o benefício concedido, a família poderia ainda ser classificada como desajustada. As características de desajustamento estavam ligadas principalmente à figura masculina, sobretudo o modelo de homem provedor do lar. No caso da ausência de um provedor ou de desemprego do homem, as famílias eram consideradas desajustadas. Caso o provedor fosse entregue aos vícios, também era considerado como sinal de desajuste. A família também poderia ser classificada como desajustada na ausência das mães por abandono, ou nos casos em que as mães tivessem problemas relacionados à honra ou à moral, ou que fossem também entregues aos vícios.

Os demais arranjos familiares em que havia crianças, estando sob a responsabilidade de avós, tios ou algum adulto próximo, não eram consideradas desajustadas, mas também não eram consideradas famílias e sim grupos específicos de atendimento, com menores que não estavam sob a tutela dos pais. Os grupos tidos como não familiares eram atendidos de acordo com suas necessidades, como por exemplo, os idosos ou doentes, cujas características e situações, na maioria das vezes, não dependiam de cuidados temporários, mas sim de cuidados permanentes como no caso dos idosos, que poderiam ser conduzidos a asilos, ou dos doentes que, na maioria das vezes, eram atendidos pelos médicos que faziam atendimentos domiciliares. Esses casos demandaram políticas sociais específicas que não estavam contempladas na LBA.

Em suma, os idealizadores da Legião Brasileira de Assistência formularam um projeto de assistência centralizado na assistência familiar e elaboraram o Estatuto seguindo esse projeto. Estudando o Estatuto, observa-se que a configuração familiar tida como normal era composta por pai, mãe e filhos. Eram famílias nucleares que apresentavam problemas que podiam ser resolvidos num curto período de tempo, pois, tendo suas necessidades atendidas, poderiam retomar a ordem familiar esperada.

Se classificadas como desajustadas, as famílias dependiam de cuidados mais específicos que tinham como objetivo, além de auxiliar as famílias em suas necessidades imediatas, incentivá-las e se adequar ao que se considerava como

sendo família ajustada. A fim de realizar esse objetivo, o Estatuto da LBA estabelece diretrizes de atuação para as visitadoras responsáveis pelo acompanhamento dessas famílias.

Art. 69º – No andamento dos serviços, dever-se-ão atender às observações seguintes:

1 – a todas às famílias desajustadas sob o ponto de vista moral e educacional, deve o Departamento levar todo o possível conforto, numa visita amiga, numa palavra de alento, na satisfação de uma necessidade verificada.

2 – com o fim de levantar-lhes o ânimo, criam-se para essas famílias oportunidades de recreação em festas, sessões cinematográficas, etc. Incentiva-se o civismo, realizam-se comemorações religiosas que avivando a fé numa vida sobrenatural e na Providência Divina, fortalecem e preparam os espíritos para aceitar corajosa e resignadamente inevitáveis adversidades.

3 – mas, além de proporcionar às famílias amparo e conforto moral, deve este Departamento desenvolver, particularmente um programa de ação essencialmente preventiva e formadora interessando-se de modo todo especial pelos menores de todas as famílias assistidas. (ESTATUTO DA LBA, 1942, p. 67).

Percebe-se que as famílias eram consideradas desajustadas a partir de uma ordem moral e educacional estabelecida conforme os padrões definidos pelos idealizadores do Estado Novo e difundidas de maneira pedagógica por meio de mecanismos sociais que iam desde escolas até a legislação trabalhista. As necessidades manifestadas pelas famílias tidas como desajustadas dependiam de verificação e confirmação das visitadoras que, além de realizar tais verificações, ainda eram responsáveis por prestar apoio moral. Os idealizadores do Estatuto da LBA esperavam que as visitadoras sociais fossem mediadoras, pois a elas competia o papel civilizador de ajustar essas famílias, “[...] fosse mediante uma conversa amiga, ou na promoção de festas recreativas ou na condução espiritual das mesmas”. Ou seja, não se esperava das visitadoras o desempenho de uma função técnica, baseada numa relação estritamente burocrática voltada para a produção de diagnósticos e relatórios, mas sim, numa relação baseada nos cuidados e na prédica moral, em que as visitadoras, além de constatar as necessidades materiais das famílias, deveriam propor alternativas que pudessem servir de amparo e conforto, promovendo modificações no cotidiano e, quiçá, nas estruturas familiares.

Os papéis desempenhados pelas visitadoras possibilitavam o desenvolvimento de laços afetivos entre elas e as famílias assistidas, aspecto que

se estreitava ainda mais em virtude da responsabilidade com as crianças dessas famílias, conforme se observa nas diretrizes a seguir:

4 – aos menores deve, pois, dirigir a melhor das atenções, para garantir-lhes:

- perfeita saúde e desenvolvimento físico;
- boa formação moral e espiritual;
- conveniente preparo para a vida, após curso primário completo;

5 – concomitantemente e quando necessário, em defesa do menor, é realizado um trabalho de assistência corretiva, resolvendo-se problemas econômicos, morais, sociais, profissionais, de saúde e outros. (ESTATUTO DA LBA, 1942, p. 68).

Observa-se que para as crianças estava reservado um lugar especial no atendimento destinado às famílias desajustadas, pois elas representavam o futuro da Nação e, por esforços coletivos, não apresentariam os mesmos desajustes de suas famílias. Para isso, competia às visitadoras cuidarem do futuro dessas crianças mediante orientação apropriada, prestando cuidados especializados que garantissem as matrículas escolares, a verificação do bom desempenho escolar, a assistência religiosa e a garantia do registro civil.

De acordo com Susan Besse, a preocupação com as crianças naquele contexto se baseava num rigoroso esquema de projeção para o futuro. Tanto Vargas como o grupo político que apoiava no Estado Novo intentavam manter-se no poder ininterruptamente e, para a manutenção do regime era importante conduzir as futuras massas populares a uma dinâmica que a possibilitasse, evitando revoltas e insatisfação. As crianças, consideradas como a semente ou o futuro da nação, deveriam receber uma educação bem cuidada desde muito cedo para se tornar cidadãs adequadas à nova ordem (BESSE, 1999).

Por isso, foram criados diversos mecanismos de coerção social para que as famílias cumprissem bem as funções restritas à esfera da vida privada. Esses mecanismos encontraram limitações na pobreza das camadas populares que atingiam em graus diferentes as crianças. Portanto, difundiu-se, a partir de então, a convicção de que era também dever do Estado proteger e cuidar desse grupo, considerado pelos ideólogos do regime como mais frágil e carente dos cuidados paternos do Estado (BESSE, 1999).

Essa afirmativa é corroborada no Relatório elaborado pelo jurista Cândido Moraes Leme, apresentado no 1º Congresso Nacional do Ministério Público em

1943, cujo objetivo era discutir a assistência às famílias no Brasil:

Verifica-se pois, a alta responsabilidade que incumbe à família na formação moral do indivíduo e o quanto de dedicação, de renúncia, de amor deve forrar o coração dos pais para desempenhar essa missão quase divina. Quase divina, repetimos, porque Deus entrega em suas mãos as criaturas ignorantes e fracas, com um acervo de impulsos e tendências que cumpre dirigir e dominar [...] Cumpre-lhes, aos pais, lapidar, com habilidade, paciência e tenacidade, o diamante bruto que toda criatura traz no seu íntimo, a fim de transformá-lo em custoso brilhante. Tanto maior seja o esforço, a perseverança e mesmo o sacrifício dos pais, tanto mais ofuscante e radioso será o brilho da pedra bruta que lhes foi confiada. Mas, quanto maior seja o descaso, a incúria e a criminosa inércia de sua parte, tanto mais grosseiro e insignificante será o diamante. Pelo trabalho desenvolvido nesse setor medem a capacidade e o merecimento do país. (LEME, 1943, p. 294).

O discurso demonstra a preocupação do Estado com as crianças, comparando-as a diamantes brutos que necessitavam ser lapidados, a fim de trazer ao país desenvolvimento e crescimento. Se as crianças eram os diamantes, os pais e o Estado eram os responsáveis por lapidá-las. Leme indicava que através de políticas que incentivavam a moral e a educação, assim como políticas de assistência a famílias pobres, o Estado cumpria seu dever cívico de amparar e proteger a infância. Aos pais, porém, caberia o dever maior de orientar e educar as crianças, evitando desajustes futuros. No mesmo Congresso foram definidas bases de intervenção do Estado nas famílias que não tinham filhos, assim como nas questões referentes aos menores abandonados. No que tange às famílias pobres, ou desajustadas, o discurso de Leme deixa clara a preocupação do Estado em padronizar o modelo de família nuclear.

Recorrendo a Besse novamente, fica evidente que a centralidade familiar e as configurações dos papéis de gênero eram preocupação ideológica no Estado Novo, que definiu bases constitutivas para as famílias de classe média, bases assistenciais para as famílias pobres e uma reconfiguração para as famílias ditas desajustadas. Enfatiza-se a responsabilidade lançada sobre as mães, sobretudo as pobres e desajustadas. Para estas, o Estado Novo reservou um projeto pedagógico de orientações e ensinamentos da maternidade científica (BESSE, 1999).

Constata-se essa pedagogia materna na LBA desde seu Estatuto e

futuramente nas campanhas destinadas aos ensinamentos da Puericultura⁶, algo que será analisado posteriormente. O Estatuto da LBA previa que os Centros Municipais, através do Departamento de Assistência Moral e Educacional, promovessem a oferta de cursos de orientação familiar, destinados às mães pobres, mais especialmente as desajustadas, a fim de que elas tivessem o conhecimento necessário para recuperar suas famílias. Os cursos deveriam contemplar ensinamentos da puericultura, higiene pré-natal, economia doméstica, alimentação saudável, orientação educacional, corte e costura, alfabetização e higiene.

O Departamento poderia reajustar essas mães e a partir delas implantar o projeto de futuro da Nação projetado nas crianças. Um aspecto que chama atenção é a ausência de cursos destinados aos pais, ou cursos voltados para o público masculino. Para eles destinava-se apenas a seguinte orientação: “[...] orientar e esclarecer devidamente a emprego, procurando dirimir de futuro, evitando possíveis atritos entre êstes e seus empregadores (ESTATUTO DA LBA, 1942, p. 71). Às mulheres era destinada a função moral de modelar as crianças e para tal tarefa deveriam ser ensinadas mediante os preceitos da maternidade científica; aos homens competia garantir-lhes o sustento através do trabalho, reafirmando assim as configurações de papéis de gênero nas famílias populares brasileiras.

As crianças também eram o alvo principal do Departamento de Assistência Sanitária, que tinha como objetivo prestar “[...] assistência integral à maternidade, a infância e ao enfermo” (ESTATUTO DA LBA, 1942, p 71).

O Estatuto da LBA designava os seguintes objetivos de atuação ao Departamento:

- criar para as mães condições favoráveis, que permitem uma sadia maternidade, desde a concepção até a criação dos filhos;
- criar para os filhos melhores condições de desenvolvimento físico, preservação moral e preparo para a vida;

⁶ A puericultura era definida pelos médicos como: “[...] a ciência que tem por fim a pesquisa, o estudo e a aplicação de todos os conhecimentos relativos à conservação e a melhoria da raça humana” e aos puericultores cabia “[...] ensinar os métodos modernos de cuidar da criança sadia, prevenindo doenças pelas regras de higiene e pelos princípios educativos que devem ser aplicados muito antes da procriação”. Para mais esclarecimentos a esse respeito, sugerimos como leitura: FREIRE, Maria Martha de Luna. ‘Ser mãe é uma ciência’: mulheres, médicos e a construção da maternidade científica na década de 1920. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, supl., p.153-171, jun. 2008.

- exercer sobre os doentes a necessária vigilância, prestando-lhes tratamento medicamentoso, quando de finalidade sanitária. (ESTATUTO DA LBA, 1942, p. 71).

No caso desse Departamento, as funções e cargos de atuação deveriam atender a requisitos de formações técnicas ou especializadas nas áreas de atendimento sanitário. O Diretor do Departamento teria que possuir formação em medicina e, preferencialmente, experiência em saúde familiar. A equipe que compunha o Departamento tinha algumas funções burocráticas, como secretárias e técnicos responsáveis por relatórios, mas sobretudo a equipe de visitantes sanitários seria composta por agentes, contratados ou preferencialmente voluntários, com formação básica e treinamento específico em higiene sanitária. Tais treinamentos eram ministrados por agentes especializados, sendo atribuição das Comissões Estaduais prestar o suporte necessário para a formação técnica de tal Departamento.

As agentes visitadoras realizavam o acompanhamento dos grupos indicados mediante relatório elaborado e encaminhado pelas visitadoras do Departamento de Assistência Moral e Educacional, tendo, sobretudo, a responsabilidade de encaminhar os enfermos para atendimento especializado nos Postos Municipais da LBA, ou mesmo encaminhá-los para internamentos em Hospitais, Asilos ou Orfanatos.

Porém, os idealizadores da LBA objetivaram através do Estatuto prestar atendimento prioritário às crianças, como se observa na citação do Estatuto. Dois dos objetivos do Departamento compreendiam o cuidado com as crianças pobres e necessitadas, projetando-as como o futuro da Nação. Apesar de um dos grupos de apoio do Departamento ser composto pelas mães, a preocupação em atendê-las estava relacionada aos filhos, a fim de que elas soubessem, a partir dos preceitos da maternidade científica, educar, criar, alimentar e ensinar moral e civicamente as crianças.

A maternidade e a infância foram inseridas nas pautas políticas através da questão social, em função do posicionamento científico e modernizador do Estado, o qual majorou forças para estabelecer as diretrizes para a formação do novo cidadão brasileiro. O Estado Novo visava à formação de uma população

sadia, com forte crescimento populacional, favorecendo a proteção e ocupação do território e, desse modo, dispor de mão de obra abundante e hígida. Assim, delineia-se o caráter paternalista, autoritário e intervencionista do Estado Novo, o qual, embasado nos ideais nacionalistas, projetava na proteção às mães e às crianças a concretização de uma nação forte (MARTINS, 2010).

Foi conferida aos médicos puericultores a função de modernizar as práticas da maternidade, assim como o cuidado com as crianças. Desde o início do governo provisório, os relatórios dos médicos vinculados à Inspetoria de Higiene Infantil demonstravam preocupação com a mortalidade infantil, responsável por cifras desoladoras em todo o país. A Inspetoria de Higiene Infantil, ligada ao Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), foi chefiada pelo médico Olympio Olinto de Oliveira.

Em 1933, a Inspetoria organizou na cidade do Rio de Janeiro a Conferência Nacional de Proteção à Infância, quando surgiram as propostas de intervenção do Estado em parceria com as instituições de caridade e filantrópicas na elaboração de um programa de proteção materno-infantil. Dessa Conferência, nasceu a ideia de criar um órgão federal responsável pela proteção à maternidade e à infância no Brasil, órgão que foi criado em 22 de maio de 1934 pelo decreto nº 24.278 e recebeu a denominação de Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância (DPMI).

No Estado Novo, as preocupações relativas à maternidade e à infância foram tratadas pelo viés modernizador e científico, do mesmo modo que a família, pois eram parte integrante do projeto de estabelecimento de um modelo ideal de cidadania. Os médicos puericultores foram aliados de Vargas na elaboração dos projetos de proteção à maternidade e à infância, tendo em vista que defendiam o bem-estar das crianças, pois, para eles, as crianças eram o futuro da nação e, portanto, era necessário combater a mortalidade infantil, as doenças e dificuldades que afetavam as mães e seus filhos.

O pediatra e filantropo Moncorvo Filho foi o idealizador da Puericultura no Brasil. Fundador do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro, criado em 1899, a instituição foi uma das primeiras a prestar serviços de assistência e de saúde materno-infantil, e que posteriormente serviu de modelo para os serviços prestados pelo Estado. As ações iniciadas por Moncorvo Filho e

seguidas por alguns médicos, viabilizaram as ideias atreladas à Puericultura, as quais foram se disseminando na sociedade brasileira, possibilitando, por exemplo, que a filantropia e o Estado começassem a agir de maneira mais organizada em favor da proteção materno-infantil.

Os médicos puericultores elaboraram um projeto de intervenção nas práticas da maternidade. Para eles, boa parte da mortalidade infantil e das doenças que acometiam as crianças tinha como causa o desconhecimento ou o descuido das mães para com os filhos. As mães pobres, em particular, eram vistas pelos médicos puericultores como seres atrasados e ignorantes (FREIRE, 2008).

Para os puericultores, as mães das famílias pobres eram consideradas despreparadas para educar as crianças, pois não tinham conhecimentos a respeito da saúde infantil, não faziam acompanhamento pré-natal e desconheciam os benefícios do aleitamento materno. Além disso, a alimentação e os hábitos higiênicos e morais ensinados pelas mães aos seus filhos eram considerados equivocados e atrasados (FREIRE, 2008).

Entretanto, muitas mulheres aderiram aos ensinamentos da puericultura e ajudaram a disseminá-los como a forma adequada de cuidar dos filhos, aceitando inquestionavelmente a pedagogia materna proposta pelos médicos. No decorrer do século XX, o ideário puericultor foi largamente difundido e absorvido não só pelas mães, mas também pela sociedade em geral. Dessa forma, a Puericultura visava à intervenção direta no dia a dia das famílias. O médico tornava-se o mais capacitado para falar sobre como criar corretamente as crianças, porém, tal intervenção era algo bastante novo nas sociedades ocidentais.

Baseados nessa aceitação, os puericultores não questionaram apenas a ignorância materna, mas fizeram duras críticas ao descaso do poder público com a infância. Em carta datada de 07 de janeiro de 1938, Olinto de Oliveira explicitou ao presidente Getúlio Vargas a necessidade de rever a política de proteção à maternidade e à infância que estava em curso no Brasil, pois esta estava no mais completo abandono no interior do país.

Legitimado pelo discurso médico, o governo federal criou em 1940, através do Decreto Lei N. 2.024, o Departamento Nacional da Criança (DNCr). O órgão era ligado ao Ministério da Educação e Saúde (MES). Anteriormente à criação do Departamento Nacional da Criança algumas leis federais já haviam sido

elaboradas em favor da maternidade e da infância, contudo, com efeitos limitados (BARBOSA, 2015).

A política elaborada pelo Departamento Nacional da Criança pretendia, em linhas gerais, combater a mortalidade infantil através do pré-natal e da educação materna. Segundo o Artigo Primeiro do Decreto:

Será organizada, em todo o país, a proteção à maternidade, à infância e à adolescência. Buscar-se-á, de modo sistemático e permanente, criar para as mães e para as crianças favoráveis condições que, na medida necessária, permitam àquelas uma sadia e segura maternidade, desde a concepção até a criação do filho, e a estas garantam a satisfação de seus direitos essenciais no que respeita ao desenvolvimento físico, à conservação da saúde, do bem estar e da alegria, à preservação moral e à preparação para a vida. (Decreto Lei N. 2.024 de 17/02/1940).

O Departamento Nacional da Criança tinha como objetivo promover ações voltadas para a maternidade e a infância estruturando políticas de combate à mortalidade infantil, de amparo e educação das mães, de formação e conscientização dos bons preceitos morais e higiênicos. Para fazer funcionar seu modelo estatal de maternidade e infância o Departamento Nacional da Criança pretendia unir-se com diversos setores da sociedade, a fim de juntos combater a ignorância e pobreza de mães e filhos (BARBOSA, 2015).

Tanto os preceitos da puericultura, como as políticas do Departamento Nacional da Criança foram contemplados nos objetivos específicos do Departamento de Assistência Sanitária, inclusive os dois órgãos, LBA e Departamento Nacional da Criança, desenvolveram parcerias, aspectos que serão tratados no próximo capítulo ao analisarmos as primeiras ações da LBA em âmbito nacional.

Em relação ao Departamento de Assistência Sanitária, as ações de atuação se baseavam, sobretudo, nas visitas realizadas pelas agentes sanitárias às famílias pobres ou em situação de risco. Os procedimentos de encaminhamento davam-se em decorrência da necessidade, sendo que em casos de enfermidades, os doentes das famílias eram encaminhados para atendimento médico, realizados nos Postos da LBA. Os médicos contratados pelas Prefeituras Municipais e cedidos para prestar atendimento durante um determinado período nos Postos da LBA indicavam tratamento para o paciente, que era acompanhado pelos agentes sanitários. Nos casos das crianças, além do atendimento médico

realizado nos Postos, elas ainda deveriam ser conduzidas aos Postos para vacinação quando indicado.

O atendimento sanitário era responsável também pela aplicação de vermífugos às pessoas das famílias pobres, sobretudo às crianças, e a verificação da alimentação, peso e estatura delas, ou seja, acompanhar o desenvolvimento físico das crianças pobres. Para as mães, eram destinados cursos de orientação e treinamento que envolviam os ensinamentos da puericultura. Os médicos puericultores acreditavam que uma educação correta para as mães resolveria a maior parte dos problemas apresentados pelas crianças, além de diminuir o índice de mortalidade.

Porém, esse discurso parecia ignorar as dificuldades das famílias em situação de pobreza. Algumas cartilhas educativas foram desenvolvidas e distribuídas, contendo informações sobre a preparação dos alimentos, higiene e noções de psicologia do desenvolvimento infantil. No entanto, o problema maior da maternidade pobre e das famílias atendidas pela LBA consistia em não terem condições para suprir as suas necessidades básicas. Diante da miséria, os esforços dos programas do Departamento de Assistência Sanitária esbarravam na ausência de recursos das famílias que, na maioria das vezes, não frequentavam os cursos de puericultura e voltavam aos Postos da LBA apenas para a distribuição de alimentos e leite.

Nesse sentido, as famílias também eram atendidas pelo Departamento de Assistência Alimentar, que objetivava “[...] prover as famílias assistidas pelo Centro Municipal dos gêneros alimentícios de primeira necessidade”. A distribuição de alimentos era realizada semanalmente, em dia estabelecido pelo responsável do posto de distribuição, que acompanhava por intermédio de ficha própria de distribuição, na qual constava o nome do beneficiado, observando o número de pessoas que compunham a família (ESTATUTO DA LBA, 1942, p. 77).

Os alimentos distribuídos pelo Departamento de Assistência Alimentar eram adquiridos com as verbas orçamentárias enviadas pela Comissão Central mediante articulação da Comissão Estadual. O Departamento também deveria realizar campanhas para arrecadação de doativos semanalmente, envolvendo tanto a sociedade como os comerciantes locais. Era um Departamento que trabalhava de forma articulada com o Departamento de Matrícula e Pesquisa, com

o Departamento de Assistência Moral e Educacional e com o Departamento de Costuras.

O Departamento de Costuras se propunha a realizar “[...] o confeccionamento de peças de vestuário com que suprir as necessidades dos assistidos”. Esse Departamento atuava diretamente com o Departamento de Matrícula e Pesquisa, que enviava os cadastros dos beneficiados a ser assistidos com alguma espécie de roupas, calçados ou cobertores. Era responsabilidade do Departamento dirigir uma equipe de legionárias, todas voluntárias, responsáveis por confeccionar as peças doadas aos beneficiados. Para isso, foram montadas salas de costuras nos Centros Municipais, munidas de máquinas de costuras, artigos de armarinhos, aviamentos e tecidos, todos enviados pela Comissão Central e distribuídos pela Comissão Estadual. Competia aos Centros Municipais a instalação das Salas de Costura e o recrutamento das legionárias voluntárias para atuar na costura. Caso as voluntárias quisessem desempenhar as confecções em suas residências, o Departamento deveria entregar o material necessário e alistar a voluntária e o tipo de confecção que esta faria, estabelecendo data para entrega das peças. Ainda poderiam ser confeccionadas peças em lã, como roupas e cobertores.

Era responsabilidade desse Departamento promover cursos de corte e costura para toda a comunidade feminina local, mas sobretudo para as mulheres das famílias assistidas, objetivando incentivá-las a confeccionar as roupas de suas famílias. Reafirmava-se, assim, os papéis de gênero e o lugar das mulheres nos lares, pois a costura não era vista como uma forma de ampliar a renda familiar, mas sim uma atribuição feminina para cuidar da família. Aos homens não era permitido participar de tais cursos, apesar do documento mencionar a profissão de alfaiate.

O último Departamento que compunha a estrutura dos Centros Municipais era o Departamento Jurídico, responsável “[...] por dispensar assistência jurídica, em todas as suas modalidades às famílias e pessoas inscritas no Centro Municipal.” (ESTATUTO DA LBA, 1942, p. 79). O diretor desse Departamento seria graduado em Direito e indicado pela Presidência da LBA, além de ser um cidadão de boa reputação e reconhecido pela comunidade local. Sua remuneração era responsabilidade das prefeituras municipais. A justificativa para

tais exigências para assumir o cargo dava-se, segundo o texto do Estatuto da LBA, em decorrência das especificidades das atividades que o Departamento executava. Ao serem cadastradas para atendimento pelos serviços de assistência da LBA, as famílias deveriam apresentar seus documentos para conferência e, caso não possuíssem a documentação exigida, elas eram encaminhadas para o Departamento Jurídico.

A função dos agentes do Departamento era orientar e direcionar essas famílias aos órgãos públicos competentes para emissão dos documentos. Dentre eles, estavam as certidões de nascimento das crianças, certidões de casamento dos adultos responsáveis e carteira de trabalho dos homens responsáveis. Tais documentos eram reconhecidos no Estado Novo como registros da cidadania, e reafirmavam os papéis esperados para pais e mães das famílias nucleares, pois os homens tinham necessidade de documentos que garantissem uma ocupação, enquanto das mulheres esperava-se que fossem respeitadas as questões morais de um casamento civil e das crianças, a certificação de nascimento, com nome de pai e mãe.

Outro serviço prestado pelo Departamento jurídico era a manutenção de 50% dos salários dos homens convocados para a guerra, destinados para suas famílias. Nesse caso, o Estatuto definia:

3 – Conforme preceitua o Decreto-lei nº 4.902 de 31 de outubro de 1942, os empregadores são obrigados a pagar aos seus empregados, quando convocados, importância relativa à metade do ordenado que estes venciam. Assim, surgindo um caso desta natureza, a primeira diligência do Departamento deverá ser no sentido da obtenção do certificado de incorporação do convocado.

4 – De posse de tal documento (solicitado às unidades militares) o Departamento deverá entrar em ligação com o empregador do interessado, para que, pelo menos seja cumprida a lei mediante o pagamento devido.

5 – Se, acaso, houver relutância ou negação por parte do empregador ao cumprimento dessa obrigação legal, o Departamento, esgotados os meios amigáveis de cobrança, recorrerá, então às vias judiciais. (ESTATUTO DA LBA, 1942, p. 79).

Essas diretrizes se aplicavam às famílias dos homens alistados pelo Exército. Em linhas gerais, os documentos demonstram que a manutenção dos recursos de suas famílias dava-se não apenas pela assistência da LBA, mas

também pelo amparo da lei de manutenção de 50% das suas remunerações, quando trabalhavam com registro.

Assim, definiram-se as bases constitutivas do modelo de assistência proposto pela Legião Brasileira de Assistência que preconizou parâmetros de institucionalização da assistência social no Brasil. De igual modo, estabeleceu representações e reafirmações dos papéis de gênero, tanto na atuação da assistência social em funções burocráticas e técnicas ocupadas pelos homens, como na atuação feminina, por meio do voluntariado, ou na execução de atividades tidas como femininas. O mesmo modelo é reproduzido entre os próprios assistidos pela LBA pelas expectativas de paternidade, maternidade e de organização da família nuclear.

Mesmo sendo necessário entender em detalhes a efetivação dessas propostas na sua consolidação e desdobramento nas Comissões Estaduais e Centros Municipais, não foi possível, nesta tese, contemplar essas ações na sua totalidade. Apesar do número significativo de relatórios produzidos pelas Comissões Estaduais para a LBA que estão arquivados no Ministério de Desenvolvimento Social, este não é o objetivo do nosso estudo. No entanto, tais documentos permitiriam o desenvolvimento de um amplo trabalho para futuros pesquisadores. Propomos, portanto, a análise de um caso a partir dos Relatórios produzidos no Biênio 1942/1944 pela Comissão Central de São Paulo, com maior representatividade de famílias beneficiadas pela LBA nos anos iniciais de atuação e que serviram de modelo para as demais Comissões.

2.2. Casos de família: a assistência às famílias no Estado de São Paulo

Quando João Teixeira foi convocado para Guerra, em 1943, tinha 25 anos e sua jovem esposa, Angelina Teixeira, tinha 22 anos. Eram pais de três crianças e Angelina estava grávida do quarto filho. A família residia em casa alugada de 4 cômodos, ao lado da casa dos pais de João. No dia 20 de setembro de 1943, quando a visitadora da LBA foi à residência da família Teixeira, a maior preocupação era com a alimentação das crianças pequenas e o acompanhamento de Angelina em virtude da gestação. Durante dois anos, a

família foi acompanhada pelo Departamento de Assistência Sanitária, até o caçula Francisco completar a primeira infância.

A família Teixeira, registrada na LBA pelo número 776, foi uma das 5.969 famílias inscritas na LBA no Estado de São Paulo até o final de 1944. A família foi auxiliada pelo projeto de assistência do Governo Federal previsto para os soldados brasileiros, fazendo parte do esquema de amparo e proteção à maternidade e à infância (RELATÓRIO BIENAL DA COMISSÃO ESTADUAL DA LBA DE SÃO PAULO 1942/1944, p. 151).

As primeiras notícias a respeito da Legião Brasileira de Assistência na capital paulista foram publicadas no Jornal Correio Paulistano, no dia 15 de setembro de 1942. A publicação apresentou em linhas gerais os objetivos da LBA para o amparo das famílias dos soldados paulistanos enviados à Guerra. Além de apresentar a primeira Comissão Estadual nomeada pela Presidente Nacional da LBA Darcy Vargas, com consentimento do Presidente Getúlio Vargas, a reportagem conclamava as mulheres paulistanas a unirem-se em prol dos trabalhos da LBA, formando uma legião de mulheres combatentes contra os males que a guerra provocava no país. Motivadas pelo mesmo espírito corajoso dos bandeirantes paulistas, as paulistanas deveriam agir bravamente nas causas da LBA. De acordo com Olga Brites:

Em diferentes momentos, órgãos da grande imprensa defendem a atuação das mulheres paulistanas identificadas com progresso e desenvolvimento, evocadas para reafirmar a memória bandeirante da cidade de São Paulo, [...] seguindo prática política de valorizar ações assistencialistas e identificação com poder público dominante. (BRITES, 2011, p.7).

É o caso da publicação de 15/09/1942 que convocava as paulistanas a unirem-se como legionárias da LBA, em favor dos desfavorecidos. De fato, as paulistanas foram as primeiras a atender ao chamado de Darcy Vargas. Em correspondência anterior à publicação, o interventor Fernando Costa, nomeava como Presidente da Comissão Estadual de São Paulo sua esposa, Anita Silveira Costa (que após seu falecimento em 1944 foi substituída por sua filha Layr Costa Rêgo), além de Brasília Machado Neto como Secretário e Morvan Dias de Figueiredo como Tesoureiro.

A Diretoria da Comissão Estadual foi nomeada em reunião que convocou algumas senhoras paulistanas para apresentar o funcionamento da LBA e convidá-las para atuar na instituição. Além das esposas de alguns políticos paulistanos, participaram da reunião algumas mulheres que atuavam na filantropia como Amália Matarazzo e Pérola Byington, filantropas reconhecidas na sociedade paulista.

De acordo com Brites, a divulgação pelo jornal dos nomes das mulheres envolvidas na filantropia gerava credibilidade aos trabalhos propostos pelas instituições, inclusive a LBA, fator que incentivou as mulheres a tornarem-se legionárias. Esse mecanismo de legitimação foi utilizado em outros momentos pelos jornais e referia-se de igual a modo a representações de gênero, que objetivavam demonstrar que havia espaços públicos apropriados e designados para as mulheres exercerem atividades de cuidados com os desfavorecidos e que não violavam os bons costumes. Para tanto, a divulgação dos nomes de mulheres pertencentes às famílias da elite dava credibilidade às ações benemerentes e inseriam as mulheres numa mesma esfera de cuidados (BRITES, 2013, p.8).

Pérola Byington, por exemplo, esteve à frente da Direção da Cruzada Pró-Infância⁷, instituição ainda existente, que tem desde de sua fundação o objetivo de combater a mortalidade infantil. Criada em 1930, no cenário de constantes modificações políticas e econômicas da sociedade paulista, a instituição evocou a presença feminina na assistência à infância e às famílias mais pobres da cidade. A primeira diretoria da Cruzada Pró-Infância foi constituída por mulheres, enquanto o Conselho Administrativo era formado por homens, reafirmando as configurações dos papéis de gênero na assistência e a teoria dos cuidados, conforme analisado anteriormente.

A publicação do Jornal Correio Paulistano do dia 15 de setembro de 1942 dá pistas acerca dessa afirmação. Primeiramente, a reunião da Comissão da LBA de São Paulo foi conduzida por Henrique Bastos, oficial do Gabinete do Interventor do Estado. Ele conduziu as apresentações e leu as correspondências enviadas pela Comissão Central da LBA. Em seguida, foi o Secretário da LBA da Comissão de São Paulo, Lauro Cardoso, quem discursou. Ele era representante da

⁷ Sobre essa temática ver: MOTT, Maria Lucia. *O gesto que salva*. Pérola Byington e a Cruzada Pró-Infância. São Paulo: Grifo Projetos Editorias e Históricos, 2005.

Associação Comercial de São Paulo e de acordo com a publicação, falou em nome da Presidente da Comissão de São Paulo, Anita Silveira Costa, no entanto, a Presidente não usou a palavra naquela primeira reunião. Ambos os discursos, publicados na íntegra, enfatizavam a participação feminina na assistência às famílias dos soldados, enaltecendo a sensibilidade feminina nos cuidados para com o próximo e convocando todas as mulheres para cumprir seu dever moral com a Pátria.

O soldado brasileiro está a postos com a convicção de um crente e com a convicção da vitória. Deus não o abandonará e sabe o soldado da liberdade, que a sua família e o seu lar, ficam entregues à dedicação sem limites da mulher do Brasil, cujo passado é exemplo de abnegação e altruísmo. Neste momento o Brasil inteiro é uma só alma, uma só vontade. (JORNAL CORREIO PAULISTANO, 15/09/1942, p. 3).

Após os discursos, Lauro Cardoso deu orientações a respeito das futuras instalações da Comissão Estadual da LBA em São Paulo e, através da leitura de correspondência enviada pela Presidente nacional da LBA, informou que o regulamento, normas e diretrizes de funcionamento seriam em breve enviados.

Assim, em 22 de setembro de 1942, a Comissão Estadual de São Paulo iniciou suas atividades. De acordo com o Relatório Bienal, entre 1942 e 1944, a LBA de São Paulo contava com 18 dependências, das quais uma sediava as atividades administrativas, outra sediava as atividades de supervisão e coordenação de trabalhos e orientava as atividades para os Centros Municipais. As outras 16 dependências tinham funções técnicas e especializadas na prestação de assistência e estavam divididas em Departamentos.

O Estado de São Paulo, entre os anos de 1942 e 1944, tinha 7.189.493 habitantes⁸, e de acordo com o Relatório Bienal da LBA de 1942/1944 havia 5.969 famílias cadastradas na LBA em todo o estado. Dessas famílias, 3.024 receberam assistência, totalizando 50,66% dos pedidos solicitados. Nesse grupo enquadravam-se as famílias dos soldados enviados para a guerra e famílias que enfrentavam dificuldades decorrentes da pauperização. Os serviços de assistência prestados a essas famílias compreendiam a distribuição semanal de alimentos, conforme indicações do Departamento de Assistência Alimentar, distribuição de medicamentos e acompanhamento de gestantes e crianças,

⁸ Dados do IBGE de 1944.

segundo organização do Departamento de Assistência Sanitária, distribuição de vestuário, calçados, cobertores e enxovais de bebês, conforme encaminhamento do Departamento de Costura. Além desses serviços, as famílias foram acompanhadas pelos Departamentos de Assistência Moral e Jurídico.

Das 5.969 famílias, 1.167 tiveram seus pedidos negados pelas visitadoras locais. O indeferimento dos pedidos dessas famílias não traz muitas informações, mas, de acordo com o Relatório, tais indeferimentos ocorriam quando as famílias não apresentavam os requisitos para atendimento, constatados pelas visitadoras ao realizarem visitas às residências. Para avaliar tais circunstâncias, seria necessária pesquisa minuciosa nos cadastros dessas famílias. Em geral, as famílias não eram consideradas desamparadas, ou seja, não eram pobres o suficiente para serem assistidas.

Outras 823 famílias não foram encontradas nos endereços declarados no momento da realização de seus cadastros. 505 famílias foram desincorporadas por conta do retorno dos combatentes feridos na guerra. Nesses casos, a assistência era prestada através do Ministério de Guerra. Outras 121 famílias deixaram de receber assistência por não atenderem aos requisitos, ou seja, adquiriram autonomia financeira e foram registrados como trabalhadores. Outras 329 famílias enquadravam-se em casos não especificados.

No caso específico das famílias que deixaram de receber assistência, o Relatório Bienal da Comissão de São Paulo apresenta as seguintes considerações:

O seu outro principal encargo é aquele que diz respeito à obtenção de emprego para os membros integrantes da família assistidas, emprego onde ela venha encontrar subsídios para sua receita. Aqui está, sem dúvida alguma, atribuição de alta relevância de vez que dela decorrem os mais belos efeitos. Nossa orientação vem sendo imprimida no sentido de evitar quaisquer possibilidades de aparecimento de verdadeiros pesos mortos à coletividade. Tem-se empenhado, isto sim, no sentido de criar condições que venham ajustar assim moral como economicamente, a família considerada de sorte que ela própria, provendo à uma subsistência, passe a representar um valor efetivo na ambiência circundante. (RELATÓRIO BIENAL DA COMISSÃO ESTADUAL DA LBA DE SÃO PAULO 1942/1944, p. 81).

A estratégia de colocação das famílias era condizente com o projeto político de Vargas no Estado Novo, no qual os direitos dos cidadãos existiam a partir de sua inserção no mercado do trabalho. Como vimos anteriormente, a LBA

incorporou em seu plano de ação as estratégias de cidadania e de modelo familiar elaborados e difundidos pelos idealizadores do Estado Novo. E, para colocar seu plano em prática, a LBA, mediante as Comissões Estaduais e os Centros Municipais, tinha como uma de suas atribuições, além da assistência prestada, inserir os homens e, se necessário, as mulheres no mercado de trabalho.

As colocações, como eram denominadas, ocorriam da seguinte forma: os homens responsáveis pelas famílias assistidas que estavam desempregados, preenchiam o cadastro ocupacional, em que constava nome, idade, condição de saúde e capacidade funcional. Esses cadastros eram enviados para uma espécie de Secretaria de Colocações, onde havia voluntárias da LBA que os organizavam, faziam relatórios, mas principalmente mantinham contato permanente com a Associação Comercial, a fim de inserir os indivíduos cadastrados em ocupações laborais.

Os dados de colocações naquele período podem ser observados nos quadros 1 e 2 a seguir:

QUADRO 1: DADOS DOS CADASTROS DE COLOCAÇÕES DA LBA (1942-1944).

Dos cadastros	
Famílias matriculadas	505
Pedidos de colocações	677
Pessoas colocadas	433
Aguardando confirmação	40
Não compareceram à chamada	87

Fonte: Relatório bienal da Comissão Estadual da LBA de São Paulo (1942/1944).

QUADRO 2: DADOS DE CADASTROS DE COLOCAÇÕES SUSPENSOS (1942 -1944)

Dos casos suspensos	
Doentes	45
Velhos	04
Maus antecedentes	06
Mudanças de domicílio	26
Não aceitaram colocação	36

Fonte: Relatório bienal da Comissão Estadual da LBA de São Paulo (1942/1944).

Das 677 pessoas cadastradas pela Secretaria de Colocações, 433 realizaram entrevistas e foram inseridas no mercado de trabalho para desempenhar função com registro em carteira. Das 677 pessoas, 87 não compareceram às entrevistas e 36 não aceitaram desempenhar a função que lhes foi atribuída. Ao recusar um emprego, o cidadão estava negando seu comprometimento com sua família e sua pátria e, desse modo, deixava de ser atendido pela LBA.

De acordo com o Relatório Bienal, a inserção de pessoas em ocupações que lhes possibilitassem garantir a subsistência de suas famílias era uma das mais importantes atribuições desempenhadas pela LBA, pois “[...] sendo assim, já se vê que o assistido largará a situação de desajustado quase que por suas próprias forças. Alias, não é outra coisa o que preconiza os métodos do serviço social”. Desse modo, reintegrava-se o cidadão na sociedade e sua família passava a ser cuidada por ele, podendo estes servirem à nação com devoção (RELATÓRIO BIENAL DA COMISSÃO ESTADUAL DA LBA DE SÃO PAULO 1942/1944, p. 81).

Os trabalhos desenvolvidos pela LBA buscavam cumprir uma pauta de atribuições que provinham de concepções políticas difundidas pelo Estado Novo. É o caso da proteção à maternidade e à infância, fortemente discutida e defendida nesse contexto. Baseados nos preceitos científicos da puericultura, a LBA inseriu a maternidade e a infância como um eixo de atendimento específico, conforme analisado anteriormente. Em relação à maternidade e à infância, a LBA atuou no estado de São Paulo por meio de duas grandes divisões, a Divisão de Maternidade e Infância e a Divisão de Serviço Social. Ambas atuavam no campo da assistência materno-infantil, executando sobretudo ações direcionadas pela puericultura no combate à mortalidade e desnutrição infantil. A Divisão de Maternidade e Infância, conforme o Relatório Bienal, procurava “[...] assistir a criança o mais cedo possível, indo ao encontro da futura mãe. E continua a prestar-lhe assistência em todas as fases do seu desenvolvimento” (RELATÓRIO BIENAL DA COMISSÃO ESTADUAL DA LBA DE SÃO PAULO 1942/1944, p. 133).

A LBA cultivou dois modelos de proteção materno-infantil, primeiro mantendo parceiras com instituições de assistência já existentes, fornecendo-lhes donativos e recursos para consolidação e ampliação dos seus serviços que, por sua vez, encaminhavam mães e crianças cadastradas na LBA para atendimento. O outro

modelo eram seus próprios serviços, criando postos de atendimento especializados na proteção materno-infantil.

Uma das instituições parceiras da LBA na proteção materno infantil foi o Departamento Nacional da Criança, com sedes nos municípios brasileiros por meio dos Postos de Puericultura. Eram unidades municipais que prestavam assistência médica, higiênica e nutricional, davam orientações às mulheres desde a gestação, passando pela lactação e acompanhamento nutricional às crianças na primeira infância, fornecendo leite e se, necessária, suplementação alimentar.

A compatibilidade de interesses possibilitou a parceria formal entre o Departamento Nacional da Criança e a LBA, fator que enfatizou os preceitos da puericultura e as orientações médicas que priorizaram a alimentação das crianças e o combate à mortalidade infantil, reafirmando a pedagogia materna no acompanhamento à maternidade, especialmente das mulheres pobres. A Divisão de Maternidade e Infância determinava que o acompanhamento às mães deveria começar antes da gestação:

De modo que aí se fazem realizar consultas médicas e prestam-se cuidados higiênicos médicos, para o que são mantidos consultórios de higiene pré e post-natal e ginecologia, de pediatria (higiene infantil, pré-escolar e escolar) de clínica geral, de sífilis e dermatologia, gabinete dentário, serviço de injeção e imunização, de raios ultravioletas, tudo com aparelhagem completa. Outrossim, acha-se aí instaladas a secção de medicamentos. (RELATÓRIO BIENAL DA COMISSÃO ESTADUAL DA LBA DE SÃO PAULO 1942/1944, p. 145).

Os Postos de Puericultura colaboraram significativamente na proteção à maternidade e à infância em São Paulo. Isso pode ser constatado alguns anos depois por meio da consolidação dos serviços prestados por ambas as instituições. Essa afirmativa se baseia nos estudos realizados por Sérgio César da Fonseca e Elmir de Almeida sobre a atuação da LBA na educação infantil no interior de São Paulo, na década de 1950. Os autores destacam:

Não obstante estar dotada de hospital, casa maternal, ambulatório e postos de atendimento pela capital e pelo interior, em fins da década de 1940, a Comissão Estadual contava com o fato de o aparelho estatal paulista possuir serviços próprios para a assistência social e à criança. Tanto o Departamento de Assistência Social e o Departamento Estadual da Criança - órgão próprio do Estado paulista, mas espelho do Departamento Nacional da Criança - contribuíram para esse conjunto de serviços com característica de políticas da Legião paulista, fosse como parceiros, como é o caso desse segundo departamento, ou como co-formuladores de políticas públicas porque membros do Conselho

Consultivo da Comissão Estadual. Os postos de puericultura, por exemplo, eram uma ação formalmente conveniada entre a LBA e o Departamento Estadual da Criança, uma vez que a primeira era co-financiadora dos postos, sendo alguns próprios, outros das prefeituras e apoiados por ela, outra parte de organizações assistenciais da sociedade civil, com o fato desse departamento orientar a elaboração das plantas, o tipo de serviços prestados, os produtos e medicamentos a serem distribuídos e o modo como os postos deveriam ser equipados. (FONSECA E ALMEIDA, 2016, p. 138).

Ainda de acordo com os autores, a atuação da LBA com o Departamento Estadual da Criança, possibilitou em São Paulo a inserção de outros programas que foram modelos para o contexto nacional, como é o caso da sopa escolar.

A LBA organizou, ainda, duas ações territorialmente extensivas: a sopa escolar e a caixa escolar. Apesar da aparente diferença, as duas são variações de nome de uma mesma política praticada pela LBA nas escolas primárias da capital e do interior paulista. A sopa e a caixa escolar estão entre os primeiros ensaios de política pública para a infância, ao lado daquelas realizadas pelo Departamento Nacional da Criança - DNCr -, e que foram co-protagonizadas por uma agência estatal de assistência porque estruturadas e razoavelmente duradouras, de alcance extensivo e, ao mesmo tempo interiorizadas, levadas a efeito pela LBA paulista. (FONSECA E ALMEIDA, 2016, p. 133)

A distribuição de alimentos para o combate à desnutrição foi um dos programas mais ativos da LBA e que permaneceu até sua extinção. No caso de São Paulo, houve uma organização diversificada na distribuição de gêneros alimentícios. A princípio, os alimentos eram fornecidos pelo Departamento de Assistência de Alimentação, mas, como o combate à mortalidade infantil e à desnutrição eram prioridades da LBA, foi dada autonomia à Divisão de Maternidade e Infância para fornecer às famílias cadastradas alguns gêneros alimentícios, tais como leite, pão, carnes e frutas. A distribuição ocorria nos Centros Municipais, onde os responsáveis pela distribuição mantinham contato permanente com as visitadoras que acompanhavam as famílias cadastradas. Se as famílias preenchessem os requisitos, mantinham seus benefícios e retiravam os vales para trocá-los por produtos nos mercados parceiros da LBA.

No caso de São Paulo, o Relatório Bienal indica a quantidade de produtos que foram fornecidos naquele período:

QUADRO 3: QUANTIDADE DE PRODUTOS FORNECIDOS PELA LBA EM SÃO PAULO (1942-1944).

Dos Fornecimentos	
Vales para compra de leite:	
Para crianças (litros)	66.849
Para gestantes (litros)	22.206
Vales para comprar pães (por unidade)	110.092
Vales para comprar carne (por família)	101.585
Vales para comprar frutas (por família)	4.931
Medicamentos distribuídos	36.074
Enxovais (por criança)	275
Óculos (para mães)	321
Dentaduras (para mães)	42

Fonte: Relatório Bienal da Comissão Estadual da LBA de São Paulo (1942/1944).

Esses benefícios somente eram concedidos se as famílias apresentassem os requisitos solicitados, todos demonstrados e comprovados nos cadastros individuais e nos formulários de distribuição e de acompanhamento das crianças, conforme análise realizada nas fichas de registro das famílias. Vamos retornar ao caso da Família Teixeira.

Quando João foi convocado para a guerra, Angelina estava grávida de 4 meses, segundo a ficha de acompanhamento. João trabalhava no comércio e os seus rendimentos eram suficientes para alimentar a família de forma modesta. Angelina não trabalhava e se dedicava apenas à educação dos filhos. O casal era legalmente casado no civil e no religioso e seguiam a fé Católica Romana. As três crianças tinham registro de nascimento. A alimentação da família, segundo a visitadora, era regular. Consumiam arroz, feijão e legumes, pães e leite diariamente. Ocasionalmente consumiam carnes e ovos. A visitadora deu instruções acerca da alimentação saudável e encaminhou a família para a distribuição semanal de leite. O salário de João seria interrompido e 50% do valor, pago para a família, conforme lei 4.902, de 31 de outubro de 1942. Assim, roupas, calçados e acompanhamento médico seria fornecidos para a família, assim como a distribuição de alimentos a cada duas semanas.

Angelina teve acompanhamento desde os 4 meses de gestação. Durante esse período, recebeu treinamentos acerca da higiene com o recém-nascido, a

respeito da alimentação dos demais filhos e da higiene infantil, tais como escovação dental. Francisco nasceu no dia 09 de abril de 1944, na Maternidade Filomena Matarazzo. Angelina recebeu um “enxovalzinho”, confeccionado pelas voluntárias da LBA, e acompanhamento de um médico, além das visitas frequentes da visitadora da LBA.

FIGURA 3 - REPRODUÇÃO DO RELATÓRIO DA COMISSÃO ESTADUAL DA LBA DE SÃO PAULO.

LEGIAO BRASILEIRA DE ASSISTENCIA
COMISSÃO ESTADUAL DE SÃO PAULO

Ficha social N.º 776

Família João Teixeira

Rua 1) Oscar Figueira, 2430 Bairro 1) Pinturas Data 30-9-43

Rua 2) _____ Bairro 2) _____

Rua 3) _____ Bairro 3) _____

Habitação: própria, alugada, cedida, unifamiliar, coletiva com parentes

N.º de cômodos 4 Utilização dos cômodos 3 dormitórios, sala, cozinha

Estado de conservação bom Limpeza bom

Dormitórios: 2 Insolação bom Ventilação bom Iluminação bom

N.º de pessoas em cada dormitório: (2) (3) Adultos (2) (2) Crianças (0) (1)

N.º de camas em cada dormitório: (1) (2)

Cozinha: gás, eletricidade, gasolina, carvão, lenha, interna, externa, unifamiliar, coletiva

Instalação de banho: chuveiro, banheira, unifamiliar, coletiva

W.C., fossa cética, fossa comum, vala, unifamiliar, coletiva

Área livre: unifamiliar, coletiva

Lixo: coberto, removido, outro destino _____

Água: do abastecimento geral filtrada _____ Outra _____

Constituição da família: (Civil, moral e religiosa) 0 convivendo e casado no civil e religioso

É assistida? _____ Qual a instituição? _____

Natureza da assistência _____

INQUÉRITO ALIMENTAR

	Leite e Derivados	Café	Pão	Carne	Ovo	Peixe	Arroz	Feijão	Massas	Farinhas	Verduras e Legumes		Gorduras		Frutas	Doce	Açúcar	Bebidas		OUTROS	
											Cu	Coado	Tubérculos e Feculas	Animal				Vegetal	Alcoólicas		Não Alcoólicas
Diariamente	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim
Tri-semanal																					
Bi-semanal				sim																	
Semanal																					
Eventualmente					sim	sim				sim											

Observações: Tomam refeições em casa dos sogros do convocado.

CONDIÇÕES ECONÔMICAS

DATA	RECEITA			DESPEZA					Observações
	Salário	Renda	Total	Hab.	Alim.	Vest.	Cond.	Outras	
<u>30-9-43</u>	<u>300,00</u>	<u>-</u>	<u>300,00</u>	<u>-</u>	<u>150,00</u> <u>só para</u> <u>alim. nos</u> <u>sogros</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>medica</u>	<u>-</u>

Assinatura _____

MCD. 98

Fonte: Relatórios LBA, 1942 (p. 151).

FIGURA 4 - REPRODUÇÃO DO RELATÓRIO DA COMISSÃO ESTADUAL DA LBA DE SÃO PAULO.

Em relação ao chefe	NOME	Idade	Sexo	Cor	Nacionalidade	Estado Civil	Instrução	Religião	Profissão	Salário ou renda	Com quanto contribue para casa	Ha quanto tempo desempregado	Carteira de saúde	Carteira Trabalho	Registro de nascimento	MOLESTIAS		Obs.	Práticas imunológicas				
																Anteriores	Atuais		Av.	At.	Ad.	OUTRAS	
chefe	João Teixeira (corr.)	25a m.	h.	br.	br.	cas. sol.	cat.	cat.	emp. de 3000	1	1	1m.	1m.	1m.	1m.	pendente	-	W +	sim	sim	sim	-	
esposa	Angelina	32a f.	h.	br.	br.	cas. sol.	cat.	cat.	1	1	1	1m.	1m.	1m.	1m.	-	-	.	sim	sim	sim	-	
sofna	Moana	48 f.	h.	br.	br.	cas. prm	cat.	cat.	1	1	1	1m.	1m.	1m.	1m.	-	-	-	sim	-	-	-	
DATA	Visitas, entendimentos, observações, providências, resultados.																						
20.9.43	D. Angelina é gestante, foi atendida por um especialista																						
" "	Entrevistada D. Moana ao Sr. Lacerda																						

Fonte: Relatórios LBA, 1942 (p. 152).

FIGURA 6 – REPRODUÇÃO DO RELATÓRIO DA COMISSÃO ESTADUAL DA LBA DE SÃO PAULO.

LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA
COMISSÃO ESTADUAL DE SÃO PAULO

SERVIÇO DE VIGILÂNCIA

Gestante 4^o mês Ficha social 776

Nome Angelina Tuxua Esposa de João Tuxua

Constatações (antecedentes familiares e pessoais, regime) 22 anos 1^o quando solteira;
2 pais saudáveis; 2 irmãos saudáveis. Mando - 25 anos 1^o quando solteira;
fez tratamento anti-tuberculoso durante 2 anos, antes de se casar.

Sob vigilância médica n.º Acad. particular e LBA.

Data	Visitas, Entendimentos, Observações, Providências e Resultados.
20-9-43	Mãe está em casa, apresentando a 1 ^a declaração. A 17 deste foi examinada pelo Dr. Hugo Brastellite. Formados: Dr. Juan e Hoptoad.
5-10-43	Mãe na sede, informar estar a esposa muito inchada e pede medicação domiciliar. Visita domiciliar pela educadora do grupo de HPH. A Angelina tem 5 injeções de Bismuto em suas alternadas, prescritas pelo Dr. Hugo. Está muito edematizada. Está em estado em tratamento com Dr. Hugo, a quem ela quer que este fosse chamado, mas o marido prometeu ir buscá-lo imediatamente e dar notícias à educadora amanhã. Formados: Glória de la 10% Adm. da LBA e Argemiro.
6-10-43	Visita domiciliar pela educadora. A Angelina continua muito inchada, tendo dores por todo corpo. Foi visitada pelo Dr. Hugo particular.
8-10-43	Visita domic. A Angelina está melhor, já se levanta. Examinada ao Instituto de Higiene após de lavar material para o exame de sangue, fezes e urina. Recebida consulta e Dr. Hugo para o dia 15.
15-10-43	Consulta com Dr. Hugo. Recomendada dieta absoluta. Formados os testes de leite e urina.
16-10-43	Compareceu à aula de Higiene pre-natal. Aplicada uma injeção Rubyl. Em 4 de novembro foi aplicada Rubyl.
11-11-43	Comp. ao curso de HPH. Aplicação de Rubyl.
2-12-43	Formados testes de leite para dezembro. Aplc. de Rubyl.
16-12-43	Perq. de albumina. Aplc. Rubyl. Compareceu para o curso de Higiene pre-natal. A Angelina não passou o tempo.
20-12-43	Visita domiciliar. A Angelina está gorda, tem os pés inchados. Recomendada dieta absoluta e marcada consulta médica para 21-12-43.
21-12-43	Compareceu à consulta médica. Recet. Paracetamol e salofeno. Fuz de pneumozyme. Providenciada a guia de ambulância e exorazinho.

Tip. Central - Mod. 93 *continua*

Fonte: Relatórios LBA, 1942 (p. 154).

Angelina Teixeira era uma das 2003 gestantes atendidas pelo Centro de Assistência Sanitária da LBA “Anita Costa”. Até o final de 1944, 63% das gestantes atendidas eram de famílias operárias, 25 % de famílias de convocados e 12% de gestantes que se enquadravam em outros casos.

A assistência às gestantes e às crianças até a primeira infância representou significativa inserção do voluntariado na LBA, pois de acordo com os Relatórios, o elo entre LBA e as gestantes eram as visitadoras. De igual modo, os Relatórios de prestação de contas da Comissão Estadual de São Paulo indicam, por intermédio dos gastos com pessoal, que cerca de 60% dos serviços desenvolvidos pela LBA era de prática voluntária, ou seja, constata-se que a convocação feita pela Primeira-dama às mulheres brasileiras foi atendida.

Não existem dados precisos acerca das voluntárias. Sabe-se que eram mulheres, sobretudo de classe média, com idade variada e que desenvolviam trabalhos diversos, desde contatos com os comerciantes locais para fornecimento de alimentos, atuavam como costureiras, cozinheiras, além de representarem, naquele primeiro momento, quase a totalidade das agentes visitadoras.

Na maioria das vezes, as visitadoras não preenchiam seus nomes nas fichas de acompanhamento e eventualmente assinavam como responsáveis. Apesar de minuciosas no preenchimento dos cadastros, não se preocupavam em identificar-se. Produziam relatos às vezes emotivos e quase sempre apresentavam juízo de valor acerca dos acontecimentos rotineiros das famílias acompanhadas.

As fichas de acompanhamento das famílias, das crianças e das gestantes foram produzidas pelo Departamento de Cadastros da Sede da LBA no Rio de Janeiro e demonstram grande preocupação em revelar dados detalhados a respeito do cotidiano das famílias atendidas. Esses dados eram enviados bianualmente pelos Centros Municipais e Estaduais à sede da LBA no Rio de Janeiro⁹ e dessa maneira era possível gerar estudos conclusivos e comparativos acerca do desenvolvimento das famílias atendidas, revelando dados sobre a mortalidade infantil, sobre o desenvolvimento infantil, escolaridade, emprego das famílias e desenvolvimento econômico. Dados sobre as doenças, sobre alcoolismo e abandono doméstico também podiam ser coligidos dessas

⁹ Nenhum relatório compilado com dados nacionais foi encontrado nas pesquisas realizadas no Arquivo do Ministério do Desenvolvimento Social em Brasília, mas diversas correspondências fazem menção a esses relatórios.

informações fornecidas pelas visitadoras.

Nessa perspectiva, imaginamos que as visitadoras sociais serviam como instrumento de controle e levantamento de dados úteis ao acompanhamento e desenvolvimento da LBA e, por isso, o foco estava no trabalho que seriam capazes de desempenhar, não havendo preocupação nem delas, nem da instituição, com a sua identificação. Talvez cada visitadora tivesse uma pasta identificada com os números cadastrais das famílias que elas acompanhavam. Talvez a LBA possuísse um controle paralelo das visitadoras sociais, ou talvez o anonimato das visitadoras era algo que fizesse parte do voluntariado, minimizando a individualidade e reconhecendo como parte de um todo, como legionárias da LBA.

O que se exigia dessas mulheres era minúcia no acompanhamento das famílias e os cadastros demonstram que elas cumpriam com eficiência seus deveres. É o caso da visitadora que acompanhou o menino Hélio Bernardo. Ela retratou com detalhes o cotidiano da família. O menino, filho de um convocado, nasceu em 09 de setembro de 1938 e foi cadastrado em 14 de agosto de 1944 no Departamento de Assistência Sanitária. Sua família passou a ser atendida pela LBA em virtude do acompanhamento das crianças. Residia na Vila Maria, com os pais e uma irmã.

O casal Miguel (27 anos) e Josefina (24 anos) não tinha renda fixa e passou a receber assistência da LBA desde a convocação do marido. A LBA pagava o aluguel da família e as despesas com alimentação e carvão. Josefina não trabalhava e, por orientação da visitadora, passou a frequentar regularmente os cursos de puericultura e higiene familiar e infantil. A família passou a receber leite semanalmente e, por conta disso, Josefina também foi orientada a participar dos cursos de alimentação.

O casal professava a religião católica, era casado somente no civil, mas por orientação da visitadora, realizou o casamento religioso, assim como o batismo das crianças na Igreja Católica. Foi a visitadora quem inscreveu o menino Bernardo no Jardim de Infância e passou acompanhar seu desenvolvimento, alimentação e higiene.

É possível observar nas fichas que a visitadora acompanhou o menino no ambiente escolar, observando, inclusive, as atividades escolares.

FIGURA 8 – REPRODUÇÃO DO RELATÓRIO DA COMISSÃO ESTADUAL DA LBA DE SÃO PAULO.

Em relação à criança	NOME	Idade	Sexo	Côr	Nacionalidade	Estado Civil	Instrução	Religião	Profissão	Salário ou Renda	Com quanto contribui para a casa	Há quanto tempo desempregado	Carteira de saúde	Carteira de trabalho	Registro de nascimento	MOLÉSTIAS		Obs.	Práticas Imunológicas	
																Anteriores	Atuais		Av. At.	OUTRAS
Pai:-	Miguel Bernardo	27a	m.	br.	bras.	cas.	prim. ed.	cat.	-	-	-	-	sim	sim	sim	sim	-	-	-	-
Mãe:-	Josefina Bernardo	24a	f.	br.	bras.	cas.	prim. ed.	cat.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amã:-	Luci Bernardo	1a	:	br.	bras.	cas.	prim. ed.	cat.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<p>Observações: O sr. Manoel antes de ser conhecido era motorista e havia despedido o emprego 6 meses antes de ser empregado. Rende 120,00 como soldado.</p>																				
<p>Falecidos da família e causas Uma menina com 10 meses, em crise.</p>																				
<p>Constituição civil, moral e religiosa Constituída pelo casamento civil e religioso. Constituição moral: há harmonia e assistida? Em que instituição? Natureza da assistência médico-sanitária, alimentar, dentária e higiênica na L.B.A. Outras observações O casamento religioso foi realizado após vintagem do Departamento de Assistência Moral Educacional.</p>																				
INQUÉRITO ALIMENTAR																				
Diariamente		Leite	Derivados	Café	Pão	Carne	Ovo	Peixe	Arroz	Fetido	Massas	Farinhas	Verduras e legumes	Tubérculos e raízes	Gorduras	Frutas	Doces	Agucar	Bebidas	OUTROS
Tri-Semanal	1/2 l.																			
Bi-Semanal																				
Semanal																				
Eventualmente																				
CONDICÕES ECONOMICAS																				
DATA		RECEITA										DESEPEZA				Observações				
		Salário	Renda	Total	Hab.	Alim.	Vest.	Cond.	Outras											
14-8-44		24.120,00	não há	24.120,00	24.46,00	24.20,00	24.16,00	24.10,00	24.30,00											
		O Salário da casa, o vestuário e a alimentação são fornecidos pela L.B.A. Não há mais para abitar. alguma coisa mais para abitar. tácio e undição.																		

FIGURA 9 – REPRODUÇÃO DO RELATÓRIO DA COMISSÃO ESTADUAL DA LBA DE SÃO PAULO.

DATA	Aproveitamento integral
28-9-44	<u>Habitos higiénicos</u> : - Não usa escôva de dentes e não gosta de lavar as mãos quantas vezes devia, dizendo sempre que aí lavou.
28-9-44	<u>Desenvolvimento intelectual</u> - Atenção pouco duradoura e interesse momentâneo. Quer sempre ser o primeiro a ser chamado para a palestra ou para ouvir a história, mas poucos momentos depois se desinteressa.
28-9-44	<u>Desenvolvimento social</u> : - É egoísta. escolhe um brinquedo e se por acaso durante as atividades livres se interessa pelo de outra criança, esconde o seu ou quer os dois. Gosta, porém, dos jogos organizados, desde que sejam movimentados: saltar, correr. Não pede licença, mas sabe agradecer e corrige quem não o faz.

Fonte: Relatórios LBA, 1942 (p. 215)

FIGURA 10 – REPRODUÇÃO DO RELATÓRIO DA COMISSÃO ESTADUAL DA LBA DE SÃO PAULO.

DATA	Aproveitamento integral
28-9-44	<u>Desenvolvimento moral</u> : - sob observação.
28-9-44	<u>Desenvolvimento emocional</u> : - Não é medroso e é até ousado n brinquedos. Gosta de assustar a gente e por isso procura o per sobe em pilhas de tijolos e chama. Provoca de longe. É muito ciumento.
	<u>Observações</u>
28-9-44	Não gosta de atividades tranquilas. A primeira reação, quan se apresenta um jogo ou atividade nova, é negativa.

De acordo com as observações da visitadora, Bernardo era uma criança esperta, com aptidões para a construção e desenho. Hélio tinha apenas 5 anos, mas, de acordo com a visitadora, já apresentava interesse pelo trabalho. Era uma criança egoísta e com poucos hábitos de higiene, não escovava os dentes e já apresentava 4 dentes cariados. Por isso, a mãe Josefina precisava ser ensinada, para que as crianças adotassem hábitos de higiene apropriados, como escovar os dentes diariamente.

O menino tinha tendências rebeldes e poucos hábitos de educação social, não pedia licença, mas sabia agradecer. O pai de Bernardo, antes de ser alistado, era motorista e já estava há 6 meses desempregado. Após ser convocado, passou a receber salário de soldado, além da assistência prestada pela LBA.

A partir do caso do menino Hélio verifica-se os ideais propostos para a família no Estatuto da LBA sendo colocados em prática. Essa era uma família nuclear, sendo o pai convocado e contando a família com o auxílio da LBA. A mãe, apesar das dificuldades financeiras, não trabalhava, mas frequentava os cursos de puericultura, higiene e alimentação infantil. Suas virtudes eram enaltecidas por meio da boa educação dada às crianças. A preocupação com o futuro era evidente, pois Hélio não era alfabetizado, mas, de acordo com a visitadora, já possuía virtudes para ser um construtor ou desenhista.

Na primeira visita a família apresentou um pequeno problema: os pais não eram casados no religioso e as crianças não eram batizadas. Apesar de possuírem registros civis, a família foi encaminhada para o Departamento de Assistência Moral e Educacional e, após acompanhamento, decidiu de maneira voluntária, realizar os votos matrimoniais religiosos, além do batismo das crianças. Contudo o pequeno Hélio ainda não havia sido crismado, uma observação importante destacada pela visitadora. Mas o Departamento de Assistência Moral e Educacional havia cumprido sua missão e conduziu a família pelos caminhos morais e cristãos esperados.

A alimentação familiar, que consistia no consumo de pão, café, leite, arroz, feijão, legumes e, eventualmente carne ou ovos, era acompanhada pela visitadora e as crianças consumiam o cardápio indicado pelos médicos para a mãe, que cozinhava para a família diariamente.

Os pais não apresentavam vícios e estavam sempre dispostos a uma boa conversa com a visitadora. Até o final de 1944, a família de Bernardo atendia satisfatoriamente aos requisitos esperados pela LBA, desenvolvendo-se moral, econômica e socialmente.

Analisando os relatos da visitadora, nota-se alguns aspectos pessoais e valorativos. Apesar de contemplar aspectos técnicos descritos no Estatuto da LBA, a visitadora responsável por acompanhar a família de Bernardo enunciava noções particulares. Infelizmente ela não informou seu nome, idade ou motivação para o serviço voluntário, o que limita bastante o estudo sobre as voluntárias da LBA.

A partir dos relatos dos cadastros familiares há a possibilidade de classificar os serviços e orientações prestadas, saber os cardápios e os hábitos de higiene das famílias atendidas, conhecer seus desajustes e até mesmo o julgamento moral das visitadoras sobre as famílias. Contudo, não se pode saber quem foram as visitadoras. Seus nomes não são informados, somente suas observações. Há um desenvolvimento da história da assistência social marcado pelo voluntariado, que se escreve no anonimato. Não há condições de tratar as singularidades do envolvimento dessas mulheres no voluntariado, no entanto, salienta-se que o comportamento delas deveria ser inquestionável, assim como sua moral. Muito se esperava das voluntárias porque cabia-lhes a condução dos trabalhos da LBA, o desenvolvimento dos serviços, desde a triagem das famílias, a procura pelos endereços, as visitas de observação sobre as reais necessidades, o julgamento muitas vezes moral a respeito dos hábitos e costumes, além da adequação da assistência ao que preconizava a LBA. A gratificação pelos trabalhos desenvolvidos vinha dos sentimentos de amor, caridade e serviço ao próximo, naquele momento vivido pela Pátria.

Tão incerto como o alistamento das voluntárias, era o futuro da LBA. Darcy Vargas apostou suas expectativas nas mulheres. Ela não estava errada, pois atenderam a seu chamado, talvez pelo apelo patriótico que o momento de guerra propiciava, ou pela motivação de servir ao próximo desfavorecido. Seja por motivações de apelo moral, ideológico ou religioso, as mulheres aceitaram o chamado e inauguram um modelo de voluntariado que permaneceu atuante no Brasil durante décadas, garantindo o sucesso e continuidade do projeto fundado

nas incertezas: a LBA.

Contudo, parte importante desse processo permanece anônimo. À medida que avançamos nas análises dos vestígios deixados, percebemos os espaços por onde essas voluntárias transitavam, os lugares que ocupavam e as redes de solidariedade que desenvolveram. Alguns nomes começaram a aparecer, timidamente suas funções passaram a ter reconhecimento e, com o término da guerra, o trabalho feminino na assistência adquire outro tom, um novo significado. Essas questões poderão ser analisadas nas práticas cotidianas retratadas nas Campanhas da LBA, nas correspondências mantidas com os soldados e na colaboração advinda do modelo de assistência da LBA.

Por meio dos Relatórios Bienais da Comissão Estadual de São Paulo foi viável analisar as etapas de triagem e adequação das famílias assistidas, como o método e a organização dos trabalhos desenvolvidos. Assim, é possível entender como a assistência foi organizada e os aparatos ideológicos e burocráticos utilizados pelo Estado Novo na formulação da assistência social por parte da Legião Brasileira de Assistência. Na sequência, vamos analisar as ações da LBA no período de guerra pelas campanhas nacionais, as quais inauguraram um modo de ação voluntária que perdurou nas atividades da LBA, até sua extinção em 1995.

3. COOPERATIVISMO E VOLUNTARIADO: A PROFISSIONALIZAÇÃO FEMININA NA LBA

“A LBA que aqui nos mandou, deseja ainda dizer-vos uma palavra: Ide tranquilos, soldados do Brasil! Nós velaremos pelo que é vosso.”
Boletim Informativo LBA, Nº 2, Ano I.

Com a finalidade de promover seu projeto assistencial, a Legião Brasileira de Assistência contou com a atuação voluntária de mulheres de diversas idades e provenientes de diferentes classes sociais, que tinham inicialmente a missão patriótica de cuidar das famílias dos soldados brasileiros. Em seus primeiros anos de atuação, a LBA alistou, na Capital Federal, milhares de mulheres, transformando-as em legionárias da Legião Brasileira de Assistência.

Após promover forte campanha de alistamento das mulheres, mediante propagandas em jornais e campanhas de convocação através dos Centros Municipais, a LBA organizou sistematicamente cursos de formação para as legionárias.

Os primeiros cursos ministrados pela LBA recorriam às intervenções pedagógicas para que as legionárias pudessem cumprir as missões de cuidados com a Pátria e a família. Os cursos tinham como objetivo treinar e capacitar as voluntárias sobre cooperação mútua e sobre o cuidado e zelo com o próximo. Desse modo, a representação dos papéis de gênero conduzia as mulheres ao dever moral das mães, não no sentido do cuidado com os próprios filhos, mas no cuidado com os necessitados, especialmente aqueles que estavam a serviço da Pátria.

Assim, era dever moral das legionárias cuidar dos soldados, mas também levar a assistência a outros desfavorecidos. Para tal, elas foram instruídas nos cursos sobre alimentação, saúde, educação moral e segurança nacional. Dessa forma, cada segmento de atuação no qual a legionária estava inscrita contava com uma formação específica que definia as ações e as formas de agir conforme a assistência prestada. Assim, as primeiras legionárias da LBA participaram de cursos preparatórios desenvolvidos pela própria LBA, cursos estes que posteriormente mobilizaram mulheres em todo o país com as campanhas nacionais amplamente divulgadas pela imprensa.

Este capítulo tem como objetivo analisar os primeiros cursos preparatórios ofertados pela Legião Brasileira de Assistência, os quais, além de incorporar um grande número de mulheres no voluntariado, também foram responsáveis pela profissionalização e serviram de mola propulsora para a entrada das mulheres no mercado de trabalho.

3.1 Os primeiros cursos preparatórios: de voluntárias a legionárias

No dia 26 de setembro de 1942 houve a sessão solene de abertura da primeira turma de Defesa Passiva Antiaérea para as legionárias da Legião Brasileira de Assistência, cujo objetivo era formar voluntárias que atuassem na segurança interna nacional. De acordo com a matéria publicada no jornal Correio da Manhã, estiveram presentes na cerimônia, no Palácio Tiradentes, autoridades locais, a Presidente da LBA, Darcy Vargas, e Ernani Coelho Duarte, membro da diretoria da LBA e da Federação das Associações Comerciais do Brasil. A sessão solene foi aberta pelo Prefeito do Rio de Janeiro, Henrique Dodsworth, e o discurso de abertura foi proferido pelo Capitão Hugo de Matos Moura, que enalteceu o trabalho voluntário das legionárias e “[...] a sua importância para a Guerra moderna, e conseqüentemente, de como as voluntárias desse serviço devem encarar as responsabilidades que lhes caberão quando num caso objetivo, for exigida a sua contribuição em defesa da Pátria.” (Correio da Manhã, 27.09.1942, p.01).

Em seguida falou Ernani Coelho Duarte, representando a LBA e a Federação das Associações Comerciais do Brasil, reafirmando as representações de gênero no trabalho voluntário feminino. Apesar de Darcy Vargas, a Presidente da LBA, estar presente na solenidade e ter lugar de destaque à mesa, foi Ernani Coelho Duarte que tomou a palavra. A maioria presente na solenidade era mulheres, mas nenhuma delas teve oportunidade de discursar. Pelo contrário, as falas foram masculinas, enunciando funções e o que se esperava das voluntárias. Não negaram a importância da participação feminina nos esforços de guerra, mas também não lhes deram voz.

O discurso de Duarte também reafirmou o modelo de parceria que a LBA

pretendia desenvolver para seu funcionamento. Duarte ocupava duas funções, de representante da Diretoria da LBA e de membro da Federação das Associações Comerciais do Brasil, e enalteceu a importância da parceria entre a LBA e as corporações que, além de prestar apoio, também angariariam fundos para o patrocínio das atividades da LBA.

O corporativismo foi utilizado como estratégia para a manutenção da LBA, presente desde o ato da sua fundação. Os arranjos corporativos também estiveram presentes nas práticas da instituição em seu Estatuto e nas diretrizes estabelecidas para a condução dos trabalhos através dos Centros Municipais. O Estatuto da LBA previa a parceria entre entidades privadas, a LBA e o poder público no item Fundamentos e Cooperação, no qual se ressaltava a importância da colaboração das entidades privadas e públicas para o funcionamento da LBA e a ampliação do modelo de assistência exercida.

Dessa forma, o corporativismo foi reafirmado na solenidade de abertura do primeiro curso ofertado pela instituição. Assim como o Capitão Hugo de Matos Moura reafirmou a importância do voluntariado, Ernani Coelho Dutra sublinhou a importância da parceria entre voluntariado e as corporações.

Tais aspectos também foram ressaltados pelo Coronel Orozimbo Martins Pereira, Diretor do Serviço de Defesa Passiva Antiaérea. O trabalho voluntariado foi apresentado como modelo necessário para a segurança nacional. O coronel destacou a participação e a presença das voluntárias inscritas para o curso e ressaltou a sua missão no “[...] preparo das populações civis, além da guarda dos bens materiais, culturais e artísticos do país.” (Correio da Manhã, 27.09.1942, p.01).

IMAGEM 8 – FOTOGRAFIA DA CERIMÔNIA DE INSTITUIÇÃO DO CURSO DE VOLUNTÁRIAS DA DEFESA PASSIVA ANTIAÉREA DA LBA. REPRESENTANDO A LBA ESTÃO DARCY VARGAS E AO SEU LADO RODRIGO OCTÁVIO FILHO.



Fonte: Acervo Centro de Referência da Assistência Social – CREAS.

Os registros sobre esses cursos revelam aspectos pertinentes para a análise da consolidação da atuação das legionárias da LBA. Ao mesmo tempo, reafirmam a importância do voluntariado e do corporativismo, reconfiguram os papéis de gênero na LBA e tornam possível compreender como os primeiros trabalhos foram conduzidos.

Antes de iniciar as primeiras atividades, as voluntárias inscritas para se tornarem legionárias, sobretudo na Capital Federal, deveriam cursar as capacitações pertinentes à área em que desejavam atuar. Dessa forma, o primeiro curso ofertado pela LBA foi de Defesa Passiva Antiaérea. A necessidade de formação de um corpo de voluntárias que atuassem na defesa passiva se relaciona à questão da segurança pública.

Em fevereiro de 1942 ocorreram os primeiros ataques dos países do Eixo à

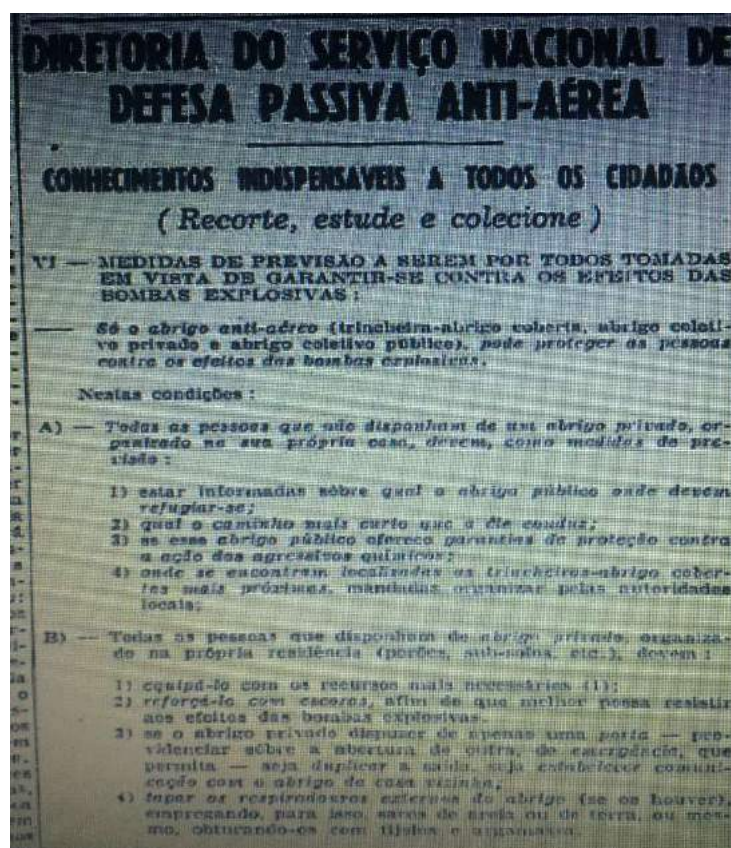
costa brasileira, acentuando-se as preocupações governamentais com a questão da defesa interna do país e com as medidas de proteção à população. Pelo Decreto-Lei 4098, de 06 de fevereiro de 1942, foi criado o Serviço de Defesa Passiva Antiaérea, como atribuição do Ministério da Aeronáutica. Em agosto de 1942, quando o país anunciou a participação no conflito, um novo decreto transferiu para o Ministério da Justiça e Negócios Interiores a responsabilidade pela organização do Serviço de Defesa Passiva Antiaérea no território nacional, em substituição ao Ministério da Aeronáutica (CYTRYNOWICZ, 2000).

O primeiro corpo feminino de voluntárias da Defesa Passiva surgiu a partir da Legião Brasileira de Assistência, em virtude do Decreto-Lei de 06 de fevereiro de 1942, que previa a mobilização de todos os brasileiros e estrangeiros maiores de 16 anos para atuar na segurança nacional. Esse decreto estabelecia que, por um período determinado de dez dias, todos os brasileiros maiores de 16 anos deveriam atuar na segurança nacional por meio de tarefas como a proteção contra gases tóxicos, remoção de pessoas intoxicadas, serviços de enfermagem, serviços de vigilância do ar, serviços de prevenção e de extinção de incêndios, serviços de limpeza pública, serviços de desinfecção, de policiamento e de fiscalização na execução das ordens. O Decreto previa, ainda, o treinamento de pessoal para construção de trincheiras e abrigos de emergência. Foram ainda contempladas as instruções sobre o serviço e o uso de máscaras, o conhecimento da defesa individual, o recolhimento ao abrigo e obediência na interdição do ir e vir; sujeição às ordens prescritas para a dispersão, o atendimento ao alarme, o apagamento das luzes e o atendimento à proibição de acionar automóveis (CYTRYNOWICZ, 2000).

Era importante orientar e treinar todos os brasileiros, a fim de que estivessem preparados para possíveis ataques dos inimigos. Os exercícios de defesa utilizavam arranjos que iam desde capacitações de grupos de pessoas para que treinassem outras, a promoção de campanhas de orientações coletivas, até informativos divulgados na imprensa. É o caso da publicação no Correio da Manhã do dia 27 de setembro de 1942, que informava a população da Capital Federal acerca da Solenidade de Abertura da primeira turma de voluntárias do curso de Defesa Passiva Antiaérea. Na mesma página, publicou orientações com o título “Conhecimentos Indispensáveis a todo cidadão”. Publicações como essa

passaram a ser comuns na época e um dos seus aspectos característicos era a informação instrutiva: recorte, estude e colecion. Conforme se observa na imagem do Jornal a seguir.

FIGURA 11 – REPRODUÇÃO DO JORNAL CORREIO DA MANHÃ, 27/09/1942. - CONHECIMENTOS INDISPENSÁVEIS A TODOS OS CIDADÃOS.



Fonte: Jornal Correio da Manhã, 27/09/1942.
Hemeroteca Digital Brasileira

A LBA foi um instrumento para a conscientização e o engajamento popular, tendo recebido forte influência do modelo inglês, o qual preconizava a transferência de inúmeras tarefas da defesa interna ao corpo feminino auxiliar (SIMILI, 2008).

O curso foi elaborado por uma organização paramilitar, sendo Diretor do Serviço de Defesa Passiva o Coronel do Exército Orozimbo Martins Pereira. Os instrutores eram civis e militares, todos liderados pelo Diretor de Ensino, o Capitão Hugo de Matos Moura. De acordo com o Relatório Bienal da LBA 1942/1944, a primeira turma de voluntárias do Curso de Defesa Passiva Antiaérea

foi organizada no Rio de Janeiro. As matrículas foram feitas na sede da Legião Brasileira de Assistência, o curso preparatório foi iniciado em setembro de 1942 e concluído em dezembro de 1942.

O Relatório Bienal de Atividades da LBA, sede Rio de Janeiro - 1942/1944, apresenta aspectos pertinentes do projeto de educação feminina visando à preparação de mulheres para os esforços de guerra. O objetivo principal do curso era conscientizar as voluntárias acerca da ampliação da noção dos cuidados, que deveriam perpassar ultrapassar as fronteiras do lar para abranger a Nação, “[...] proteger a população e seus bens transforma-se no fim almejado”.

A intenção era dotar as mulheres dos requisitos necessários à prática e atuação voluntária e, para tal, foram incorporadas estratégias educativas que orientavam sua formação por intermédio do reconhecimento identitário de “mães da Pátria”.

De acordo com o Relatório Bienal de Atividades da LBA, Sede Rio de Janeiro - 1942/1944, a matriz curricular do curso de Defesa Passiva Antiaérea estava dividida em duas partes. A primeira contemplava os preceitos de Primeiros Socorros, com carga horária de 10 horas. A segunda parte tratava do curso de Defesa Passiva Antiaérea propriamente dito, organizado da seguinte forma:

- 1) A arma aérea, suas características e possibilidades. As cidades como objetivo da arma aérea. Os meios da defesa anti-aérea; ativos e passivos;
- 2.) O problema da defesa passiva anti-aérea de uma localidade. Estudo das medidas de defesa passiva – preventivas e defensivas pelo Esquema Com duração de 1 hora;
- 3) Estudo detalhado dos meios de ataque da arma aérea: Descrição, funcionamento, efeitos e proteção contra as bombas explosivas: de destruição (demolição), de fragmentação ou contra o pessoal, com duração de 2 horas;
- 4) Proteção contra as bombas explosivas: abrigos anti-aéreos., abrigos de adaptação e refúgios a domicílio, trincheiras antiaérea (Estudo em sala e demonstração prática sobre a proteção razoável), com duração de 3 horas;
- 5) Estudo detalhado das bombas incendiárias. Descrição, funcionamento, efeitos. Ação contra as bombas incendiárias: técnica de água aspergida, técnica de areias. Serviço doméstico contra incêndios – Precauções (Estudo) em sala e demonstrações sobre a ‘térmita’, com duração de 3 horas;
- 6) Estudo sintético dos agressivos químicos: características, ação sobre o organismo e cuidados. Proteção individual e coletiva, com duração 2 horas;
- 7) Montagem do S.D.P. antiaérea no território nacional; Estudo das ‘Instruções’ baixadas aos Estados para pôr em funcionamento o aludido serviço. Os 9 Serviços Públicos que integram o S.D.P. antiaérea no Brasil, estudo geral, com duração de 2 a 4 horas. (RELATÓRIO BIENAL

DE ATIVIDADES DA LBA SEDE RIO DE JANEIRO, 1942/1944).

O programa do curso trazia ainda quatro observações importantes:

- 1) O corpo de Voluntárias, será dividido em turmas para a 'instrução a pé', necessárias às formaturas e paradas – duração de 1 ou 2 horas por semana;
- 2) Ficam dispensadas de acompanhar a I Parte do Curso de defesa Passiva Anti-aérea, as voluntárias que provarem ter acompanhado com aproveitamento 'Cursos de Primeiros Socorros' ou 'Socorros de Urgência', com um mínimo de 30 horas de efetiva instrução;
- 3) Terminado o Curso de Defesa Passiva Anti-aérea, as voluntárias receberão um certificado, e só então poderão usar a Insígnia, da especialidade;
- 4) Findo o Curso, a especialidade será atribuída à Voluntária, conforme seus pendoros, aptidão demonstrada, conforme o critério do Diretor do Curso e as necessidades do Serviço de Recrutamento para reforçar os Serviços Públicos do S.D.P.A. Anti-aérea, da localidade. (RELATÓRIO BIENAL DE ATIVIDADES DA LBA SEDE RIO DE JANEIRO, 1942/1944).

Após a conclusão da formação, as voluntárias diplomadas recebiam a insígnia¹ e passavam a ser legionárias. De acordo com a documentação, após a diplomação, essas mulheres estavam aptas a prestar os serviços de defesa pública. De acordo com Ivana Simili, no Rio de Janeiro, as legionárias da LBA atuaram avidamente em nome da prestação de serviços à população com vistas a protegê-la dos perigos da guerra, objetivo para o qual foram preparadas. As legionárias foram protagonistas do trabalho de patrulhamento das ruas durante os *blackouts*, que afetaram a vida noturna na capital carioca. Enquanto durava o *blackout*, as voluntárias circulavam pelas ruas, pedindo aos moradores o apagamento das luzes das casas e vistoriavam os espaços para garantir o sucesso da prática.

Os cursos de Defesa Passiva Antiaérea foram ofertados principalmente no Rio de Janeiro, por tratar-se da Capital Federal, contudo o Relatório Bienal de Atividades da LBA, Sede Rio de Janeiro – 1942/1944 aponta que os mesmos cursos foram ministrados nas demais capitais do País.

A participação das voluntárias da LBA na Defesa Passiva Antiaérea demonstra a inserção das mulheres nos esforços de guerra por meio do enaltecimento de características tidas como femininas, como o amor fraternal, a sensibilidade nos cuidados com os outros e a habilidade com alguns afazeres

¹ Sinal distintivo que é atributo de poder, de dignidade, de posto, de comando, de função, de classe, de corporação, de confraria etc.; símbolo, emblema, divisa.

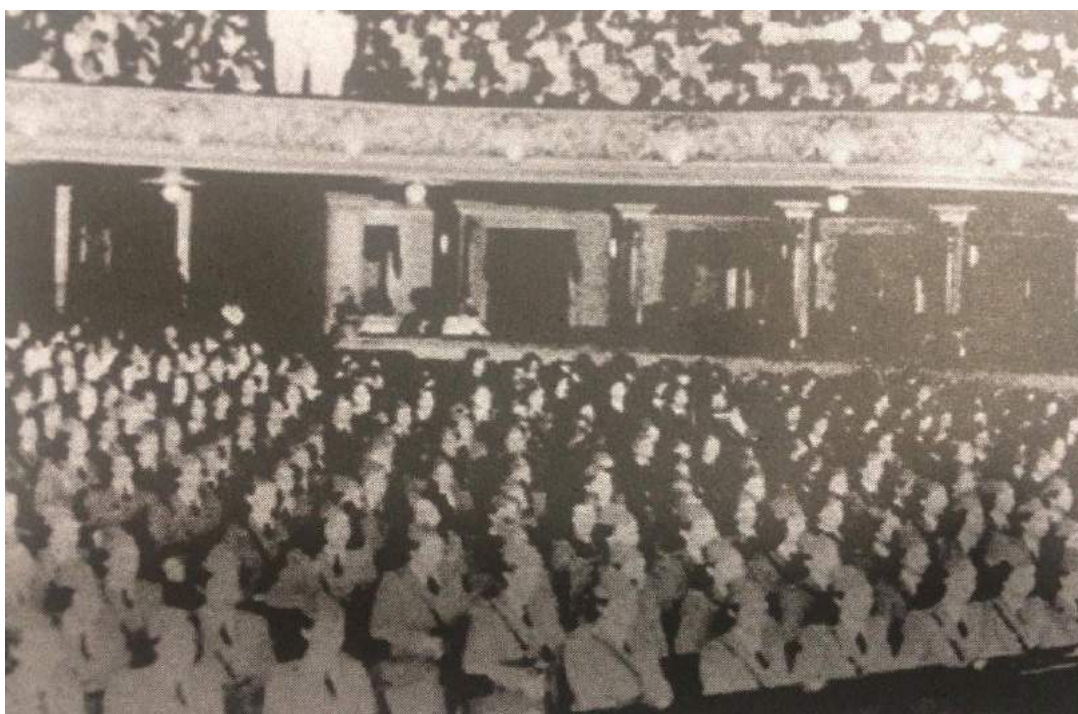
tidos como femininos.

IMAGEM 9 – FOTOGRAFIA DA FORMATURA DA PRIMEIRA TURMA DE VOLUNTÁRIAS DA DEFESA PASSIVA ANTIAÉREA DA LBA.



Fonte: Acervo Centro de Referência da Assistência Social – CREAS.

IMAGEM 10 – FOTOGRAFIA DA FORMATURA DA PRIMEIRA TURMA DE VOLUNTÁRIAS DA DEFESA PASSIVA ANTIAÉREA DA LBA.



Fonte: Acervo Centro de Referência da Assistência Social – CREAS.

Baseados nessas características, e ainda como parte dos esforços de guerra, outros cursos preparatórios foram alistados no rol de ofertas da LBA. Todos tinham relação direta com as atribuições designadas como apropriadas às mulheres, forjando por meio das atividades e dos serviços os perfis femininos adequados para o voluntariado. Dentre esses, pode-se destacar o curso de socorristas samaritanas, de visitadoras sociais e de voluntárias da alimentação.

A implementação desses cursos preparatórios para orientar e capacitar as mulheres tinha um forte aliado pedagógico: trata-se do Plano Nacional de Educação, elaborado em 1937, por Gustavo Capanema. O projeto pedagógico equivalente ao ensino médio e secundário previa a existência de um ensino dirigido para o público feminino, com faixa etária de 12 a 18 anos, em que seriam abordadas temáticas como economia doméstica, higiene, alimentação, vestuário, habitação, além de aulas de enfermagem, de culinária, ornamentação e regras de etiqueta, além de aulas de sociologia educacional voltada para a orientação de questões relacionadas à família e à religião (SCHWARTZMAN, BOMENY, COSTA, 2000).

A Lei Orgânica do Ensino Secundário tinha matriz curricular única, mas trazia recomendações específicas para ensino feminino e masculino. Um exemplo disso eram os textos destinados de preferência à atenção das meninas, que enalteciam as virtudes próprias da mulher, a sua missão de esposa, de mãe, de filha, de irmã, de educadora, o seu reinado no lar e o seu papel na escola, a sua ação nas obras sociais de caridade, o cultivo daquelas qualidades com que ela devia cooperar com o outro sexo na construção da pátria e na ligação harmoniosa do sentimento da pátria com o sentimento da fraternidade universal.

O que de fato se estabeleceu definitivamente nas escolas secundárias como parte da educação feminina foi a economia doméstica. A Liga das Senhoras Católicas de São Paulo, por exemplo, organizou um Curso de Emergência para a preparação de professores de economia doméstica "[...] sob os auspícios do Ministério da Educação e Saúde." (SCHWARTZMAN, BOMENY, COSTA, 2000).

Os programas das disciplinas tratavam na teoria e na prática os assuntos referentes ao universo dito como feminino. Nas aulas de enfermagem, as meninas aprendiam a cuidar dos doentes, abordando questões técnicas de como aferir a temperatura ou aplicar injeções, e questões práticas, como realizar visitas aos

doentes. Nas aulas de culinária, aprendiam a preparar alimentos e bebidas, além das boas maneiras ao receber visitas. O programa de economia incluía o estudo do orçamento doméstico, a mulher no mercado de trabalho, assim como as profissões apropriadas. O curso de sociologia educacional abordava a atuação da mulher na família e no convívio social, o que era permitido e o que era inapropriado.

O programa destinado à educação de meninas destinava-se a 'dar às mocinhas que terminaram o seu curso primário uma formação complementar que possa facilitar-lhes no futuro o acesso a boas colocações, tornando-se ao mesmo tempo boas donas-de-casa e mães de família.' O curso de aperfeiçoamento seria mais complexo, incluindo não só os estudos de arte culinária, mas também várias disciplinas voltadas para o aspecto nutricional dos alimentos. Os cursos de higiene, puericultura e contabilidade seriam de alto nível. O curso de criação e trato de animais domésticos seria um verdadeiro curso de veterinária. Na Escola Normal de Educação Familiar estudar-se-ia, entre outras coisas, a geografia econômica e a pedagogia, concentrando-se em assuntos como 'o domínio da vontade', 'o amor-próprio', 'o ponto de honra', 'Freud e a psicanálise'. A sociologia trataria especificamente da 'sociedade doméstica', 'a família à luz da razão e da fé', 'o divórcio', 'o feminismo', 'a relação da família com o Estado' e 'problemas democráticos.' (SCHWARTZMAN, BOMENY, COSTA, 2000, p. 126).

Esse tipo de educação deveria tornar as mulheres mais "[...] afeiçãoadas ao casamento, desejosas da maternidade, competentes na criação dos filhos e capazes da administração da casa." (Schwartzman; Bomeny; Costa, 2000, p. 139).

Seguindo essa diretriz, foram elaborados os cursos preparatórios para as voluntárias da LBA. As primeiras turmas que concluíram os cursos foram compostas por mulheres que residiam no Rio de Janeiro. Contudo, o projeto de interiorização da LBA deu-se a partir de sua fundação por meio da expansão dos serviços voluntários oferecidos em todos os municípios brasileiros. Assim, os cursos preparatórios já estavam contemplados no Estatuto da LBA, no item Anexos. Cabia a cada Centro Municipal ofertar vagas permanentes nos cursos de visitadoras sociais, enfermagem, puericultura e enfermagem da criança, e economia e alimentação doméstica. Para frequentar os cursos, as voluntárias deveriam ser brasileiras, ter idade de 18 a 40 anos, ser alfabetizadas e estar disposta a cooperar com as obras assistenciais municipais.

Haja vista a escassez de assistentes sociais, os cursos deviam ser

ministrados por “[...] pessoas da localidade que tenham conhecimento sobre as matérias que compõem os cursos, assim: médicos, professores, advogados, assistentes sociais e educadoras sanitárias”. Contudo, “[...] os cargos de professores dêstes cursos serão exercidos gratuitamente.” (ESTATUTO DA LBA, 1942, ANEXOS).

Após concluir os cursos, as voluntárias eram submetidas a um exame perante uma banca composta por professores que ministraram o curso e um representante da Comissão Estadual. As alunas aprovadas recebiam um certificado pelo Centro Municipal e, após habilitadas, eram conduzidas até o Departamento ao qual estariam vinculadas como voluntárias.

Para o funcionamento dos cursos preparatórios, era fundamental o apoio do empresariado de cada localidade. Mais uma vez atrelando voluntariado e corporativismo, competia ao empresariado providenciar local e material para tais cursos.

Foi o caso do curso de formação das voluntárias da alimentação e economia doméstica. O curso tinha como objetivo “[...] esclarecer as donas de casa e demais pessoas interessadas sobre a boa aplicação do orçamento doméstico, além de divulgar outros conhecimentos de interesse e relativos ao mesmo fim.” (ESTATUTO DA LBA, 1942, ANEXOS).

O curso abordava técnicas e conhecimento sobre higiene alimentar, nutricional e as formas de preparo, além de técnicas para evitar desperdícios em tempos de guerra. Com duração de 30 dias, o curso era ministrado por convidadas de prestígio na localidade, que tivessem conhecimento das questões alimentares e de economia doméstica, além de médicos e educadoras sanitárias. Após concluir o curso, as voluntárias aptas deveriam realizar visitas às famílias dos soldados a fim de prestar apoio por meio da aplicação condizente com o salário recebido pela família, além do ensinamento sobre alimentação nutricional das crianças, a indicação de alimentos ricos em vitaminas e técnicas para evitar desperdícios de alimentos.

De acordo com Ivana Simili, no primeiro mês de funcionamento, mais de 100 voluntárias haviam se inscrito no curso no Rio de Janeiro (SIMILI, 2008). O curso foi anunciado no Rio de Janeiro como “[...] uma importante missão de cunho social em época de guerra, qual seja a de ministrar às famílias dos cidadãos

convocados para a vida militar conhecimentos úteis e objetivos sobre nutrição, orientando as donas de casa acerca do preparo de alimentos saudáveis e, ao mesmo tempo acessíveis às bolsas das classes populares.” (Correio da Manhã, 25.09.1942, p.7).

No Rio de Janeiro o curso para formação das voluntárias da alimentação foi ministrado pelo Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), sob a supervisão de Dante Costa, Chefe da Seção Técnica de Alimentação. Em outubro de 1942, sob o título “[...] entrega de certificados à primeira turma de voluntárias da alimentação” é feita a divulgação da solenidade de entrega dos diplomas para as alunas, ato este acompanhado por palavras de reforço acerca da importância e da complexidade de que se revestiria o trabalho voluntário: “[...] a atribuição de cada uma nas atividades da LBA, tendentes todas a um único objetivo: construção e o fortalecimento de um Brasil maior pela expressão de sua força e de sua capacidade realizadora.” (Correio da Manhã, 29/10/1942, p.3).

Outro curso ofertado era o de Enfermagem, que tinha como objetivo “[...] orientar a boa vontade de elementos civis e uniformizar-lhes a atividade na organização de um corpo de enfermeiras práticas.” (ESTATUTO DA LBA, 1942, ANEXOS).

O curso tinha duração de 30 dias e era ministrado por médicos, enfermeiros e educadoras sanitárias, sendo que:

Art. III - Para a devida matrícula, as candidatas deverão preencher as seguintes condições:

- a) ser brasileira;
- b) ter 15 anos de idade mínima e 55 no máximo;
- c) saber ler e escrever.

Art. IV – são matérias a ser lecionadas no curso em aprêço as seguintes:

- puericultura;
- higiene;
- noções de enfermagem;
- doenças mais frequentes, sua profilaxia e tratamento. (ESTATUTO DA LBA, 1942, ANEXOS).

Cursos com essa estrutura foram ministrados no Rio de Janeiro, denominados “Curso para samaritanas socorristas”, com duração de três meses, nos quais se ensinavam noções de primeiros socorros, habilitando as voluntárias a prestar serviços de atendimento médico-hospitalar. Nesse caso específico, as voluntárias diplomadas poderiam integrar a Força Expedicionária Brasileira, pois,

após concluir o curso de samaritana socorrista, a legionária poderia se matricular no Curso de Emergência do Exército, que tinha o objetivo de capacitar enfermeiras para servir no *front* (SIMILI, 2008).

As voluntárias que concluíam os cursos de enfermagem também poderiam capacitar-se em Cursos de Higiene Pré-nupcial, para orientar as moças que estavam noivas “[...] visando à melhoria da raça, preparando terreno fértil e sadio, física e mentalmente para a geração vindoura” (ESTATUTO DA LBA, 1942, ANEXOS).

O curso de higiene pré-nupcial baseava-se na eugenia, definida como um conjunto de ideias e práticas relativas ao melhoramento da raça humana ou um aprimoramento pela seleção dos genitores, tendo como base o estudo da hereditariedade. Essa doutrina teve grande sucesso e, mesmo após o seu questionamento como ciência, ainda se manteve por longo tempo como justificativa para práticas discriminatórias (MACIEL, 1999).

Para que o ideal eugênico fosse efetivado fazia-se necessário que se estimulasse a procriação entre os considerados “tipos eugênicos superiores” e coibida a procriação dos outros, de modo a impedir a proliferação dos chamados tipos inferiores. Dessa forma, o ideário eugênico implicaria práticas sociais cujo objetivo expresso seria melhorar a raça e impedir a degeneração (MACIEL, 1999).

Ao procurar melhorar a raça, o movimento eugenista buscou sanar a sociedade de pessoas que apresentavam determinadas enfermidades ou características consideradas indesejáveis, tais como doenças mentais, promovendo, assim, práticas para impedir que esses indivíduos transmitissem sua debilidade para as gerações futuras. Dessa forma, os cursos pré-nupciais tinham como objetivo esclarecer as noivas, inclusive com exames médicos, em relação a problemas de saúde, como fatores transmissíveis, hereditários e congênitos, “[...] preparando-as para formação de uma consciência sanitária perfeita, inculcando-lhes a noção da responsabilidade que vai assumir perante o esposo e perante a prole.” (ESTATUTO DA LBA, 1942, ANEXOS).

Os cursos atribuíam às mulheres a responsabilidade pela saúde de suas famílias, responsabilizando-lhes por possíveis problemas de saúde ou hereditários. Ou seja, cabia às futuras esposas e mães cuidar das boas práticas, a fim de que problemas graves relacionados à raça e reprodução fossem

evitados. Nesses casos, as legionárias enfermeiras tornavam-se também professoras, ao ensinar práticas nupciais a um público feminino com faixa etária entre 16 a 20 anos. As noivas que frequentavam os cursos aprendiam em 4 meses os seguintes conteúdos:

- I – problemas de hereditariedade, eugenismo e moléstias transmissíveis. Hábitos de saúde física, moral e mental;
- II – Higiene pré-natal;
- III – Puericultura;
- IV – Alimentação e nutrição;
- V – Epidemiologia aplicada, enfermagem prática e primeiros socorros;
- VI – Economia doméstica;
- VII – Orientação educacional (ESTATUTO DA LBA, 1942, ANEXOS).

As mulheres estavam inseridas no ideal de progresso econômico baseado na saúde e educação promovida pelo governo Vargas. Defendia-se a ideia de que, para crescer e desenvolver, o Estado precisava de cidadãos selecionados por meio de processos eugênicos, saudáveis física e mentalmente, e para tanto impunha-se a tarefa de proteger e assistir a maternidade, a infância e a juventude. Sendo assim, os eugenistas avistaram no governo Vargas uma ocasião favorável para efetivarem algumas de suas aspirações em nível nacional (GOMES, 2000, p. 247).

A puericultura também foi alvo da ciência eugênica brasileira. A medicalização do parto vinha ao encontro do pensamento dos eugenistas. Em 1929, quando aconteceu o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia no Rio de Janeiro, o tema proteção à maternidade foi amplamente discutido pelos participantes. Assim, “[...] puericultura e eugenia se ligavam intimamente, ao defender os cuidados com a saúde da mãe e da criança, como formas de preservação dos bem nascidos.” (KOBAYASHI, FARIA, COSTA, 2009, p. 320).

Para o discurso médico eugenista, o ventre materno era a fonte que possibilitava o aperfeiçoamento do futuro cidadão brasileiro. Portanto, o corpo feminino, sobretudo quando grávido, tornava-se objeto do discurso e dos estudos médicos. Os ginecologistas e obstetras eugenistas procuraram definir, através da ciência, os cuidados da mulher durante a gravidez, o ambiente propício para o parto e, sobretudo, a saúde e alimentação do recém-nascido.

Cursos semelhantes a esse foram ministrados no interior do Brasil, sendo

responsáveis pela formação de milhares de mulheres nos princípios eugenistas e da puericultura. Nos municípios, esses cursos preparatórios na área de enfermagem e puericultura também foram responsáveis pela profissionalização e capacitação de milhares de mulheres que passaram a atuar na assistência à saúde em seus municípios e regiões adjacentes. Com a profissionalização, elas encontraram também oportunidades de trabalho remunerado em hospitais e maternidades.

A profissionalização feminina pode ser percebida como parte de um processo histórico de transformação social e de manutenção econômica das famílias pobres e operárias. Com a crescente pauperização social, muitas mulheres se obrigaram a exercer atividades remuneradas a fim de contribuir para a manutenção econômica de suas famílias, como observado nas Fichas de Cadastros da LBA. Muitas famílias cadastradas na instituição tinham as mulheres como “chefes” e, por esse motivo, eram classificadas como famílias desajustadas.

As transformações sociais que levaram as mulheres ao trabalho assalariado possibilitaram o surgimento de profissões específicas, ou seja, foram desenvolvidas ocupações consideradas femininas. Exemplos disso são as profissões que ligam as mulheres ao espaço doméstico e aos cuidados maternos, tais como bordadeiras, costureiras, domésticas, cozinheiras e babás. Eram profissões que davam continuidade à vida doméstica e que, em algumas situações, assumem um caráter de mão de obra industrial, como as tecelãs. Atreladas a essa transformação também estão as mudanças no sistema produtivo, as quais levaram à construção de novos espaços de trabalho, onde mulheres passaram a ocupar setores antes exclusivos do mundo masculino.

Dessa forma, as relações de trabalho entre mulheres e homens transitam entre a subordinação e a dominação. Para Saffioti, ao deterem relativa falta de poder, as mulheres ocupam o espaço da subordinação e os homens, ao serem os protagonistas, ocupam o espaço da dominação. As profissões construídas historicamente como masculinas são mais valorizadas em comparação com as profissões consideradas femininas como, por exemplo, professoras, enfermeiras, cozinheiras. As diferenças de gênero nas relações de trabalho, na maioria das vezes, expressam um sentido de inferioridade feminina e são constituídas por um reforço ideológico que busca mascarar a realidade. Logo, mesmo exercendo uma

atividade profissional, a responsabilidade pelas atividades domésticas recaía sobre as mulheres:

Trabalhando em troca de um salário ou não, na fábrica, no escritório, na escola, no comércio, ou a domicílio, como é o caso de muitas mulheres que costuram, fazem crochê, tricô, doces e salgados, a mulher é socialmente responsável pela manutenção da ordem na residência e pela criação e educação dos filhos. Assim, por maiores que sejam as diferenças de renda encontradas no seio do contingente feminino, permanece esta identidade básica entre todas as mulheres. (SAFFIOTI, 1987, p. 9).

A profissionalização feminina teve maior visibilidade na década de 1940, nas áreas ligadas à saúde. Enfermeiras, visitadoras sanitárias e educadoras sociais foram inseridas na saúde pública em decorrência do número baixo de médicos aptos para atenderem em Postos e Centros de Saúde. As atividades femininas na saúde pública brasileira tiveram função indiscutível, sobretudo as visitadoras sanitárias que desempenhavam papel de educadoras e vigilantes das famílias que acompanhavam.

As atribuições das visitadoras sanitárias e educadoras sociais foram deliberadamente aceitas e sistematicamente direcionadas por médicos, sobretudo puericultores e sanitaristas, que atribuíam às mulheres o dom natural de ensinar e cuidar. Competia a elas a tarefa de ensinar, doutrinar e controlar as famílias das camadas pobres da população brasileira, a fim de erradicar problemas decorrentes da falta de higiene e pobreza. Essas profissionais eram responsáveis por orientar e direcionar gestantes e mães quanto aos preceitos de higiene, alimentação e educação infantil. Eram também responsáveis por verificar as condições de saúde das crianças e relatar doenças e possíveis anomalias orgânicas. E, sobretudo, deviam tomar todas as providências relativas à saúde pública de seus distritos, emitindo relatórios mensais.

De acordo com Faria, o primeiro curso de Visitadoras e Educadoras Sanitárias foi organizado pelo Centro de Saúde Modelo do Instituto de Higiene de São Paulo, em 1925, contando com cerca de 22 mil inscritos no primeiro ano de funcionamento.

As novas agentes da saúde pública – cujo recrutamento era feito entre professoras primárias – atuavam junto aos centros de saúde elaborando cartazes de propaganda, realizando visitas domiciliares, fornecendo

conselhos de 'puericultura', fazendo palestras, exposições, conferências. As educadoras sanitárias – distritais; escolares de higiene; de higiene infantil; de higiene de centros de saúde, de postos, dispensários e hospitais; de higiene para o serviço especial de sífilis e doenças venéreas – percorriam escolas, cortiços e fábricas divulgando entre a população carente, noções e conceitos de higiene. (FARIA, 2006, p.189)

A profissionalização feminina como visitadoras e educadoras sanitárias consubstanciou-se numa das expressões da nova política de saúde pública, que entendia que os problemas de higiene eram resultado da falta de educação sanitária. Assim, “[...] a possibilidade de eliminação dos graves problemas de saúde se daria através da ação educativa das mensageiras da saúde” (FARIA, 2006, p. 190).

Essa capacitação, constitui-se, portanto, um campo de saberes forjado pela ideia de uma identidade profissional feminina, que abriu espaços de atuação para as mulheres. As profissões deveriam ser compatíveis com uma identidade de gênero pela qual as mulheres combinariam suas vocações naturais e aptidões voltadas para o universo privado, com suas novas responsabilidades públicas relativas ao cuidado com famílias necessitadas e pacientes enfermos, não se desviando, portanto, dos conhecimentos domésticos e mantendo o elo com a vocação natural das mulheres para cuidar, educar e proteger.

No contexto histórico em que as mulheres foram chamadas para atuar na LBA, a profissionalização das voluntárias estava intrinsecamente ligada às atividades socialmente aceitas para as mulheres naquela época. Os cursos preparatórios da LBA se voltavam para o universo socialmente construído como feminino e não pretendiam deslocar as mulheres de suas funções habituais, mas sim capacitá-las para desenvolver novas atribuições a partir de suas experiências domésticas. Porém, muitas mulheres que frequentaram os cursos preparatórios da LBA, além de se envolverem com o voluntariado, também encontraram novas oportunidades profissionais, haja vista que a LBA conclamou mulheres de todas as categorias sociais para atuar como voluntárias, arregimentando muitas mulheres das classes menos privilegiadas, que saíram da condição de voluntárias para a condição de profissionais em áreas específicas, atuando como cozinheiras, visitadoras sociais, e mesmo professoras.

Um exemplo da inserção feminina no mercado do trabalho pela profissionalização da LBA deu-se por intermédio dos cursos preparatórios de

formação específica de puericultura e enfermagem da criança, que tinham como objetivo “[...] disseminar conhecimentos práticos a moças e senhoras, visando sempre o bem estar das futuras mães e crianças” (ESTATUTO DA LBA, 1942, ANEXOS).

O curso tinha duração de 30 dias e preferencialmente deveria ser ministrado por médicos e enfermeiras vinculados a uma instituição de amparo à maternidade. Na falta dessas instituições, os cursos poderiam ser ofertados em outros hospitais, mas com o comprometimento das autoridades locais em empenhar-se para instalar hospitais de amparo à maternidade e à infância. Os requisitos para se matricular no curso compreendiam:

- a) ser brasileira;
- b) ter 16 anos de idade no mínimo e 55 no máximo;
- c) saber ler e escrever.

Art. IV – compreenderá este curso as seguintes matérias:

- 1) – higiene infantil;
- 2) – higiene pré-natal;
- 3) – alimentação da criança;
- 4) doenças da infância, tratamento e profilaxia (ESTATUTO DA LBA, 1942, ANEXOS).

As voluntárias que concluíam esse curso e que estavam aptas para atuar na LBA, prestavam serviços junto à comunidade nos Postos de Puericultura, estruturas vinculadas ao Departamento Nacional da Criança que estavam sob a administração das prefeituras. Os Postos de Puericultura davam assistência obstétrica às gestantes e puérperas, assistência médico-social às crianças e forneciam alimentos aos lactantes necessitados. Nos Postos ainda eram prestados serviços de ambulatório, internamento e assistência dentária profilática às crianças, além da visitação e assistência social às famílias cadastradas. Por consequência, as voluntárias da LBA, após concluírem seus cursos preparatórios, estavam aptas para desenvolver atividades assistenciais tanto nos Centros Municipais da LBA, quanto nos Postos de Puericultura. Em 1947, a LBA e o Departamento Nacional da Criança firmaram um convênio a fim de unificar os trabalhos para atender a um maior número de crianças pelos serviços assistenciais (BARBOSA, 2015).

O trabalho em cooperação fazia parte das diretrizes para o desenvolvimento de ações assistenciais prestadas pela LBA. Em seu Estatuto, a instituição

estabelece que “[...] os serviços assistenciais serão prestados diretamente ou em colaboração com o poder público e as instituições privadas.” (ESTATUTO DA LBA, 1942, p. 27).

A LBA procurou, pois, estabelecer atividades de ação mútua e que possibilitassem ampliar a rede de assistência. Os Postos de Puericultura vinculados ao Governo Federal, por meio do Departamento Nacional da Criança, são um bom exemplo do cooperativismo praticado pela LBA. As políticas de proteção à maternidade e à infância do Departamento Nacional da Criança foram amplamente seguidas pela LBA por meio das voluntárias capacitadas nos diversos cursos ofertados pela LBA, assim como no uso das próprias instalações da LBA, pois muitos Postos de Puericultura foram incorporados aos Centros Municipais da LBA. Tal medida visava reduzir os custos com infraestrutura, em virtude de os Centros Municipais já estarem estabelecidos, assim como desenvolver trabalho conjunto orientado pela experiência das voluntárias que prestavam assistência a diversos grupos sociais e mantinham um sistema de trabalho organizado e sistematizado.

Além disso, as voluntárias especializadas em cursos de enfermagem estavam aptas para trabalhar com os médicos nos Postos de Puericultura, desempenhando atendimento à saúde materno-infantil, assim como o atendimento específico, como aplicações de vacinas, aferimento de temperatura infantil, curativos, entre outras atividades afins. Exercendo uma função importante para o funcionamento tanto dos Postos de Puericultura, quanto dos Centros Municipais, as enfermeiras voluntárias permaneciam sob a orientação e direção médica, responsável pelos serviços.

Também foi relevante o trabalho desenvolvido em São Paulo pela Casa Maternal e da Infância Dona Leonor de Mendes de Barros. A Casa Maternal foi criada pelo governo do Estado de São Paulo, em 1944, e sua administração ficou sob a orientação do médico João Amorin. Desde sua criação, a Casa Maternal contou com a cooperação e ação voluntária da LBA, uma vez que parte de sua diretoria foi composta por representantes da Comissão Estadual da LBA de São Paulo. O objetivo de criação da Casa Maternal era de amparar a maternidade e a infância, sobretudo de famílias pobres. De acordo com o Relatório Anual de Atividades de São Paulo, apenas 1/8 das mães paulistanas era atendido por

maternidades. Naquele momento existiam somente a Casa Maternal, mantida pela Cruzada Pró-Infância, e o Amparo Maternal, criado por um grupo de médicos e religiosas católicas da ordem Franciscanas Missionárias de Maria.

A Casa Maternal Dona Leonor Mendes de Barros tinha como objetivo atender às mulheres, sobretudo as pobres, desde a gestação, até o parto e, conseqüentemente, auxiliar nos primeiros cuidados com os recém-nascidos. As equipes de atendimento que atuavam na Casa Maternal eram compostas por médicos, enfermeiras, equipe administrativa e de limpeza, e voluntárias. Os médicos puericultores, obstetras e clínicos gerais, que eram contratados pelo Governo de São Paulo, mantinham regime de trabalho remunerado. As equipes administrativa, copeiras e pessoal de limpeza eram remuneradas com recursos oriundos da mantenedora da Casa Maternal. Em relação à atuação das enfermeiras e das voluntárias, há um aspecto relevante a ser analisado. Para atuar como enfermeiras na Casa Maternal, as mulheres deveriam possuir formação na área e, por isso, a LBA encaminhou para lá parte de suas legionárias capacitadas pelos Cursos de Enfermeiras Práticas, sendo que 20% delas desenvolviam trabalho remunerado. Ou seja, uma parte das legionárias da LBA que atuavam como enfermeiras não desempenhavam trabalhos voluntários, mas sim remunerados.

Até então observou-se que o trabalho das legionárias estava intrinsecamente ligado ao voluntariado e essa foi a característica principal da LBA desde sua fundação. Contudo, por meio da profissionalização das voluntárias, nota-se a inserção dessas mulheres em ocupações remuneradas às quais elas não tinham acesso antes. De acordo com o Relatório Anual de Atividades da Casa Maternal Leonor de Mendes Barros, a LBA possibilitou, com seus cursos preparatórios, a atuação de uma equipe preparada “profissionalmente”. A afirmativa enfatiza a caracterização do voluntariado como atividade beneficente que não se enquadra nas relações de trabalho, mas também revela que a formação das voluntárias torna possível a profissionalização da legionária. Se, por um lado, o voluntariado prestado pela LBA não é concebido como trabalho, por outro lado ele direciona, pela profissionalização, algumas mulheres para o mercado de trabalho.

As principais atividades remuneradas que as legionárias da LBA desempenhavam estavam ligadas à saúde, como enfermagem, vigilância sanitária

e puericultura. No caso das legionárias profissionais que atuavam na Casa Maternal Leonor Mendes de Barros, elas lideravam equipes de voluntárias que atuavam, sobretudo, na enfermaria, no berçário e também na assistência sanitária prestada por intermédio da cooperação firmada com o Centro Municipal Anita da Costa.

Para algumas voluntárias da LBA o cooperativismo representou, portanto, uma oportunidade de trabalho devido aos convênios firmados com instituições privadas, pois LBA se propôs a desempenhar atividades de assistência em cooperação com instituições privadas de atendimento à saúde, à maternidade e à infância. A cooperação se dava com o envio de voluntárias da LBA que atuavam na prestação de serviços nas instituições privadas, tais como enfermeiras e educadoras de puericultura que trabalhavam nas maternidades privadas. As instituições privadas exigiam o estágio obrigatório das voluntárias concluintes dos cursos preparatórios de enfermagem e puericultura, fornecendo materiais hospitalares e medicamentos para os Centros Municipais da LBA, bem como promoviam campanhas de arrecadação de roupas e enxovais para recém-nascidos e medicamentos que seriam distribuídos pelos Centros Municipais para mães e crianças pobres. A partir dessa cooperação se deu o aumento do número de agentes de enfermagem profissionais, pois é possível encontrar casos de voluntárias que pediram autorização para atuar como funcionárias contratadas em instituições privadas de saúde que tinham convênio com a LBA.

De acordo com o Relatório Bienal de Atividades da LBA, 1944/1946, foram encaminhados à Sede da LBA no Rio de Janeiro pedidos de legionárias capacitadas em Enfermagem para desempenhar função remunerada em instituições cooperadas da LBA, em horários específicos, sem prejuízo aos serviços desenvolvidos como voluntárias. Os Relatórios não apresentam dados que possibilitem identificar as solicitantes, nem os lugares onde residiam ou as instituições nas quais pretendiam atuar. Apenas ressaltam que a “[...] a comissão central da Legião Brasileira de Assistência deliberou a respeito de solicitação de legionárias para desempenhar atividades remuneradas”. As solicitações foram deferidas, uma vez que o trabalho voluntário não demandava exclusividade, pelo contrário, dependia da abnegação pessoal e do tempo livre. Por se tratar de demanda de trabalho em instituições parceiras da LBA que, em certa medida

careciam de mão de obra capacitada, a direção concordava com tais solicitações (Relatório Bial de Atividades da LBA, 1944/1946, Sede Rio de Janeiro)

Apesar de atentar para a questão da inserção de voluntárias da LBA em trabalhos especializados, não será possível explorar suas peculiaridades, pois faltam mais dados. Entretanto, não se pode deixar de mencionar que algumas mulheres legionárias da LBA conseguiram se profissionalizar a partir da experiência com o trabalho voluntário.

3.2 Cursos preparatórios e a formação feminina

Para a formação das voluntárias, além dos dois primeiros cursos preparatórios de Defesa Passiva e de Enfermagem que faziam parte dos esforços de guerra, a LBA ofertou um rol de cursos preparatórios com o objetivo de formar voluntárias capacitadas para atuar nas mais diversas áreas de assistência social. Isto posto, destaca-se a contribuição da LBA para a constituição e profissionalização de assistente social, uma tendência de profissionalização feminina que vinha desde os anos 1920 e 1930, crescendo consideravelmente na década de 1940, com a criação da LBA. A profissionalização das voluntárias da LBA como visitadoras sociais permitia o desdobramento da mulher-mãe em assistente social, uma profissão que se formava à época junto às atividades filantrópicas lideradas e exercidas por mulheres das classes médias e altas. Os cursos preparatórios de visitadoras de emergência, que mais tarde receberam o nome de visitadoras sociais, tinham duração de um mês e objetivavam “[...] dar formação social e orientação às moças que queiram colaborar com a Legião Brasileira de Assistência no desempenho de seu vasto programa de ação.” (ESTATUTO DA LBA, 1942, ANEXOS).

Nos cursos preparatórios de visitadoras sociais, as voluntárias aprendiam as formas de enfrentamento dos problemas sociais gerados pelo conflito mundial, sobretudo aqueles que diziam respeito às famílias dos soldados. Entendia-se que naquele momento de guerra, em que os homens provedores do núcleo familiar não conseguiam cumprir com seu papel ao se ausentarem do lar para participar do conflito armado, eram as mulheres, que já desempenhavam os papéis de

mães e esposas, que teriam que lidar com as questões relacionadas à sobrevivência e educação dos filhos. Em virtude dessa alteração temporária dos papéis de gênero na família, a LBA, criada como instituição de amparo às famílias dos soldados, deveria capacitar voluntárias que auxiliassem as esposas dos soldados a lidar com problemas e dificuldades que se esperava fossem atribuições dos chefes de família.

Para se matricular nesse curso a voluntária deveria:

- a) ser brasileira;
 - b) ter 18 anos de idade no mínimo e 40 no máximo;
 - c) ter algum preparo e demonstrar interesse em frequentar curso e cooperar com as obras sociais existentes na localidade;
- Art. V – as disciplinas nele ministradas são as seguintes:
- 1) – serviço social;
 - 2) - sociologia;
 - 3) – higiene;
 - 4) – puericultura (ESTATUTO DA LBA, 1942, ANEXOS).

Neste caso específico, a formação dependia de “[...] visitas a obras sociais existentes no município. Quando possível serem visitadas, igualmente, instituições das cidades vizinhas[...]” assim como, “[...] serão realizados círculos de estudos, onde venham a ser ventiladas pelas próprias alunas as dúvidas surgidas em aulas e durante as visitas efetuadas, para o fim de serem devidamente esclarecidas.” (ESTATUTO DA LBA, 1942, ANEXOS).

Além desses temas, os cursos de visitadoras prestavam orientações acerca do preenchimento da ficha social e dos questionários e fichas de acompanhamento das famílias assistidas por algum dos programas de assistência ofertados pela LBA. O modelo de ficha social trazia diversas informações necessárias para o mapeamento, controle e acompanhamento, tanto das famílias assistidas quanto dos recursos destinados para a assistência prestada. Assim, o preenchimento adequado dos relatórios e formulários possibilitava identificar o endereço das famílias, apontando as regiões de maior abrangência dos programas de assistência da LBA. Por meio desses documentos, também era possível acompanhar o “desenvolvimento” das famílias, a atuação profissional, o orçamento doméstico, as principais doenças manifestadas, o consumo diário de alimentos e os hábitos alimentares, assim como questões morais e cívicas.

Portanto, era de suma importância que as voluntárias da LBA soubessem preencher corretamente os relatórios e formulários das famílias durante as visitas domiciliares. As visitas poderiam ocorrer quinzenal ou mensalmente, de acordo com as necessidades apresentadas pelas famílias. Ressalta-se que, por intermédio dos relatórios de visitas, era possível identificar se as famílias assistidas vinham dos programas direcionados às famílias dos soldados, ou se estavam associadas às outras demandas sociais locais. Nesses casos, os relatórios deveriam apresentar as especificidades de cada família, a fim de que os Relatórios dos Centros Municipais prestassem contas às Comissões Estaduais dos recursos utilizados com cada categoria de família assistida e as Comissões Estaduais realizassem, de igual modo, relatórios de prestação de contas para a Comissão Central.

De acordo com o Relatório Bienal da LBA 1942/1944, Sede Rio de Janeiro, era de extrema responsabilidade dos Centros Municipais a aplicação dos recursos enviados pela Comissão Central, assim como dos recursos oriundos das doações locais e das Associações Comerciais e Industriais dos municípios. Mais uma vez o corporativismo é fortalecido por meio da prestação de contas do que estava sendo realizado com os recursos privados e públicos, sendo a prestação de contas parte fundamental dos relatórios de visitação e formulários de cadastros de famílias. Por isso, as visitadoras deveriam saber lidar com a burocracia e serem capacitadas nos cursos preparatórios.

Para que o preenchimento dos relatórios estivesse adequado aos critérios estabelecidos, as visitadoras sociais recebiam um Manual com Instruções para preenchimento dos Relatórios. As instruções visavam a que as famílias ou beneficiados da LBA tivessem rigorosa caracterização social. Os relatórios deveriam ser registrados no nome dos representantes da família, pois a opção considerava o nome do chefe da família, reconhecendo as mulheres como mantenedoras. Essa ideia parece moderna para a época, contudo, segundo Susan Besse, o reconhecimento das mulheres como representantes de suas famílias se devia ao combate ao que então se chamava de desajuste familiar (BESSE, 1999).

A família sem a presença masculina era motivo de preocupação para o Estado, pois poderia apresentar problemas econômicos, morais e sociais que

afetariam as crianças, o futuro do país. Por isso, as famílias desajustadas deveriam ser tuteladas pela LBA e a sua localização e seu acompanhamento sistemático era necessário pois, sendo devidamente cadastradas na LBA, os relatórios de acompanhamento poderiam gerar o histórico da família e demonstrar quão eficaz era a assistência moral, econômica e cívica prestada pela LBA.

Outros fatores relacionados às famílias também deveriam ser descritos, tais como se mantinham um bom relacionamento com outros parentes e a religião que professavam. Também observavam se as famílias tinham hortas, bem como seus hábitos alimentares.

As instruções de preenchimento dos relatórios de visitação previam ainda uma descrição detalhada de cada membro da família, que incluía idade, escolaridade, ocupação profissional, registro civil e de batismo. As doenças apresentadas pelos membros da família também deveriam ser descritas, levando-se em consideração a nacionalidade, pois caso a família fosse estrangeira poderiam apresentar alguma espécie de moléstia não identificada no Brasil. Essa é outra questão pertinente, pois a LBA atentava para a prestação de assistência às famílias estrangeiras, tendo em vista o grande fluxo migratório para o Brasil devido à guerra.

Outros fatores relevantes se relacionavam à moradia, como o endereço da residência, sua proximidade com o transporte coletivo e com os Centros Municipais. A estrutura das residências deveria ser detalhada, observando-se as instalações sanitárias, o acesso à água encanada, a quantidade de janelas e o número de quartos.

Além dos Relatórios, as visitadoras precisavam manter os cadastros das famílias atualizados através das fichas sociais e, para que preenchessem de forma adequada, as visitadoras deveriam seguir as instruções de preenchimento contidas no Estatuto da LBA².

Conclui-se que os cursos preparatórios da LBA, assim como os critérios e instruções para elaboração e preenchimento de relatórios e cadastros, demonstram que a instituição, desde o momento de sua criação, pretendia manter-se, bem como suas atividades, por tempo indeterminado. Os cursos

² Os modelos das Fichas sociais e das Instruções de preenchimento estão disponíveis no Apêndice 1.

preparatórios objetivavam capacitar as voluntárias para uma função permanente, que ia além do título de legionárias, uma vez que a guerra teria fim, mas a assistência prestada por elas deveria continuar.

Independentemente da escolha feita pelas voluntárias da Legião Brasileira de Assistência, verifica-se que os cursos, os serviços e a formação recebida priorizaram o aprendizado e a atuação das voluntárias pelo cuidado com as famílias dos soldados, doentes, crianças e famílias pobres, ensinando as pessoas assistidas a desenvolverem os hábitos de cuidar dos seus, assim como a proteger o país, caso fosse necessário.

Além da profissionalização das legionárias em atividades consideradas prestigiadas como a enfermagem e assistência social, existiam ainda as atividades reconhecidas como tipicamente femininas. As Legionárias da costura, por exemplo, eram responsáveis por “[...] confeccionar vestuário destinado às famílias dos que ora empunham armas em defesa de nossa honra e também a quantos carecem de amparo.” (Relatório Bienal de Atividades da LBA, 1944/1946, Sede Rio de Janeiro, p. 117).

As legionárias do Departamento de Costuras deveriam possuir habilidade em corte e costura ou receber treinamento das costureiras responsáveis pelo setor, sendo “[...] pessoas de todas as camadas sociais, cujos momentos de lazer, sem remuneração, são aproveitados num trabalho construtivo em prol da causa comum” (Relatório Bienal de Atividades da LBA, 1944/1946, Sede Rio de Janeiro, p. 117).

Elas confeccionavam vestimentas para as famílias dos soldados e para eles, além de bandagens para o atendimento médico-hospitalar no *front*. As legionárias da costura podiam atuar também nos Centros Municipais que tivessem estrutura para o desenvolvimento dos trabalhos ou, se preferissem, poderiam atuar em suas residências caso tivessem máquina de costura. As costureiras profissionais que se alistavam como voluntárias recebiam em suas residências os tecidos, aviamentos e relações de peças que deveriam produzir. Ao concluírem as peças, estas eram recolhidas pelos serviços de transporte e distribuição da LBA.

Apesar da inexistência de documentação a respeito do trabalho das voluntárias da costura, é possível destacar, através do Relatório Bienal de Atividades da LBA, que foram ofertadas mais de 893 turmas do curso de corte e

costura com diplomação pela LBA até 1946, sendo que cada turma tinha em média 30 mulheres. Destacando o caráter profissionalizante desses cursos, cerca de 26.790 mulheres aprenderam a profissão de costureira com o curso profissionalizante da LBA. Não sabemos se todas elas atuaram como voluntárias da LBA, mas apontamos para a hipótese dessas mulheres trabalharem como costureiras profissionais, seja em suas residências, seja em fábricas, reforçando a inserção das mulheres no mercado de trabalho pela formação recebida na LBA. A profissionalização do voluntariado revela, pois, que além de preparar as mulheres para atuar nos programas da instituição, a LBA possibilitou para muitas mulheres a entrada no mercado de trabalho.

O Departamento de Costuras da LBA ligado à Comissão Central do Rio de Janeiro também foi o responsável pela criação e confecção dos uniformes utilizados pelas legionárias do Rio de Janeiro. De acordo com Ivana Simili o surgimento e a atuação das voluntárias da LBA foi marcado pelo uso de uniforme semelhante ao dos soldados, sobretudo no Rio de Janeiro. Nas ruas da Capital Federal no período de Guerra, surgem mulheres uniformizadas com peças que compunham a farda masculina, substituindo a saia pela calça, configurando assim, uniformes apropriados aos padrões de feminilidade da época.

Na educação e na moda, o corpo é um dos objetos no qual se inscrevem as mudanças. O corpo é um objeto histórico com as marcas dos tempos, dos espaços e dos lugares. O corpo é, também, um objeto cultural e, enquanto tal, provisório, mutável e mutante, suscetível às inúmeras intervenções, consoante ao desenvolvimento científico e tecnológico de cada cultura, bem como de suas leis, de seus códigos morais, das representações que são criadas sobre os corpos, dos discursos que sobre eles se produzem e se reproduzem. Como um objeto histórico e cultural, o corpo é constituído também por seu entorno, pelas roupas, pelos acessórios que o adornam, pela imagem que dele se produz, pelos sentidos que nele se incorporam, pelos vestígios que nele se exibem, pela educação de seus gestos. (SIMILI, 2008, p. 458).

O uniforme das legionárias do Rio de Janeiro criou, portanto, um estilo no qual cada grupo de mulheres com atuação e comportamentos compatíveis com a função para a qual foram treinadas se apresentavam publicamente uniformizadas, compondo estilos designativos para participação feminina na guerra.

IMAGEM 11 – FOTOGRAFIA DA FORMATURA DAS LEGIONÁRIAS DA ALIMENTAÇÃO NO RIO DE JANEIRO. TODAS UNIFORMIZADAS.



Fonte: Acervo Centro de Referência da Assistência Social – CREAS.

IMAGEM 12 – UNIFORME USADO PELAS LEGIONÁRIAS DA VISITAÇÃO SOCIAL NO RIO DE JANEIRO.



Fonte: Acervo CPDOC Fundação Getúlio Vargas

Para alguns segmentos voluntários foi criado um tipo de uniforme composto por determinadas peças, com suas formas, cores e estilos como no caso do guarda-pó e das toucas protetoras dos cabelos para as legionárias da alimentação, apenas o guarda-pó para as legionárias da costura, os uniformes de enfermeiras para as samaritanas socorristas e os uniformes dos soldados, na versão feminina para as voluntárias da defesa passiva antiaérea.

Assim o voluntariado, sobretudo no Rio de Janeiro, teve sua imagem pública associada aos cuidados com o próximo, ao amor à Pátria, o zelo pela família, e a abnegação ao doar com benevolência seu tempo e dedicação em favor dos desamparados. Para tanto, foram colocados em prática mecanismos que geravam a identidade da legionária, utilizando-se do discurso inflamado pelo primeiro-damismo, por cursos preparatórios e por configurações identitárias por meio de uniformes, penteados e insígnias.

Apesar da LBA ter sido criada para "amparar os soldados e seus familiares", houve vários desdobramentos, tanto na diversidade da assistência prestada, quanto na transformação do público feminino das voluntárias. Naquela conjuntura, a importância dos cursos preparatórios ofertados pela LBA além de estimular a participação feminina em atividades de cuidados, abriu frentes de profissionalização feminina como educadoras sociais, enfermeiras e assistentes sociais. Ao mesmo tempo em que a LBA se tornou a instituição símbolo da assistência social no Brasil, promoveu a profissionalização das mulheres dando a elas acesso a espaços nos quais permaneceram, mesmo após o término da guerra.

4. A INVENÇÃO DA LBA NOS BOLETINS INFORMATIVOS

Em janeiro de 1945 foi publicado o primeiro Boletim Informativo da LBA. Com o objetivo de manter informados os soldados brasileiros que combatiam na Europa, os boletins tiveram grande repercussão e ganharam visibilidade nacional por suas tiragens quinzenais.

Segundo a primeira edição do Boletim Informativo da LBA seu objetivo era:

[...] ser útil a vocês. [Levar] mensagens dos seus parentes e amigos; [informar] sobre as coisas da nossa terra e da nossa gente e, sobretudo, o que as populações da retaguarda fazem de concreto em prol dos que estão se batendo por um mundo novo e melhor. É mais uma iniciativa da LBA. Este Boletim é de vocês, expedicionários do Brasil! (BOLETIM INFORMATIVO DA LBA, 01/1945).

Mesmo tendo como público preferencial os soldados brasileiros, desde sua primeira publicação, os Boletins tiveram tiragem ampliada para que fossem distribuídos em todo território nacional, sendo amplamente difundidos para a população brasileira através dos Centros Municipais da LBA. Os Boletins tinham em média quatro páginas (frente e verso), eram produzidos no órgão oficial de imprensa da LBA, dirigido por Lobivar Matos, localizado na Sede Nacional da LBA no Rio de Janeiro. Sua primeira tiragem esgotou-se rapidamente e milhares de cartas foram enviadas para a LBA com agradecimentos de soldados e de familiares pelo “[...] acalento que a publicação proporcionou”. Assim, no ano de seu surgimento ao público, 1945, foram publicadas 31 edições do Boletim da LBA, que, devido ao sucesso rapidamente alcançado, manteve-se como órgão oficial de imprensa da LBA, sofrendo uma série de transformações após o final da guerra, mas se mantendo como veículo para a informação popular acerca dos trabalhos prestados pela entidade, tais como campanhas nacionais de arrecadações, campanhas de saúde e informativos gerais.

Muito do que foi realizado pela LBA pode ser analisado por intermédio dessas publicações e, apesar de iniciar em 1945, é possível conhecer a atuação da instituição desde sua criação, uma vez que algumas das ações iniciais também foram publicadas nos Boletins.

O objetivo deste capítulo é analisar a atuação da LBA por meio dos

Boletins Informativos publicados em 1945, destacando, sobretudo, a participação feminina e a visibilidade dada às voluntárias. Para o desenvolvimento deste capítulo, analisamos 31 Boletins Informativos da LBA, produzidos entre janeiro e dezembro de 1945, quando os últimos grupos de soldados retornaram da Europa. Após esse período, os Boletins passaram a ter formato diferente e obedeceram ao padrão sazonal de publicação.

4.1. Representações de gênero: as voluntárias nas páginas dos Boletins

Desde a fundação da Legião Brasileira de Assistência pela Primeira-dama Darcy Vargas, a participação feminina foi exaltada, contando o projeto assistencial com o apoio de mulheres provenientes da elite e das classes médias, com forte participação de mulheres jovens e de senhoras, uma vez que milhares delas se tornaram voluntárias da Legião Brasileira de Assistência. A instituição criou, além do voluntariado, formas de arregimentação feminina, contando com campanhas de assistência voltadas para esse público.

Pela assistência, a Legião Brasileira de Assistência foi concebida como uma instância pedagógico-cultural, que tanto educava mulheres, como articulava padrões de comportamentos das voluntárias e das mulheres com as quais elas trabalhavam. As concepções, os valores, as atitudes, os comportamentos produziam padrões femininos de comportamento e representações elaboradas pela Legião Brasileira de Assistência para transformar mulheres em voluntárias. De acordo com Simili,

[...] embora o estilo da época esteja registrado nas voluntárias, os cursos, as atividades e serviços foram modeladores de perfis femininos e voluntários, instalando diferenças no seu modo de ser, de se comportar e se vestir e no pertencimento delas aos grupos. Esse é um ponto que merece destaque, porque situa a análise da educação e da moda no universo de debates historiográficos acerca da história das mulheres e do gênero. O tom desse debate, desde o surgimento do conceito de gênero nos anos 70, tem sido marcado pelo intuito de ultrapassar os estudos meramente descritivos das mulheres, mediante reflexões que evidenciem as diferenças entre elas, consoante os grupos aos quais pertençam: as classes sociais, étnicas dentre outras categorias. Os “estilos” voluntários com concepções, comportamentos e vestuário consoantes os grupos formados por mulheres nos diferentes e variados núcleos de atuação voluntária, cada qual pertencendo e participando do estilo da época de guerra – com mulheres contributivas, participativas e integradas ao conflito mundial e as suas causas. (SIMILI, 2008, p. 446).

A LBA pretendia, pois, adequar as mulheres, pelo voluntariado, aos serviços que ela prestava. Foi com cursos preparatórios, abordados no capítulo anterior, e com as práticas de assistência que a LBA integrou as mulheres no esforço de Guerra. Por meio da análise dos Boletins Informativos pode-se avaliar as representações de gênero configuradas para os papéis femininos da LBA. No arcabouço conceitual proposto por Lauretis, as representações de gênero tendem a estipular padrões e modelos comportamentais que induzem os indivíduos a agirem na coletividade de forma semelhante. Assim, a construção dos gêneros “[...] é o produto e o processo da representação como da auto-representação.” (LAURETIS, 1994, p.217).

Por essas representações, os sujeitos femininos são modelados tanto para serem mulheres, como para ocuparem e desenvolverem atividades próprias dos padrões de feminilidade. Portanto, comportamentos e ações reconhecidos como masculinos não podem ser protagonizados pelas mulheres e, a fim de equilibrar essas diferenças, são delimitados os espaços, os saberes e os lugares ocupados pelas mulheres. Nessas representações são levados em considerações os fatores de diferenciação dos sujeitos femininos, ou seja, classe, raça, etnias e prestígio social (LAURETIS, 1994).

Os mecanismos de ações e padrões femininos foram desenvolvidos na LBA porque a instituição, desde sua fundação, contou com as mulheres como suas principais agentes, mas também pela forte distinção de papéis que o cenário de Guerra propiciava, aspectos que foram apontados nos capítulos anteriores desta tese. Entretanto, esses aspectos são mais uma vez reafirmados quando se lê os Boletins Informativos da LBA.

Inicialmente pode-se afirmar que a figura feminina mais enaltecida nas páginas dos Boletins da LBA é a Primeira-dama Darcy Vargas. Ela é protagonista da primeira página do Boletim Informativo número 01 da LBA, conforme mensagem a seguir:

A presidente da LBA enviou juntamente com os presentes de Natal da instituição, a seguinte mensagem dirigida ao General Mascarenhas de Moraes: ‘Senhor general, em nome da Legião Brasileira de Assistência e no meu próprio, tenho o prazer de fazer chegar-lhe às mãos, para serem distribuídas aos nossos heróicos soldados, pequenas utilidades que

empacotamos, pessoalmente, em horas de vigília, para demonstrar a nossa incondicional solidariedade aos que, em terra alheia, procuram honrar e enobrecer o nome da nossa Pátria. Parte das utilidades oferecidas foi espontaneamente doada pelo povo, e pelas madrinhas dos combatentes, que evidenciam deste modo como a mulher brasileira e o público em geral acompanham a atuação dos expedicionários do Brasil. Outra parte das referidas utilidades coube a LBA adquirir como pequena contribuição porque maior não poderia ser, no sentido de fornecer um pouco de conforto aos que lutam em meio a tantas agruras. Os capuzes que cingirão as cabeças altaneiras dos soldados do Brasil, bem como as 'sweaters' que enviamos, hão de transmitir aos bravos que as usarem o calor da mão amiga que as fez com a mais comovedora devoção. Pedindo-lhe que aceite e transmita aos moços do Brasil o meu enternecido abraço e votos de boas festas e feliz Natal, fio em que as estrela da vitória os conduzirá sempre em sua rota gloriosa. Atenciosamente, Darcy Sarmanho Vargas' (Boletim Informativo nº 1, 1945, p. 1).

A mensagem informa aos leitores que Darcy Vargas enviou uma carta ao General Mascarenhas de Moraes, responsável pela Comissão Militar Brasileira na Itália. A carta acompanhava milhares de presentes de Natal enviados aos soldados do *front*. Era o Natal de 1944 e os donativos eram toucas de lã, mantas e cachecóis confeccionados pelas voluntárias da LBA, assim como outros artigos que poderiam ser úteis para os soldados. Todos os presentes foram embalados por voluntárias, acompanhados por cartões de Natal. Em sua mensagem, Darcy Vargas destacava como as mulheres cuidavam do bem-estar dos bravos soldados enquanto eles desempenhavam suas funções. E ela, Darcy Vargas, se apresentava como representante de todas as mulheres que devotadamente atuavam na LBA.

A mensagem de Darcy Vargas foi publicada logo abaixo da manchete principal daquela primeira edição dos Boletins Informativos.

FIGURA 12 - REPRODUÇÃO DA 1ª EDIÇÃO DOS BOLETINS INFORMATIVOS DA LBA, COM FOTOGRAFIA DE GETÚLIO VARGAS PUBLICADA.



Fonte: Boletim Informativo da LBA, número 1, 1945.

A manchete estampava a fotografia oficial de Getúlio Vargas, distribuída pelo DIP, e noticiava a doação de cem mil cruzeiros feita pelo Banco Nacional de São Paulo ao Chefe da Nação. Informava também que o presidente destinou a verba para a LBA em prol das famílias dos expedicionários brasileiros. A manchete reforça o papel de Vargas como presidente e provedor principal das obras de assistência. A doação de recursos financeiros e a mensagem de Darcy Vargas reafirmam o papel das mulheres como cuidadoras afetuosas que estavam respaldadas pela provisão masculina.

Mais uma maneira de perceber essas representações de gênero é a notícia publicada ao lado da mensagem de Darcy Vargas. Trata-se da carta de agradecimento do General Mascarenhas de Moraes, em resposta aos presentes de Natal recebidos pelos soldados. O general enaltece os trabalhos prestados

pelas voluntárias da LBA e a generosidade em contribuir para manter os valores cristãos vivos nos corações dos corajosos soldados, incluindo as cartas enviadas por madrinhas de combatentes.

O General Mascarenhas de Moraes enviou à LBA a seguinte carta de agradecimento pelos presentes de Natal: 'Itália, 22 de dezembro de 1944. Dona Darcy Vargas, presidente da LBA, Rio de Janeiro. Entre expressões de júbilo e de agradecimentos estão os nossos soldados recebendo os presentes de Natal, generosamente oferecidos pela LBA, pelas madrinhas dos combatentes e pelo povo, em geral. Sobre serem artigos de grande utilidade e bastante apreciados pelos expedicionários, constituem ainda esses presentes uma demonstração sincera de carinho e do conforto moral que nossos patrícios nos oferecem em retribuição aos esforços que em terras tão distantes, empregamos para honrar e enobrecer o nome da nossa Pátria. Peço que transmita os protestos de gratidão dos oficiais e soldados da Força Expedicionária Brasileira a todos que colaboraram para que no dia da maior festa cristã, se avive em nosso espírito, em meio às saudações da Pátria e do lar, a admiração pelos sentimentos nobres e ação decidida da mulher patrícia na sua nobre campanha em prol dos expedicionários do Brasil. Com os votos de Feliz Natal e Ano Novo cheio de prosperidade para a LBA, subscrevo-me com alta consideração e estima, General Mascarenhas de Moraes' (Boletim Informativo nº 1, 1945, p. 1)

FIGURA 13: REPRODUÇÃO DA 1ª EDIÇÃO DOS BOLETINS INFORMATIVOS DA LBA, COM FOTOGRAFIA DO GENERAL MASCARENHAS DE MORAIS PUBLICADA.



Fonte: Boletim Informativo da LBA, número 1, 1945.

As publicações a respeito dos enunciados de Mascarenhas e Vargas são acompanhadas de fotografias, enquanto a mensagem de Darcy Vargas, não. De acordo com Kossoy, as fotografias consistem em fragmentos selecionados de acontecimentos, fatos e pessoas, tal como foram esteticamente congelados no momento de sua ocorrência. Na abordagem de fotografias de imprensa, ou seja, aquelas que visam informar ou noticiar os indivíduos, Kossoy afirma que “[...] é comum a utilização das imagens/textos na manipulação da opinião pública, segundo os interesses ideológicos determinados.” (KOSSOY, 2001, p. 136).

Aqui as representações masculinas são dotadas de valores simbólicos que conduzem ao patriotismo, à coragem e à provisão financeira, e as representações femininas são enaltecidas pelos cuidados e valores morais, pelo afeto em confeccionar trabalhos manuais úteis e pelo carinho em escrever cartas que consolavam e animavam os soldados. Darcy Vargas e Getúlio Vargas são representados como os responsáveis pela Nação: ele, o líder; ela, a encorajadora Primeira-dama a liderar milhares de mulheres voluntárias. Como guia, sua imagem passava confiança e controle das ações e situações em que a LBA estava inserida.

A liderança feminina foi enaltecida pelos Boletins Informativos, sobretudo da família Vargas. É o caso da manchete do Boletim Informativo número 02. A reportagem traz uma fotografia referente aos milhares de donativos que a LBA entregou ao 4º escalão da FEB na Itália. Na ocasião a LBA foi representada por uma equipe de 30 legionárias lideradas por Alzira Vargas do Amaral Peixoto, filha mais velha do casal Vargas e também presidente da LBA no Estado do Rio de Janeiro.

FIGURA 14 – REPRODUÇÃO DO BOLETIM DA LBA, COM FOTOGRAFIA DE ALZIRA VARGAS DO AMARAL PEIXOTO CUMPRIMENTANDO EXPEDICIONÁRIOS.



Fonte: Boletim Informativo da LBA, número 1, 1945.

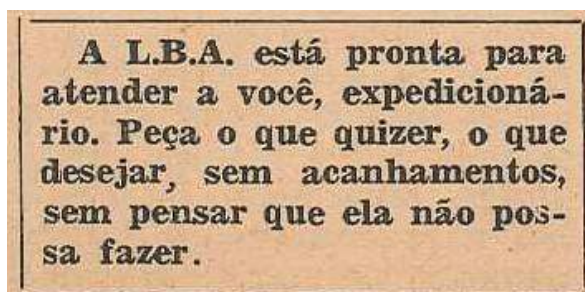
Assim como a mãe, Alzira foi uma mulher engajada nas causas sociais e representou a LBA em diversos programas. Na ocasião da entrega de presentes aos expedicionários, Alzira Vargas proferiu um discurso, transcrito como nota complementar à manchete do acontecimento:

A LBA que aqui nos mandou deseja, ainda, dizer-vos uma palavra: Ide tranquilos, soldados do Brasil! Nós velaremos pelo que é vosso. Por nossa fé asseguramos: que nenhum obstáculo será grande, para que nada falte em vossos lares, nenhum mal atinja vossas famílias e vossos filhos não sofram. Nós nos consideramos o vosso exército de retaguarda e queremos que quando voltardes possais dizer: cumpristes bem vossa missão como nós cumprimos a nossa (Boletim Informativo nº 1, 1945, p. 1)

Alzira Vargas anunciava aos soldados que eles poderiam ir em paz, cumprir seu dever patriótico em defesa da Pátria, pois tal como um exército feminino de retaguarda, a LBA cuidaria de seus familiares. Nesse discurso é possível observar as funções diferentes de gênero que compõem um só exército, a representação masculina, que estava no *front* de batalha, e a representação feminina, que estava a postos em defesa da Pátria e dos cuidados assistenciais. Chama a

atenção o enunciado que vem logo abaixo da transcrição do discurso de Alzira Vargas do Amaral:

FIGURA 15 – REPRODUÇÃO DE TRECHO DO BOLETIM INFORMATIVO Nº 1.



Fonte: Boletim Informativo da LBA, número 1, 1945.

De fato, a LBA se pôs como exército feminino de retaguarda, função importante e complementar que cumpriu com excelência. As legionárias desempenharam com êxito todas as atividades que lhes foram atribuídas. A afirmativa “[...] peça o que quiser, o que desejar, sem acanhamentos sem pensar que ela não possa fazer”, foi levada ao pé da letra. Efetivamente, as legionárias fizeram tudo que estava em seu alcance para atender aos pedidos dos soldados no *front*, algo que pode ser evidenciado pela campanha “Madrinhas dos Combatentes”, que foi amplamente divulgada nas páginas dos Boletins Informativos da LBA.

O objetivo dessa campanha era a escrita de cartas pelas voluntárias para os soldados no *front*. Como desdobramento, as madrinhas dos combatentes começaram a participar dos programas radiofônicos para enviar mensagens aos soldados, ficando conhecidas como comunicadoras sociais. As madrinhas dos combatentes e as comunicadoras sociais compuseram um estilo de mulheres que se dedicaram ao envio de mensagens de apoio e incentivo para aqueles que estavam distantes da família, enfrentando os sofrimentos físicos e emocionais provocados pela participação na guerra.

Valores como o altruísmo e a dedicação foram reafirmados com essas campanhas, uma vez que as mulheres foram convocadas tanto para cuidar de aspectos materiais, como as roupas, material médico e os suprimentos aos seus familiares, como dos aspectos morais e emocionais, por meio de mensagens radiofônicas e cartas. As madrinhas dos combatentes e as comunicadoras sociais

tornaram-se figuras femininas que evidenciavam o papel acolhedor e esperançoso dotado de sentimentalismo concebidos pelos homens como “próprios e naturais” das mulheres. Somente elas poderiam, naquele momento, prestar amparo físico e emocional aos soldados e seus familiares. Reafirmando o que disse Joan Tronto, “[...] cuidar é uma atividade regida pelo gênero tanto no âmbito do mercado de trabalho como na vida privada [...] os papéis tradicionais de gênero em nossa sociedade implicam que os homens tenham ‘cuidado com’ e as mulheres ‘cuidem de’.” (TRONTO, 1987, p.189).

A campanha da madrinha do combatente tinha por objetivo conseguir o maior número de mulheres dispostas a escrever aos soldados com vistas a levar conforto espiritual e conhecer suas necessidades mais prementes no front. Experiência semelhante acontecia na França, pois de acordo com François Baudot, “[...] a absurda guerra não impede as atividades da alta costura de perpetuar-se, mesmo que, entre as clientes, muitas sejam madrinhas de guerra (mulheres empenhadas em animar os combatentes, com cartas e presentes).” (BAUDOT, 2002, p. 106).

De acordo com Ivana Simili, no caso da LBA, o primeiro cartaz de propaganda das Madrinhas dos Combatentes é bastante esclarecedor. Texto e imagem se justapõem e se complementam, sendo a imagem produzida para conseguir a adesão feminina. Timbrado pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), o cartaz traz no primeiro plano um soldado lendo uma carta, tendo ao fundo duas figuras femininas, uma delas, central, abraçada a uma mulher que tem, abaixo de si, duas crianças, com a seguinte frase “[...] alguém protege teu lar” (SIMILI, 2007).

Na sua composição, por meio da figura central, alude-se ao trabalho desenvolvido pela Primeira-dama e as mulheres da Legião Brasileira de Assistência, de ‘amparo e proteção dos soldados e seus familiares’. O que o cartaz-propaganda, indica é o trabalho de intermediação da comunicação entre as famílias e os soldados, realizado pela Legião Brasileira de Assistência, que teve na madrinha do combatente um poderoso instrumento. (SIMILI, 2007, p. 169).

FIGURA 16 – REPRODUÇÃO DO CARTAZ DA CAMPANHA DA MADRINHA DO COMBATENTE.



Fonte: Boletim Informativo da LBA, número 1, 1945.

A Campanha das Madrinhas dos Combatentes apresenta dimensões simbólicas que vão além das emergências da guerra. A escrita de cartas destinadas aos combatentes poderia ser configurada como uma atividade organizada para difundir informações, algo que seria, então, considerada uma atividade própria para mulheres. O uso do termo madrinhas sugere uma relação estabelecida entre as voluntárias e os expedicionários, que fazia parte de uma experiência sentimental bastante conhecida, associada aos laços de compadrio, de afeto, de amizade, que poderiam trazer consolo aos soldados distantes da Pátria e das suas famílias.

As relações de compadrio no Brasil fazem parte da conjuntura moral e espiritual, de acordo com Venâncio. As relações de compadrio vão além dos laços consanguíneos entre os indivíduos, pois estabelecem relações e responsabilidades por laços simbólicos. Comumente estabelecidas por meio dos batismos infantis, o compadrio se estende a outras relações na sociedade, estabelecidas por redes de dependências, como nos casos de compadrios de

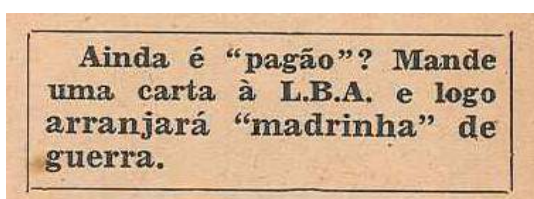
crianças de famílias pobres por padrinhos afortunados, ou por lideranças políticas, estendendo-se às relações de senhores com escravos libertos (VENANCIO, 1988).

Amadrinhar ou apadrinhar alguém é, pois, na formação social brasileira, um ato simbólico de comprometimento, que tende a suprir as necessidades materiais, emocionais e espirituais dos afilhados. Dessa forma, as madrinhas dos combatentes tinham como motivação estabelecer elos de solidariedade com os expedicionários, fornecendo-lhes bens materiais como roupas ou então escrevendo cartas nas quais procuravam expressar o reconhecimento delas e de todos os brasileiros com os combatentes, oferecendo apoio espiritual por meio do amadrinhamento.

Tornar-se madrinha de um combatente se revestia de uma dimensão moral que só poderia ser desempenhada por mulheres, supostamente mais propícias a estabelecer vínculos espirituais e afetivos com aqueles homens que estavam nos campos de batalha.

A maneira de divulgar nacionalmente a Campanha da Madrinha do Combatente pela LBA foi pelas páginas dos Boletins Informativos. A primeira notícia anunciada pelo cartaz-propaganda tinha ressonâncias religiosas, mesmo que de forma flagrantemente jocosa:

FIGURA 17 – REPRODUÇÃO DE TRECHO DO BOLETIM INFORMATIVO Nº 1.



Fonte: Boletim Informativo da LBA, número 1, 1945.

O número de mulheres que se alistaram na LBA como madrinhas de combatentes é difícil de ser dimensionado. No entanto, as notícias publicadas nos Boletins Informativos possibilitam constatar que essa foi uma campanha que obteve grande visibilidade e milhares de mulheres tornaram-se madrinhas. Mas, à medida que os Boletins eram publicados, as demandas dos soldados e a necessidade de madrinhas cresciam, assim como os números de páginas

destinados às publicações de mensagens referentes às cartas.

FIGURA 18 – REPRODUÇÃO DE TRECHO DO BOLETIM INFORMATIVO Nº 2.

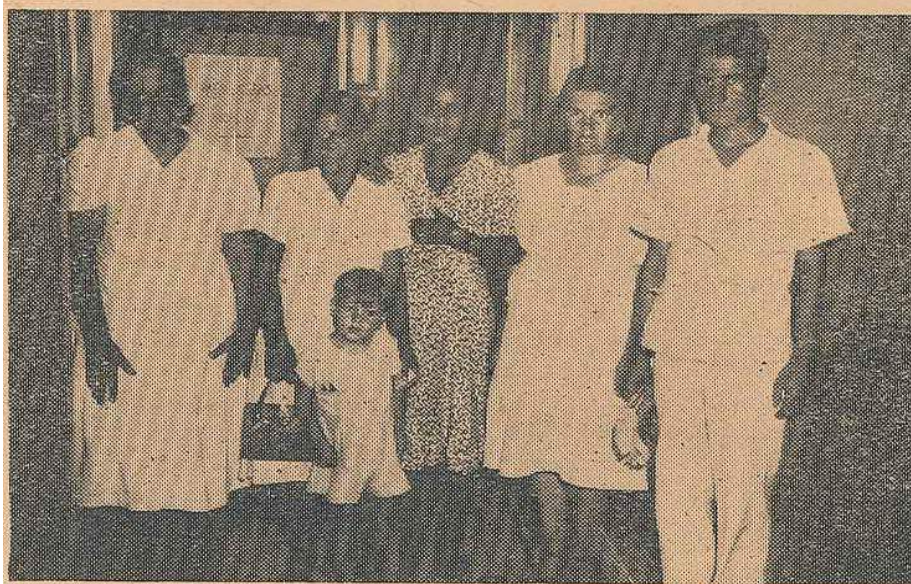
“Madrinhas” de Guerra

Continuem a pedir “madrinhas” de guerra. O interesse que os seus pedidos veem despertando é tão grande que chegam, constantemente, à L.B.A. cartas assinadas por senhoras e senhoritas, desta capital e do interior, solicitando inscrição na campanha e que lhes sejam indicados os respectivos “afilhados” de guerra.

São cartas que revelam a confiança da mulher patricia em vocês e, sobretudo, que manifestam o desejo de incentivar sempre e sempre aos expedicionários do Brasil, através de lembranças e palavras impreg-

nadas de fé e de solidariedade humana.

Qualquer um expedicionário poderá se dirigir, para obter “madrinha”, à Sra. Darcí Vargas, presidente da L. B. A., rua do México, 158-2.º andar. Quando não puder escrever, deverá pedir a um colega que o faça por si. E logo que receber carta da “madrinha”, a primeira obrigação do “afilhado” é respondê-la, sem demora, para evitar as reclamações que teem chegado à L. B. A., nesse sentido. Aliás, não é justo que os “afilhados”, depois de pedirem “madrinhas”, se esqueçam de que os deveres são mútuos.



ATENÇÃO! Expedicionários Lindolfo Luiz Caldas, Deocleciano da Silva e Vicente Bastos de Oliveira, atenção! Olhem bem para o clichê acima. Aí estão d. Maria, d. Alice, d. Rute e o garoto Adelson, d. Alzira e Henrique. Esta foto foi feita na sede da L. B. A., quando elas vieram entregar as suas mensagens e ficaram satisfeitas em saber que iam posar para vocês.

Fonte: Boletim Informativo da LBA, número 2, 1945.

A notícia revela a preocupação da LBA em atender a todos os soldados e proporcionar certo conforto em relação às suas inquietações. A organização da

campanha das Madrinhas dos Combatentes envolvia um cadastro de legionárias que se alistavam como madrinhas dos combatentes; os soldados que queriam ser amadrinhados também se cadastravam e a LBA informava madrinhas e afilhados sobre seus dados para que trocassem correspondência.

A campanha foi bem aceita pelos soldados e logo se tornou canal frequente de comunicação com o Brasil, recebendo notícias do país e mantendo-se ligados à Pátria. Os Boletins foram produzidos para os soldados, mas devido a sua aceitação, tornaram-se populares entre as famílias dos expedicionários e os brasileiros em geral. Então, nada melhor do que utilizar as páginas do boletim para manter todo o país bem informado sobre os trabalhos desenvolvidos pela LBA, como no caso das atividades desenvolvidas pelas Madrinhas dos Combatentes. Primeiramente, destacavam a participação de mulheres de todos os estados brasileiros. Em alguns casos havia reportagens com fotografias apresentando as madrinhas, como na imagem a seguir.

FIGURA 19 – REPRODUÇÃO DE TRECHO DO BOLETIM INFORMATIVO Nº 2.



Fonte: Boletim Informativo da LBA, número 2, 1945.

Neste caso, eram as quatro mulheres residentes no estado de Santa Catarina. Elas estavam envolvidas com a guerra porque eram mães e esposas de sargentos, mas também por serem madrinhas de outros soldados que estavam no *front*. Essas donas de casa foram legionárias da LBA que se alistaram especificamente para atuar como Madrinhas dos Combatentes. A reportagem destaca que a tarefa patriótica em amadrinhar os soldados não interferia nos afazeres domésticos e nos cuidados com os filhos. Segundo o texto, esse poderia ser um incentivo para as mulheres que não se alistavam por temer que a tarefa afetasse suas atividades principais como mães de família. Assim, a publicação ressaltava que as atividades de legionária não intervinham, nem se opunham à vida cotidiana doméstica.

Em alguns boletins apareciam esposas, filhas e mães de combatentes entrevistadas para o Boletim da LBA e, nessas ocasiões, era comum mulheres solicitando notícias de soldados que há tempos não enviavam cartas para casa, como o caso de Maria Rosa, que solicitava notícias urgentes do filho.

FIGURA 20- REPRODUÇÃO DE TRECHO DO BOLETIM INFORMATIVO Nº 2



Fonte: Boletim Informativo da LBA, número 2, 1945.

As reportagens com mulheres de soldados, em geral, eram vinculadas às reportagens que enalteciam as ações das madrinhas dos combatentes e das legionárias da LBA, enfatizando que todas aquelas mulheres eram integrantes do exército de retaguarda liderado pela LBA e que, mediante seu trabalho incessante, as notícias dos soldados chegavam às famílias. Na maioria das vezes, informações acerca do trabalho das legionárias da LBA eram publicadas.

Por isso, os trabalhos mais enaltificados pelos Boletins eram das Madrinhas dos Combatentes, exército de retaguarda que não fazia distinção de idade. É o caso da menina Gilda Rocha. Uma fotografia da pequena foi publicada juntamente com as cartas dos combatentes. Intitulada Dindinha, a reportagem não informa sua idade, mas ressalta que, apesar de muito jovem, ela já era “dindinha” de um combatente.

FIGURA 21 – REPRODUÇÃO DE TRECHO DO BOLETIM INFORMATIVO Nº 2.



Fonte: Boletim Informativo da LBA, número 2, 1945.

Logo após a seção de cartas dos combatentes, na mesma página da reportagem da Dindinha, o Boletim informava que Gilda fez uma campanha para arrecadar cigarros e dicionários que foram enviados aos combatentes. Assim, Gilda ficou reconhecida e sua iniciativa apareceu outras vezes no Boletim, sendo o exemplo da menina inspirador para outras meninas como Clóris Mary Rodrigues Wisnerovicz, uma menina de 10 anos que residia no Rio de Janeiro e havia lido a reportagem sobre a “dindinha” Gilda e sua devoção para com os soldados. Clóris então resolveu fazer uma campanha de arrecadação de dinheiro para enviar à LBA. Entretanto, através das reportagens dos Boletins Informativos, ela descobriu que a LBA não recebia donativos em dinheiro. Então a menina pediu para sua mãe que a levasse até uma mercearia e com os Cr\$ 40,80 arrecadados comprou cigarros. Logo após, levou os cigarros comprados até a sede da LBA, onde ela e a mãe se alistaram como madrinhas dos combatentes. Como resposta à pequena Clóris, o Boletim aguardava saber qual combatente queria ser seu afilhado.

FIGURA 22 -REPRODUÇÃO DE TRECHO DO BOLETIM INFORMATIVO Nº 2.



Fonte: Boletim Informativo da LBA, número 2, 1945.

Além da comunicação permanente com os soldados, as madrinhas buscavam atender a outros tipos de demandas dos soldados, inclusive do que lhes faltava em termos de necessidades pessoais. À medida que a campanha ganhava visibilidade, as madrinhas dos soldados também se tornavam madrinhas de suas famílias, pois, por intermédio das cartas, estabelecia-se comunicação entre os familiares e os soldados, porque era papel das madrinhas obter notícias da família daqueles que estavam no *front* e enviar notícias.

Algumas madrinhas manifestavam o interesse em saber notícias do cotidiano dos combatentes, questões relevantes sobre a vida no *front*, abordando assuntos como alimentação, tipos de diversão dos soldados e sobre aspectos da guerra em geral. A jovem legionária Adail de Oliveira, além de trabalhar na LBA, também queria tornar-se a madrinha de um combatente. Em sua carta de apresentação, demonstrava interesse em saber detalhes da vida de seu afilhado no *front*, características de sua personalidade e ainda solicitava que ele contasse como era estar na guerra, para que ela e as outras madrinhas pudessem conhecer mais o assunto, além daquilo que era noticiado no Brasil. Por algum motivo, Adail recebeu dezenas de cartas de soldados que queriam ser seus afilhados e a LBA autorizou que ela amadrinhasse a todos.

Carta da Madrinha

A legionária Adail de Oliveira, entusiasmada com os soldados do Brasil, deseja um afilhado de guerra. Por isso e para obter o que espera escreveu a carta abaixo, endereçada a um de vocês: "Meu caro afilhado: não importa que não me conheça, porque também não lhe conheço. Sou jovem e isso diz tudo. Escolhi-o para afilhado e tenho a honra de batizá-lo nesta guerra, que deve estar pertinho de seu fim e que trará você de volta, forte, valente e heroico, como daqui saiu, assim espero recebe-lo no cáis, brevemente. Sua madrinha não é rica, mas é muito sincera e quando toma amizade por alguém faz das tripas coração e sacrifica-se como ninguém. Escreva-me valente expedicionário e não repare minhas cartas, que são simples como eu, cheias de brincadeiras, de futilidades, mas muito amigas e sinceras. Aqui na Legião, onde trabalho pelos combatentes heroicos de minha terra, existe uma porção de madrinhas. E do entusiasmo dessas madrinhas foi que aumentei o meu para mandar-lhe outras cartas, futuramente. Conte-me alguma coisa da guerra que a gente aqui só conhece através dos jornais. Diga-me, também como você é. Que gênio tem. Se é carrancudo ou se gosta de brincar. Se gosta de livros, se fuma, se aprecia revistas e retratos. Mande-me dizer tudo, tudinho. Gostaria, por outro lado, de fazer amizade com a sua família. Mandarei mensagens de rádio, hei de interessar-me bastante por você e pelos seus. Creia-me, desde este momento a mais devota amiga sua. Espero

cartas. Não seja preguiçoso. Sua madrinha feliz Adail de Oliveira

Devido à quantidade de cartas que Adail recebeu, ela se tornou referência para as madrinhas e ganhou a admiração dos combatentes. Assim, Adail ganhou uma coluna com sua fotografia e constantemente publicava respostas aos seus afilhados e palavras de incentivo sobre os assuntos que eles deveriam contemplar em suas cartas.

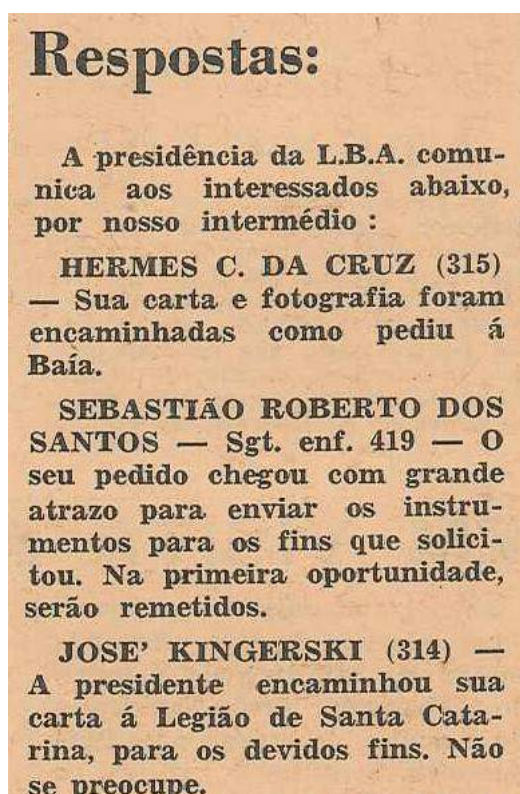
FIGURA 23 – REPRODUÇÃO DE TRECHO DO BOLETIM INFORMATIVO Nº 8.



Essa questão nos leva ao teor das cartas. Quantas confidências foram feitas, quanto desespero foi relatado, quantos elementos do cotidiano da guerra foram narrados, quantas amizades perpetuadas e quantas histórias de amores possíveis e impossíveis foram registrados? Infelizmente, todas essas histórias permanecem apenas na imaginação, vislumbrando somente os pequenos fragmentos registrados nos Boletins Informativos, pois, além das cartas que se perderam na guerra ou inacessíveis nos guardados pessoais que podem ter se perdido também, as respostas publicadas nos Boletins eram sumarizadas.

Não havendo espaço para publicar as respostas de todos os combatentes, o folhetim informava apenas alguns casos que eram selecionados de acordo com a urgência da informação. Eram respostas rápidas, classificadas pelos nomes dos expedicionários e traziam informações que iam desde pedidos pessoais às solicitações formais, publicadas na coluna Respostas.

FIGURA 24 – REPRODUÇÃO DE TRECHO DO BOLETIM INFORMATIVO Nº 7.



Fonte: Boletim Informativo da LBA, número 7, 1945.

Os casos mais comuns traziam informações a respeito das famílias dos soldados. Eram notícias sobre a saúde de familiares, ou a localização de familiares que haviam se mudado e por isso a comunicação por cartas havia sido interrompida, e, sobretudo, a respeito dos filhos. São várias respostas e pela impossibilidade de tratar cada uma delas, foram selecionados alguns recortes que demonstram essas situações específicas. O Capitão Hélio Richard havia relatado a ausência de comunicação com a família que residia no Rio Grande do Sul. A resposta de sua madrinha veio em forma de mensagem especial, anexando uma fotografia dos filhos Carlos Alberto e Ana Lúcia, que, de acordo com a resposta, estavam com saudades do pai.

FIGURA 25 – REPRODUÇÃO DE TRECHO DO BOLETIM INFORMATIVO Nº 1.



Boletim Informativo da LBA, número 1, 1945.

Muitas das mensagens vinham com palavras de encorajamento e saudações. É o caso de Lourdes, filha do Sargento Pedro Cavalcante Formiga, que havia ficado um tempo sem comunicação com o pai, pois não sabia em que regimento se encontrava. Após a ajuda da madrinha do combatente, a filha enviou uma fotografia e uma mensagem com notícias da família e palavras de gratidão à Darcy Vargas, pelo excelente trabalho da LBA.

FIGURA 26 – REPRODUÇÃO DE TRECHO DO BOLETIM INFORMATIVO Nº 3.



Fonte: Boletim Informativo da LBA, número 3, 1945.

A seção de Respostas também contava com pequenas mensagens enviadas por familiares que buscavam informações de soldados que não enviavam cartas para casa havia algum tempo, ou enviavam notícias de casa para eles. Essa seção respeitava a hierarquia militar, sendo os combatentes localizados por seus nomes, conforme trecho a seguir:

FIGURA 27 – REPRODUÇÃO DE TRECHO DO BOLETIM INFORMATIVO Nº 1.

TENENTES:

GERALDO PEREIRA BEZERRA — Ansiosos tornar a ver-te. Filhinho com saudade e encantador. Feliz viagem! Abraços e carinhos. Mamãe, Mary e Odette.

PEDRO GOMES DOS SANTOS — Estamos contentíssimos com o regresso. Peço telegrafar em qual escalão virás. Todos bem, ansiosos por te abraçar. Abraços vovó e Eunice. Bênção. Pais.

SARGENTOS (1, 2, e 3):

ALBERTO ROMI — Todos bem, saudosos. Recebi carta e retratos. Ansiosa pelo regresso. Abraços todos. Bênção. Mãe.

CONRADO CAMPOS — Gostei imensamente fotografias e telegramas. Enviei carta. Muitas saudades, envio-lhe abraço. Yêdda.

EDWIN SCHEID — Estou bem. Não tenho recebido notícias ultimamente. Abraços meu e de nosso filhinho. Elza.

JOSÉ GOMES MOREIRA — Ansiosos sua chegada. Abraços de tua mãe, de tua irmã e do colega Jorge J. Gonçalves.

STIMIO CALENZO — Todos bons, com muitas saudades. Estive na L.B.A. e falei com D. Lourdes, satisfeitiíssima com as providências. Lembranças dos nossos filhos e amigos. Helena.

PEDRO FORMIGA — Estamos ansiosos seu regresso. Mamãe está passando bem. Abraços. Sua filha Lourdes.

Fonte: Boletim Informativo da LBA, número 1, 1945.

A maioria das mensagens era de saudações e solicitações de informações, em alguns casos os endereços eram informados, fato que poderia ser decorrente da mudança de residência:

FIGURA 28 – REPRODUÇÃO DE TRECHO DO BOLETIM INFORMATIVO Nº 1.

MOACIR AUGUSTO MARTINS —
 Escreva sua família, urgente. Av.
 Amaro Cavalcanti 2.101 — ca-
 sa 2 — Rio.

MAURO FERREIRA — Todos bem.
 Escreva o mais depressa possível.
 Há 2 meses sem cartas. Deus o
 proteja. Abraços saudosos todos.
 Bênção mamãe. Aure.

Fonte: Boletim Informativo da LBA, número 1, 1945.

A seção de Respostas lembra também a mensagem inicial da campanha das Madrinhas dos Combatentes: “peça o quiser, o que desejar”, pois percebe-se que os combatentes levaram a afirmativa a sério e as madrinhas foram fiéis em sua promessa. Os mais diversos pedidos eram feitos, artigos eram solicitados - dentre eles, o campeão em pedidos eram os cigarros -, mas também havia pedidos de livros, bíblias, dicionários, instrumentos musicais, bebidas, e até erva-mate, e esse pedido, apesar de inusitado, resultou em uma doação que ganhou visibilidade nacional. Trata-se da doação de erva-mate feita por ervateiros do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

FIGURA 29 – REPRODUÇÃO DE TRECHO DO BOLETIM INFORMATIVO Nº 1.

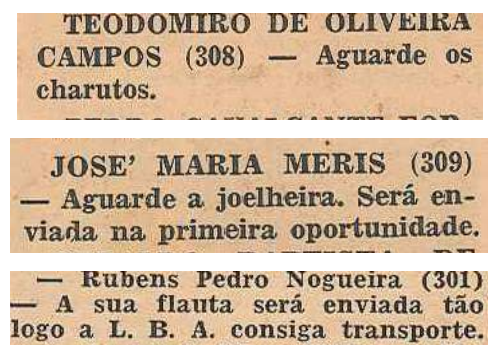
HOMENAGEM À F. E. B.
 Desejando testemunhar os
 seus sentimentos de admiração
 e entusiasmo a vocês, expedicio-
 nários do Brasil, 20 mil herva-
 teiros, localizados no Paraná,
 Santa Catarina, Rio Grande do
 Sul e Território de Ponta Porã,
 por ocasião do Primeiro Con-
 gresso Nacional de Ervateiros,
 realizado no Paraná, ofertaram
 à F. E. B., por intermédio da
 L. B. A., considerável partida de
 erva-mate.

Fonte: Boletim Informativo da LBA,
 número 1, 1945.

Mesmo quando os pedidos não podiam ser atendidos de imediato recebiam respostas informando que, na medida do possível seriam atendidos, como nos

casos que observamos abaixo, em que os combatentes solicitam charutos, joelheiras e até uma flauta.

FIGURA 30 – REPRODUÇÃO DE TRECHOS DO BOLETIM INFORMATIVO Nº 1.



Fonte: Boletim Informativo da LBA, número 1, 1945.

As madrinhas dos combatentes da Legião Brasileira de Assistência, com seus afilhados, cartas e notícias foram emblemáticas figuras femininas da época da guerra, seja pelos valores que encarnavam, seja pela disponibilização aos soldados, procurando apoiá-los e atender a seus pedidos. Elas foram mulheres de vários segmentos sociais e faixas etárias, integrantes do exército de retaguarda do Brasil, cumprindo as tarefas com abnegação, solidariedade e devoção. Para exaltar essas virtudes, a LBA tanto consolidou o desempenho das voluntárias, como enalteceu as virtudes femininas nas páginas dos Boletins Informativos. Um exemplo dessa articulação de interesses observa-se no material que tratava do retorno dos soldados feridos ou doentes ao Brasil. Para esses soldados, estava reservado um lugar de reabilitação e descanso, proporcionado pelas legionárias das LBA, conforme notícia abaixo.

FIGURA 31 – REPRODUÇÃO DE TRECHO DO BOLETIM INFORMATIVO Nº 3.



Fonte: Boletim Informativo da LBA, número 3, 1945.

A imagem de uma mulher sorridente com o título “Abnegação”, retrata o perfil do que era esperado delas: abnegação para se dedicar aos soldados e aos seus familiares. É possível perceber nos Boletins Informativos e nas campanhas da Legião Brasileira de Assistência que houve um redimensionamento do papel da mulher durante a Segunda Guerra Mundial, com aspectos que transformaram a educação, a profissão, as formas de prática da assistência social e a própria inserção das mulheres nos espaços que antes eram restritos a elas, como os assuntos de guerra. Mesmo que ocupando um papel no Exército de retaguarda, essas mulheres vivenciaram e compartilharam as experiências cotidianas da

guerra. Elas compartilharam as aflições dos soldados e de seus familiares, as esperanças na vitória e do término do combate, o encorajamento do dever cívico e as transformações ocorridas no Brasil durante o conflito mundial.

Percebe-se, claramente, que os mecanismos criados pela/para a Legião Brasileira de Assistência em função da participação feminina na Guerra, foram balizados nos ideais de cooperação, no ideal patriótico de luta pela vitória do país, ingredientes para o surgimento de novos comportamentos, novas atitudes e condutas femininas. Inseridas no conflito através da Legião Brasileira de Assistência, em nome da vitória, as mulheres aprenderam de modo indireto que a guerra era uma questão de gênero também, que relacionava homens e mulheres por caminhos distintos, porém ligados por interesses semelhantes.

4.2. A assistência social da LBA noticiada nos Boletins

“A LBA não dá esmolas. O seu programa de ação basea-se no mais moderno sistema de assistência social” (Boletim Informativo, nº 01, 1945).

Foi com essas palavras que o Boletim Informativo da LBA número 01 sintetizou o tipo de assistência prestada pela instituição. Na mesma edição, algumas diretrizes de funcionamento da instituição foram apresentadas. De acordo com a matéria, a instituição aceitava apenas as contribuições financeiras encaminhadas diretamente ao seu setor financeiro, sendo que apenas as empresas e outras instituições poderiam fazer esse tipo de doação. Eram aceitas doações de livros, bíblias, roupas, calçados e artigos de uso pessoal para todas as faixas etárias, para serem distribuídas entre os necessitados. Para os combatentes, eram aceitos principalmente os artigos informados nas campanhas realizadas pela LBA, as quais arrecadaram livros, luvas e toucas, cobertores, cigarros e charutos, dentre outros. O modelo de assistência do qual a LBA se orgulhava, não se ligava ao antigo sistema de esmolas, pois para ser amparado pela instituição, tanto as famílias dos soldados, como as outras famílias necessitadas precisavam fazer parte de um rigoroso sistema de acompanhamento, pelo qual se buscava auxiliar as famílias até que elas

pudessem custear suas próprias despesas ou se conduzir moralmente sozinhas.

Nos Boletins Informativos é possível perceber a constante afirmação do modelo de assistência apregoado pela LBA e a satisfação que a liderança da instituição sentia pelo trabalho desenvolvido. De acordo com algumas notícias vinculadas nos Boletins, eram constantes as visitas de embaixatrizes e primeiras-damas na sede nacional da LBA, no Rio de Janeiro. Algumas delas chamam a atenção. É o caso da visita de uma comitiva de mulheres do Chile, que veio ao Brasil para uma reunião com Darcy Vargas com o objetivo de conhecer os trabalhos desenvolvidos pela LBA e os mecanismos de cooperação e organização da instituição. Em setembro de 1945, a LBA recebeu uma condecoração no Congresso do Serviço Social que aconteceu no Chile. Na ocasião, Moacir Cardoso Oliveira, representante do Brasil no Congresso do Serviço Social, enviou a seguinte mensagem a Darcy Vargas:

FIGURA 32 – REPRODUÇÃO DE TRECHO DO BOLETIM INFORMATIVO Nº 16.

— “Temos a honra de comunicar a V. Excia. que o Congresso do Serviço Social empolgado pela obra da Legião aclamou efusivamente a proposta da Delegada Americana sobre a homenagem que vai prestar a V. Excia. e à mulher brasileira”.

Fonte: Boletim Informativo da LBA, número 16, 1945.

A mensagem foi publicada no Boletim Informativo nº 16, publicado em 26 de setembro de 1945. Experiências anteriores também foram registradas, como a visita da embaixatriz norte-americana Beatrice Berle à sede nacional da LBA. O Boletim Informativo nº 09 de 15 de junho de 1945, noticiou que a embaixatriz fez outra visita à LBA e, naquela ocasião, solicitou conhecer todos os serviços prestados na Capital Federal, assim como os departamentos da instituição a fim de conhecer a organização e os aparatos de funcionamento dos serviços de assistência social (Boletim Informativo, nº 09, 15/06/1945).

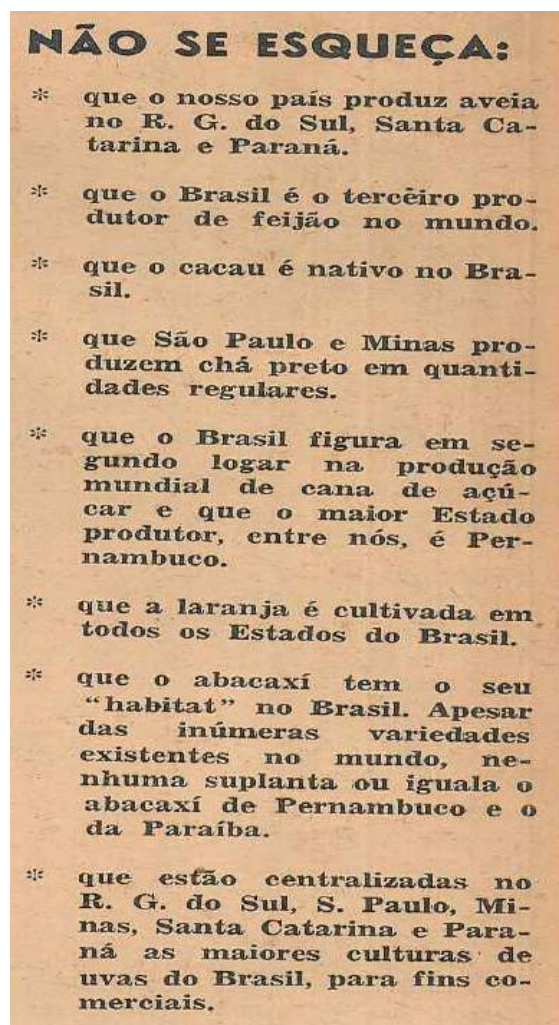
No dia 30 de julho de 1945, a sede nacional da LBA recebeu a visita da esposa do General norte americano Mark Clark. O nome dela não foi informado,

substituído pela seguinte apresentação: “ilustre dama norte-americana”. O intuito era conhecer Darcy Vargas, para que ela pudesse compartilhar a experiência da LBA e o amparo que a instituição estava prestando às famílias dos combatentes. Na ocasião, de acordo com a publicação, existia interesse em implantar um sistema semelhante de assistência de amparo às famílias de combatentes nos Estados Unidos da América.

Apesar das notícias, não é possível afirmar que os aparatos de assistência social promulgados pela LBA tenham sido postos naqueles países, cujas representantes estiveram em visitas à sede nacional da LBA, ou que demonstraram interesse no modelo de assistência social implantado pela instituição. Esse seria objeto de uma futura pesquisa, que demandaria a análise comparada da experiência assistencial em países que estiveram em contato com a direção da LBA.

Porém, outros aspectos podem ser observados nas páginas dos Boletins Informativos. Além de publicarem as respostas aos pedidos dos combatentes, notícias de familiares e alguns acontecimentos nacionais, também tinham a função pedagógica de ensinar aos soldados e aos brasileiros a respeito das “grandezas” econômicas do Brasil. A coluna “Não se esqueça” era composta por lembretes que exaltavam a agricultura brasileira, as riquezas, as informações populacionais e demográficas, conforme imagem a seguir:

FIGURA 33 – REPRODUÇÃO DE TRECHO DO BOLETIM INFORMATIVO Nº 1.



Boletim Informativo da LBA, número 1, 1945.

Mas, foram as obras de assistência social que tiveram maior visibilidade nos Boletins Informativos. Inúmeras campanhas e ações foram divulgadas. Dentre elas, algumas foram amplamente noticiadas e ganharam uma página inteira de reportagem. É o caso da reportagem intitulada "Conforto moral da LBA às famílias dos valorosos combatentes da F.E.B". Publicada em 15 de maio de 1945, no Boletim nº 07, a reportagem de uma página apresentava as visitas realizadas por legionárias da LBA às famílias de expedicionários na Capital Federal:

'Era uma tarde de sol, mas agradável pelas brisas do inverno que se aproxima. A primeira visita foi feita a família de Euclides Alvin Moraes, residem a rua 24 de maio. Quando chegamos lá, a avó, a mãe, e as irmãs estavam todas costurando na sala. A princípio observamos certo nervosismo. Depois, porém, a senhora Lourdes Rosemburg (madrinha) explicou tudo. E fez mais: mostrou a carta que Alvim destinou a senhora Darcy Vargas. Então, dissiparam todas as dúvidas. Ficaram alegres'.

(Boletim Informativo nº 7, 15/05/1945, p. 03).

Da casa de Alvim, a comitiva de legionárias e o repórter percorreram mais seis residências. Em todas elas as mulheres estavam desenvolvendo atividades domésticas, e onde havia crianças, estavam brincando. Num balanço geral, a reportagem enaltecia a coragem das famílias dos combatentes e seu bem-estar proporcionado pelo amparo prestado pelas legionárias da LBA, uma vez que “[...] os choques iniciais se desfazem em alegrias”. Nesse sentido, a notícia tanto tinha a função de divulgar os trabalhos desenvolvidos pela instituição, como a função de tranquilizar os soldados para que não se preocupassem com suas famílias, reafirmando o compromisso da LBA com os combatentes “Ide tranquilos soldados do Brasil! Nós velaremos pelo que é vosso!” (Boletim Informativo nº 01, janeiro de 1945).

FIGURA 34 – REPRODUÇÃO DE TRECHO DO BOLETIM INFORMATIVO Nº 7.



Fonte: Boletim Informativo da LBA, número 7, 1945.

A reportagem ainda trazia quatro fotografias de familiares dos combatentes visitados, que comprovavam a veracidade das visitas e do bem-estar das famílias, servindo também para que os soldados pudessem ver as imagens dos familiares. As imagens nos Boletins integravam parte importante das reportagens. Reafirma-

se, assim, a reflexão de Kossoy, que destaca o uso de imagens em publicações com o intuito de contextualizar tramas históricas e impactar mesmo aquele receptor de informações que não é alfabetizado (Kossoy, 2001). Essa era a condição de muitas pessoas no contexto da Segunda Guerra Mundial e certamente muitos daqueles que tinham contato com os Boletins da LBA não eram alfabetizados e, por consequência, não conseguiam ler as reportagens, mas podiam ver as imagens, que nessa perspectiva, serviam como informação e geravam o impacto visual e emocional para o que se pretendia destacar.

É o caso da reportagem “A obra da LBA em São Paulo”, publicada no Boletim Informativo número 16. A publicação ocupou duas páginas do Boletim Informativo e tinha como objetivo “[...] exaltar o magnífico índice de trabalho social apresentado pela Legião na terra bandeirante.” (BOLETIM INFORMATIVO Nº 16, p. 06).

Na reportagem foram apresentados vários dados da assistência social desenvolvida pela LBA no estado de São Paulo e na Capital Federal, o Rio de Janeiro. 16.669 pessoas foram atendidas nos ambulatórios da LBA na capital paulista no mês de agosto; 46.917 peças de roupas distribuídas no biênio, e 240 instituições sociais particulares receberam assistência da LBA. Apesar das relevantes informações, o que ocupa maior espaço na reportagem são três fotografias que a completam: a fotografia da Semana da Criança, a da Farmácia do Centro Anita Costa em São Paulo e a fotografia do Ambulatório do Engenho de Dentro no Rio de Janeiro.

A reportagem da Semana da Criança informava que no mês de outubro seria realizada uma campanha da LBA em colaboração com o Departamento da Criança. O tema da campanha era “[...] a criança, as atividades agrícolas e a alimentação”. A campanha aconteceria em todo território nacional e visava ampliar a assistência à infância no Brasil. O texto foi escrito em poucas linhas, mas a imagem ganhou boa parte do espaço na publicação. Nela, três crianças com cerca de 2 ou 3 anos conversavam com um médico. Ele apresentava um livro para as crianças e ouvia uma eloquente menina que gesticulava. No caso dessa campanha específica, o objetivo era orientar professoras, visitadoras sociais, familiares e as próprias crianças a respeito da alimentação, pois a desnutrição infantil era um problema a ser erradicado no Brasil.

FIGURA 35 – REPRODUÇÃO DE TRECHO DO BOLETIM INFORMATIVO Nº 16.



Fonte: Boletim Informativo da LBA, número 16, 1945.

De acordo com Pereira:

O médico era definido como um benfeitor, que acompanhava crianças ricas ou pobres, cumprindo sua missão principalmente no interior. Esta era uma constante no discurso do Departamento Nacional da Criança, a figura do médico da roça. Acompanhando o discurso de ocupação do interior, o médico da roça era comparado a um desbravador. Não podendo ser especialista, deveria cuidar de tudo, mas em especial da obstetrícia e da pediatria. Tal capacidade de iniciativa, porém, deveria ser acompanhada da devida organização, daí a ideia dos Postos de Puericultura. Concebidos como meios para a ação preventiva, o médico seria sua figura chave. Trabalhando de graça, ele daria sua cota para o funcionamento do Posto, cuja principal vantagem seria manter a mãe com a criança, evitando a lotação de hospitais, que eram vistos como meios mais caros e impróprios à infância, pelo uso excessivo de remédios e afastamento da família (PEREIRA, 1999, p. 171).

Os médicos que atendiam nos Postos de Puericultura eram os que mantinham maior proximidade da população em geral, e por isso recebiam treinamento em puericultura, desenvolvendo também outras especialidades de

atendimento, fato corriqueiro nas cidades do interior do Brasil, algo que aponte em minha dissertação de mestrado, relatando a experiência de uma cidade da região central do Paraná. O Posto de Puericultura da cidade de Guarapuava (interior do Paraná) era responsável pelo atendimento de 22 distritos e contava com o trabalho de apenas um médico, o qual prestava serviços voluntários no Posto, pois sua principal atividade era desempenhar a função de médico oficial do Exército, compondo o quadro do 26º Grupo de Artilharia de Campanha (BARBOSA, 2015).

A imagem da Semana da Criança revela a proximidade dos médicos com as crianças e o modo como elas estavam descontraídas com os ensinamentos ou conversas. Era importante que a população em geral fosse receptiva aos ensinamentos médicos e que, pedagogicamente, eles fossem obedecidos.

Outra imagem que remete ao médico mostrava o atendimento nos ambulatórios de Engenho de Dentro no Rio de Janeiro.

FIGURA 36 – REPRODUÇÃO DE TRECHO DO BOLETIM INFORMATIVO Nº 16.



Fonte: Boletim Informativo da LBA, número 16, 1945.

Nela, um médico manuseava medicamentos e logo abaixo a reportagem

destacava os números de atendimentos nos ambulatorios paulistas no mês de agosto:

FIGURA 37- REPRODUÇÃO DE TRECHO DO BOLETIM INFORMATIVO Nº 16.

**MOVIMENTO DOS AMBULA-
TÓRIOS**

Os oito ambulatorios da L. B. A.,
nesta capital, atenderam a 16.669
pessoas, a saber:

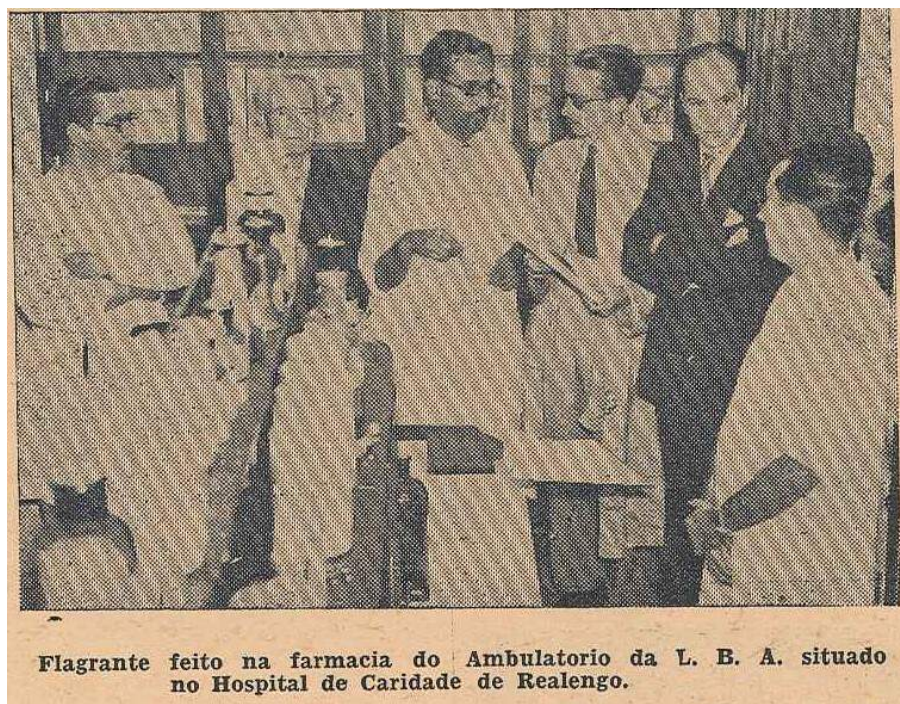
Ambula- tórios	Total Pessoas
1	1.131
4	1.664
5	1.820
6	2.202
7	3.592
8	1.693
9	—
102	2.567
Total	16.669

Fonte: Boletim Informativo da LBA, número 16, 1945.

Após a tabela com os dados de atendimento, uma afirmativa encerrava a reportagem: “o bom funcionário” remetendo-se aos médicos, “produz cem por cento em seu trabalho”, referindo-se ao fato de que a reportagem afirmou que nenhum cidadão que buscou atendimento saiu de um ambulatorio sem ser atendido; “não se afasta do seu posto de honra”, enaltecendo a profissão e, de certa forma, o caráter do profissional. Conclui-se, com a reportagem, que os médicos eram parceiros da LBA, recebendo a atuação desses profissionais grande visibilidade nos Boletins Informativos, como na reportagem “Novos Ambulatorios”.

Essa reportagem não traz um texto significativo, mas é ilustrada por uma imagem com a seguinte legenda: “[...] flagrante feito na farmácia do ambulatorio da LBA situado no Hospital de Caridade de Realengo”. A reportagem trata da tríade de assistência à saúde apregoada pela LBA em muitos municípios, composta pela LBA, pelos médicos, e pelos Hospitais de Caridade. Uma tríade que levou atendimento à população carente brasileira durante as décadas de atuação da LBA (CBSSIS, 2001).

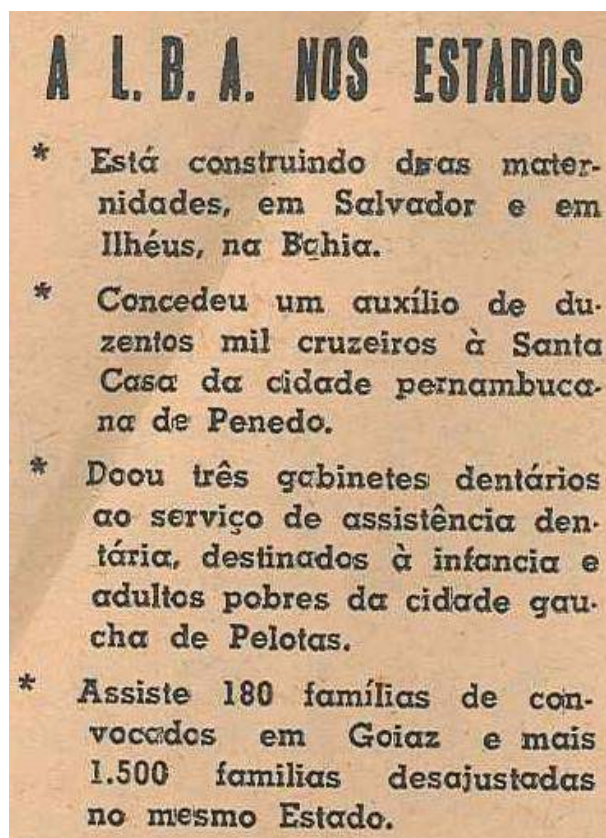
FIGURA 38 – REPRODUÇÃO DE TRECHO DO BOLETIM INFORMATIVO Nº 16.



Fonte: Boletim Informativo da LBA, número 16, 1945.

A tríade de atendimento da LBA não foi retratada apenas nas reportagens principais dos Boletins Informativos, mas também na coluna “A LBA nos estados”. Essa coluna tinha como objetivo noticiar as realizações da LBA nos estados brasileiros. Haja vista que os serviços na capital federal recebiam bastante destaque, era importante, também, noticiar a expansão dos trabalhos em todo o território nacional. É recorrente nesta coluna encontrar notícias sobre a atuação médica e as parcerias da LBA para manutenção de atendimento à população.

FIGURA 39 – REPRODUÇÃO DE TRECHO DO BOLETIM INFORMATIVO Nº 9.



Boletim Informativo da LBA, número 9, 1945.

Essas colunas, além de revelarem a assistência prestada à saúde e o trabalho colaborativo desenvolvido entre a LBA e os médicos, ainda mostram as diversas áreas de atuação da instituição, como uma rede que se estendia em todo o país e não só no Rio de Janeiro. Como o grupo de apoio central da instituição era composto pelos familiares dos combatentes, são recorrentes as notícias que tratam das doações aos familiares. No Boletim Informativo nº 01, inaugurando a coluna “A LBA nos estados”, foi informado que 1.957 famílias de combatentes receberam assistência na Bahia e que 1000 madrinhas de guerra se alistaram no Paraná. No Boletim Informativo nº 02, noticiou-se que a LBA da Capital Federal prestou assistência a 45.676 pessoas, sendo todos familiares de combatentes.

Pode-se observar a variedade da assistência social prestada pela LBA e sua abrangência através das informações prestadas no Boletim Informativo nº 01, o qual relata a distribuição de 89.713 merendas escolares no Mato Grosso, a construção de 16 Postos de Puericultura em São Paulo, a construção de 100 casas para famílias pobres em Manaus, além da manutenção da Casa da Criança

de Teresina, que atendia a 432 crianças, a construção de uma escola em Vitória com capacidade para 300 alunos, e a construção de um Centro de Puericultura em Natal (BOLETIM INFORMATIVO Nº 01, 1945, p. 2).

Outro aspecto que pode ser observado nos Boletins é a prestação de contas da LBA para a população por meio dos relatórios de investimentos publicados nos Boletins. Os recursos investidos pela LBA vinham de doações realizadas por empresários e associações comerciais, divididos de acordo com as necessidades assistenciais dos Estados:

FIGURA 40 – REPRODUÇÃO DE TRECHO DO BOLETIM INFORMATIVO Nº 1.

ASSISTÊNCIA SANITÁRIA	
Com os serviços de assistência sanitária, a L. B. A. gastou, em 2 anos de atividades, um total de Cr\$ 8.759.033,50, assim descriminado:	
Território do Acre	31.391,50
Amazonas	442.280,70
Pará	114.722,60
Território do Amapá	7.872,70
Território do Guaporé	—
Maranhão	285.455,00
Piauí	48.434,60
Ceará	170.357,20
R. G. do Norte	—
Paraíba	24.721,10
Pernambuco	1.077.187,40
Alagoas	100.130,40
Sergipe	13.901,30
Bahia	16.498,00
Minas Gerais	528.274,50
Espírito Santo	62.117,60
Rio de Janeiro	834.495,90
São Paulo	2.875.218,10
Território do Iguagú	12.450,00
Paraná	464.364,50
Santa Catarina	52.938,80
R. G. do Sul	128.324,30
Goiás	61.393,50
Mato Grosso	1.238,50
Território de Ponta Porã	4.933,50
DISTRITO FEDERAL	1.399.831,80
<hr/>	
Total	8.759.033,50

Fonte: Boletim Informativo da LBA, número 1, 1945.

O associativismo também recebia menções em todos os Boletins. Fosse em doações de 100 capacetes de lã para combatentes realizadas por associações de senhoras, ou a doação de 50 mil pacotes de roupas destinadas a crianças, realizada por associações comerciais, a cooperação era enaltecida e incentivada pela LBA, demonstrando um alicerce para o trabalho assistencial, característica que preconizou os trabalhos da instituição e manteve-se presente após o término da guerra. Observa-se, portanto, que por meio do cooperativismo e das obras assistenciais, a LBA esteve presente em todo território nacional, e participou efetivamente com um exército de mulheres dispostas a trabalhar avidamente pelo bem-estar da nação num período tão conturbado, em que os cuidados não se restringiam aos redutos doméstico e familiar, mas se ampliavam tanto em espacialidade como em diversidade. Uma legionária poderia ligar-se ao exército de retaguarda residindo em São Paulo e cuidando de filhos que não eram seus, ao atender a famílias, ou uma madrinha de combatente poderia encorajar e consolar um soldado que estava na Itália. Dessa forma, os sentimentos geravam identidades e as necessidades uniam aquelas pessoas. Um exército masculino lutava numa guerra continental, enquanto um exército feminino lutava numa guerra nacional, travando um combate diário contra suas mazelas, mas principalmente na guerra contra a pauperização que assolava a Nação.

4.3 A consolidação da LBA após a guerra

“Terminou a Guerra”, assim começou o Boletim Informativo especial da LBA de 15 de maio de 1945, noticiando o grande acontecimento. A Segunda Guerra Mundial acabou oficialmente em setembro de 1945, com a rendição do Japão. Entretanto o dia 08 de maio de 1945 representou a rendição da Alemanha nazista em solo europeu (CYTRYNOWICZ, 2000).

A notícia do término da guerra foi estampada por uma fotografia de Vargas discursando sobre o acontecimento, cuja imagem ocupou meia página do Boletim. A reportagem destacava as grandiosas manifestações que pretendiam ser realizadas no Brasil para saudar e receber os combatentes regressos à Pátria. A LBA anunciou, na publicação, que as legionárias estavam organizando

carinhosamente festas receptivas onde os navios atracariam. Naquele momento, a Nação deveria dar as mãos para receber os heróis brasileiros.

FIGURA 41 – REPRODUÇÃO DE TRECHO DO BOLETIM INFORMATIVO Nº 7.



Fonte: Boletim Informativo da LBA, número 7, 1945.

A fotografia foi feita no Palácio Guanabara, na noite de 08 de maio. Na ocasião, reuniram-se milhares de pessoas para celebrar o fim da Guerra. Vários oradores discursaram, entre eles o presidente da Liga de Defesa Nacional, Ministro Cunha Melo. Do discurso pronunciado, o Boletim destacou as palavras que o ministro endereçou ao Presidente Vargas: “Ao chefe incontestável das nossas forças de terra, mar e ar, ao lado das Nações Unidas, as saudações do povo carioca e do Brasil.” (BOLETIM INFORMATIVO, 15/05/1945, p. 07).

A devoção à liderança de Vargas não foi enaltecida apenas por Cunha Melo, mas por outras diversas lideranças nacionais e internacionais e a LBA não deixou de noticiar as saudações a Vargas. Publicaram na edição especial do Boletim as correspondências enviadas por autoridades internacionais que exaltavam a contribuição do Brasil e a brilhante liderança do Presidente Getúlio Vargas, como a mensagem do Rei George VI da Inglaterra, na qual manifestava “[...] as

calorosas congratulações pelo triunfal resultado obtido sob sua liderança”, e a carta do corpo diplomático das Nações Unidas, que parabenizou o Brasil e seu líder pela importante e decisiva atuação na guerra (BOLETIM INFORMATIVO, 15/05/1945, p. 05).

O Boletim especial em comemoração ao término da guerra dedicou-se, em particular, a noticiar os últimos acontecimentos e as medidas que estavam sendo tomadas para receber os combatentes no retorno ao país. As publicações das colunas do Boletim foram mantidas, mas o grande destaque foi para as imagens, como o exemplo a seguir, de soldados da FEB na Itália.

FIGURA 42 – REPRODUÇÃO DE TRECHO DO BOLETIM INFORMATIVO Nº 7.



Fonte: Boletim Informativo da LBA, número 7, 1945.

E a imagem de soldados sendo condecorados por sua bravura.

FIGURA 43 – REPRODUÇÃO DE TRECHO DO BOLETIM INFORMATIVO Nº 7.



Fonte: Boletim Informativo da LBA, número 7, 1945.

O Boletim Informativo de 31 de maio de 1945 noticiava a comemoração da LBA em todo o país, em virtude do término da guerra. A reportagem anunciava a comemoração da Comissão Estadual da LBA, no Rio de Janeiro, no momento em que Alzira Vargas do Amaral Peixoto, presidente da Comissão Municipal da LBA em Niterói, recebeu uma homenagem da FEB.

FIGURA 44 – REPRODUÇÃO DE TRECHO DO BOLETIM INFORMATIVO Nº 8.



Fonte: Boletim Informativo da LBA, número 8, 1945.

Alzira está ladeada por algumas senhoras reunidas na sala principal da Comissão estadual. Dois elementos figurativos chamam a atenção na fotografia: a fotografia de Darcy Vargas ao fundo; a ausência de Darcy Vargas na solenidade. Como líder da LBA, Darcy Vargas esteve ausente das comemorações do término da guerra, e à medida que os Boletins eram publicados, seu nome e sua imagem aparecia com menos frequência. Apesar da devoção de legionárias e combatentes com Darcy Vargas, via-se, aos poucos, sua filha Alzira Vargas do Amaral Peixoto ocupar o lugar da mãe. Darcy nunca se afastou das atividades assistenciais e apesar de estar à frente da LBA até o suicídio de Vargas, em 1954, ela projetou sua filha Alzira para assumir as atividades cotidianas e organizacionais da instituição. Darcy assumiu uma espécie de presidência de honra (SIMILI, 2008).

Tanto na ocasião da comemoração da Comissão Estadual do Rio de Janeiro, como nos preparativos para a recepção do 1º Escalão da FEB que retornou ao Brasil, foi Alzira Vargas quem esteve à frente dos trabalhos. Ela e as legionárias do Rio de Janeiro organizaram uma festa de recepção aos primeiros combatentes que retornaram ao Brasil. Foram montadas barracas e mesas no porto, bandeirinhas enfeitaram o espaço e legionárias aguardaram o desembarque. Às 10 horas da manhã, os autôfalantes anunciaram a descida dos soldados. De acordo com a reportagem, os populares acompanharam em cima dos muros. Os soldados foram recebidos com brados de “salve, heróis” e com um lanche preparado pelas legionárias. Foram servidos sanduíches, tangerinas, bananas, café, mate, soda e Coca-cola, além de cigarros e fósforos.

FIGURA 45 – REPRODUÇÃO DE TRECHO DO BOLETIM INFORMATIVO Nº 12.



Fonte: Boletim Informativo da LBA, número 12, 1945.

Enquanto as legionárias recebiam os soldados, Alzira Vargas e uma comitiva da LBA visitaram o Navio de Transporte Norte-americano General Meigs. O navio havia sido responsável pelo transporte do 1º escalão de soldados da FEB ao Rio de Janeiro. Em virtude da gentileza prestada aos combatentes brasileiros do 1º Escalão da FEB, Alzira Vargas e algumas legionárias, em sinal de agradecimento, embarcaram no navio e distribuíram doces e bebidas brasileiras aos soldados norte-americanos.

FIGURA 46 - NA REPRODUÇÃO, IMAGEM DE ALZIRA VARGAS DO AMARAL CUMPRIMENTANDO UM DOS MARINHEIROS DO NAVIO NORTE-AMERICANO.



Fonte: Boletim Informativo da LBA, número 12, 1945.

E assim se sucederam as recepções a todos os Escalões da FEB que retornaram ao Brasil. As legionárias da saúde contribuíram para o tratamento aos combatentes doentes ou feridos e desempenharam papel significativo junto à FEB no cuidado aos soldados. Ao retornarem para suas famílias, os combatentes receberam acompanhamento das legionárias visitadoras. Enfim, mesmo com o término da Guerra, a LBA continuou prestando serviços aos combatentes da FEB e, aos poucos, redirecionou seus serviços de assistência social a outros grupos sociais.

No Boletim Informativo nº 16, de 26 de setembro de 1945, a LBA publicou duas notícias decisivas para o futuro da instituição. A primeira, intitulada “Novos

rumos”, anunciava o projeto de manter as publicações dos Boletins Informativos, mas com o objetivo de manter a Nação informada quanto ao andamento dos serviços da LBA. A instituição aproveitou a notícia para anunciar à Nação que os serviços de assistência social da LBA seriam mantidos e que estavam cada mais fortes e consolidados no Brasil, cumprindo com a promessa feita por Alzira Vargas, publicada no primeiro Boletim Informativo da LBA: “Não nos iludamos! Nossos trabalhos não acabarão, nem menos diminuirão quando terminar a Guerra e silenciarem todos os canhões do mundo.” (BOLETIM INFORMATIVO Nº 16, 1945, p.01).

Realmente, o trabalho da LBA não acabou quando os canhões silenciaram, pelo contrário, os trabalhos assistenciais se difundiram e permaneceram ativos durante décadas. Assim como permaneceram os Boletins Informativos, utilizados pela LBA como canal nacional de comunicação. À medida que os anos passaram, os boletins foram reconfigurados, mas em geral eles sempre contemplaram as campanhas nacionais realizadas pela instituição, assim como a divulgação das realizações nos estados.

Ainda no Boletim Informativo nº 16, de 26 de setembro de 1945, foi noticiado que Darcy Vargas recebera uma medalha de Guerra oferecida pelo General Góis Monteiro, Ministro de Guerra.

FIGURA 47 – REPRODUÇÃO DE TRECHO DO BOLETIM INFORMATIVO Nº 16.



Fonte: Boletim Informativo da LBA, número 16, 1945.

Logo abaixo da fotografia da medalha, foi publicada a carta de agradecimento de Darcy Vargas ao General Góis Monteiro. O teor da carta é bastante emocional e remonta aos sentimentos que sempre impulsionaram aquela mulher que esteve à frente de milhares de legionárias e que pretendia manter vivo seu ambicioso projeto de assistência social.

Senhor ministro: tendo noticia de que as gloriosas forças armadas nacionais, houveram por bem conceder-me uma condecoração a pretexto de reconhecimento dos serviços que me atribuem haver prestado aos soldados de terra, mas e ar do Brasil, permito-me dirigir-me a vossa excelência para manifestar minha gratidão a quantos concorreram para essa homenagem, que muito me honra e muito me comove.

O que fiz, porém na presidência da Legião Brasileira de Assistência não tem qualquer valia, nem merece referência especial, porque apenas procurei cumprir o meu dever de brasileira, colaborando no esforço de guerra em que nossa Pátria vitoriosamente se empenhou. O que fiz muitos outros fizeram, todos os brasileiros devem ter feito, cada qual no seu setor, alguns em funções de maior projeção, outros no mais absoluto anonimato, porém, todos com a mesma devoção de servir ao Brasil e de concorrer, na retaguarda, para conduzi-lo à grandeza e à vitória.

O que a Legião Brasileira de Assistência pôde fazer no auxílio constante e dedicado à família de nossos patrícios empenhados na luta, deve-se precipuamente à contribuição dos empregados e empregadores em geral, dos operários, industriais e comerciantes que, espontaneamente contribuíram para o fundo patrimonial da L. B. A. e não pode ser a mim – que pouco ou nada fiz – mas às infatigáveis colaboradoras, que sacrificaram a saúde e os prazeres, ungidas pelo desejo de minorar o sofrimento, o desconforto e as necessidades daqueles que, com preces nos lábios, tinham os seus filhos ou irmãos, pais ou noivos, sob os céus da Itália, conduzindo no braço as insígnias de uma pátria invicta.

A essas brasileiras, exemplares no seu devotamento à causa do Brasil, insuperáveis na sua dedicação ao plano assistencial da L. B. A., incansáveis no seu esforço pertinaz e constante, não só no Distrito Federal, mas ainda nos Estados e nos Municípios, onde por toda a imensidão do nosso Brasil se estende e se faz sentir a ação da L. B. A., a elas deve caber a comenda com que me distinguem e que só aceito em nome delas e para elas.

Mais ainda, aceito-a em nome de todos os que colaboram, embora obscuramente, mesmo no recesso de seus lares, no esforço de guerra do Brasil, concorrendo, por qualquer forma, para manter vivos o entusiasmo e a fé no coração dos heróis que conduziram o pavilhão auri-verde aos seus históricos triunfos.

Solicito, por isso mesmo, permissão a V. Exc. para encaminhar dita comenda ao Museu Histórico a fim de que fique ali guardada como homenagem das forças armadas a todos os civis que, na retaguarda, contribuíram, com qualquer parcela, para a vitória final.

Aceite, Senhor Ministro, as expressões do meu comovido reconhecimento.

Dona Darcy, modo como popularmente era chamada a Primeira-dama, atuou e defendeu a assistência social até seus últimos dias de vida, seja como

protagonista, à frente da LBA, seja como senhora benemerente após a morte do marido. Darcy Vargas inaugurou uma forma de assistência social no Brasil e seu legado, assim como sua memória, permaneceram vivos na instituição até 1995, quando a LBA foi extinta pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, dando lugar ao Programa Federal Comunidade Solidária. A história da LBA, assim como a história de Darcy Vargas, a história das legionárias da LBA, em sua maioria anônimas, bem como de suas voluntárias, se entrelaçam às formulações da assistência social brasileira por meio da qual o Serviço Social foi consolidado como profissão e como intervenção social no país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em setembro de 1945 o Boletim Informativo nº 16 publicou a seguinte nota a respeito do futuro da LBA e da publicação:

Terminada a Guerra e já no Brasil os últimos expedicionários que lutaram contra o nazi-fascismo, vamos dar novos rumos ao nosso Boletim. Pretendemos divulgar, na medida do possível, por seu intermédio as atividades da instituição em todo o Brasil, mostrando o seu mecanismo e espelhando, fielmente, o que ela já realizou no terreno social. Por outro lado, publicaremos artigos de colaboração sobre vários aspectos de serviço social, reportagens e o mais amplo documentário possível. Esperamos pois, o apoio e a solidariedade da família legionária espalhada pelo país inteiro para o fiel cumprimento desse programa de divulgar a obra social da LBA. (Boletim Informativo, 26\09\1945, p. 02).

A declaração anunciava três aspectos importantes para o futuro da LBA, uma vez que a instituição foi criada como um esforço de guerra e tinha como objetivo principal amparar as famílias dos expedicionários. O primeiro aspecto, e mais audacioso, tratava da continuidade dos trabalhos de assistência promovidos pela LBA, abrangendo todo o território nacional. O segundo referia-se à manutenção do Boletim, apesar da necessária reconfiguração, haja vista que, terminada a Guerra, o público alvo deveria ser todos os brasileiros a fim de que tivessem conhecimento das obras promovidas pela LBA. Por fim, o terceiro aspecto se relacionava à esperança da LBA em continuar contando com o apoio e solidariedade das legionárias brasileiras espalhadas em todo território nacional.

Tais aspectos foram cumpridos pela LBA. A continuidade de seus trabalhos deu-se até 1995, quando foi extinta por ato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, dando lugar ao Programa Federal Comunidade Solidária. Durante os 53 anos de existência da LBA, o Brasil passou por diferentes conjunturas políticas, foram sucessivos Presidentes da República e transformações no cenário político e social. Entretanto, em todas as conjunturas políticas, a LBA manteve-se no cenário de assistência social, conservando seus programas e campanhas e, de certo modo, ganhou destaque devido à atuação de alguns de seus/suas presidentes.

Darcy Vargas esteve ligada à LBA até 1954, ocupando o papel de Diretora de Honra da Instituição. Após a morte do marido, Darcy se afastou da vida social,

mas manteve seus trabalhos voluntários na assistência social até sua morte, em 1968. Ela deixou um legado às primeiras-damas que a sucederam, pois a partir de sua atuação passou a ser considerado, como contrapartida feminina dos maridos em função pública do poder executivo, o dever moral e cívico da assistência social. Foram sucessivas mulheres que estiveram à frente da LBA. Os projetos propostos foram muito diversificados, como a promoção social, assistência à infância pobre, merenda escolar, vacinação infantil, o combate a várias doenças, as campanhas de orientação familiar, assim como a educação moral e cívica para as mães, amplamente apregoada nos governos militares bem como as oficinas de corte e costura, bordado e artesanato, com a finalidade de contribuir para o aumento da renda familiar.

A LBA manteve o modelo do corporativismo e do cooperativismo presente desde sua criação. O empresariado permaneceu como mantenedor da LBA e outras articulações foram realizadas para ampliar as parcerias da instituição, tais como as campanhas profissionalizantes promovidas com o Sesi e Senai nas décadas de 1970 e 1980, com o objetivo de incentivar a profissionalização de jovens.

O cooperativismo ampliou sua participação na instituição, incluindo a economia solidária, para fomento de recursos para famílias em situação de risco na década de 1980, e para campanhas de distribuição de alimentos e cobertores às famílias pobres nos períodos de inverno.

As crianças sempre foram o alvo central da instituição. Durante os anos de vigência do regime militar, a LBA foi instrumento utilizado para a divulgação dos discursos em apoio ao regime militar. Foram promovidas campanhas escolares de educação moral e cívica com noções de cidadania nas quais, sobretudo, eram incentivadas disciplinas e o conhecimento dos símbolos nacionais. Para as crianças também foram feitas as maiores campanhas da LBA, como de vacinação, de higiene bucal e de arrecadação de doativos, presentes, brinquedos e alimentos distribuídos em datas comemorativas como Páscoa, dia das crianças e Natal. Nas décadas de 1980 e 1990 era comum a presença de personalidades famosas da televisão nas campanhas da LBA, tais como as apresentadoras infantis Xuxa e Angélica e o quarteto de humoristas Os

Trapalhões¹.

As campanhas de todas essas décadas de atuação da LBA estão registradas nos Boletins da LBA, que esteve em circulação até a extinção da instituição. Anunciado em 1945 como canal de comunicação da LBA com a população brasileira, os Boletins mantiveram seu caráter informativo e a distribuição em todo o território nacional. As edições sofreram alterações decorrentes dos diferentes editores e dos grupos políticos no exercício do poder. Com fluxo sazonal e patrocinadores externos, os Boletins ganharam *layout* artístico e sofreram mudanças técnicas e visuais decorrentes do uso da tecnologia de impressão. Porém, a função informativa das obras promovidas pela LBA permaneceu em destaque nas publicações do Boletim.

O voluntariado também ganhou destaque no Boletim, como também a assistência promovida pela instituição. Apesar da profissionalização crescente em diversas áreas, como o serviço social, a enfermagem e a vigilância sanitária, a atuação das voluntárias nos serviços prestados pela LBA foi sempre destacada em cartilhas, campanhas e boletins. A LBA foi mantida pela atuação expressiva de milhares de mulheres em todo o território nacional, desempenhando atividades voluntárias, realizando as campanhas de vacinação infantil, a coleta de doações e sua distribuição, desempenhando atividades junto às suas comunidades, como os grupos de idosos, mães e crianças.

Esses apontamentos sobre a continuidade da atuação da LBA, demonstram que a instituição passou por três momentos que foram contemplados nesta tese. Trata-se do processo de fundação da LBA, em 1942, quando seus parâmetros de funcionamento, organogramas, estatutos, legislação e diretrizes foram criados. O processo de institucionalização da LBA, momento em que os Centros Municipais da LBA foram implantados no território nacional, quando o corporativismo, cooperativismo e voluntariado foram efetivamente modelos de organização da instituição. E o processo de consolidação da LBA, momento em que a variedade de ações foi desenvolvida em todo o território nacional, fortalecendo-se com o término da guerra e ampliando os grupos sociais atendidos.

Destaca-se o protagonismo feminino em todos esses processos, decorrente

¹ Essas informações podem ser observadas no Anexo 2, no qual apresento algumas fontes da LBA produzidas nas décadas de 1970, 1980 e 1990, as quais não foram detalhadamente analisadas nesta tese, pois não estão enquadradas na delimitação temporal abordada.

da atuação de milhares de mulheres brasileiras que se envolveram com a assistência social promovida pela LBA e que conheceram de perto as particularidades e a realidade das pessoas atendidas. A promoção da assistência a grupos de idosos, crianças pobres, crianças portadoras de necessidades especiais, mães, adolescentes e jovens foi meticulosamente acompanhada por mulheres voluntárias que atuaram na defesa desses grupos sociais.

É difícil imaginar como mulheres que viviam em situações semelhantemente desiguais, amparavam e cuidavam de seus iguais, ou seja, as voluntárias que atendiam a seus vizinhos, seus familiares, seus conhecidos através dos programas da LBA. Exemplos como dos trabalhos desenvolvidos nas comunidades ribeirinhas, vilas do sertão nordestino ou nas favelas do Rio de Janeiro demonstram que as voluntárias que atuavam diretamente com os grupos atendidos podiam fazer parte desses grupos ou estavam muito próximas dessas realidades. Desse modo, essas mulheres comuns, anônimas, voluntárias foram as protagonistas da assistência social brasileira. Só tiveram seus nomes reconhecidos nos Relatórios e Boletins da LBA as esposas de políticos ou mulheres influentes na sociedade, as quais tiveram participação expressiva na LBA. No entanto, quase não há registros, nem menções às voluntárias que conheceram a realidade de perto e efetivamente desempenharam o papel de agentes da assistência social.

Há muito que se fazer nesse terreno da história da assistência social brasileira e tenho a esperança de que pesquisadores e pesquisadoras enveredem por esses possíveis caminhos, especialmente aqueles trilhados pelas voluntárias. Espero também que privilegiem a documentação produzida pela LBA durante todas as suas décadas de atuação. Minha intenção nesta tese foi analisar os anos iniciais de atuação da instituição, fator primordial para o desenvolvimento das articulações das diferentes e complexas variações temporais e estruturais da LBA. Portanto, concluo que a instituição, que se propôs como um esforço de guerra, transformou-se numa importante instituição promotora da assistência social brasileira, além de dar oportunidade de atuação voluntária para tantas mulheres, como também para a abertura de novas frentes de combate aos problemas sociais.

Há muito que se fazer sobre a história da assistência social e dos cuidados

no Brasil e considero que esta tese é um primeiro passo relativamente à LBA. É necessário fomentar as discussões, demonstrar a relevância das pesquisas nessa área com o uso da categoria gênero e indicar caminhos possíveis de pesquisa mediante fontes que não foram ainda analisadas e que podem vir a se perder, tendo em vista a ausência absoluta de políticas de preservação da memória da assistência social no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Michele Tupich. **Sobre mães e filhos: as políticas públicas de proteção a maternidade e a infância formuladas no Brasil no Estado Novo**. 1. ed. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2015.

BESSE, Susan K. **Modernizando a desigualdade**. São Paulo: Edusp, 1999.

BOCK, Gisela & THANES, Pat. **Maternidad y políticas de género**. Madrid: Ediciones Cátedra, S.A., 1996.

BRITES, Olga. Revista Infância - Cruzada Pró-Infância. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH. São Paulo, julho 2011

BRUSH, Lisa D. Love, toil, and trouble: motherhood and feminist politics. In: **Chicago Journal**. Vol 21, n 02. Chicago: The University Chicago Press, 1996. p. 429-454.

CASTILHO, Káthia. **Do corpo à moda: exercícios de uma prática estética**. São Paulo: Editora Esfera, 2002.

CBCISS. **Teorização do Serviço Social: documentos Araxá**. Belo Horizonte: Agir. 1984.

COVA, Anne Cova (org). **História comparada das mulheres**. Novas abordagens. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.

CRANE, Diana. **A moda e seu papel social: classe, gênero e identidade das roupas**. São Paulo, Senac, 2006.

CYTRYNOWICZ, Roney. **Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Edusp, 2000.

DONZELOT, Jacques. **A Polícia das Famílias**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

DUPRAT, Catherine. Usage et pratiques de la philanthropie: pauvreté, action sociale et lien social, à Paris, au cour du premier XIXe siècle. Paris: **Comité d'Histoire de la Sécurité Sociale**. v.1; 2. 1996.

ELLIOT, Dorice Williams. **The Angel out of the house**. Philanthropy and gender in Nineteenth Century England. Charlottesville/London: University Press of Virginia, 2002

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2000

FARIA, Lina. Educadoras Sanitárias e Enfermeiras de Saúde Pública: identidades profissionais em construção. **Cadernos Pagu**. n. 27, jul-dez., p.173-212, 2006.

FONSECA, Sérgio César e ALMEIDA, Elmir. A Legião Brasileira de Assistência em São Paulo e a interiorização de políticas para a infância. **Revista de História da Educação**. (Online) Porto Alegre v. 20 n. 49 Maio/ago., p. 123-141, 2016.

FREIRE, Maria Martha de Luna. Ser mãe é uma ciência: mulheres, médicos e a construção da maternidade científica na década de 1920. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.15, supl., p.153-171, jun. 2008.

FREIRE, Maria Martha de Luna. **Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

FREIRE, Maria Martha de Luna e COSATI, Letícia Conde Moraes. Gênero e filantropia: as damas de assistência à infância do IPAI – RJ (1899-1930). **Revista de Gênero**. Niterói. v.15 n.2 p. 13 – 28. 1.sem.2015

GRAYZEL, Susan R. **Women's Identities at War: Gender, Motherhood and Politics in Britain and France during the First World War**, Chapel Hill, University of North Carolina Press, 1999.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. RJ: Editora FGV, 2005.

_____. **Capanema: o ministro e seu ministério**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

_____. Autoritarismo e corporativismo no Brasil: o legado de Vargas. **REVISTA USP**, São Paulo, n.65, p. 105-119, março/maio 2005.

GUARIZA, Nadia. **Moralidade e militância: a participação leiga feminina na Igreja Católica entre as décadas de 1960 e 1980 no Brasil**. UFPR: Curitiba, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LANDIN, Leilah; SCALON, Maria Celi. **Doações e trabalho voluntário no Brasil: uma pesquisa**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.

LAURETIS, Teresa. A Tecnologia do Gênero. In HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (org). **Tendências de Impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LARSEN, Eirinn. **Gender and the Welfare State**. Maternalism – a new historical concept? In: <http://www.ub.uib.no/elpub/1996/h/506002/eirinn.html>.

LEME, Cândido de Moraes. Dos crimes contra a assistência familiar. **Anais do 1º Congresso Nacional do Ministério Público**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional,

1943.

LIMA EVANGELISTA MENDONÇA, Maria de Fátima. **LBA: tratamento pobre para o pobre**. São Paulo. PUC: São Paulo, 1994. (Dissertação, Mestrado em Psicologia Social)

LUCA, Tânia R.; MARTINS, Ana L. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013

KOBAYASHI, Elisabete; FARIA, Lina; COSTA, Maria Conceição da. **Eugenia e Fundação Rockefeller no Brasil: a saúde como proposta de regeneração nacional**. Porto Alegre, ano 11, n. 22, p. 317, jul./dez. 2009.

KOVEN, Seth & MICHEL, Sonya. "Womanly duties: maternalist politics and the origins of welfare states in France, Germany, Great Britain and the United States, 1880-1920." **American Historical Review**. Vol.95, N.4, October 1990. 1076-1108

KOSSOY, Boris. **Fotografia e história**. 2 ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

MACHADO, Arlindo. **A ilusão especular: introdução à fotografia**. Brasiliense, 1984.

MORIN, Edgar. **O cinema ou o homem imaginário**. Trad. António Pedro Vasconcelos. Lisboa: Moraes Editores, 1970.

MACIEL, Eunice de S. Maciel. A Eugenia no Brasil. In: **Anos 90**. Porto Alegre, n.11, julho de 1999.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **Políticas da Maternidade: Uma introdução à história comparada de gênero e políticas públicas**. Relatório de estágio de pós-doutorado apresentado ao CNPq em 2004.

_____. Dos pais pobres ao pai dos pobres: cartas de pais e mães ao presidente Vargas e a política familiar no Estado Novo. **Diálogos**, vol 12, n2/3, 2008, 209-235.

_____. Gênero e assistência: considerações histórico-conceituais sobre práticas e políticas assistenciais. **Estado, Filantropia e Assistência**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2011.

_____. A feminilização da filantropia. **Revista de Gênero**. Niterói. v.15 n.2 p. 13 – 28. 1.sem.2015.

_____. **Uma mulher difícil de ser convencida: Eugenia Hamann e os caminhos cruzados do feminismo e da filantropia**. Relatório de estágio de Pós-Doutorado realizado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como bolsista sênior do CNPq (2015/2016).

MESTRINER, M. L. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. 2. ed.

São Paulo: Cortez, 2005.

MOTT, Maria Lucia; SANGLARD, Gisele (org.) **História da Saúde em São Paulo: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958)**. São Paulo: Editora Manole, 2011.

MOTT, Maria Lúcia. Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil. In: Desdobramentos do feminismo. **Cadernos Pagu**, nº 16, 2001.

MOTT, Maria Lucia; BYINGTON, Maria Elisa Botelho; ALVES, Olga Fabergé. **O gesto que salva. Pérola Byington e a Cruzada Pró-Infância**. São Paulo: Grifo Projetos Históricos e Editoriais, 2005.

NAHES, Semiramis. Revista **FON-FON**: a imagem da mulher no Estado Novo (1937-1945). São Paulo: Arte & Ciência, 2007.

NOGUEIRA, M. A. **Um Estado para a sociedade civil**: temas éticos e políticos da gestão democrática. São Paulo: Cortez, 2004.

PEREIRA, André Ricardo. A criança no Estado Novo: uma leitura na longa duração. **Rev. Bras. Hist.** São Paulo, vol.19, n.38,1999.

PERROT, Michelle (org). **História das Mulheres no Ocidente**. Porto: Afrontamento, 1995.

RAGO, Margaret. **Do cabaret ao lar: da utopia à cidade disciplinar 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

REZENDE, A.P.M. Movimentos sociais e partidos políticos: questões sobre lógica e estratégia política. In: **Movimentos sociais: para além da dicotomia rural e urbana**. João Pessoa, 1985.

ROSEMBERG, Fúlvia. A LBA, o Projeto Casulo e a doutrina de segurança nacional. In: FREITAS, Marcos C. de. **História social da infância no Brasil**. São Paulo: USF/Cortez, 1997.

SANGLARD, Gisele & FERREIRA, Luiz Otávio (2010). Médicos e filantropos: a institucionalização do ensino da pediatria e da assistência à infância no Rio de Janeiro. **Intellèctus**, ano XIII, n. 2, 2014, p. 79-102

_____. (2014). Pobreza e filantropia: Fernandes Figueira e a assistência à infância no Rio de Janeiro (1900-1920). **Estudos Históricos**. Rio Janeiro, vol. 27, n. 53, pp.71-91, jun. 2014.

SANTANA, Camila J. M. **Assistencialismo e participação política dos sujeitos pobres durante o Estado Novo**. Curitiba: Dissertação de Mestrado em História, UFPR, 2008.

SANTOS, Wanderley G dos. **Cidadania e justiça**: a política social na ordem

brasileira. Rio de Janeiro, Ed Campus, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth. J. B. Rearticulando gênero e classe no Brasil. In: COSTA, Albertina Oliveira, BRUSCHINI, Cristina (orgs) **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

SCOTT, Joan. **Gender and the Politics of History**. New York: Columbia University Press, 1988.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro (Orgs.) **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade**, p. 71–99, jul./dez. 1995.

SKOCPOL Theda. **Protecting Soldiers and Mothers**. Cambridge: The Belknap Press Harvard University, 1992.

SIMILI, Ivana Guilherme. **Mulheres uniformizadas: o estilo das voluntárias da Defesa Passiva Antiaérea**. Periódicos. *UFPB: Paraíba*. Vol. 4, Jun 2006.

SPOSATI, Aldaíza; FALCÃO, Mario do Carmo (orgs.). **LBA: identidade e efetividade das ações no enfrentamento da pobreza brasileira**. São Paulo, EDUC, 1989.

_____. **Mulher e política: a trajetória da Primeira-dama Darcy Vargas (1930 – 1945)**. *Unesp: São Paulo*, 2008.

SPOSATI, A. O. (Coord). **A Assistência Social no Brasil 1983-1990**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. **História da pobreza assistida em São Paulo**. São Paulo: PUCSP, 1987.

_____. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. São Paulo: Cortez, 2014.

THÉBAUD, Françoise. A Medicalização do parto e suas consequências: o exemplo da França no período entre as duas guerras. *Revista Estudos Feministas*. Julho, 2002. vol.10, n.02.

THEBAUD, Françoise. A Grande Guerra: o triunfo da divisão sexual. In: DUBY, Georges e PERROT, Michelle. **História das mulheres no Ocidente (O século XX)**. São Paulo: Ebradil, 1995.

TRONTO, Joan. **Care as Basis for Radical Political Judgments**. *Hypatia*. Spring: 1995. In: <http://www.jstor.org/action/showPublisher?publisherCode=hypatiainc>

TRONTO, Joan C. Mulheres e cuidados: o que as feministas podem aprender sobre a moralidade a partir disso? In: JAGGAR, Alison M; BORDO, Susan. (orgs.) **Gênero, corpo, conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

VIEIRA, Ana Lúcia. **A colaboração lhe bate à porta**. visitadoras sociais e a biopolítica no cotidiano operário (1944-1953). Rio de Janeiro: Eduerj, 2013.

VIEIRA, B. O. **História do serviço social**: contribuição para a construção de sua teoria. Rio de Janeiro: Agir, 1985.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Pobreza e assistência no Rio de Janeiro na Primeira República. **História ciência saúde**. Manguinhos, Dez 2011, vol.18, p.179-197.

WEITZ, Margaret Collins. **Behind the lines**: Gender and the Two World Wars, New Haven. Yale: University Press, 1987.

WOOLF, Stuart. Ideologias e práticas de caridade na Europa ocidental do Antigo Regime (Prefácio) In: SÁ, Isabel dos Guimarães. **Quando o rico se faz pobre**: Misericórdias, caridade e poder no império português (1500-1800). Lisboa: CNCDP, 1997, p. 07-13.

FONTES

ATA DE FUNDAÇÃO DA LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA – 1942

BOLETINS INFORMATIVOS DA LBA – 1944/1945

ESTATUTO DA LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA – 1942/1946

JORNAL CORREIO DA MANHÃ – 1942

JORNAL CORREIO PAULISTANO – 1942

RELATÓRIO BIENAL DE ATIVIDADES DA LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA EM SÃO PAULO – 1942/1944

RELATÓRIOS BIENAS DE ATIVIDADES DA LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA - SEDE RIO DE JANEIRO. 1942/1944 E 1944/1946.

REVISTA O CRUZEIRO – 1943/1944

JORNAL CORREIO DA MANHÃ – REPORTAGENS VINCULADAS A RESPEITO DA LBA – 1942/1943

ANEXO 1

CENTRO MUNICIPAL DE.....

N.º de inscrição..... Data.....
 Família.....
 Residência.....

Habitação: própria, alugada, cedida, unifamiliar, coletiva, tijolos, mad.
 N.º de cômodos Utilização dos cômodos Estado de
 conserv. Limpeza Insolação Iluminação
 Ventilação N.º de pessoas em cada dormitório:
 Adultos Adolesc. Crianças N.º de camas em
 cada dormitório

Cozinha: eletricidade, gasolina, carvão, lenha, interna, externa, unifamiliar, coletiva.....

Instalação de banho: chuveiro, banheira, unifamiliar, coletiva

W. C.: fossa cética, fossa comum, vala, unifamiliar, coletiva.....

Área livre: unifamiliar, coletiva

Lixo: coberto, removido, outro destino.....

Água: do abastecimento geral.....

Constituição da família (civil, moral e religiosa).....

E' assistida? Qual a instituição?

Natureza de assistência.....

INQUÉRITO ALIMENTAR		
Quantidade	Alimentos	
	Leite e	
	Derivados	
	Café	
	Pão	
	Carne	
	Ovos	
	Peixe	
	Aroz	
	Feição	
	Massas	
	Farinhas	
	Verduras e Legumes	
	Crd	
	Cozido	
	Tubérculos e Féculas	
	Gorduras	
	Animal	
	Vegetal	
	Frutas	
	Doces	
	Açúcar	
	Bebidas	
	Alcoólica	
	S/ Alcool	
	Outros	

Observações:

[illegible]

Observações:

Assinatura _____

Instruções para preenchimento da ficha social

- 1 — Número — da inscrição.
- 2 — Data — em que a ficha foi preenchida.
- 3 — Família — nome por extenso da pessoa matriculada.
- 4 — Residência — rua e todo esclarecimento possível.
- 5 — Habitação — sublinhar se alugada, se coletiva, se de tijolos, etc.
- 6 — Número de cômodos — colocar o número total de cômodos ocupados pela família.
- 7 — Utilização dos cômodos — sala de refeições, dormitórios, etc..
- 8 — Estado de conservação — bom, regular, péssimo, etc..
- 9 — Limpeza — idem, idem.
- 10 — Insolação — idem, idem.
- 11 — Iluminação — idem, idem.
- 12 — Ventilação — idem, idem.
- 13 — Número de pessoas em cada dormitório — adultos — pessoas maiores de 18 anos; adolescentes — de 12 a 18 anos; crianças — menores de 12 anos.
- 14 — Número de camas em cada dormitório — total de camas de solteiro e de casal que existe em cada dormitório.
- 15 — Cozinha — sublinhar a forma ou formas de combustível usado, e se a cozinha é dentro ou fora de casa, se usada por uma família ou por mais.
- 16 — Instalação de banho — sublinhar a forma existente e se é usada por uma família ou por mais.
- 17 — W. C. — sublinhar a forma existente e se é usada por uma família ou por mais.
- 18 — Área livre — sublinhar se a área livre ou quintal é usada por uma ou mais famílias.
- 19 — Lixo — sublinhar se coberto ou não, se removido ou não.
- 20 — Água do abastecimento geral — encanamento, poço, fonte, rio, etc..
- 21 — Constituição da família — se casado no civil e religioso; se casado só no civil e motivo por que não há legalização religiosa; se casado só no religioso e motivo por que não há legalização civil; se unidos livremente e se há possibilidade de ser legalizada a situação matrimonial; se há abandono de um dos cônjuges, há quanto tempo, data da separação e se há possibilidade de reconciliação. Há harmonia ou não?
- 22 — É assistida? — essa família é assistida por alguma instituição? (com exceção da L. B. A.). Qual a instituição? — dar nome e endereço. Natureza da assistência — se em roupas, em ali-

- mentos, em dinheiro, em medicamentos, etc. Se o auxílio é sistemático ou eventual e se toda a família tem direito.
- 23 — Inquérito alimentar — marcar a quantidade gasta, mensalmente, em alimentos. Observações: — recebe gêneros alimentícios da L. B. A. ou de outra instituição?
- 24 — Condição econômica. Receita total dos salários recebidos pelos diversos membros da família. Renda — Total das rendas; alugueis, arrendamento, subaluguéis, abono familiar, etc.. Total — soma dos salários e renda. Despesa — com habitação, com alimentação. (coerente com o inquérito alimentar); vestuário inclusive prestação referente a roupas; instrução, escola, material escolar, etc.; Outras — condução, água, luz, móveis, etc.. Observações — registrar se há auxílio nesta ou naquela despesa, se há “superavit” ou “deficit”, etc..
- 25 — Em relação ao chefe — colocar em primeiro lugar o ou a chefe da família e em seguida todos os dependentes que moram nesse domicílio, informando se é esposa, filho, sobrinho, neto, etc..
- 26 — Nome — por extenso de todos os membros da família que moram nesse endereço e que dependam da pessoa matriculada na L. B. A.
- 27 — Idade de todos os membros (nota: pedir registros).
- 28 — Sexo — idem.
- 29 — Côr — idem.
- 30 — Nacionalidade — idem (nota: pedir documentos).
- 31 — Estado civil — idem (nota: pedir documentos).
Abaixo de 18 anos é considerado menor.
- 32 — Instrução — inquérito minucioso a fim de conhecer se há alfabetos além da idade escolar (12 anos): escolares que não frequentam escolas e por que motivo: escolar frequentando, qual o grau e se o aproveitamento escolar é mau, bom ou ótimo: se já tem diploma do G. Escolar será considerada instrução primária e se estiver em curso secundário, será considerada instrução secundária.
- 33 — Profissão — informar qual a espécie de trabalho e, se desempregado, orientar para que urgentemente seja anulada a causa do desemprego. Menores de 14 anos não podem, por lei, trabalhar e o trabalho não deve prejudicar o estudo do menor.
- 34 — Salário — importância ganha e verificar se a remuneração está condizente com o trabalho, com a habilitação, com a idade, etc. e, em caso contrário, orientar para haver melhora.

- 35 — Com quanto contribue para a família? — importância dada para as despesas da família e verificar se essa contribuição está sendo razoável.
- 36 — Documentos de trabalho — se tem carteira de saúde, profissional, se estão em dia, etc. Os menores de 14 anos deverão ter autorização dos pais, documento que substitue a carteira profissional, a qual só é exigida aos adultos.
- 37 — Registro de nascimento — é registrado e tem o documento em mão? Se não, qual é o motivo e conhecer a possibilidade de ser retirada uma cópia nova. Verificar os registros e observar se consta a legitimidade e se não, estudar, com a possível urgência, e dentro das possibilidades, a correção dos mesmos.
- 38 — Estado de saúde — registrar as queixas sobre a saúde, as observações sobre o aspecto físico, os exames de laboratório, radiografias e provas já feitas, com os resultados positivos ou negativos. Informar se há gestantes e se há moléstia atual ou crônica (verminose, destacando o impaludismo; cutânea; venéreas, destacando a sífilis; digestivas; mentais; alcoolismo; ouvido; nariz; garganta; vista; etc.).
- 39 — Imunização — se foi imunizado, há quanto tempo e contra qual moléstia. Se há imunização anti-variólica recente. A criança normal, aos seis meses de idade, deve ser vacinada contra variola e a de 12 meses, contra difteria ou crupe.
- 40 — Observações — parte destinada para melhores esclarecimentos referentes aos diversos membros da família.
- 41 — Falecidos da família e causas — qual o parentesco, em relação ao chefe, e qual a doença mencionada no atestado de óbito.
- 42 — Hereditariedade — inquérito minucioso sobre os antecedentes da família: tuberculose, alcoolismo, sífilis, moléstias mentais. Observações: embora haja contradições de opinião sobre a hereditariedade de certas moléstias, há interesse em fazer as constatações acima.
- 43 — Vigilância em torno da família: — datar todas as constatações, providências, fornecimentos, resultados obtidos e observações durante a vigilância desta família, isto é, desde o levantamento da ficha até o encerramento do caso.

ANEXO 2

IMAGEM 13 - VOLUNTÁRIA DA LBA DESENVOLVENDO TRABALHOS COM CRIANÇAS PORTADORAS DE SÍNDROME DE DOWN.



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social, 1981.

IMAGEM 14 - VOLUNTÁRIA DA LBA TRABALHANDO EM CAMPANHA DE VACINAÇÃO INFANTIL.



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social, 1983.

IMAGEM 15 - GAROTO EM CURSO PROFISSIONALIZANTE.



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social, 1978.

IMAGEM 16 - GAROTOS EM CURSO PROFISSIONALIZANTE.



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social, 1978.

IMAGEM 17 - TRABALHO DESENVOLVIDO POR VOLUNTÁRIAS COM GRUPO DE IDOSOS.



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social, 1986.

IMAGEM 18 - BOLETIM INFORMATIVO DA LBA.



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social, 1982.

IMAGEM 21 - CAMPANHA NACIONAL DA LBA.



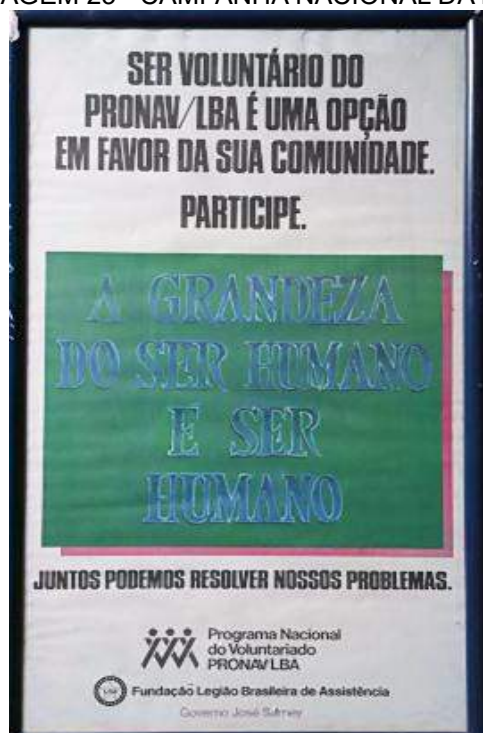
Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social,
1989.

IMAGEM 22 - CAMPANHA NACIONAL DA LBA.



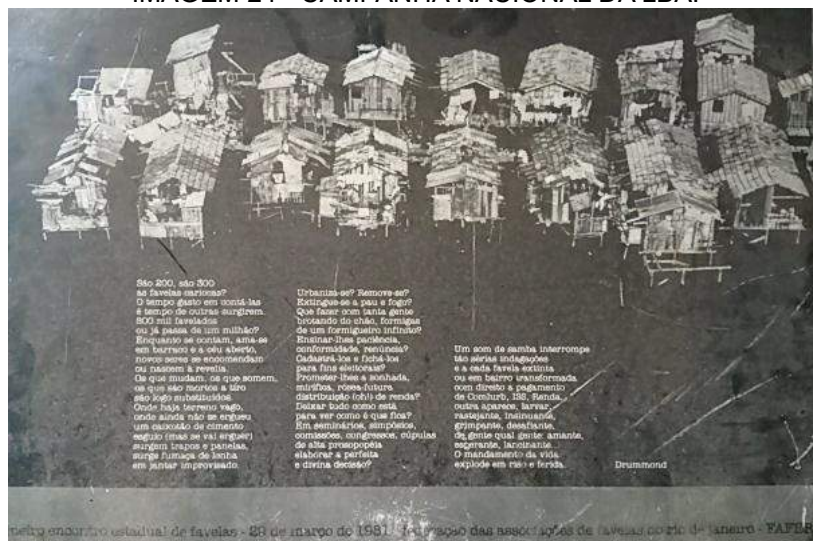
Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social, 1990.

IMAGEM 23 - CAMPANHA NACIONAL DA LBA.



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social, 1989.

IMAGEM 24 - CAMPANHA NACIONAL DA LBA.



peito encostado estival de favelas - 28 de março de 1981 - 1ª edição das associações de favelas por fim de Janeiro - FAFEP

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social, 1981.